

RUBENS BORBA DE MORAES

LIVROS E BIBLIOTECAS
NO BRASIL COLONIAL

Segunda Edição



BRIQUET DE LEMOS
LIVROS

Rubens Borba de Moraes tinha razão ao invocar, no prefácio deste livro, estas palavras do político, escritor e diplomata português Antônio de Sousa Macedo (1606–1682): "Não é pequeno serviço ajuntar o disperso, abreviar o longo, apartar o seletivo". Ao colher, em fontes diversas e muito dispersas, informações, testemunhos e estudos sobre o livro e as bibliotecas no Brasil colonial, ele nos ofereceu o primeiro trabalho de síntese e sistematização sobre importante e até então pouco estudado aspecto de nossa história cultural.

Decorridos mais de 25 anos da publicação desta obra, os estudos sobre história do livro e da leitura conquistaram espaço na academia. E hoje a bibliografia sobre o tema ganhou novas e excelentes contribuições, muitas delas aprofundando o estudo de pontos aqui abordados ou lembrados como merecedores de pesquisas. Em algumas universidades a história do livro, da leitura e das bibliotecas constitui a prioridade de grupos de pesquisa. Além de um congresso nacional voltado para essa temática, ocorrem com frequência seminários e encontros. Essa realidade, que inexistia na época da publicação de *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, ressalta a importância desta segunda edição do trabalho pioneiro de Rubens Borba de Moraes, que estava há muito esgotado.

LIVROS E BIBLIOTECAS NO BRASIL COLONIAL

Rubens Borba de Moraes

Livros e bibliotecas no Brasil colonial

Segunda edição

Apresentação de José Mindlin



250102037



BRIQUET DE LEMOS
LIVROS



Teto da biblioteca do colégio dos jesuítas em Salvador.

(Reprodução autorizada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).
In: *Catedral basílica de São Salvador da Bahia 1657* (segunda edição, Salvador: IPAC, 2002, p.
193). Foto de Heraldo Alvim.

027.084
M227
2. ed. 2
84.2

IPAC - Fundação de Letras
Biblioteca José de Alencar

Copyright © desta edição Lemos Informação e Comunicação Ltda. 2006
Copyright © do texto Gabriel de Moraes 2006

1.ª edição: 1979

Todos os direitos reservados. De acordo com a lei n.º 9 610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informação ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do autor e do editor.

Revisão: Maria Lucia Vilar de Lemos

Capa: Formatos Design Gráfico Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moraes, Rubens Borba de
Livros e bibliotecas no Brasil colonial / Rubens Borba de Moraes. — 2. ed.
— Brasília, DF : Briquet de Lemos / Livros, 2006.

Bibliografia.
ISBN 85-85637-29-3

1. Bibliotecas — Brasil — História 2. Brasil — História — Período colonial
3. Impressão — Brasil — História 4. Livros — Brasil — História I. Título.

06-0794

CDD 021.00981021

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil colonial : Bibliotecas : História 021.00981021
2. Bibliotecas : Período colonial : Brasil : História 021.00981021

2006
Briquet de Lemos / Livros
SRTS – Quadra 701 – Bloco K – Sala 831
Edifício Embassy Tower
Brasília, DF 70340-000
Telefones (61) 3322 9806 / 3313 6923
Fax (61) 3323 1725
www.briquetdelemos.com.br
editora@briquetdelemos.com.br

L'historien n'est pas celui qui sait.
Il est celui qui cherche.

LUCIEN FEBVRE

Sumário

	Apresentação, de José Mindlin	iv
	Nota do editor	xi
1	Prefácio	1
2	A Idade Média brasileira	4
3	As bibliotecas dos jesuítas	7
4	As bibliotecas de outras ordens religiosas	15
5	A decadência dos conventos	24
6	As bibliotecas particulares	28
7	O comércio de livros	45
8	A censura	58
9	Tentativas de estabelecimento de tipografias	68
10	A Tipografia do Arco do Cego	79
11	A Biblioteca Real no Rio de Janeiro	90
12	A gravura	100
13	A Impressão Régia do Rio de Janeiro	108
14	A produção da Impressão Régia	117
15	A Bahia ilustrada	135
16	A primeira tipografia particular	140
17	A fundação da Biblioteca Pública da Bahia	152
18	A tipografia nas capitanias	171
	a) Pernambuco	171
	b) Pará	175
	c) Maranhão	176
	d) Minas Gerais	178
	Posfácio	183
	Bibliografia	186
	Documentos	195
	Anexo desta edição	235
	Índice onomástico	250

Apresentação

Esta reedição da obra de Rubens Borba de Moraes sobre livros e bibliotecas no período colonial é um excelente serviço que Briquet de Lemos presta aos estudiosos desse tema, pois o livro está esgotado há muitos anos e devia estar fazendo falta.

As obras de Rubens Borba de Moraes sobre bibliografia brasileira são na realidade insubstituíveis e seu nome merece o respeito das novas gerações. A impressão que se tem, de modo geral, é que o obscurantismo da coroa portuguesa impediu nosso desenvolvimento cultural no período anterior à independência, mas apesar dos esforços de dificultar o acesso à cultura européia, houve, no Brasil, quem enfrentasse as dificuldades impostas pela censura portuguesa. O fato bem conhecido é a existência de boas bibliotecas nos conventos religiosos, mas o livro agora reeditado mostra que existia um comércio de livros e também bibliotecas no que poderia ser chamado de setor privado, ou seja, não-religioso.

Rubens Borba de Moraes foi um pesquisador incansável de livros e documentos relacionados ao Brasil. O livro de que estamos falando é apenas uma pequena parte do que ele conseguiu realizar. Sua obra magna é a *Bibliographia brasiliana*, um verdadeiro monumento de erudição e pesquisa. Essa bibliografia descreve, com poucas falhas, todos os livros raros que foram publicados sobre o Brasil, desde o descobrimento até 1900, e constitui uma verdadeira bíblia dos estudiosos e colecionadores (sem falar dos livreiros...).

Mas voltemos ao presente livro. De fato, como consta da nota do editor, a primeira edição continha falhas e gralhas que foram, na medida do possível, corrigidas nesta reedição. O editor acrescentou elementos que conseguiu encontrar após a publicação do livro, e isso torna essa edição ainda mais útil que a primeira. Bem haja Antonio A. Briquet de Lemos pelo esforço que fez em favor dos estudiosos e da memória de Rubens Borba de Moraes, meu querido e saudoso amigo.

JOSÉ MINDLIN

Nota do editor

Depois de ter preparado a terceira edição de *O bibliófilo aprendiz*, em 1999, iniciei a preparação do texto da segunda edição deste *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, que, como o título anterior, estava esgotado. A primeira edição, feita em 1979, apresentava um grande número de gralhas e deficiências de produção editorial. Uma das mais evidentes era a ausência, na parte destinada a documentos, no final do volume, do anúncio de livros recebidos pela livraria de Paulo Martin.

Solicitei ao Dr. José Mindlin que me informasse se, nos documentos deixados por Rubens Borba de Moraes, havia encontrado algum exemplar dessa primeira edição anotado pelo autor, com correções e acréscimos. Sua resposta foi negativa.

Na preparação desta edição procurei sanar erros tipográficos e um ou outro lapso de redação, nada, porém, de maior importância ou que alterasse o conteúdo original. Foram conferidas com os originais quase todas as citações feitas pelo autor e padronizadas as referências. A ortografia das citações foi atualizada. As notas de rodapé foram transferidas para o final dos capítulos e passaram a conter apenas os dados bibliográficos mínimos. As referências completas aparecem na bibliografia no final do volume. São também mencionadas as edições mais recentes.

O fac-símile da lista de novidades da livraria de Paulo Martin foi incluído no lugar previsto, no anexo intitulado Documentos.

Obtive da Biblioteca Nacional uma cópia em microfilme do catálogo dos livros de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, que cotejei com a transcrição constante da primeira edição. Foi constatado que na composição da transcrição na primeira edição houve empastelamento de linhas e outras falhas tipográficas. O texto ora transcrito reproduz a seqüência do manuscrito, com exceção dos cabeçalhos das duas listas principais, que se acham deslocados no próprio volume, falha que o autor corrigira na primeira edição. Convém salientar que não consultei o apógrafo original, que deve estar guarda-

do no Arquivo Nacional, mas um microfilme da cópia fac-similar existente na Biblioteca Nacional. Substituí a fotografia do teto da biblioteca do antigo colégio dos jesuítas em Salvador, por outra, com melhor definição e colorida. O índice foi revisto.

A diferença principal entre esta edição e a anterior está na tentativa de identificar as obras incluídas na famosa lista da livraria de Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Rubens Borba de Moraes cita, em seu texto, as obras que considerava principais e adverte que havia "outras de identificação difícil ou de pouco interesse" (p. 39), e que divulgava o catálogo que ainda estava inédito "na esperança de que alguém o estude com maiores detalhes" (p. 43).

Essa identificação não pode ser considerada absolutamente certa. Isso somente seria garantido se todas as obras estivessem, no catálogo da Biblioteca Nacional, identificadas como tendo pertencido a Manuel Inácio da Silva Alvarenga.

Somam-se às dificuldades do manuscrito as deficiências do catálogo informatizado da Biblioteca Nacional. Uma das possibilidades para corrigir esse problema seria consultar o velho catálogo em fichas. Na época em que procurei fazer tal consulta, o acesso a ele me foi vedado.

Nos mais de 25 anos decorridos desde a primeira edição deste livro, as pesquisas publicadas sobre a história do livro, da leitura e das bibliotecas no Brasil têm aprofundado e ampliado o estudo de muitos dos temas aqui abordados por Rubens Borba de Moraes. Uma coletânea do que foi pesquisado entre 1979 e 1999 encontra-se na obra *Leitura, história e história da leitura*, organizada por Márcia Abreu (Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. 640 p.)

Rubens Borba de Moraes reuniu num texto conciso e de proveitosa leitura tudo que de importante se havia publicado até a década de 1970 sobre livros e bibliotecas no Brasil colonial. Espero que esta nova edição venha a estimular o surgimento de novos estudos, tanto de síntese quanto de abertura de novas frentes de investigação.

ANTONIO A. BRIQUET DE LEMOS
Editor

Prefácio

Não é possível estudar-se a história das idéias, a divulgação de novas técnicas, a história da cultura brasileira enfim, sem saber quais os livros e periódicos que existiam à disposição dos brasileiros em diferentes épocas. Infelizmente muito pouco foi feito nesse sentido. Poucas são as pesquisas realizadas, raros os documentos publicados. Não houve ainda uma investigação sistemática nos arquivos e bibliotecas de Portugal e do Brasil com a finalidade de esclarecer o papel que o livro desempenhou na história da nossa cultura.

A história do livro e das bibliotecas no Brasil é tão pouco sabida que me parece necessário começar por estabelecer fatos. Foi, principalmente, o que tentei fazer aqui. Outros, mais tarde, quando conhecermos melhor o assunto, poderão mais facilmente estabelecer o entrosamento dos livros e das bibliotecas no contexto da história da cultura brasileira. Não tive a intenção, publicando este trabalho, de preencher as inúmeras lacunas existentes atualmente. Na verdade este livro deveria intitular-se 'Notas para um esboço da história dos livros e das bibliotecas no Brasil colonial'. Os títulos longos e explicativos, porém, não agradam mais nem aos leitores nem aos editores. Estão fora de moda. Tive que encurtá-lo. Mas fico com o receio que o leitor, lendo o título abreviado, espere do texto muito mais do que contém e diga: "Das duas uma: ou o autor pouco sabe, ou há pouca matéria para tratar". Ambas as coisas são verdadeiras. Há pouca matéria conhecida para ser elaborada e pouco sei. Tenho, porém, a ousadia de publicar este pequeno livro cheio de fatos sabidos dos especialistas e de algumas novidades, porque julgo que tinha razão Antônio de Sousa de Macedo quando escrevia em *Eva e ave*: "Não é pequeno serviço juntar o disperso, abreviar o longo, apartar o seletivo".

Tomei o assunto pelo começo: verifiquei a existência de biblio-

tecas pertencentes a instituições e a particulares nos primeiros séculos. Procurei estudar como essas livrarias se abasteciam e qual foi a influência da censura no comércio de livros. Narrei, em seguida, como a tipografia foi introduzida nas diversas áreas de nosso território e, principalmente, o que imprimiram no início de suas atividades. Analisei sumariamente os acervos de algumas bibliotecas públicas e particulares das quais existem catálogos, uns já publicados, outros inéditos. Nessa análise, procurei mostrar as opções culturais oferecidas aos leitores. Pareceu-me interessante, também, ressaltar a modernidade das obras científicas existentes e a presença de livros proibidos pela censura.

Não segui neste trabalho os novos caminhos abertos pelos historiadores que se esforçam por fazer da história uma ciência mensurável, palpável e exata. Não encontrará aqui o leitor gráficos com curvas ondulantes, ou pontiagudas, cálculos de porcentagens e outros artifícios pseudocientíficos que enfeitam alguns modernos estudos históricos. Não temos ainda dados suficientes, séries bastante longas e comparáveis, para aventurarmos-nos a elaborações mensuráveis, quantitativas e representativas. Th. Ribot já dizia que é uma ilusão acreditar que, pelo fato de se empregar processos matemáticos, se chega a uma certeza matemática.

Pareceu-me útil reproduzir, em anexo, alguns documentos inéditos e outros conhecidos, porém de difícil acesso, na esperança de facilitar futuros estudos de outros pesquisadores.

Não tenho outra intenção, dando ao prelo este modesto trabalho, senão chamar a atenção dos jovens para um campo tão pouco explorado, menosprezado até, pelos historiadores, embora essencial para o conhecimento da nossa evolução cultural. Espero que esse assunto obtenha entre nós (para empregar uma expressão de Lucien Febvre) o direito à história.

Para a elaboração deste trabalho servi-me da documentação dispersa em obras publicadas e de documentos inéditos de bibliotecas e arquivos brasileiros e portugueses. Valeu-me muito minha coleção de livros e folhetos impressos no Brasil de 1808 a 1830 e as obras de autores brasileiros do período colonial. Utilizei também notas tomadas em várias instituições européias e americanas para a redação de estudos publicados anteriormente.

Não quero encerrar este prefácio sem agradecer às pessoas que me auxiliaram, como o professor João Evangelista de Andrade Filho, da Universidade de Brasília, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, chefe da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, Dr. Alberto Iria, diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, Antônio Joaquim de Almeida, diretor do Museu do Ouro, em Sabará, e Sérgio Buarque de Holanda que teve o trabalho de ler o manuscrito e fazer-me valiosas observações.

A Idade Média brasileira

Por enquanto, quase nada se sabe sobre a existência de livros na primeira metade do século XVI. Faltam documentos. Somos obrigados, provisoriamente, enquanto pesquisas não forem feitas, a pensar que os rudes colonos que demandavam o Brasil estavam mais preocupados em formar lavouras e cortar pau-brasil do que em ler e estudar. A demanda de livros devia ser insignificante. Os magistrados e funcionários deviam, porém, possuir livros de leis. Deviam ter trazido de Portugal suas *Ordenações manuelinas* e, os eclesiásticos, os livros necessários ao culto. Livros impressos, aliás, não abundavam em Portugal a esse tempo, poucas eram as tipografias e pequeno o número dos que sabiam ler.

Só vamos conhecer instrução e possuir livros a partir da segunda metade do século, desde que se instala em 1549 o governo-geral em Salvador, na Bahia. Essa data marca, de fato, o começo da vida administrativa, econômica, política, militar, espiritual e social do Brasil.¹ Só começamos a engatinhar pelo caminho da cultura depois do estabelecimento dos conventos dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, principalmente dos padres da Companhia de Jesus que logo após sua chegada abrem colégios na Bahia e em outras capitânias. A instrução e os livros estavam nos conventos: *Clastrum sine armaria, quasi castrum sine armamentario*.^{*} É a Idade Média brasileira. Não exagera o padre Serafim Leite quando afirma que a

Igreja foi a única educadora do Brasil até ao fim do século XVIII, representada por todas as organizações religiosas do clero secular e do clero regular, que possuíam casas no Brasil.²

Em fins do século XVI já se nota certa vida intelectual na Bahia, em Pernambuco, talvez, no Rio de Janeiro. No resto do território nada indi-

^{*} Mosteiro sem biblioteca é como quartel sem arsenal. (Provérbio medieval.) [N.E.]

ca que houvesse alguma manifestação literária entre os colonos, embora se saiba que existiam livros nos conventos e em mãos de alguns particulares. Como frisei, a vida intelectual estava toda concentrada nas cidades ricas do Norte do país. Na Bahia, Gabriel Soares de Sousa escreve seu *Tratado descritivo do Brasil* ou *Notícia do Brasil*.³ Em Pernambuco, Bento Teixeira, ex-aluno dos jesuítas, ganha a vida como “mestre de ensinar moços o latim, escrever e aritmética”. Cristão-novo, nascido no Porto, era homem culto, bastante lido, conhecia as obras de frei Luis de Granada, *Os lusíadas* e possuía a *Diana*, de Jorge de Montemor, livro proibido pelo *Index*. Sua linguagem solta levou-o a ser denunciado à Inquisição. Preso, foi remetido para Lisboa onde foi condenado em auto-de-fé. Faleceu em 1600. É o autor de um poema, uma *Prosopopeia* a Jorge de Albuquerque Coelho, publicada em 1601.⁴ Mas o existirem livros em mãos de particulares não significa muito. Mais significativo é, sem dúvida, o fato de haver homens como Ambrósio Fernandes Brandão,⁵ Bento Teixeira, Gabriel Soares de Sousa, Anchieta, Fernão Cardim, frei Vicente do Salvador e os jesuítas redatores das cartas que enviavam ao geral da Companhia de Jesus. Eram homens capazes de escrever obras literárias, históricas e informativas que já revelam o hábito de consultar livros existentes em bibliotecas e arquivos.

Pouca era ainda a riqueza no século XVI. Concentrava-se geralmente em torno do açúcar e do pau-brasil. É significativo o fato de só 13 brasileiros terem ido estudar na Universidade de Coimbra.⁶ Seis eram nascidos na Bahia, dois em Santos (São Paulo) e cinco em lugares incertos. Nenhum de seus nomes passou à posteridade. Se voltaram ao Brasil trazendo livros, não sabemos. Mas se, pelo que sabemos, os livros eram raros em mãos de particulares, já eram numerosos nos colégios dos jesuítas e, provavelmente, nos conventos das outras ordens. Já se pode notar a existência de várias bibliotecas no final da era quinhentista.

No século XVII formaram-se em Coimbra 353 brasileiros: 175 da Bahia, 80 de Pernambuco, 69 do Rio de Janeiro, 6 de São Paulo, 1 da Paraíba e 21 de lugares incertos. Muitos tinham começado os estudos nos colégios dos jesuítas e utilizado suas excelentes bibliotecas.

[NOTAS]

1. José Aderaldo Castelo, *Manifestações literárias da era colonial*, p. 31.
2. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 7, p. 144.
3. Gabriel Soares de Sousa, *Notícia do Brasil*, 1948.
4. Bento Teixeira e Afonso Luís Piloto, *Naufrágio & Prosopopea*, 1969.
5. Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogo das grandezas do Brasil*, 1966.
6. Francisco Morais, *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil, Brasília*, supl. v. 4, 1949.

As bibliotecas dos jesuítas

Em 1549 chegam à Bahia os primeiros jesuítas, chefiados por Manuel da Nóbrega, nove anos depois da fundação da Companhia de Jesus. Vinham catequizar índios e instruir colonos. Nenhuma ordem religiosa cumpriu essa missão com tantos resultados. Os jesuítas traziam livros, mas não na quantidade necessária para suprir os colégios que fundaram logo em seguida em diversas partes da colônia. Nóbrega alude à falta que faziam, e lamenta sua escassez.¹ Nas escolas os padres copiavam as cartilhas. Pede ao geral que mande livros em quantidade suficiente. Foram chegando, de diversos gêneros, não só para a instrução dos meninos, mas também para a edificação e aperfeiçoamento dos mestres. Fato é que os jesuítas, no fim do século XVI, já tinham em Salvador uma biblioteca instalada em sala especial do seu colégio.² Nas suas casas do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo o mesmo acontecia, embora em menor escala. A livraria do Rio, por exemplo, teve seu núcleo grandemente aumentado com a doação que lhe fez o visitador eclesiástico Bartolomeu Simões Pereira, que trouxe de Portugal sua biblioteca, quando veio para o Brasil em 1577. Falecido em torno de 1601, no Espírito Santo, deixou para o colégio do Rio metade de seus livros, incluídas todas as obras que possuía de direito civil e canônico.³

Estamos mais bem informados sobre as bibliotecas dos jesuítas graças aos trabalhos do padre Serafim Leite que na sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* não deixou escapar esse aspecto da atuação da companhia neste país. Infelizmente, pouco sabemos sobre as outras ordens por falta de pesquisa. Por enquanto temos de admitir que as bibliotecas dos jesuítas eram melhores, certamente mais numerosas. O padre Antônio Vieira, referindo-se à do colégio do Maranhão, diz: "Livraria temos muito boa".⁴ Na pena de Vieira esse julgamento não era exagerado, tendo-se em conta que o grande pregador

sempre foi amigo de livros e, a pedido seu, encarregaram-no das bibliotecas de todos os conventos por onde passou. Serafim Leite conta que a do Maranhão estava muito bem instalada em sala especial onde cabiam “até 5 000 volumes”.

A biblioteca do colégio de Santo Alexandre do Pará, em 1760, tinha mais de 2 000 volumes. A do colégio da Vigia, 1 010 volumes.⁵ Diversas outras casas jesuíticas de menor importância tinham seu milhar de livros. Serafim Leite calcula em 12 000 os livros existentes no Maranhão e no Pará. O colégio do Rio de Janeiro tinha 5 434 volumes em meados do século XVIII. Mas a mais rica de todas estava em Salvador. O teto da suntuosa sala é “uma das jóias da pintura brasileira”. O painel central (*Sapientia aedificavit sibi domum**) é, incontestavelmente, uma das belas representações da pintura barroca no Brasil. Não há dúvida que lembra as esplêndidas salas que os reis e príncipes europeus mandavam construir e decorar para instalar seus livros e seus *cabinets de curiosités*. Essa biblioteca, começada modestamente com as obras trazidas pelo padre Manuel da Nóbrega, em 1549, chegaria a possuir 15 000 volumes quando foram expulsos os jesuítas. É um número considerável para a época. Havia sido constantemente enriquecida. Serafim Leite diz que “sempre teve bons bibliotecários. Um deles, o próprio P. Antônio Vieira”.⁶ O bibliotecário irmão Antônio da Costa (professou em Salvador já em 1677, aos 33 anos, falecerá em 1722) é o mais notável, pois catalogou todos os livros por autor e matéria. É esse o primeiro catálogo verdadeiro de biblioteca brasileira e seu organizador, nascido, por sinal, em Lião, na França, o primeiro bibliotecário — e não simples guardião de livros — que houve entre nós.

No Recife, os jesuítas tinham no seu colégio uma boa biblioteca que, depois de extinta a companhia, foi em parte distribuída pelos conventos de outras ordens. Pereira da Costa ainda viu em 1886 vários livros marcados com o ex-libris manuscrito ‘Da livreria primeira do colégio do Recife’ e ‘Da livreria pública do colégio do Recife’. Essa distinção na marcação das obras levou-o a pensar na existência de duas bibliotecas jesuíticas: “uma pública e outra, talvez, reservada ao uso particular dos padres” [...].⁷

* A sabedoria já edificou a sua casa (Provérbios 9:1). [N.E.]

Os jesuítas sempre enriqueceram suas livrarias não somente por causa de suas necessidades pessoais, mas, principalmente, pelas responsabilidades que tinham nos seus seminários e colégios, onde recebiam alunos para o aprendizado desde as primeiras letras até os cursos de filosofia, que se equiparavam a verdadeiras faculdades. Consagravam à compra de livros (conforme o lugar) as rendas que lhes provinham dos produtos de suas fazendas (cacau, cravo) e da venda de remédios de suas famosas boticas. Não só recebiam de Portugal e da Itália muitos livros, como também não perdiam ocasião de comprar os que altos funcionários, de volta a Lisboa, vendiam para não pagar frete de retorno. No Pará, em 1720, compraram mais de 100 volumes por 600 mil-réis de um ouvidor-geral de partida para o Reino. É provável que de oportunidades como essa também se aproveitassem particulares.

As bibliotecas dos jesuítas não ficavam abertas só para os alunos e padres, mas para qualquer pessoa que fizesse o pedido competente. É provável que o mesmo acontecesse com as livrarias de outras ordens. Muitos brasileiros escreveram aqui obras onde aparecem copiosas citações de autores ilustres. Esse fato importante, é bom lembrar, não implica que o escritor possuísse o livro citado, pois, como acontece hoje em dia, bem poderia conhecê-lo e o ter consultado em alguma biblioteca.

É difícil avaliar procura maior de uma obra existente em livreria particular. No caso das bibliotecas jesuíticas, porém, é mais fácil fazê-lo por estarem nos colégios, ao alcance de mestres e estudantes.

Outros colégios, mais tarde, como os do Rio, São Paulo, Olinda, Recife, Maranhão e Pará, seguiram o exemplo de Salvador. Em 1662, a câmara dessa cidade apresentava ao governo português uma petição no sentido de se equipararem os cursos do colégio aos das universidades de Évora e de Coimbra. A pretensão foi negada. As teses defendidas no Brasil perderam-se com raras exceções. Algumas do Maranhão foram impressas no Colégio das Artes de Coimbra, Lisboa e Évora. Uma única, a de Francisco de Faria, imprimiu-se no Rio em 1747, quando foi fundada ali uma tipografia que teve curta vida.

As bibliotecas jesuíticas tinham, por conseguinte, acervos de nível universitário, abrangendo os mais vários conhecimentos. Serafim Leite afirma que o setor de história e geografia era impor-

tante.⁸ Para os estudos latinos (língua e literatura) dispunham de grandes edições e seus comentadores: Pedro de Almedia, *In Suetonium*, Francisco de Mendonça, *Viridarium sacrae ac profanae eruditionis*, e os grandes dicionários: o inevitável calepino, o *Thesaurus linguae latinae*, e o não menos inevitável *Gradus ad Parnassum*. Gramáticas tinham-nas em abundância. O colégio do Rio de Janeiro arrola 110 tomos de gramáticas de diversos autores e dos comentaristas com os respectivos dicionários. Não há dúvida que essas bibliotecas continham o essencial para os estudos de humanidades em nível superior.

O ensino das ciências começa na Bahia, com as matemáticas, em 1757. A biblioteca possuía as obras de Clavius, de Kircher, e os livros de Newton e Descartes.⁹ Os elementos de matemática, de Bosovich, publicados em 1752, já estavam no colégio do Rio em 1759. A medicina estava bem representada. Os jesuítas nas missões eram os únicos médicos, e nos colégios suas farmácias eram tidas como as melhores. Quanto a filosofia e religião, parece óbvio que andariam bem representadas.

As bibliotecas sofreram um golpe terrível com a expulsão da Companhia de Jesus. Todos os seus bens foram confiscados, inclusive as bibliotecas. Livros retirados dos colégios ficariam amontoados em lugares impróprios, durante anos, enquanto se procedia ao inventário dos bens dos inacianos. Se uma ou outra obra foi incorporada aos bispados, algumas remetidas para Lisboa, a quase totalidade foi dilapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embrulhar unguentos. O clima úmido e os insetos deram cabo do restante.¹⁰ Não foram somente os livros o que o abandono destruiu. A magnífica sala da livraria dos jesuítas em Salvador estava, em 1811, em tão mau estado que só depois de restaurada pôde instalar-se nela a Biblioteca Pública da Bahia.

Existe um documento que dá idéia do destino de algumas das bibliotecas dos colégios jesuítas depois da expulsão da Companhia de Jesus do Brasil.¹¹ Dele consta que a livraria do colégio do Rio de Janeiro ficou abandonada até 1775 quando o desembargador da Relação, Manuel Francisco da Silva e Veiga,¹² homem culto e dado às letras, fez ver ao vice-rei, marquês de Lavradio, o estado lastimável em que ela se encontrava. Baixou então Lavradio uma portaria man-

dando que o "desembargador dos agravos e intendente-geral do confisco feito aos denominados jesuítas o doutor Manuel de Albuquerque e Melo", assessorado por dois mestres livreiros "de melhor nota e ciência", Pedro da Silva Torres e Manuel Francisco Gomes, acompanhados do escrivão Antônio Machado Freire, avaliassem os livros que estavam no colégio "e o mais que existisse por fora".

O vice-rei determinava que as obras de "doutrina e disciplina eclesiástica" fossem entregues ao bispo da diocese. Os restantes passassem para a casa do desembargador João Antônio Salter de Mendonça¹³ e para "as casas de algumas pessoas que fossem capazes de os fazerem conservar em limpeza e darem conta deles". Quanto aos livros 'proibidos' deveriam ser encaixotados e remetidos ao juiz da inconfidência em Lisboa.

Arrolaram-se 4 701 volumes cada qual com a respectiva avaliação, "os mais que se acharam [...] de várias matérias estão todos espedaçados e comidos do bicho" [...] diz o escrivão. Muitos livros não tiveram preço marcado, por serem julgados "sem valor, tais como os 34 tomos de lógicas de vários autores, as mais delas são coimbreenses"; um tomo intitulado "Plato, Opera" e muitos outros.

Separaram-se as obras proibidas, que somaram 66, e mais "cento e dezoito livros de oitavo de vários autores e matérias pertencentes à Companhia". Entre essas sessenta e seis obras, sujeitas a confisco, muitas são de autores jesuítas e tratam da história e dos feitos da Companhia de Jesus tais como a *Vida do padre Anchieta* e a *Chronica da Companhia de Jesus*, ambas do padre Simão de Vasconcelos; a *Imagem da virtude* e a *Synopsis annalium Societatis Jesu in Lusitania*,¹⁴ de Antônio Franco; a *Gloriosa coroa*, de Bartolomeu Guerreiro, e a *Brasilia pontificia*, de Simão Marques.¹⁵

Os outros livros proibidos são de teologia e filosofia. A ortografia do escrivão e a maneira estranha com que os menciona não nos permitem sempre identificar o autor ou a obra.¹⁶ Assim, a certa altura o escrivão notou: *Vivas vinte e dous tomos*. Trata-se provavelmente das obras de Juan Luis Vives, o famoso humanista espanhol amigo de Erasmo, Thomas More e Guillaume Budé. Adiante vem registrado: *Bumzibau hum tomo*. Quer referir-se ao teólogo jesuíta Busenbaum em cuja obra os censores eclesiásticos descobriram uma teoria justificando o regicídio.

Um livro proibido não consta da lista competente e não foi remetido com seus congêneres para Lisboa: a *Vida do venerável padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus*, por Manuel da Fonseca. Essa obra fora mandada confiscar por uma ordem da Mesa Censória datada de 10 de junho de 1771. Por que não foi enviada? Esquecimento ou ignorância da determinação?

A parte que ficou com o bispo não é composta somente de "obras de doutrina e disciplina eclesiástica" como mandava o vice-rei. Inclui obras de diversas matérias. O padre Serafim Leite ressaltou as mais importantes: a *Bibliotheca lusitana*, de Barbosa Machado, vinte exemplares de Bíblias, uma em grego; o *Voyage du monde de Descartes*, do padre Gabriel Daniel, S.J.; cinco tomos das obras de Newton; a *Poly-anthea*, de Curvo; o *Itinerario*, de Andrade; a *Collecção da Academia Real*; *Os lusíadas*, de Camões, as obras de Antônio Vieira, as obras de São João da Cruz; cinco tomos das de Santa Teresa, as *Novelas exemplares*, de Cervantes, etc. "Nas ciências", diz o padre Serafim Leite,

há variedade. *Osmapas do mundo*, três exemplares de três livros cada um [...], o *Novo atlas* [...], a *Matemática* de Clávio [...] a *Matemática* de Kircher, os *Elementos de matemática* de Boscovich [...] O *Exame de bombeiros* [...], as *Mémoires pour servir à l'histoire des sciences et des beaux arts*, coleção dos padres jesuítas de França, conhecida por *Mémoires* ou *Journal de Trévoux*, fundada em 1701, já com 227 tomos.¹⁷

O padre Serafim poderia ter citado muitas outras obras de valor, tais como a *Monarchia lusitana*, o *Orinoco ilustrado*, o *Marañon y Amazonas* e muitas outras. A coleção de clássicos latinos é excelente, a 'patrística' é muito boa.

Aguça a curiosidade de um bibliófilo esta descrição de um exemplar: "um livro de cerimônias de bispo letra de mão papel pergaminho capa de pasta e suas armas no princípio". Foi avaliado em seiscentos réis. Que fim terá levado esse precioso cerimonial manuscrito, em pergaminho com encadernação blasonada? Infelizmente não temos a lista das obras que couberam ao desembargador Salter de Mendonça nem tampouco as que se destinaram "as casas de pessoas que fossem capazes de as fazerem conservar em limpeza"...

Não há dúvida que a mitra do Rio de Janeiro ficou com uma boa biblioteca. A negligência, porém, e a falta de cuidado, mais que os estragos do tempo, consumiram aos poucos a antiga livreria dos

jesuítas já tão destroçada quando a recebeu o bispo. Pouco antes de 1945 o padre Serafim Leite ainda viu no palácio São Joaquim alguns desses livros. Em alguns podia-se ler a nota manuscrita: "Pertence à Livreria Pública do Coll^o do Rio de Janr^o".¹⁷ O que aconteceu com essa permite avaliar o melancólico fim a que sucumbiram as bibliotecas jesuíticas do Brasil. *Pro captu lectoris habent sua fata libelli.**

[NOTAS]

1. Manuel da Nóbrega, S.J. *Cartas do Brasil (1549-1560)*, 1931.
2. Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, 1939.
3. Serafim Leite, *Luiz Figueira; a sua vida heróica e a sua obra literária*, 1940, p. 101.
4. Em carta ao geral da companhia, datada de 21 de março de 1661. In: Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 4, p. 287-288.
5. Não era certamente um dos maiores colégios dos jesuítas, mas seu acervo é representativo. Serafim Leite (*História*, v. 4, p. 399-410) publica a lista dos livros que possuía.
6. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 5, p. 92-93.
7. F.A. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, v. 3, p. 402.
8. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 7, p. 193: "O curso das artes no colégio da Bahia apresenta-se como uma faculdade de filosofia, de direito pontifício e de feição e praxe universitária, e com a mesma praxe e solenidade dava o grau de mestre em artes aos externos: anel, livro, cavalo, pagem do barrete, e capelo azul de seda". P. 171: "As obras de história constituíam um dos grandes setores das bibliotecas dos colégios [...] A geografia, também presente com os seus livros, corografias, atlas e mapas de Portugal e do mundo [...]".
9. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 7, p. 166-167.
10. "É pena que a sacristia que foi dos jesuítas se tenha perdido e vá cada vez mais se arruinando, por ser uma das magníficas peças daquele gênero, bem como a casa da Livreria, cujos livros bons e muitos têm sido furtados e outros vendidos por quem os furtara por villísimos preços a boticários e tendeiros para embrulhar adubos e unguentos, podendo ter-se com módica despesa conservado, ainda que fora para neles se consultar muitas cousas, para que aqui não aparecem livros; outros porém consta terem saído para armar estantes de particulares, sem que hoje exista nada deles. Luís dos Santos Vilhena, *Cartas*, 1922, v. 1, p. 62.
11. *Auto de inventário e avaliação dos livros que se achão no collegio desta cidade* [do Rio de Janeiro] *sequestrados aos denominados jesuítas* [...] [em 1775]. Esse documento foi consultado e comentado por Serafim Leite, *História da Companhia*

* A sorte dos livros depende da capacidade do leitor. (Em *De litteris, syllabis et metris*, de Terenciano Mauro, gramático romano do século III.) [N.E.]

- nhia de Jesus no Brasil, v. 6, p. 26-28. Foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 301, p. 212-259, 1973.
12. Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura foi mais tarde desembargador da Relação do Porto e sócio da Academia das Ciências. Foi assassinado em 1809 numa arruaça no Porto por ocasião da invasão de Portugal pelas tropas do general Soult. Escreveu diversas obras: *Elogio do [...] Sr. José de Senbra da Silva [...]* Lisboa, 1772; *Falla [...] no dia 5 de janeiro de 1776 em que se celebra os [...] annos do [...] conde da Cunha [...]* Lisboa, 1769; *Falla que [...] no dia 7 de novembro de 1769 repetio na relação do Rio de Janeiro tomando posse [...] o marquez de Lavradio [...]* Lisboa, 1770.
 13. "Ordenei fizesse passar [os livros] que constam da relação junta para a casa do desembargador João Antonio Salter de Mendonça, os que vossa mercê mandará avaliar, para o mesmo desembargador a todo tempo que lhe forem pedidos, no caso de lhe faltar algum o pagar pelo seu justo valor" [...]
 14. Se é que estou certo em identificar essa obra como sendo a *Sinosis da Companhia* conforme redigiu o escrivão.
 15. A biblioteca tinha 17 exemplares dessa obra essencial aos párocos do Brasil. Esse verdadeiro estoque sugere que os jesuítas distribuam exemplares.
 16. O catálogo está repleto de incongruências tais como *Historia in Salano* por *Historia insulana*, *Lementos de Bozcoviche* por *Elementos* [de matemática], de *Boscovich*, *Juztilicio* por *Justus Lipsius*, etc. Um número considerável de obras está arrolado de maneira tão vaga que é impossível a identificação: *Cartilha de theologia*, *Exortação domestica* e *Peregrino* (seria o *Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira?).
 17. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6, p. 26-27.

As bibliotecas de outras ordens religiosas

Seria cometer grave exagero pensar que o ensino era ministrado, nos primeiros séculos, unicamente pelos jesuítas, e que só eles possuíam boas bibliotecas. As outras ordens religiosas, principalmente as dos beneditinos, franciscanos e carmelitas, tinham escolas anexas aos seus conventos e exerciam papel importante na instrução do povo, principalmente, no ensino das primeiras letras.

Nos principais conventos dessas ordens existiam cursos superiores para a formação dos frades. Certas ordens, como a dos franciscanos, acompanharam os progressos pedagógicos e adotaram as teorias filosóficas da Ilustração. Em 1776 reformularam totalmente seus estudos de acordo com a reforma de Pombal na Universidade de Coimbra.¹ Condenando os métodos escolásticos, tão do agrado dos jesuítas, introduziram o estudo experimental das ciências. Vinte e dois anos mais tarde, em 1798, o bispo de Pernambuco, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, fundou em Olinda o seminário da Graça, onde também introduziu no ensino a nova filosofia ilustrada.² Os historiadores brasileiros têm enfatizado a iniciativa de Azeredo Coutinho como sendo um marco na pedagogia colonial. Esquece-se uma reforma anterior, a dos franciscanos do Rio de Janeiro. A fama do seminário de Olinda deve-se à publicidade que lhe deu seu fundador e ao fato de por ele terem passado alguns dos 'patriotas' de 1817. Os franciscanos só publicaram os *Estatutos para os estudos*, em Lisboa, em poucos exemplares (obra raríssima hoje em dia). Do convento saíram homens de grande saber como José Mariano da Conceição Veloso.

Esses dois movimentos de renovação, distantes vinte e tantos anos um do outro, são exemplos de penetração das idéias da Ilustração na colônia e de sua influência no ensino. Reclamavam a presença de boas bibliotecas com acervo moderno. Embora não tenha-

mos catálogos para podermos avaliar-lhes o valor cultural, podemos ter uma idéia da importância das bibliotecas conventuais pelo tamanho dos salões que as abrigavam nos mosteiros do Rio de Janeiro, de Salvador, de Olinda e outras cidades.

Pernambuco teve, a partir do século XVII, boas bibliotecas. Pereira da Costa diz:

à falta de bibliotecas públicas, tínhamos as casas religiosas, riquíssimas, pelo avultado número de obras de todo gênero que possuíam, sem contar as preciosas coleções de manuscritos, os quais eram franqueados a pessoas estranhas, mediante licença.³

O mesmo acontecia nas principais cidades, como dissemos. Os homens cultos valiam-se das livrarias dos conventos.

As ricas abadias beneditinas tinham boas bibliotecas. Enriqueciam os seus acervos por compra e herança. Do espólio do bispo de Areópole, falecido no Rio de Janeiro em 1768, recebeu o mosteiro de São Bento três mil volumes. Baltasar da Silva Lisboa⁴ enumera os abades desse mosteiro desde a fundação e narra-lhes os feitos. São muitos os que cuidam da biblioteca mandando vir de Lisboa livros novos. O abade D. frei Lourenço da Expectação Valadares, em 1777,

aumentou a biblioteca com bons livros que custaram 800 mil-réis; mandou pintar as estantes e o teto; abriu as janelas, portas, parapeitos, com seus caixilhos e vidraças, colocando no meio uma comprida mesa coberta de cordovão com pregaria dourada, bandada de pano verde com seu galão e franjas de retrós amarelo, colocando nela estantes de jacarandá e tinteiro de latão fundido e mobiliou os salões com poltronas e mesas daquela madeira.

D. frei Gaspar da Madre de Deus, o historiador paulista da capitania de São Vicente, quando foi eleito abade do mosteiro do Rio, reformou a biblioteca, comprou livros e

seu amor pela ciência obrigou-o a recolher um livreiro⁵ na casa da livraria com avultado salário para compor os livros danificados dos insetos, fazendo ensinar este ofício a um escravo, para ter cuidado no asseio e limpeza da casa: acrescentou as estantes, que encheu de bons livros, além dos do F. Mateus da Encarnação Pina

que o convento herdara.

Fatos semelhantes aconteciam nos outros mosteiros beneditinos espalhados pelo país.⁶ Essas notícias esparsas são o bastante para mostrar que os beneditinos possuíam boas bibliotecas.⁷ Se não as

conhecemos melhor, como as dos jesuítas, é por falta de pesquisas mais acuradas.

Pouco se sabe em profundidade sobre as bibliotecas franciscanas. Temos notícia que as dos conventos importantes, como as de Salvador, do Rio de Janeiro e de São Paulo, eram excelentes e abrangiam todos os assuntos. Mas também nos pequenos conventos espalhados por todas as províncias do Brasil, os franciscanos tinham livrarias, haja vista a do convento de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, no litoral de São Paulo.⁸ Ali fundaram um convento em 1654 que teve sua época de esplendor e abrigou numerosos frades e uma livraria. Em princípio do século XIX estavam, vila e convento, em plena decadência. Em 1833 incendiou-se. Hoje restam ruínas pitorescas em cujos muros turistas escrevem seus nomes.

Os frades mantinham escola de primeiras letras como era preceito de seus conventos. Para ensinar os pequenos caixaras a ler letra de forma, utilizavam os livros da biblioteca. Em 1825, o guardião, frei José de Santa Ângela, informava: "a livraria está muito destroçada e melhor estaria se não a desmanchassem há muito para tirar-lhe o papelão das capas para fazer caixas e bocetas".

Depois do incêndio do convento e da retirada para Santos do último frade, as alfaías da igreja e os livros salvos foram entregues a um síndico. Este os emprestava ao mestre-escola para uso dos alunos. Acabaram despedaçados. Eram 263 volumes, todos de assuntos religiosos. A livraria era rica em sermões. Continha os do padre Vieira, de Bluteau, Antônio de Sá, frei Antônio das Chagas e de outros autores menos famosos. Não tinha nenhuma obra de assunto leigo. Entre as valiosas e procuradas hoje em dia figuravam as *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, de D. Sebastião Monteiro da Vide (Coimbra, 1720), obra que regulava todos os bispados do Brasil; a *Brasília pontificia*, de Simão Marques (Lisboa, 1749) indispensável aos párcos brasileiros, e uma obra curiosa e rara hoje em dia, *O livro do vinde e vede* (Lisboa, 1763) espécie de sermão sobre o juízo final, escrito em estilo patético por esse místico pouco conhecido e de biografia incerta, o padre paulista Ângelo de Sequeira. Os outros livros, de identificação às vezes difícil,⁹ não passam de cartapácios hoje inaproveitáveis. São obras esquecidas, como essas que dormem nas prateleiras das velhas bibliotecas européias vindas dos acervos de conventos extintos.

Mas se a biblioteca de Itanhaém era modesta a do convento de São Francisco da cidade de São Paulo era considerável em princípio do século XIX. Em 1810, os franciscanos receberam os livros do bispo de Funchal, D. Luís Rodrigues Vilares.¹⁰ Esse prelado reunira uma excelente biblioteca abrangendo todos os assuntos. Deixou-a em testamento à "Religião Franciscana para dela fazer bom uso com proveito do público".

Nessa mesma época a cidade possuía outra boa biblioteca, a da Cúria, formada com as obras que o bispo D. frei Manuel da Ressurreição trouxera de Portugal em 1774. Falecendo em 1789, seus livros foram inventariados. Eram 1 548 volumes representativos da época de Pombal e da reforma dos estudos da Universidade de Coimbra. Essa livraria ficou na Cúria até 1824 quando faleceu o bispo D. Mateus de Abreu Pereira. O presidente da província, Lucas Antônio Monteiro de Barros, arrematou-a pela avaliação e pagou-a com um encontro de contas entre a Mitra e a Fazenda. Comprou também a biblioteca do convento de São Francisco.¹¹ A idéia do presidente da província, comprando e reunindo essas livrarias, era formar o núcleo de uma biblioteca pública que servisse principalmente aos estudantes da futura universidade cujo projeto de criação fora apresentado à Assembléia Constituinte no ano anterior pelo paulista José Feliciano Fernandes Pinheiro, mais tarde visconde de São Leopoldo. Como se sabe, o projeto de uma universidade em São Paulo provocou rivalidade entre as províncias e acabou minguado, depois de anos de discussão, em dois cursos jurídicos, um em Olinda e outro em São Paulo.¹² As bibliotecas reunidas por Lucas Antônio Monteiro de Barros foram instaladas no convento de São Francisco onde passaram a funcionar os cursos jurídicos em 1828. Os volumes que restam formam o acervo antigo da atual Faculdade de Direito.

Esse acervo continha 4 221 volumes.¹³ A parte menor, 1 059 volumes, provinha da livraria do bispo e a maior, 3 162, dos franciscanos. O bibliotecário, José Antônio dos Reis,¹⁴ por sinal o primeiro bibliotecário que teve São Paulo, relacionou e classificou todas as obras. A classificação por assuntos de sua escolha é precária, como não podia deixar de ser. Nem sempre uma obra está bem colocada no assunto escolhido, mas este engano não é grave; o que prejudica a análise do acervo é o fato do ingênuo bibliotecário ter traduzido para o portu-

guês todos os títulos das obras estrangeiras. Esse fato, as inúmeras abreviaturas (mal de todos os tempos), o encurtamento arbitrário dos títulos e nomes de autores (mal de catálogos antigos) tornam difícil, e às vezes impossível, a identificação de todas as obras. Mas, apesar dessas imperfeições, é possível fazer-se uma idéia bem aproximada do conteúdo dessa biblioteca formada em fins do século XVIII.

O número de livros chamados religiosos é obviamente muito grande, é pequeno porém o de obras de devoção. São muitas as de direito canônico, de teologia e as dos santos padres. É excelente a coleção de sermões em português, espanhol e francês, dos grandes pregadores clássicos. A história universal contém as obras essenciais, a eclesiástica é rica. A história de Portugal e do Brasil é representada por quase todos os livros clássicos dos séculos XVII e XVIII. A filosofia contém excelentes edições de santo Tomás de Aquino, Aristóteles, Escoto Erígena, o Genuense, Bacon, etc. A parte referente à matemática, física e química abrange todos os autores 'modernos' no século XVIII e princípios do século seguinte: Boscovich, Lacleix, Lalande, Baumé, Bernoulli, Fourcroy, além de uma preciosa coleção das *Mémoires de l'Académie des Sciences*. A coleção jurídica é excelente: contém os livros básicos a começar pelas compilações indispensáveis de Justiniano, as obras de Grotius e de autores 'modernos' como Vattel e Pufendorf. Ali está a *Scienza della legislazione*, de Filangieri, obra verdadeiramente revolucionária na época. Tudo isso sem falar dos códigos de legislação portuguesa e as obras dos praxistas. Não há dúvida que a parte referente às ciências jurídicas é muito boa. Seria de grande utilidade para os futuros professores e alunos da Academia. A geografia não é nada má, contém a *Géographie*, de Vaissète, o *Atlas*, de Vaugondy, o inevitável dicionário geográfico de Vosgien, a coleção de viagens de La Harpe tão apreciada na época e algumas obras tais como a de Cook, La Condamine e outros viajantes.

Quanto à literatura destacam-se, como é de se esperar, os clássicos latinos em edições de 'obras completas'. Contém os grandes clássicos portugueses: Camões, Vieira, Bernardes. Os franceses estão representados por Corneille, Racine, Molière, Boileau, Lesage e oradores sacros tais como Bossuet, Massillon, Bourdaloue, etc. A literatura inglesa é praticamente inexistente, salvo o *Paraiso perdido*, de

Milton; a italiana é representada unicamente por Tasso. A literatura de imaginação (romance, conto) é pobre na livraria do convento. Entretanto ali figuram dois poetas de sucesso na época, ambos apreciados pelos árcades: Metastasio com sua obra completa e Young com as famosas *Noites*.¹⁵

Até aqui, como se vê, a biblioteca do convento de São Francisco é bem-pensante. Plagiando Eduardo Frieiro no seu estudo da biblioteca do cônego Luís Vieira da Silva, *O diabo na livraria do cônego*, o diabo também entrou no convento paulista. Está representado pelos enciclopedistas, os 'filósofos' da Ilustração e os pensadores considerados perigosos pelos governos absolutistas e pela Igreja. Ali figuram Locke, Condillac¹⁶ e Montesquieu com *L'esprit des lois*, livro de tão profundas conseqüências. D'Alembert aparece com as *Recherches sur différens points importants du système du monde*. Mably, esse comunista *avant la lettre*, está representado pelas *Observations sur l'histoire de France, Le droit public de l'Europe* e "Os direitos do cidadão" (*Des droits et des devoirs du citoyen*).

É curioso notar que o jansenismo está muito bem representado na biblioteca com as obras fundamentais de 'grande' Arnauld, de Nicole¹⁷ e a tradução da Bíblia por de Sacy. O jansenismo teve sua influência sobre o clero em Portugal e no Brasil, não tanto pela doutrina mas pelo que tinha de antiaristotélico, pela nova lógica, pela idéia de vulgarização da Bíblia em língua vernácula e, principalmente, pelo lado antijesuítico. Obras jansenistas aparecem em outras bibliotecas conventuais do século XVIII.

Parece que Voltaire não era do agrado dos bispos que formaram a biblioteca. Ali figuram somente (o que é compreensível) os volumes do teatro e o poema insofocável, mas tão gabado na época, a *Henriada*, na tradução de Tomás de Aquino Belo e Freitas. Essa tradução teve sucesso em Portugal e foi reeditada no Rio de Janeiro em 1812. Não há dúvida que Voltaire era forte demais para os bispos. Ali figura, em duplicata, um livro que teve grande sucesso na época, sucesso em grande parte devido à publicidade que lhe deu o próprio Voltaire atacando-o. Trata-se de *Les erreurs de Voltaire*, do jesuíta Nonnotte, que foi traduzido para o alemão, italiano e espanhol por instigação dos jesuítas. Jean-Jacques Rousseau não agradava aos bispos. Não encontrei uma única obra do genebrino no catálogo. Em compensação con-

tém, em duplicata e talvez triplicata, as obras de Feijoo. A Ilustração espanhola está representada também por outros autores de menor importância. Creio que acharam perigoso demais para a biblioteca de uma colônia a *Histoire philosophique et politique des établissements & du commerce des européens dans les deux Indes*, do abbé Raynal. Compraram somente, desse autor, a *Histoire du parlement d'Angleterre*, muito menos revolucionária.

A biblioteca não possuía a *Encyclopédie*, de Diderot e d'Alembert, mas possuía duas obras equivalentes e representativas da Ilustração francesa: a *Encyclopédie méthodique* e a *Encyclopédie économique*. A primeira, publicada pelo famoso Panckoucke a partir de 1782, levou meio século para que se terminasse a impressão dos seus duzentos volumes. Essa enciclopédia pretendia ser um aperfeiçoamento da de Diderot e d'Alembert. Os assuntos, em vez de figurarem em ordem alfabética (o que tinha sido muito criticado), estavam nessa nova obra dispostos por matéria. Muitos colaboradores da primeira escreveram para a segunda, tais como o próprio Diderot, o astrônomo Lalande, o médico Vicq-d'Azyr, o fisiocrata Duhamel du Monceau e outros. A *Encyclopédie méthodique* teve, na realidade, mais difusão que a de Diderot. Foi traduzida nas principais línguas da Europa e até em turco.

Quanto à *Encyclopédie économique* em dezesseis volumes, foi redigida pelos membros da Société Économique, de Berna, de 1770 a 1771. O editor era o filósofo ilustrado De Felice, italiano estabelecido na Suíça e grande animador de edições de enciclopédias. Voltaire, que não chegara a um acordo de colaboração com ele, atacou-o escrevendo que De Felice não sabia nem italiano nem francês. O fato é que a *Encyclopédie économique*, a primeira no gênero, teve grande sucesso.

Outras coleções representativas da Ilustração presentes na biblioteca são as *Annales des Sciences et des Arts*, a *Histoire de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* e outras muitas que deixo de citar para não alongar demais este ligeiro relance sobre a notável biblioteca do convento de São Francisco.

Não resta dúvida que era uma biblioteca variada contendo as obras básicas sobre cada assunto. Não continha exclusivamente obras clássicas, mas também obras modernas sobre temas variados. Era uma coleção comparável à que teria um homem culto europeu. Nota-se uma predominância de autores franceses. Não é de se admirar:

a língua francesa era universal no século XVIII e, em Portugal e no Brasil, seria a segunda língua de todo homem culto até meados do século XX. A pobreza em obras inglesas e alemãs não é de estranhar, pois essas culturas só neste século penetraram em Portugal e no Brasil. Adam Smith foi lido através da tradução de Silva Lisboa. Os nossos românticos devoraram Byron e Ossian mas traduzidos para o francês.

As bibliotecas que Lucas Antônio Monteiro de Barros adquiriu da Cúria e do convento de São Francisco de São Paulo tornaram-se uma excelente coleção para os estudos superiores da futura faculdade de direito. Formadas em fins do século XVIII, por eclesiásticos, representam a cultura da época posterior à reforma da Universidade de Coimbra. Não estão isentas da influência das idéias da Ilustração como não estão duas outras, também formadas por eclesiásticos e na mesma época: a do padre Agostinho Gomes, na Bahia, e a do cônego Luís Vieira da Silva, em Minas Gerais.

[NOTAS]

1. *Estatutos para os estudos da província de N. Snra. da Conceição do Rio de Janeiro, ordenados segundo as disposições dos estatutos da nova universidade, 1776.*
2. *Estatutos do seminário episcopal de N. Senhora da Graça [sic] da cidade de Olinda de Pernambuco ordenados por D. Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, XII bispo de Pernambuco [sic] do Conselho de S. Magestade Fidelíssima, fundador do mesmo seminário, 1798.* Para uma comparação dos estudos no convento franciscano do Rio de Janeiro e no Seminário de Olinda vide: "Azeredo Coutinho e o fermento intelectual de sua época", por Manoel Cardozo, em *Conflito e continuidade na sociedade brasileira, ensaios organizados por Henry H. Keith e S.F. Edward, 1970*, p. 103-104. Todo o estudo do professor Manoel Cardozo, assim como o comentário do professor E. Bradford Burns, são sugestivos e pertinentes para o estudo das bibliotecas no Brasil.
3. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, v. 6, p. 356.
4. Baltasar da Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, 1834, v. 6, p. 276 e seguintes, principalmente p. 338, 354, 361, 368, 372.
5. A palavra *livreiro* não significava somente 'mercador de livros' mas designava as pessoas que exerciam o ofício de encadernador, dobrador de folhas tipográficas e até bibliotecário. No correr do texto deste trabalho citamos documentos onde a palavra *livreiro* tem ora um ora outro desses sentidos.
6. Salvo na capitania de Minas Gerais onde os conventos eram proibidos. Nessa parte do território não existiram bibliotecas públicas senão depois da Independência. Saint-Hilaire (*Voyages dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*, 1830, v. 1, p. 147) nota, em 1816, essa falta na capital e em outras

- localidades. Em compensação muitos particulares possuíam livros, como veremos.
7. L.F. de Tollenare, visitando o convento de Olinda em 1817, classifica a biblioteca de "assez belle". *Notes dominicales*, v. 2, p. 451 e 523.
 8. Benedito Calixto, *A villa de Itanhaém*, 1895.
 9. A lista dos livros vem em Benedito Calixto, *op. cit.*, p. 79-83.
 10. D. Luís Rodrigues Vilares, paulista, doutorou-se em cânones em Coimbra em 1778. Foi cônego e arcediogo da Sé de São Paulo em 1789. Eleito bispo de Funchal, na ilha da Madeira, em 1796. Faleceu em 1810. Além de sua biblioteca, que legou aos franciscanos de sua cidade, deixou à catedral "os mais ricos paramentos que ornaram até hoje o prelado diocesano nas solenidades" informa Azevedo Marques, *op. cit.*, v. 2, p. 56.
 11. Myriam Ellis, Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo, *Revista de História*, 1957.
 12. São conhecidos os pitorescos argumentos de certos deputados contra a criação de cursos superiores em São Paulo. José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, baiano, alegou que "a pronúncia incorreta e o dialeto desagradável dos paulistas havia de influir para que a mocidade adquirisse o mesmo defeito". Outros, do Norte, eram contrários porque em São Paulo fazia muito frio. Cada deputado queria a instalação na sua província.
 13. O catálogo da biblioteca foi publicado por Myriam Ellis, *op. cit.*, p. 408-447. Era intenção de D. Manuel deixar a sua livraria à Cúria conforme o demonstra em carta a Pombal datada de 19 de março de 1776: "[...] para utilidade comum do mesmo clero e estudantes, tenho posto pública a minha livraria que já se compõe de quase dois mil volumes e para esse fim desejo que ela se conserve na Mitra [...]". A carta foi publicada por Myriam Ellis, *op. cit.*, p. 397. O inventário de sua livraria acha-se no Arquivo do Estado de São Paulo e foi sucintamente comentado por Breno Ferraz do Amaral no seu livro póstumo *José Bonifácio*, 1968, p. 50-53. José Bonifácio foi aluno de D. Manuel da Ressurreição.
 14. Nasceu em São Paulo em 1798. Ordenou-se em 1825. Formou-se em direito em 1832. Eleito bispo de Cuiabá ali faleceu em 1876. Sua longa biografia vem em Azevedo Marques, *Apontamentos históricos [...]* 1879, v. 2, p. 32-33. No estudo de Myriam Ellis, que citamos, vêm publicados documentos a respeito de seu desempenho como bibliotecário.
 15. Como disse, os títulos das obras estão, no catálogo, traduzidos para o português. Não é possível, portanto, saber-se se a obra é em edição inglesa ou em tradução francesa. A última hipótese é mais provável. É interessante notar que a biblioteca de D. Manuel da Ressurreição possuía as *Obras* de Cláudio Manuel da Costa. Esse volume não consta mais na relação dos livros vendidos em 1824. Perdeu-se com certeza, como aliás muitos outros. Basta dizer que D. Manuel deixou à Cúria, em 1789, 1 548 volumes. Somente 1 059 foram vendidos em 1824.
 16. É curioso notar que não vi mencionado Descartes.
 17. As obras de Nicole, reunidas depois de sua morte, constam de 30 volumes. A biblioteca tinha 25.

A decadência dos conventos

As bibliotecas conventuais foram, até a segunda metade do século XVIII, os centros de cultura e formação intelectual dos jovens brasileiros que iam completar seus estudos em Portugal. O enriquecimento do país permitia que os pais mandassem seus filhos a Coimbra. No decorrer do século formaram-se nessa universidade 1 752 brasileiros. A maioria, cerca de 572, nascidos na Bahia. Do Rio, uns 445, de Minas Gerais 347 e de Pernambuco 160. Os outros estudantes, em bem menor número, vêm de outras capitânias. A universidade, embora reformada por Pombal — com a ajuda de dois brasileiros, os irmãos João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e Francisco de Lemos Pereira Coutinho — não satisfazia a todos os jovens ultramarinos. Muitos vão para a escola de medicina de Montpellier, outros vão a Edimburgo à procura de mestres ainda mais modernos. José Pinto de Azevedo estuda na Escócia e defende tese em medicina na famosa universidade de Leiden onde os ensinamentos de Boerhaave ainda estavam vivos.

No Brasil, a proibição de Pombal de que fundassem novos conventos e a instituição do ensino leigo diminuem o papel dos conventos na formação intelectual dos jovens e, em fins do século XVIII, não representam mais o que representavam antes. Substituída pelos professores régios, a função dos conventos como centros de cultura e ensino começa a periclitir.

A circular de 19 de maio de 1835, do governo imperial, proibindo o noviciado, foi uma sentença de morte para os conventos. Algumas ordens, em certas províncias, resistiram mais tempo que em outras. Os beneditinos reconstruíram seu convento de Olinda em fins do século XVIII; em 1860 ainda tiveram forças para reformá-lo. Mas em breve entrou em tal decadência que ficou meio abandonado, servindo de moradia aos que não tinham outro teto. Um único monje so-

brou. Tinha o encargo dos conventos de Olinda e Paraíba e residia ora em um, ora em outro. "Veio daí," diz Pereira da Costa,

o desaparecimento, em grande parte, da sua importantíssima livreria, na qual, ainda chegamos a ver, entre outras obras de arte de valor, a sua completa patrologia e os mais belos exemplares das estimadas e raríssimas edições elzevirianas; e por completo o seu arquivo, vasto repositório de documentos históricos de nossa vida colonial, tão freqüentemente citados pelos nossos cronistas e particularmente por A.J.V. Borges da Fonseca na sua *Nobiliarchia pernambucana*.¹

São Paulo tivera até meados do século XVIII duas boas bibliotecas conventuais: a de São Bento e a de São Francisco. Em 1835 Daniel Pedro Muller² levantou a situação dos conventos paulistas. Os carmelitas tinham casas na capital da província, em Itu e em Mogi das Cruzes. Na primeira havia dois religiosos, nos outros apenas um. Os beneditinos instalados nas cidades de São Paulo, Santos, Sorocaba e Parnaíba tinham um único monje em cada mosteiro. Os conventos franciscanos de Santos, Itu, Taubaté, São Sebastião e Itanhaém não tinham nenhum monje. Essa situação repete-se no Brasil inteiro. Os conventos estão vazios, as bibliotecas e os arquivos abandonados por falta de quem cuide deles. A excelente biblioteca dos franciscanos no Rio de Janeiro ficou abandonada, entregue aos cupins e às goteiras no telhado do convento.³ Em 1761, frei Antônio de Santa Maria Jaboatão mandou imprimir em Lisboa seu *Orbe serafico novo brasilico*. Saiu um belíssimo livro, admiravelmente impresso em excelente papel. Grande parte da edição foi mandada para Pernambuco e ficou encaixotada no convento, tal como viera de Portugal, até 1840.⁴ Inútil dizer que poucos volumes foram salvos. A umidade e os insetos destruíram a maior parte. A falta de gente para cuidar das bibliotecas instaladas em cidades tropicais, onde cuidados constantes são necessários, foi a culpada pela destruição dos acervos dos conventos. Sobre o estado dessas bibliotecas em meados do século passado há um documento revelador: o relatório apresentado por Gonçalves Dias no final da missão de que fora incumbido pelo governo imperial com a finalidade de examinar o estado em que se encontravam as bibliotecas dos conventos nas províncias do Norte do país.⁵ Escrevendo sobre o que encontrou em São Luís do Maranhão diz o poeta:

[...] Quanto à parte literária, é o convento de Santo Antônio o que mais avulta, contendo uma biblioteca de quase 2 000 volumes; mas, por negligência, acham-se muitos, quase todos, danificados a ponto de não poderem servir. Estão arrumados em sete ou oito estantes sem ordem alguma e colocados em uma sala incômoda para o estudo, por ser vivamente ferida pelo sol, sem uma mesa de estudo, sem uma cadeira [...]. Não havendo um catálogo na biblioteca, tive de percorrer os volumes um por um para que ao menos soubesse o que eles continham, e na esperança de encontrar entre eles livros dos que faltam nas nossas principais bibliotecas, ou algum manuscrito esquecido. Nada disso: são volumes de teologia casuística, de filosofia rançosa, que ao abrir-se pareciam estranhar e queixar-se da mão, que os importunava no descanso morto, em que jaziam. Por toda a literatura, o teatro de Voltaire e Metastasio e não sei se alguns volumes trunca-dos das *Décadas* de Barros. Por toda a ciência, Montesquieu, envergonhado de se achar entre uma álgebra escrita em latim e as *Recreações filosóficas*, do padre Teodoro de Almeida. Dos Santos Padres apenas as obras de santo Agostinho, e não sem dificuldade encontrei as de santo Antônio, o padroeiro do convento [...]. Eis a livraria de Santo Antônio, que é a melhor de todas as ordens religiosas do Maranhão [...]. As Mercês tiveram em outro tempo uma grande e vasta livraria: lembram-se ainda algumas pessoas do tempo em que, freqüentando as escolas, lá iam com os seus companheiros gazejar na livraria do convento, e por brinquedo se atiravam com os livros uns aos outros, sem que alguém intervisse para lhes pôr cobro. Estragaram-se ou desapareceram: os que restam cabem em três pequenas prateleiras, arrumados de topo, sem outra ordem mais que as teias de aranha que os ligam [...] a do Carmo carece de tudo, livros, estantes e local para eles [...]. Da livraria e arquivo dos jesuítas (confiados ao cuidado do bispo diocesano por carta régia de 11 de junho de 1761) em 1831 não se acharam senão mil volumes, e esses completamente destruídos [...]. Os vinte anos que depois decorreram bastaram para consumir essa obra de destruição. Nada há hoje que aproveitar do arquivo dos jesuítas!

Esse quadro realista pintado por Gonçalves Dias retrata o destino trágico que tiveram as ricas bibliotecas e os arquivos dos conventos brasileiros. Só seriam reconstituídos com livros novos e a restauração dos poucos que sobravam, depois da Proclamação da República em 1889 quando a Igreja ficou separada do Estado e vieram para cá religiosos estrangeiros repovoar os conventos de suas ordens.

Em fins do século XVIII, as bibliotecas conventuais entraram em decadência, fundaram-se, porém, seminários em diversas dioceses providas de livraria. Em Olinda, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, quando bispo de Pernambuco, criou o seminário da Graça e redigiu-lhe os estatutos.⁶ Azeredo Coutinho organizou junto ao seminário uma excelente biblioteca. A livraria do seminário

de Mariana era muito boa a julgar pelo que disseram viajantes estrangeiros em princípios do século passado. Em São Paulo o seminário episcopal tinha ótima biblioteca gabada por Martius que a visitou em 1818. Não se fez, infelizmente, um estudo dos acervos dessas livrarias. Em princípios do século XIX, os tempos eram outros e a influência dos religiosos no movimento intelectual brasileiro diminui cada vez mais. "Termina a hegemonia intelectual dos conventos e se organiza o pensamento livre."⁷

[NOTAS]

1. F.A. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, v. 2, p. 107.
2. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S. Paulo*, 1838. As estatísticas referem-se aos anos de 1835 e 1836. Há uma edição moderna, São Paulo, 1923, desse livro raríssimo.
3. Frei Basílio Röwer, *A provincia franciscana da Imaculada Conceição do Brasil*, 1922.
4. Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario bibliographico portuguez*, 1858, v. 1, p. 202.
5. Exames dos mosteiros e repartições públicas para a coleção dos documentos históricos relativos ao Maranhão [por Antônio Gonçalves Dias]. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, v. 16, p. 370-384, 1851.
6. *Estatutos do seminario episcopal de N. Senhora da Graça* [sic] [...] ordenados por D. Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, 1798.
7. Antônio Cândido, *Formação da literatura brasileira*, 1959, v. 1, p. 228.

As bibliotecas particulares

Temos poucas informações sobre os livros em mãos de particulares nos séculos XVI e XVII. O movimento academicista do século XVIII que se espalhou pelos centros mais ricos da colônia — Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e até Cuiabá — já demonstra a existência de uma vida cultural significativa. Embora algumas dessas manifestações não passassem de 'atos acadêmicos' em homenagem a algum personagem ou evento, outras, como a Academia dos Renascidos (1759), por exemplo, não tinham somente uma finalidade literária mas também histórica e científica como o demonstram as obras que escreveram muitos de seus sócios. Todo esse movimento pressupõe a existência de livros em mãos de seus autores.

Clado Ribeiro Lessa estabeleceu a lista dos que citam Sebastião da Rocha Pita na sua *Historia da America portugueza* (Lisboa, 1730), os que José de Oliveira Bessa, cônego da Sé da Bahia, menciona nas suas alocações, e os que vêm citados por frei Gaspar da Madre de Deus em suas *Memorias para a historia da capitania de S. Vicente* (Lisboa, 1797).¹ Bibliografias desse gênero provam somente as fontes que o autor usou. Não provam, forçosamente, que esses livros existissem no Brasil, pois muitos autores realizaram suas obras parte em Portugal e parte aqui, como Pedro Taques. As citações que este faz são, em parte, de livros e manuscritos consultados em Lisboa, embora ele tivesse boa biblioteca de genealogia.² Toda gente sabe o quanto é precária a avaliação da cultura de uma pessoa pelos livros que possui. Em Portugal, o cardeal da Cunha, célebre pela sua ignorância, para quem Santa Rita Durão escreveu sermões e outras composições, possuía uma vastíssima biblioteca, apelidada 'as onze mil virgens'.

Nas primeiras décadas do século XVII os livros se multiplicam em mãos de particulares e as bibliotecas aumentam seus acervos. Numa

capitania pobre como a de São Paulo, onde os habitantes estavam empenhados principalmente em formar bandeiras para descobrir ouro e combater índios, tem-se notícia de alguns livros em mãos de paulistas. Nos testamentos seiscentistas de São Paulo encontram-se livros arrolados. A câmara da cidade possuía um volume das *Ordenações*. Em sessão do ano de 1655, um vereador reclamou por estar a obra emprestada e porque "a traziam mal-tratada". Em 1664, outro vereador pede que se mande consertar essa obra, "por estar mui desbaratada". O inventário de Rodrigues Tenório de Aguiar menciona alguns livros: o *Retábulo da vida de Cristo*, *Instruções para confessores*, *Mistério da Paixão* e a *Crônica do grão-capitão que é*, provavelmente, a vida de Gonzalo Hernández de Córdoba, de Hernán Pérez del Pulgar. Inês Camacho deixou (1623) "um livro de São José, *Concertos*,² uma *Vida cristã* e as *Ordenações de Sua Majestade*. Este volume, indispensável à vida jurídica da comunidade, foi avaliado em dez cruzados, preço elevadíssimo que explica a raridade da obra em São Paulo e o cuidado dos vereadores com o exemplar da câmara. Em 1627, falece em São Paulo o holandês Manuel 'Vandala'. O papel em que foi redigido seu testamento foi comido pelas traças, o que deixou o título do livro que possuía incompleto. Esse homem rico possuía uma *Divina...* avaliada em 640 réis. Perguntam os historiadores: seria um exemplar da *Divina comédia* ou simplesmente um romance ao gosto do tempo, como a *Divina dama* ou coisa parecida? Há também no inventário de Pedro Fernandes um objeto que faz pensar: "um torno de empresar livros". Outros paulistas desta época deixaram algumas obras do mesmo gênero.

Alcântara Machado³ menciona ainda a existência de obras profanas: as *Novelas*, de Cervantes, o *Fralstantonio*,* de Villegas, que ele

* Talvez *Flos sanctorum* ("historia general en que se escriue la vida de la Virgen [...] y de los sanctos antiguos"), de Alonso de Villegas (1534-ca. 1615), editado em Barcelona em 1586. A terceira parte deste livro (Valladolid, 1614) saiu com uma gralha no título, que ficou *Flossanctorum*, sendo possível atribuir a leitura 'Fralstantonio' à ortografia indecifrável de quem redigiu o inventário. Alcântara Machado diz: "[...] o *Fralstantonio*, de Villegas, e outro do mesmo autor, cuja intitulação é indecifrável. Esse Villegas pode ser Esteban Manoel de Villegas, escritor castelhano coetâneo, ou, mais provavelmente, Quevedo y Villegas, autor da *Historia y vida del gran Tacaño llamado Buscon*, romance burlesco publicado em 1626." Ele se referia a Francisco de Quevedo e sua novela picaresca *Historia de la vida del bvscon, llamado don Pablos; exemplo de vagamundos y espejo de tacaños*, publicada em Saragoça, em 1626, e ainda hoje reeditada como *El buscón*. [N.E.]

supõe que talvez fosse a *Historia y vida del tacaño llamado Buscón*, "romance burlesco publicado em 1626". Encontrou mais, mencionados nos inventários: um *Epitome historial*, um *Floro historico*, uma *Prosodia*, um *Tratado pratico de arithmetica*, uma *Cartilha pastoril*, um *Segredo da natureza*. Não deixa de ser notável a existência de um exemplar das *Novelas ejemplares*, de Cervantes, em São Paulo seiscentista, explicável, em parte, pelo grande número de castelhanos que ali vivia. Em Itu, em fins do século XVIII, o ouvidor Lourenço de Almeida Prado (1732-1796) possuía diversas obras.⁴ Outros paulistas tinham livros.

Em Minas Gerais sabemos que um homem rico como Manuel Nunes Viana tinha pretensões a mecenas literário. Levou para Lisboa os originais do *Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, que mandou imprimir em Lisboa, em 1728. Pagou também a edição do terceiro volume das *Décadas*, de Diogo do Couto, como notou o professor Boxer. Sabemos que possuía bons livros.

A rica capitania de Minas Gerais devia ter, na época da mineração de ouro e diamantes, mais livros do que se supõe. Manifestações literárias como as que estão incluídas no *Triunfo eucharistico* (Lisboa, 1733) e no *Aureo throno episcopal* (Lisboa, 1749) demonstram que nessa época existiam, em Vila Rica, oradores sacros, prosadores e poetas de valor. Ali viviam os altos magistrados, militares, médicos, mestres-escola e inúmeros advogados. Muitos eram formados em Coimbra e de Portugal deviam ter trazido seus livros. Martinho de Mendonça de Pina e Proença, inteligentíssimo e culto, que governou interinamente a capitania (1736-1737), escrevia a Gomes Freire de Andrade, no Rio, pedindo-lhe que lhe mandasse as "obras de Mr. Rollin" ou "alguma coisa de viagens da América, principalmente o padre Terillet,⁵ e do Pe. Labat às ilhas da América". Em outra carta menciona as gazetas de Londres que recebia e lia apesar de não ter "mais conhecimento da língua inglesa que pode bastar para entender o sentido da sustância que contêm por grosso". Assim sabemos que as famosas gazetas inglesas chegavam até Minas Gerais na primeira metade do século XVIII.

Outras pesquisas como essas, feitas por Sílvio Gabriel Diniz,⁶ revelam a existência de livros em mãos dos moradores de Vila Rica. Pedro Ribeiro Lourenço tinha uma pequena biblioteca de obras reli-

giosas e de clássicos latinos. Possuía também "oito peles de carneiro pequenas, 20 peles de pergaminho", [...] "cinco prensas de livros" e cento e onze "ferros de várias castas, pertencentes ao ofício de livreiro". Pelo visto ele exercia a arte de encadernador e parece ter sido mercador de livros. Em meados do século XVIII, o capitão Manuel Ribeiro dos Santos, comerciante forte, adquiria livros em Portugal para si e para revender. Tem-se notícia de que Manuel Peixoto Guimarães era livreiro "junto à ponte de São José". Outro livreiro de quem há informação é Domingos José Marques estabelecido na freguesia de Antônio Dias. O negócio de livros fazia-se também entre particulares, segundo resulta de uma carta do contratador João Rodrigues de Macedo ao Dr. Ricardo Barbosa da Cunha, datada de 2 de dezembro de 1783, na qual conta que comprara livros do Dr. Albergaria. O intendente das Minas de Diamantes, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, verdadeiro *Aufklärer*, viajara à Europa aperfeiçoando seus conhecimentos de química e mineralogia. Falava bem francês, um pouco o inglês e o alemão, segundo Saint-Hilaire.⁷ Possuía boa biblioteca de livros científicos instalada em cômodo próprio.⁸ Homens cultos, como José Vieira Couto, o médico Antônio Gonçalves Gomide, o doutor José Teixeira da Fonseca e Vasconcelos, futuro visconde de Caeté, juiz de fora de Sabará, formado em Coimbra em 1791, possuíam livros. O último tinha boa livraria com "muitos livros ingleses e franceses, também obras de Buffon e uma edição de Lineu" conforme notou Martius, em 1816.

Informa-nos Felício dos Santos que os primeiros livros em língua francesa que apareceram no Tijuco (atualmente Diamantina) foram o *Contrato social*, o *Espírito das leis* e o *Telêmaco*. Os que ali existiam antes eram escritos em português e latim.⁹ A presença dessas obras de Rousseau, de Montesquieu e Fénelon, autores proibidos em Portugal, são indícios da influência "das abomináveis idéias francesas" em Minas Gerais.¹⁰

Os poetas que tomaram parte na Conjuração Mineira tinham livros que foram arrolados com seus outros bens quando se iniciou o processo.¹¹ Cláudio Manuel da Costa era dono de trezentos e oitenta e três volumes, quase todos de direito, salvo uns volumes de Camões, Quevedo e Calderón de la Barca. Tomás Antônio Gonzaga possuía oitenta e três, Alvarenga Peixoto dezessete e o coronel Fran-

cisco de Paula oitenta e quatro, arrolados em bloco, sem especificação dos títulos. Entre os inconfidentes figura o cônego Luís Vieira da Silva, cuja biblioteca de cerca de oitocentos volumes foi estudada por Eduardo Frieiro.¹² Desses volumes, trezentos aproximadamente são obras capitais dos grandes pensadores europeus dos séculos XVII e XVIII e muitas de autoria dos filósofos da Ilustração francesa. O professor E. Bradford Burns estudou as bibliotecas

que pertenceram aos Resendes Costa, pai e filho, participantes ambos da Inconfidência, e a de Batista Caetano de Almeida, reformador liberal do Primeiro Reinado e da Regência.¹³

Seu estudo revela a existência dessas duas magníficas coleções mineiras formadas no século XVIII. "A lista de autores representados naquelas ricas bibliotecas dá a impressão de uma nominata da Ilustração européia." O que resta delas forma o acervo antigo da atual biblioteca de São João del Rei.

Havia outras bibliotecas particulares, porém, pouco se sabe sobre elas. O padre José Correia da Silva, formado em leis em Coimbra em 1759, tinha boa livraria em seu solar de Sabará, hoje sede da prefeitura. Sobram alguns volumes desemparelhados de Rousseau, da *Encyclopédie*, de Diderot, etc. que ainda trazem o ex-libris do padre; o mais antigo que se conhece atualmente de um brasileiro. Manuel de Abreu Guimarães, o do famoso vínculo da Jaguará, tinha livros segundo me informa meu amigo Antônio Joaquim de Almeida, diretor do Museu do Ouro. A livraria do seminário de Mariana chamava a atenção dos viajantes estrangeiros no princípio do século passado. Mereceria um estudo acurado. Não há dúvida que muito livro existiu em mãos de particulares em fins do século XVIII nas ricas cidades mineiras. Há muito material nos arquivos à espera de pesquisadores.

Não são abundantes as notícias que temos sobre bibliotecas particulares na Bahia nos séculos XVII e XVIII. É de crer, porém, que homens como Gregório de Matos, Manuel Botelho de Oliveira, o poeta poliglota autor da *Musica do Parnasso* (Lisboa, 1705) e o historiador Sebastião da Rocha Pita tivessem livros. Os jovens que podiam estudar em Coimbra, quando voltavam e passavam a exercer cargos na governança da terra, traziam, com certeza, seus livros. A *intelligentsia*, que se reuniu na Academia dos Esquecidos em 1724 e na dos Renascidos em 1759, devia ter biblioteca como se pode deduzir de

suas produções. Infelizmente foram feitas muito poucas pesquisas nos inventários e em outros documentos para se averiguar quais os livros que possuíam os baianos dos séculos XVII e XVIII.

Temos, entretanto, algumas notícias de livrarias particulares em fins do século XVIII. Duas pessoas implicadas na frustrada conjuração de 1798 tinham livros: Cipriano Barata de Almeida e Hermógenes Francisco d' Aguilar Pantoja.¹⁴ O primeiro possuía trinta obras, o segundo vinte e duas.

O cirurgião Cipriano Barata possuía livros de medicina prática, de física, de química, de matemática e de filosofia. A grande maioria delas traduzidas para o francês ou de autores franceses. Eram obras correntes, isto é, modernas, em uso, presentes nas bibliotecas particulares da época; livros de um homem culto que se interessava pelas ciências de seu tempo. Nenhum poderia ser taxado de subversivo aos olhos da censura ou da polícia. Nada na biblioteca de Cipriano Barata revela o defensor da liberdade, o admirável jornalista, o lutador e o revolucionário que já era e seria a vida toda. Esse fato demonstra que nem sempre as bibliotecas particulares espelham bem as idéias de seu proprietário.

As vinte e duas obras pertencentes a Hermógenes Francisco d' Aguilar Pantoja são, na maioria, de autores franceses em voga. Trata-se de obras literárias como as *Lettres péruviennes*, de madame de Graffigny; *Le diable boiteux*, de Lesage; *Les aventures de Télémaque*, de Fénelon, etc. Entre outros volumes sem maior significação figuram livros de matemática, uma gramática francesa e o terceiro tomo de um *Dictionnaire historique* que tanto podia ser o de Moreri, o de Bayle ou outro qualquer, apreciados na época, principalmente o de Bayle por seu conteúdo filosófico. As *Institutiones metaphysicae*, do Genuense, ali estão presentes. Barata também tinha a *Lógica* do mesmo autor. É interessante notar a presença freqüente de obras de Genovesi nas bibliotecas brasileiras da época. A filosofia do Genuense era tida em grande conta, tanto assim que Silva Serva publicou sua *Metafisica*, na Bahia, em 1817. Esse "predomínio do Genuense é considerado impeditivo do desenvolvimento do pensamento filosófico e sua atualização em Portugal", nas palavras de Delfino Santos.¹⁵ A famosa coleção de viagens do *abbé* Prevost está completa com seus 54 volumes, fato raro então nas bibliotecas particulares.

Salvo um volume avulso do *Dictionnaire philosophique*, de Voltaire, nenhuma outra podia ser taxada de ser 'contra o Trono e o Altar'.

As bibliotecas dos dois inconfidentes baianos de 1798, com grande número de livros franceses ou traduzidos para o francês e poucos livros portugueses, indicam a influência da cultura francesa e a predominância da língua francesa na Bahia que não destoava nesse ponto do que ocorria em toda a Europa do século XVIII. Mas, só pelos livros desses dois inconfidentes de 1798 não há como comprovar a influência dos filósofos da Ilustração, nem como apreciar a penetração na Bahia das idéias de liberdade, igualdade e fraternidade suscitadas pela Revolução Francesa.

Outro tanto não cabe dizer da biblioteca particular de outro contemporâneo de Cipriano Barata, o padre Francisco Agostinho Gomes (1769–1842). Esse verdadeiro 'filósofo' ilustrado reuniu a melhor e maior livraria particular existente no Brasil na passagem do século XVIII para o XIX. Infelizmente não existe um catálogo dessa coleção. O padre Agostinho Gomes doou-a à Biblioteca Pública da Bahia, logo após sua fundação. Seus livros misturaram-se com outros.¹⁶ Podemos, entretanto, avaliar sua importância pelo depoimento de viajantes ingleses que a visitaram nos primeiros anos do século passado. Compunha-se de "diversos milhares de volumes dos melhores autores", informa O'Neil.¹⁷ Thomas Lindley visitou o padre Francisco Agostinho Gomes em 1803.¹⁸ Impressionado com sua cultura notou na biblioteca obras de Lavoisier, de Buffon, a *Encyclopédie*, de Diderot e d'Alembert, e livros em inglês e francês sobre "história natural, economia política, viagens e filosofia". Notou a presença da *History of America*, de William Robertson, a *Wealth of nations*, de Adam Smith, e as obras de Thomas Paine. Livros esses proibidos pela censura.

Além dessa notável biblioteca do padre Agostinho, sabemos que tinham livros nessa época: Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco e seu primo Alexandre Gomes Ferrão que também os doaram para formar a Biblioteca Pública da Bahia. Não seriam casos isolados. Tudo leva a crer que, em Pernambuco, no século XVII, existiam bibliotecas particulares embora não haja como documentar essa presunção. Mas não é difícil acreditar que o médico João Ferreira da Rosa — autor do *Trattado unico da constituição pestilencial de Pernambuco*, impresso em

Lisboa em 1694, a primeira obra que se escreveu sobre a febre amarela — teria um respeitável acervo de livros.¹⁹ Sede de uma capitania rica é de supor que pesquisas acuradas ainda nos revelassem surpresas no caso da Olinda (ou do Recife) seiscentista nesse particular.

Há indícios de que em fins do século XVIII numerosos pernambucanos possuíam livros. Os 'filósofos' esclarecidos reunidos nas diversas academias, que se ligariam mais ou menos à maçonaria, formavam centros de propagação das idéias liberais e republicanas que se iriam manifestar em movimentos como o da rebelião pernambucana de 1817. Manuel de Arruda Câmara, médico formado em Montpellier, fundador da Academia de Itambé, teria provavelmente sua biblioteca por menos que se conheçam dados a respeito. Seu discípulo predileto, o padre João Ribeiro Pessoa Montenegro, animador da Academia do Paraíso, "começava", diz Muniz Tavares,

a formar uma biblioteca particular na sua habitação, que a todos era aberta. Não abundava ainda em volumes, eram, porém, de preço inestimável pelas matérias que continham.²⁰

Robert Southey, que o conhecia através de Henry Koster, mandou-lhe o primeiro volume da sua *History of Brazil*, o segundo não alcançou mais o padre João Ribeiro que se suicidara depois de frustrado o movimento republicano.²¹

Outro personagem importante desse movimento, Antônio Gonçalves da Cruz Cabugá tinha na sua luxuosa casa uma

farta livraria, em que abundavam, de preferência, as obras de mais palpitante interesse político e propaganda liberais, às quais corriam a consultar personagens de toda a jerarquia, e mais assiduamente os seus amigos políticos empenhados na propaganda revolucionária.²²

Nada mais se sabe sobre os livros que possuíam os republicanos de 1817. É pena que não se tenha ainda pesquisado a farta documentação publicada e inédita e não se tenham explorado mais os inventários e outros papéis da época, para ter noção mais ampla dos livros que possuíam esses e outros 'pernambucanos ilustres'.

No Rio de Janeiro, no século XVIII, viviam muitos brasileiros formados em Coimbra ocupando cargos na magistratura, no magistério e na administração. Outros exerciam profissões liberais como o advo-

gado João Mendes da Silva, pai do poeta Antônio José da Silva, e autor do poema *Christiados* (Lisboa, 1754). Sabemos que possuía uma biblioteca de 250 volumes. As preocupações intelectuais dessa *intelligentsia* manifestam-se na fundação de uma academia científica (1771-1779) e, em seguida, de uma sociedade literária. Vicente Coelho de Seabra da Silva Teles, entusiasmado com a fundação dessa última agremiação, dedicou-lhe seus *Elementos de chimica* (Coimbra, 1788), o primeiro livro em português a adotar a doutrina antiflogística, a vulgarizar a nova química e a nomenclatura de Lavoisier.²³ Pertenceram a essa sociedade, entre outros, os brasileiros Jacinto José da Silva, médico formado em Montpellier em 1778 com uma tese sobre tísica pulmonar,²⁴ o naturalista João Manso Pereira, o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, autor de *Glaura*, e o jovem bacharel Mariano José Pereira da Fonseca, nessa época conhecido pelo apelido de Biscoito e mais tarde pelo título de marquês de Maricá.

Parece que a Sociedade Literária tinha na sua sede, além de objetos de história natural e física, uma biblioteca para uso dos sócios. O conde de Resende em 1794 mandou fechar a sociedade e proceder a uma devassa. Nos autos desse inquérito aparecem dados sobre as livrarias de alguns de seus membros. O médico Jacinto José da Silva era dono de muitos livros. Entre estes foi encontrada uma obra com o título de *De l'Église et du pape*, a qual, dizem os autos,

por conter matérias menos ortodoxas de religião católica, o houve ele ministro por apreendido, e mandou que se juntasse por apenso a este auto até se proceder nele maior exame, e quanto aos mais de que se compõem a mesma livraria achou que todos eram concernentes à Faculdade de Medicina e História, em que não se encontra obra alguma contrária à religião e ao governo eclesiástico e político [...] ²⁵

Na biblioteca de Jacinto José da Silva só foi encontrado esse livro subversivo. O mesmo não se deu com a de Mariano José Pereira da Fonseca. Possuía noventa e seis volumes sobre os mais disparatados assuntos, na sua maioria obras francesas.²⁶ Muitas compradas do espólio de um tal Luís Antônio Tinoco. Na devassa incriminaram-no por ter a *Histoire philosophique et politique des établissements & du commerce des européens dans les deux Indes*, do abbé Raynal, o *Emile*, de J.-J. Rousseau, e os *Direitos do cidadão*, de Mably. O jovem bacharel defendeu-se como pôde. É curioso notar que não o tenham incriminado pela posse de vários tomos das obras completas de Voltaire.

Talvez porque esses tomos só contivessem a obra poética do 'filósofo'. Não lhe fizeram perguntas sobre o *Voyage autour du monde*, de Bougainville, e o famoso *Supplément*, de autoria de Diderot, obras tão representativas das idéias dos enciclopedistas.

As outras obras em seu poder eram de autores bem-pensantes ou tratavam de assuntos que nada tinham a ver com religião ou política. O jovem bacharel só tinha uma obra de direito, o *Le droit des gens*, de Vattel, em francês. Na lista de seus livros figuram dois tomos desemparelhados do célebre *Dictionnaire universel de commerce*, de Savary, um dicionário inglês-francês e francês-inglês, uma gramática francesa em italiano, dois tratados de contabilidade, livros de medicina, obras sobre relógios, etc. De literatura aparecem livros de Metastasio, Torquato Tasso, Milton, Boileau, Crébillon, e *O pastor Fido*, de Guarini, que foi traduzido por Tomé Joaquim Gonzaga (Lisboa, 1798). O intendente Pina Manique o julgava pernicioso e foi apreendido.

Não se pode deixar de notar que no catálogo dos livros de Pereira da Fonseca figura a seguinte jóia assim descrita: "Villa Rica, poema de Claudio Manoel da Costa, em portuguez, hum volume em quatro". Será o mesmo manuscrito que se acha hoje no Instituto Histórico do Rio? Seu dono serviu-se dele, com certeza, para publicar em 1813, no volume 1 (p. 40-68), de *O Patriota*, o 'fundamento histórico', sob o título de 'Memoria historica e geographica da descoberta das Minas'. O poema completo só foi impresso em Ouro Preto em 1839. Para terminar de analisar a livraria do jovem bacharel não podemos deixar de notar a existência de dois livros que teriam uma influência decisiva na sua vida: os *Caracteres*, de Teofrasto, e as *Réflexions ou sentences et maximes morales*, de La Rochefoucauld. Estavam ali presentes os germes das famosas *Máximas*, do marquês de Maricá, tão louvadas na época da sobrecasaca.

Parece que, de todo esse grupo de filósofos ilustrados do Rio de Janeiro, quem tinha a maior livraria era o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga: 1 576 volumes mais ou menos, sendo 687 de direito e 889 de 'obras gerais'. Tratava-se pois de avultada coleção comparável, em número de volumes, à do padre Agostinho Gomes, da Bahia, e à do cônego Luís Vieira da Silva, de Minas Gerais.²⁷

Os livros de direito são dos juristas portugueses e dos clássicos da

época, escritos em vernáculo ou em latim. A parte mais interessante para os nossos dias é a que foi incluída entre 'obras várias'. O que chama a atenção de quem percorre o catálogo destas é o decisivo predomínio de livros em francês. Trata-se, por assim dizer, de uma biblioteca francesa — onde abrem exceção apenas uns poucos clássicos gregos e latinos²⁸ —, quando não sejam de autor francês são traduzidos para o francês. Seu *Don Quijote* aparece em tradução francesa. É certo que tem a *Gerusalemme liberata*, do Tasso, em italiano, mas ao lado da tradução francesa de Lebrun. Outra observação que se faz logo é a da ausência quase total da literatura portuguesa. Salvo um volume, catalogado como 'Elpino Odes' (provavelmente as *Odes pindáricas*, de Elpino Nonacriense, isto é, Antônio Diniz da Cruz e Silva) e uma *Insiclupedia poetica [sic]*, em 15 volumes que, aliás, não me parece obra portuguesa. Não há um só livro de poesia em português. Não passam de uma dezena os títulos portugueses.²⁹ Algumas são obras dos 'filósofos' ilustrados que marcaram data na história (e que, por sinal, só podiam ser lidos mediante autorização da censura), tais como Beccaria, Filangieri e Bentham. O poeta as possuía em tradução francesa.³⁰

Entre os livros franceses proibidos pela censura, Silva Alvarenga possuía os *Romans et contes* e o *Siècle de Louis XIV*, de Voltaire,³¹ *Jacques le fataliste*, de Diderot, as obras de Frederico da Prússia, e as *Lettres de Ninon de Lenclos*, interdidas em 1782.

Os grandes clássicos franceses são representados pelas obras de Corneille, Racine, Molière (na edição estereotipada de Didot), as sátiras de Boileau, as *Aventures de Télémaque*, de Fénelon, as obras de La Rochefoucauld, o *Gil Blas*, de Lesage, e o *Roman comique*, de Scarron. Não é de surpreender a presença nessa biblioteca de uma série de obras, hoje quase esquecidas, mas muito lidas na época, como as de Marmontel,³² as *Lettres d'une péruvienne*, de madame de Graffigny, os insossos *Idylles*, de Berquin, *Les bataves*, o poema de Paul Bitaubé, as poesias pastorais da madame Deshoulières, o poema *La colombiade*, em dez cantos, da famosa madame du Boccage, em cujo salão se encontravam escritores como Fontenelle e Voltaire, e a *Histoire amoureuse des Gaules*, de Bussy-Rabutin, o primo de madame de Sévigné, livro proibido pela censura. Um poeta como Silva Alvarenga não podia deixar de ter as obras de Delille tão apreciadas pelos árcades portugueses

e brasileiros. Mas é admirável que já tivesse os três volumes dos *Martyrs*, de Chateaubriand, publicados em 1809. São essas as principais obras de literatura que figuram no catálogo. Outras há porém de difícil identificação.*

Os fisiocratas estão representados pelo *Cours d'agriculture*, do abbé Rozier, as *Lettres d'un cultivateur américain*, de Crèvecoeur, e o *Cours d'agriculture*, de Arthur Young. São raros os livros de medicina, o principal é o *Nouveaux éléments de la science de l'homme*, de Barthez, o teorista do princípio vital. Os poucos livros de história nada representam. Em matéria de economia política nota-se a presença do *Compêndio da obra da Riqueza das nações*, de Adam Smith, na tradução de Bento da Silva Lisboa, publicada no Rio de Janeiro em 1811, as *Recherches d'économie politique*, de Steuart, e duas** obras de José da Silva Lisboa: a *Memoria economica sobre a franqueza do commercio dos vinhos do Porto*,³³ publicada no Rio em 1812, e os *Principios de direito mercantil*.

Não são muitos os dicionários: um *français-anglais*, de Boyer, um dicionário grego 'de Hederico' (?), a terceira edição do *Dictionnaire d'histoire naturelle*, de Valmont de Bomare, e um *Dictionnaire d'anecdotes*. Há também um *Choix d'anecdotes* entre os livros do poeta. O catálogo menciona um *Dictionnaire de police*, de Frémenville, que deve ser o *Dictionnaire ou traité de la police générale des villes, bourgs, paroisses et seigneuries de la campagne [...]*, de Edme de La Poix de Fréminville, especialista em direito feudal, publicado em 1758.

São essas, a meu ver, as obras principais da livraria do poeta. Há outras de identificação difícil ou de pouco interesse.³⁴ A predominância de livros em francês mostra a influência da cultura francesa entre os intelectuais portugueses e brasileiros. A presença de obras proibidas pela censura demonstra que, apesar de enérgica fiscalização de Pina Manique em Portugal e de Paulo Fernandes Viana no Rio de Janeiro, livros 'defesos' circulavam em ambos os países.

Havia, pois, muito livro em mãos de particulares na capital do vice-reinado. Temos notícia até de um pitoresco bibliômano, o doutor

* Ver o anexo (p. 235) desta edição, para uma tentativa de identificação. [N.E.]

** De fato, estão presentes no catálogo da biblioteca de Silva Alvarenga três livros de autoria de José da Silva Lisboa. Faltou mencionar as *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberaes principios da nova legislação do Brazil* (ver anexo, p. 243). [N.E.]

Francisco Correia Leal,³⁵ pai do médico José Francisco Leal (1744-1768), lente de fisiologia e matéria médica na Universidade de Coimbra.

[NOTAS]

1. Clado Ribeiro Lessa, "As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais (apontamentos para um estudo histórico)" publicado em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, de 26/5/1946. Vide também do mesmo autor: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 191: 339-345. abr./jun. 1946.
2. Pedro Taques, autor da *Nobiliarchia paulistana*, tinha boa biblioteca, como prova este trecho de uma carta que escreveu a Cláudio Manuel da Costa mandando-lhe os dados históricos para o poema *Vila Rica*, em setembro de 1771: "Das illustres casas de que descendem Albuquerque, Silveira e Almeida, nada posso dizer porquanto estou desamparado de um livro, impresso em Lisboa em 1755, com o título de *Genealogia dos grandes de Portugal*, que o trouxe comigo, como tesouro, para a minha total instrução, porém este como os mais livros, que deitavam ao número de quase duzentos volumes, ardeu na praça desta cidade pela insolência que se me fez, e foram arrematados por 31\$986 réis [...]" (Afonso d'E. Taunay, *Folha da Manhã*, São Paulo, 20/4/1947.)
3. Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, 1929, p. 90-92.
4. São os seguintes segundo o *Inventário que mandou fazer o juiz de orfaãos trienal capitam Eufrasio de Arruá Botelho dos beins que ficaram por falecimento de Lourenço de Almeida Prado*. "Hum livro metodo de falar com Deus... \$600 rs. – Hum dito combate Espiritual ... \$640 rs. – Hum dito dissionario Latino... 2\$560 – Hum ditto quinto curso aumentado... \$480 – Seleta primeira... \$200 Hum ditto quinto curso velho... \$240 – Hum ditto xamado o Índice Universal ... \$600 – Hum ditto o Crioulo Triste... \$240 –" O inventário de Lourenço de Almeida Prado foi-me comunicado pelo meu amigo Fernando Guedes Galvão, descendente do ouvidor.*
5. Não sabemos quem seja o padre Terillet. Não seria, por acaso, o padre Grillet, jesuíta francês, que com o padre Béchamel explorou as Guianas? Publicaram em 1674 um *Journal du voyage [...] dans la Guyane*, lido até hoje. As obras que o padre Labat escreveu sobre as Antilhas são clássicas e estudadas até hoje. Quanto às de Rollin, tão elogiadas por Montesquieu e Voltaire, são a *Traité des études* (1736), a *Histoire ancienne* e, mais célebre de todas, inúmeras vezes reeditada, a *Histoire romaine*.
6. Sílvio Gabriel Diniz, Bibliotecas seiscentistas em Minas Gerais, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* 6: 332-344, 1959.
7. A. de Saint-Hilaire, *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et le district des diamants*, Paris, 1830, v. 1, p. 16.

* Hipóteses para dois destes oito títulos: FRANC, Antonio, *Método práctico para hablar con dios*, Barcelona: por Pablo Nadal, 1757 (tradução do francês), e SCUPOLI, Lourenço, *Combate espiritual*, Lisboa: Off. João da Costa, 1667 (tradução do italiano *Combattimento spirituale*, com várias edições até o século XIX). [N.E.]

8. "Dr. Camara [...] was kind enough to give me his library as my private room; it was extensive and very select, consisting chiefly of English authors of science [...]" John Mawe, *Travels in the interior of Brazil*, 1823 (2nd ed.) p. 325.
9. Felício dos Santos, *Memorias do districto diamantino*, 1868, p. 221 (nota) e p. 402 (nota).
10. Saint-Hilaire (*Voyage dans le district des diamants [...]*, 1833, p. 56) nota o empenho dos jovens em aprender o francês: "J'ai trouvé à Tijuco plus d'instruction que dans tout le reste du Brésil, plus de goût pour la littérature, et un désir plus vif de s'instruire. Plusieurs jeunes gens (1818), plein d'une noble émulation, y ont appris le français sans avoir de maîtres; ils connaissent nos meilleurs auteurs et quelques uns mêmes, en s'exerçant beaucoup entre eux sont parvenus à parler notre langue d'une manière intelligible avec le seul secours d'une grammaire très imparfaite."
11. *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, 1936-1937. 7 v. Sobre os livros dos inconfidentes vide Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, 1946, p. 265. Um volume que pertencia a Cláudio Manuel da Costa, com sua assinatura, foi parar na biblioteca do colégio do Caraça. Era um volume em espanhol intitulado: *Varios elocuentes libros, recogidos en uno [...]* Madrid, Francisco Martínez Abad, 1726. Vide: *Livros do Caraça*, catálogo da exposição feita em Belo Horizonte em 1960.
12. Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria do cônego*, 1946.
13. E. Bradford Burns, The Enlightenment in two colonial Brazilian libraries, *Journal of the History of Ideas*, Jun./Sept. 1964, p. 430-438.
14. A relação dos livros consta dos autos do seqüestro no processo movido contra os inconfidentes publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 43-44 e 45. A lista dos livros foi republicada, com a identificação das obras, por Katia M. de Queirós Matoso, *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*, (1969?) p. 18-33.
15. *Dicionário de historia de Portugal*, dir. por Joel Serrão, 1971, v. 2, p. 243.
16. Veja-se adiante o capítulo sobre a fundação da Biblioteca Pública da Bahia.
17. Thomas O'Neil, *A concise and accurate account of the proceeding of the squadron under the command of rear admiral sir Will. Sidney Smith, K. C. in effecting the escape, and escorting the royal family of Portugal to the Brazils [...]* London, R. Edwards, 1809, p. 72-74.
18. Thomas Lindley, *Authentic narrative of a voyage from the cape of Good Hope to Brasil [...]* in 1802, 1803 [...]. London, 1808, p. 67.
19. Sobre os livros que devia possuir o famoso médico, escreveu o doutor Gilberto Osório de Andrade: "Livraria tamanha quanto aquela que o tratadista dos males se valeu, citando textualmente a cada passo, não havia de tê-la de memória. Pelo menos não toda. E se um acervo tão considerável e tão 'especializado' (no sentido profusamente escolástico e humanístico da época) já existia em Pernambuco, não há que registrar apenas nos anais da incipiente cultura médica, entre nós, no século XVII, a presença de autênticos doutores europeus, vindos de Salamanca ou de Coimbra, mas também a existência de bagagem livresca em espécie e opulenta, que os tropicais cupins decerto consumiram se de volta

- não foi com Rosa a Portugal." *Morão, Rosa e Pimenta, notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*. Pernambuco, Arquivo Estadual, 1956, p. 132.
20. F. Muniz Tavares, *História da revolução de Pernambuco em 1817, 1917*, p. XXXI.
 21. Maria Odila da Silva Dias, *O fardo do homem branco — Southey, historiador do Brasil*, 1974, p. 203.
 22. F.A. Pereira da Costa, *op. cit.* v. 6, p. 14.
 23. Vide minha *Bibliografia brasileira do período colonial*, p. 378.
 24. Idem, p. 363.
 25. Devassa ordenada pelo vice-rei conde de Resende, 1794, *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 61, p. 240-516.
 26. Seqüestro feito em 1794 — Relação dos livros apreendidos ao bacharel Mariano José Pereira da Fonseca. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 63, parte 1, p. 15-18. Foi novamente publicada com comentários de Sousa da Silveira na edição da Casa de Rui Barbosa, Rio, 1958, das *Máximas, pensamentos e reflexões do marquês de Maricá*.
 27. *Catálogo dos livros que comprei à preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido D^o Manoel Ignacio da S^a. Alvarenga, com 10 por cento sobre a avaliação que se acha à margem de cada huma das obras tiradas e conferidas com a original avaliação — Catálogo dos livros existentes em poder de Manoel da S^a Porto, mercador de livros, da compra que fes à preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido D^o Manoel Ignacio da S^a Alvarenga, rellativo ao que na data de hoje entrega ao Sr. Juiz de Fora desta cidade. [No fim] R^a de Janeiro 28 de Fev. de 1815. M^{ta} Joa^{na} da S^a Porto*. Fotocópias destes dois documentos inéditos do Arquivo Nacional foram-me fornecidas gentilmente por D. Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, chefe da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, a quem agradeço a generosa cooperação. Os livros de Alvarenga, como disse, foram adquiridos pela Biblioteca Real. Vide a reprodução do catálogo no fim deste estudo.
 28. Obras de Sófocles, os *Diálogos*, de Platão (em grego), os *Colóquios*, de Luciano, as obras de Claudino, Cícero, Terêncio e outros.
 29. As obras em português somam: 15 volumes das *Obras*, de Bluteau, à *Recreação filosófica*, do padre Teodoro de Almeida, tão do agrado do público culto na época, as *Décadas*, de João de Barros e Diogo do Couto, na edição in-12, uma *Vida do infante D. Luis*, uma *Ortografia*, de Madureira, a *Lógica*, de Verney, o *Compêndio histórico* e os *Estatutos* da Universidade de Coimbra, o primeiro ano do *Investigador português* (1811), algumas obras de José da Silva Lisboa, impressas pouco antes, e uma *Arte de cozinha*.
 30. Beccaria, *Traité des délits et des peines*. Filangieri, *La science de la législation*. Bentham, *Traité de législation civile et pénale*.
 31. Os romances e os contos de Voltaire eram, entre as obras desse autor, das "mais proibidas". No *Catálogo de livros desfeitos*, citam-se diversas edições e obras que continham um ou outro conto ou romance desse autor. O *siècle de Louis XIV* só era permitido ler mediante autorização da censura.
 32. Os *Contes moraux* e os *Nouveaux contes*, de Marmontel, só podiam ser lidos com licença da censura (decisão datada de 29 e 30 de março de 1802). O *Belisaire*

- fora suprimido no tempo de Pombal mas a tradução portuguesa corria livremente!
33. A *Memoria* saiu anônima mas é de José da Silva Lisboa.
 34. Infelizmente não cabe neste trabalho de cunho geral lugar para uma análise mais aprofundada da livreria de Silva Alvarenga. Publicamos no fim deste livro o catálogo inédito dessa biblioteca (cujo original se encontra no Arquivo Nacional) na esperança de que alguém o estude com maiores detalhes.
 35. "Francisco Correia Leal, famoso médico na cidade do Rio de Janeiro, e dela natural, foi educado nas escolas dos jesuítas daquela capital do Brasil. [...] Partiu para Coimbra e aplicou-se à medicina; e ainda encontramos nesta universidade companheiros seus, que dele nos contaram coisas assombrosas: negava-se, diziam eles, a todas as visitas: não saía de casa senão ou para as aulas, ou a satisfazer os preceitos divinos, e o mais tempo era para ler volumes inteiros, que assombravam somente o vê-los e para que os amigos não inquietassem a passeios e divertimentos fazia raspar a cabeça e nesta vida passou oito anos contínuos. Que desgraça: que tão grande talento fosse perdido e estragado! Já nesse tempo ensinava o grande Boerhaave em Leyde, assombrava o incomparável Newton com seus descobrimentos a Inglaterra, e este famoso aluno ainda então em Coimbra estudava com toda a ânsia a medicina até o fim de sua vida; achando-se porém viúvo alguns anos antes de sua morte ordenou-se presbítero; mas por pouco tempo exercitou as funções de sua vocação, terminando os seus dias de idade de 80 e tantos anos. Foi sempre regularíssimo na sua vida, e por isso conservou até esta idade uma saúde inalterável. Era o chá sua bebida ordinária, e tanto que assombrava aos circunstantes que o acompanhavam. Tinha adquirido o hábito de estudar a tal ponto que, excetuando as suas visitas médicas, todo o resto do tempo empregava em ler dilatadíssimas obras. Como testemunha doméstica ainda nos lembramos de algumas passagens, que nos nossos tenros anos observamos na sua eficaz atenção no estudo. Em um quarto vizinho ao em que ele estudava sucedeu cair um grande armário em que guardava riquíssima louça da Índia em muita quantidade: e foi o estrondo tal, que acudiu toda a família e ainda se ouviu e percebeu nas vizinhanças: correu sua mulher a contar-lhe o estrago, que ele nem sequer sentira, e ouvindo por alguns instantes a triste narração, abaixou a cabeça e, sem interromper a matéria, continuou a ler. Costumava depois da ceia ficar lendo no mesmo lugar em que ceava, e só em um desses casos se recolhia a dormir, ou se acabava a matéria, ou se se gastava a vela que o alumiaava, ou se ia entrando a claridade do dia pelas janelas. Era eminentíssimo nas humanidades e entendia a maior parte das línguas vivas e tudo à força de as aprender pelas suas gramáticas por falta de mestres naquele continente e também se aplicara ao grego e ao hebraico, estudo então bem pouco vulgar neste reino. Quanto aos seus conhecimentos médicos, unicamente sabemos que praticara 40 anos naquela capital e sempre com respeito e reputação. Dizia ele que conhecera 60 doenças novas naqueles climas introduzidas no seu tempo, de que não havia memória nos primeiros anos que se deu à praxe médica e é de lamentar não se resolver ele a escrevê-las para bem da humanidade. Terminaremos pois dizendo

que os jesuítas, que naquela capital eram os únicos nas ciências filosóficas, não cedendo a nenhuma das outras comunidades religiosas, e permitindo que se desse a cada indivíduo o tratamento de *vossa ciência*, diziam claramente falando em conhecimentos científicos — “depois de nós, Francisco Correia Leal”. José Francisco Leal. *Instituições ou elementos de farmácia [...] publicados por Manuel Joaquim Henriques de Paiva*. Lisboa, 1792, p. 2 e seguintes com a biografia do autor.



Figura 1. Ex-libris de Manuel de Abreu Guimarães, de Sabará (século XVIII)

O comércio de livros

Estamos mal-informados sobre a maneira usada na colônia para a aquisição de livros. Sobre livrarias os dados são escassos. Nossos historiadores, baseados em informações colhidas na obra dos viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil em fins do século XVIII, dizem que praticamente não existiam. Lord Macartney, que esteve no Rio de Janeiro em 1793, fala em duas livrarias que vendiam livros religiosos e de medicina.¹ Os Almanques do Rio de Janeiro, feitos por Antônio Duarte Nunes, para os anos de 1792 e 1794 mencionam uma única.² Existiam duas em 1799. É um quase nada.

Entretanto, existe documento inédito até hoje que nos dá uma visão diferente sobre o número de pessoas ligadas ao livro no Rio de Janeiro em meados do século XVIII. Em 1755, os oficiais de livreiro dessa cidade requereram que lhes fossem concedidos os mesmos privilégios, isenções e liberdades que gozavam os de Lisboa. O pedido



Figura 2. Etiqueta do livreiro e encadernador da Bahia

foi mandado ao chanceler da Relação para informar depois de ouvida a Câmara. O parecer do magistrado foi contrário à concessão solicitada. Alegava que a Câmara fora contrária e que os oficiais de livreiro não eram bastante numerosos para formar uma 'comunidade' tão importante quanto a de Lisboa e que justificasse os mesmos privilégios.³

Embora a expressão 'oficiais de livreiro' não deva ser tomada aqui no sentido de 'mercadores de livros' mas de caracterizar as pessoas dependentes dos ofícios ligados aos livros, o documento prova a existência de gente bastante para formar uma corporação e pretender obter privilégios iguais aos de seus confrades da capital lusitana.

Livreiros propriamente ditos havia vários em 1775, tanto que, quando o vice-rei marquês de Lavradio precisou de gente capaz de avaliar a biblioteca confiscada aos jesuítas, escolheu "dois mestres livreiros de melhor nota e ciência", como vimos ao tratar da biblioteca do colégio do Rio de Janeiro.

Temos algumas notícias de pessoas que importavam livros de Portugal em meados do século XVIII. Antônio Máximo de Brito pediu, em 1775, em Lisboa, licença à Mesa Censória para trazer ao Rio umas vinte e poucas obras em francês e português. A mesa concedeu-lhe a licença, mas pediu vista das seguintes: *Arte de furtar*, *L'homme conduit par la raison* e uma obra mencionada na lista simplesmente por Barrère.⁴ Sílvio Gabriel Diniz transcreve a correspondência referente a livros entre Manuel Ribeiro dos Santos, morador em Vila Rica, administrador dos contratos dos dízimos de Minas Gerais, advogado e comerciante, e seu correspondente em Lisboa, Jerônimo Roiz Airão.⁵

Na loja de Ribeiro dos Santos vendiam-se os produtos da terra e artigos importados, tais como tecidos (baetas, bretanhas), chapéus, botas, cobertores, cera, velas, etc. Na mesma carta em que encomendava livros ao seu correspondente em Lisboa pedia outras mercadorias como "um relógio de parede de autor [fabricante, diríamos hoje] mais aprovado; sendo liso, costuma custar de trinta mil-réis para baixo; mostrando os dias do mês e tendo despertador, até quarenta mil-réis e tendo repetição até 50 000". Em outra carta o pedido de livros está encabeçado pela encomenda de "uma moleca de 15 anos pouco mais ou menos, bem feita, que se arrisca a ser para casa. Mina, nação Lavana. Duas negras crioulas de qualquer nação, uma boa

cozinheira e outra boa costureira." Na linha seguinte pede: "A obra de Manuel de Faria e Sousa, a saber *Ipitome* [sic] de las historias portuguesas, em quatro partes, adornado com retratos dos reis de Portugal, do conde D. Henrique até Filipe o vigésimo rei de Portugal; e comentos de Camões". Os 'comentos' que pede é a edição de *Os lusíadas*, em dois tomos, anotada por Faria e Sousa, impressa em Madri, em 1639. É obra procurada até hoje.

Ribeiro dos Santos, pelo que se depreende de suas cartas, tinha biblioteca particular, principalmente de livros de direito. As cartas revelam conhecimento bibliográfico e certo gosto pelos exemplares bem-encadernados:

[...] todos estes livros, diz ele, hão de ser das imprensas [edições, dizemos hoje] as mais modernas e últimas e que nenhum seja impresso senão de 1720 em diante, com títulos dourados nas costas. Os mais dourados e melhores; todos novos e nenhum usado e pelo estado de terra porque se costumam geralmente vender, e estando alguns mais caros por falta das imprensas [esgotados] não venha.

Encomendando uma obra pouco comum nas livrarias de Lisboa, indica onde a achar. É o caso dos

Sermões do Bispo de Patara, Fr. José de Jesus Maria, chamado o Beatinho, vendem-se no convento de S. Domingos, são 5 tomos de 4.^o; quando não se achem na portaria do dito convento se se fizer diligência algum religioso do mesmo convento os há de vender ou dizer onde os há.

Mandava vir diversos exemplares da mesma obra e, às vezes, repetia mais tarde a mesma encomenda. De um livro importante para os religiosos brasileiros como as *Constituições primeyras do arcebispado da Bahia*, de D. Sebastião Monteiro da Vide, fez dois pedidos. Encomendou dois exemplares do hoje famoso e raro *Erario mineral*, de Luís Gomes Ferreira (Lisboa, 1735): "2 tomos de Medicina Irario [sic] Mineral, autor Luís Gomes Ferreira, o qual morou nesta Minas e curou por cirurgia nelas".

É grande o número de livros de direito que pede em vários exemplares. O fato explica-se pelo número de magistrados, advogados e rábulas existentes em Vila Rica. É normal que encomendasse tantos livros escolares como a *Arte latina*, do padre Manuel Álvares, clássica e utilizadíssima gramática. Os cartapácios de sílabas e de sintaxe figuram em vários exemplares em muitos pedidos. Os autores latinos que pede são Virgílio, Horácio, Ovídio e Cornélio, os portugueses são Ca-

mões, Vieira, Bernardes. Fez uma encomenda de 'óperas', isto é de peças de teatro "os tomos que houver de ópera, um de cada cousa, não vindo uma ópera duas vezes, as mais modernas que houver". Exemplifica: "como vindo a ópera de Alecrim e mangereno [sic] em um tomo, não vir deste". Manda vir muitos "missais de Antuérpia", isto é os que ali imprimia Plantin. Eram vendidos com privilégio exclusivo na América espanhola e usados em Portugal e suas colônias.

Ribeiro dos Santos tinha autores prediletos que comprava, provavelmente para si. Recomendava no fim de uma lista: "caso que algum autor dos que pedi [...] e peço agora tenha composto mais algum tomo venha sempre; quero ter de cada autor que procuro toda a obra que ele compôs". São autores de obra de direito úteis na sua advocacia provavelmente. Há, entretanto, um autor, o padre Feijoo, filósofo ilustrado, racionalista e reformador, que o interessa particularmente. Fato surpreendente revelador da mentalidade do livreiro. Essa admiração devia ser compartilhada por outros moradores de Vila Rica, pois encomenda diversas vezes o *Teatro crítico y universal* e as *Cartas eruditas y curiosas*, estas à medida que fossem aparecendo. Numa lista de pedidos é positivo:

toda a obra escrita por ele [...] e a apologia feita pelo mesmo Feijoo em defesa de sua obra [...] um tomo de um frade trinitário respondendo a Feijoo sobre os exorcismos [...] tomos de carta do mesmo Feijoo, todas as mais obras que tiverem saído do dito [...] ou contra ele.

Essas encomendas levam a crer que, em Minas, havia gente interessada nas idéias agitadas pelo filósofo espanhol. Não devia faltar em Vila Rica gente curiosa por notícias dos acontecimentos europeus. Haja vista as encomendas de gazetas e "os mercúrios deste ano de setecentos e 52 e todos os que se forem imprimindo de 753 até segunda ordem" como consta de uma carta.

Não é, porém, tanto o gênero de livros ou o assunto de que trata essa correspondência que nos interessa neste momento, mas o fato de existir em Vila Rica, em meados do século XVIII, um comerciante que importava livros para revender. Vendia-os na sua loja juntamente com outros artigos importados: velas, cobertores de Castela, chapéus de feltro, tecidos, etc. O comércio varejista não era ainda especializado. O fato importante que revela a correspondência de Manuel Ribeiro dos Santos é que havia um mercado para livros em

Minas Gerais em meados do século XVIII e, pelo menos, um comerciante apto a satisfazer encomendas de livros.

Tudo leva a crer que casos como o de Vila Rica deviam repetir-se em outras cidades nas várias capitâneas do Brasil.

É sabido que em fins do século XVIII os oratorianos tiravam boas rendas da venda de folhinhas, agendas e calendários. Havia-os, de todos os preços, a partir de 40 réis. Os almanaques vinham encadernados simplesmente. Os mais baratos, em carneira, em marroquim ou veludo, os mais caros. O procurador da ordem em Pernambuco fazia a distribuição pelas diversas capitâneas e recebia o dinheiro. Os oratorianos vendiam também os livros editados pela congregação: *Novo methodo da grammatica latina para uso das escholas da Congregação do Oratorio*, o *Novo methodo da grammatica latina, reduzido a compendio*, os *Exercicios da lingua latina* e outras obras. Venderiam também as obras de Verney?⁶

Quando há pouco escrevi livraria, deveria ter escrito casas de comércio onde se vendiam livros no meio de várias mercadorias. Esse tipo de comércio existiu certamente, mas nele a parte dos livros não seria mais considerável do que outros artigos. Os comerciantes portugueses estabelecidos no Brasil tinham, desde os primeiros tempos da colonização, correspondentes em Lisboa e no Porto que lhes mandavam, a pedido, qualquer mercadoria. E por que não livros encomendados? Existiam livrarias nos grandes centros, mas nas outras cidades os compradores não eram suficientemente numerosos para sustentarem um negócio só de livros. Numa cidade rica como Salvador em princípio do século XIX, um comerciante, Manuel Antônio da Silva Serva, dono de uma tipografia e editor, vendia livros juntamente com móveis, lustres, vidros de Boêmia e rapé "da fábrica boa", como anunciava. Oferecia seus préstimos, para mandar vir de Portugal qualquer obra por preço muito conveniente. Editava uma gazeta, a *Idade d'Ouro do Brazil*, vendida nas lojas de uns oito comerciantes estabelecidos em diversos bairros da cidade. Um somente está indicado no anúncio como livreiro: João Batista Gonçalves, estabelecido no Taboão.⁷

Francisco José Nunes Corte Real, "compositor de letras da Tipografia Nacional", anunciava no *Conciliador do Maranhão*, em 17 de novembro de 1821, que tinha para vender livros "publicados em Lisboa no corrente ano". O tipógrafo suplementava seu ordenado

com a venda de livros importados sobre assuntos atuais e se encarregava de “qualquer encomenda de livros e papéis curiosos que se pretendam de Portugal”. Os livros anunciados eram vendidos na tipografia e na loja de bebidas de Vicente Cortezze.⁸

O comércio de livros ligado ao de outros artigos ainda é freqüente em meados do século XIX. Um tipógrafo e editor importante como Paula Brito, em torno de 1840, ainda vendia na sua famosa livraria, onde se reuniam escritores e políticos, “chá do melhor que há” como aparece nos seus anúncios. Essa situação ainda é freqüente nas cidades brasileiras do interior.

Não devia ser pequeno o número de pessoas que compravam livros e gazetas dos marinheiros cujos navios tocavam nos portos brasileiros. Silva Avarenga explicou na devassa que obtivera um volume do abade Mably de um marinheiro e gazetas proibidas, de um viajante inglês. O conde de Resende, em 1795, escrevia que, à chegada de embarcações, tratavam os brasileiros de “obter notícias e gazetas estrangeiras para o que até haviam estabelecido uma sociedade”.⁹

A chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, obviamente, modificou em parte o comércio de livros. Aparecem as verdadeiras livrarias vendendo não só as publicações brasileiras mas também livros importados da Europa. Essas novas livrarias anunciavam na *Gazeta do Rio de Janeiro* livros que tinham à venda. Usavam também um método comum na Europa, principalmente em Portugal, o de mandar imprimir, nas últimas páginas de uma obra por eles publicada, uma breve lista de livros que tinham em estoque. Alguns distribuíam e mandavam pregar nas paredes lista de livros à venda nas suas livrarias. Os particulares que, por uma razão ou outra, desejavam desfazer-se de livros, anunciavam na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Um desses anúncios diz:

Em Matacavalos n.º 11, se acha uma coleção de livros de medicina, cirurgia, matéria médica, química, etc. latinos, franceses e ingleses, que se vendem muito baratos, ou todos, ou as obras, e mesmo se trocam por outros de diferentes matérias.

Outros anunciantes ofereciam “livros próprios para qualquer advogado, ou magistrado”, ou “uma excelente coleção de livros franceses, italianos e latinos, composta dos melhores autores em poesia, oratória, história, e cirurgia”.¹⁰

No Rio de Janeiro os leilões eram freqüentes como não podia deixar de ser numa praça comercial de importância. Apareciam, parece que com certa freqüência, lotes de livros postos em leilão. John Luccock, representante da importante firma inglesa Lupton & Co., e homem de cultura, informa-nos que, em 1818, num desses leilões “saíram muito bem tanto obras inglesas como algumas latinas [...]” e que “os livros franceses são procurados”.¹¹

Não resta dúvida que o comércio de livros novos e usados, importados e impressos no Brasil, estava bastante desenvolvido na capital depois da chegada da corte portuguesa. Essa invasão de livros estrangeiros chegou a assustar o intendente-geral de Polícia, Paulo Fernandes Viana. Por edital de 30 de maio de 1809 fez saber que todos os que tivessem de dar notícias de obras impressas e escritos estrangeiros teriam que apresentar esses “avisos ou anúncios” à polícia para serem

examinados e se lhes permitir esta liberdade [...] os que o contrário fizerem, ou sejam nacionais ou estrangeiros, serão presos na cadeia pública e pagarão de pena duzentos mil-réis além das mais que se impõem aos que procuram quebrantar a segurança pública [...].¹²

O enérgico edital, porém, não impediu a importação de livros estrangeiros. O número de livrarias propriamente ditas aumenta. Chegando ao Rio em 1817, Ferdinand Denis escreve ao pai: “só existem quatro livrarias” mas, se considerarmos o período de 1808 a 1822, o número de livreiros é bem maior.¹³ Nelson Werneck Sodré publica uma lista de nove.¹⁴ Os mais importantes, a meu ver, são: Manuel Jorge da Silva, na rua do Rosário, Manuel Joaquim da Silva Porto, na rua da Quitanda, esquina da rua São Pedro, Paulo Martin, filho, com sua “loja da Gazeta” na rua da Quitanda, e Francisco Luís Saturnino Veiga, pai de Evaristo da Veiga, o político e jornalista da Regência que, aliás, também foi livreiro a vida toda.

Outros livreiros existiam ainda mas nenhum me parece tão importante quanto o francês Paul Martin, filho. Foi, na realidade, o nosso primeiro livreiro-editor. Lançou em 1811 os primeiros romances publicados no Brasil. Mandava imprimir na Impressão Régia, a única tipografia do país, livros de todos os gêneros. Tinha, na livraria, a julgar pelas listas impressas nas últimas páginas de algumas obras que publicou, um bom sortimento sobre todos os assuntos.

Recebia de Portugal as novidades. Em 1822 mandou imprimir uma lista de todas as obras que recebera “neste último navio”.¹⁵ Esse catálogo dá-nos uma idéia das novidades que uma livraria do Rio de Janeiro recebia nas vésperas da Independência. Paulo Martin anunciava uns noventa títulos de livros e folhetos, e dezoito estampas. As gravuras representavam alegorias referentes à constitucionalização de Portugal e retratos de deputados, as Cortes. Os impressos são, na sua grande maioria, folhetos políticos, alguns de tanto sucesso que foram reimpressos no Rio de Janeiro tais como o *Dialogo entre dous corcundas*, atribuído a Antônio Pinto da Fonseca Neves, o *Parallelo entre os corcundas e liberaes* e o *Pernicioso poder dos perfidos validos e conselheiros dos reis destruído pela constituição*. A regulamentação da liberdade de imprensa e a abolição da Inquisição pelas Cortes de 1820 permitiram a circulação de obras proibidas até então. O livreiro do Rio de Janeiro aproveitou essa liberdade para importar o *Hyssope*, de Antônio Diniz da Cruz e Silva, cuja proibição em Portugal fez com que todas as primeiras edições fossem impressas em Paris... e contrabandeadas para o reino. Na mesma leva vinham as *Cartas sobre a framaçonaria*, de Hipólito da Costa, também proibidas de circular. Chega enfim ao Brasil o *Werther*, “romance, traduzido do alemão do célebre Doutor Goethe”, cuja leitura só podia ser feita mediante licença. O *Tratado dos delitos e penas*, de Beccaria, também proibido, veio na mesma remessa. Paulo Martin recebeu as *Cartas americanas*, de Teodoro José Biancardi, impressas em 1809 e reimpressas em 1820, e o *Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal, e do Brazil*, onde Francisco Soares Franco apregoava medidas como a abolição da escravatura, a exploração do nosso minério de ferro e a modernização da agricultura. A necessidade de publicar os discursos pronunciados nas Cortes abriu novas perspectivas à estenografia. No catálogo figuram uns *Elementos de stenografia*. Os brasileiros deviam interessar-se pelo funcionamento do novo parlamento. O livreiro anunciava o *Projecto de regimento para as Cortes*, o *Regimento para governo interior das Cortes* e uma *Historia das Cortes*. Punha à venda o *Parecer da comissão sobre a constituição para o Brasil, lido pelo deputado Antonio Carlos de Andrada*. O livreiro anunciava ainda umas *Viagens no interior do Brasil* que não podem deixar de ser a obra de John Mawe, provavelmente na edição francesa de 1816, em dois

volumes, ou talvez, na tradução parcial em português com gravuras fantasistas, impressa em 1820, e vendida em benefício do convento de São Francisco da cidade. O periódico mensal *O Compilador, ou Miscellanea Universal*, redigido por José Batista Galvão (1821-1822), é a única revista anunciada. Há um livro infantil, as *Leituras juvenis e moraes*. O *Ensaio sobre alguns synonymos da lingua portugueza*, de frei D. Francisco de São Luís, publicado pela Academia Real das Ciências, em 1821, era uma das novidades vindas neste “último navio de Lisboa” que anunciava o catálogo.

Como se vê não faltavam na livraria da rua da Quitanda os livros publicados recentemente em Portugal, principalmente os folhetos políticos, atacando os ‘corcundas’ e exaltando a constituição. Essas novidades teriam, certamente, uma influência na formação da opinião pública.

Depois da queda de Napoleão muitos franceses emigraram para o Brasil. Os comerciantes estabeleceram-se na rua do Ouvidor com lojas elegantes onde vendiam artigos de moda, objetos de luxo, papelaria e livros. Um caso ilustra o quanto o comércio de livros estava desenvolvido no Rio de Janeiro em 1818 e nos anos seguintes. Em 1818 apareceu em Lisboa uma “nova edição emendada e acrescentada com a vida do autor” da *Vida de D. João de Castro*, de Jacinto Freire de Andrade. Essa edição tinha sido impressa “em Paris, na officina de J. Smith”. Uma parte dos exemplares traz a menção seguinte ao pé da página de rosto: “Rio de Janeiro, vende-se em casa de P.C. Dalbin e Ca.” A última página do livro contém um “Catalogo de alguns livros impressos à custa de P.C. Dalbin e Ca., e outros, que os mesmos tem em grande numero, em Rio de Janeiro”. Nessa lista aparecem obras em português, espanhol, inglês e italiano. No fim do catálogo vem o seguinte anúncio:

Além dos livros mencionados neste catálogo, P.C. Dalbin e Ca. tem um copioso sortimento das principais obras da [sic] literatura inglesa e italiana, assim como livros franceses em todas as artes e faculdades, e se encarregam de mandar vir prontamente todos os que se lhes encomendam.

Em 1818 aparece em “Paris, Chez Théophile Barrois fils, libraire, quai Voltaire, n. 11” um *Recueil de morceaux en prose, extraits des meilleurs auteurs français et portugais* [...] É um livro bilíngüe, parte do texto em francês, parte em português e com duas páginas de

rosto, uma em cada língua. Na página do título em francês vem a imprensa de Paris, na página em português: "Rio de Janeiro, vende-se em casa de P.C. Dalbin e Ca.". Em 1820 o mesmo livreiro lança o *Belizario*, de Marmontel, impresso em Paris com imprensa do Rio. Como se vê o livreiro do Rio associava-se a colegas e patrícios em Paris para publicar obras que vendia no Brasil.

É sabido que as livrarias francesas, no fim do século XVIII e no começo do século XIX, dominavam o mercado de livros em Portugal.¹⁶ Algumas dessas firmas existem até hoje. No Rio de Janeiro livreiros franceses como Paulo Martin, Dalbin e outros eram associados ou mantinham fortes relações comerciais com seus colegas europeus.

Não há dúvida que às vésperas da Independência o comércio de livros era bastante desenvolvido na capital.

Mas se os brasileiros que viviam no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século passado não tinham dificuldades em comprar livros, como procediam os outros de época anterior? Vimos que as bibliotecas particulares do século XVIII continham livros publicados em vários países da Europa, porém encontrados em Portugal. Os comerciantes que exportavam pediam licença à censura para embarcá-los como vimos acima? Como o cônego Luís Vieira da Silva, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, o padre Francisco Agostinho Gomes, o coronel Resende Costa e tantos outros conseguiram comprar tantas obras proibidas?

Para compreender melhor esse problema convém saber como funcionava a censura em Portugal.

[NOTAS]

1. Cf. George Staunton, *An authentic account of an embassy from the king of Great Britain to the emperor of China* [...] 1798. [Na primeira edição está "fala numa única livraria". A correção feita nesta edição baseou-se no texto original, que diz "There were but two booksellers in Rio. Their shops contained only books of medicine and divinity" (Staunton, v. 1, p. 160). A existência de duas livrarias em 1799 está registrada no "Almanac historico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro", do mesmo Antônio Duarte Nunes (*Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. 21, p. 170, 1858). [N.E.]
2. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 59, p. 18-356, 1937.
3. *Informação do chanceler da Relação Soares Tavares, sobre representação dos officiaes de*

livreiros da cidade do Rio de Janeiro [...] Rio, 5 de maio de 1755. No Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Diz o documento: "Os officiaes de livreiro desta cidade pretendem q. v.Mj.^a lhes faça a graça de lhes conceder os mesmos privilégios, isenções e liberdades concedidas aos livreiros da corte pelo seu Regim^{to}: sobre o q. vv. M^o e me manda informar ouvida a Câmara. Os sup^{tes} não mostram Regimento q. pretendem se lhes mande observar nesta cidade, nem declaram os privilégios q. querem se lhe participem p^a a vista de tudo se averiguar a utilidade, ou prejuízo q. disso possa resultar ao público: Nem eles são ainda tantos, e tão estabelecidos nesta cidade q. possam formar comunidade tão recomendada como a da corte, a exemplo de qual entram neste Requerim^{to} q. me parece não está em termos de ser deferido, e menos à vista da resposta da Câmara q. se faz m^{to} atendível. v.Mj.^a porém mandará o q. for servido. Rio de Janeiro 5 de maio de 1755."

4. José Timóteo da Silva Bastos, *Historia da censura intelectual em Portugal*, p. 263. Trata-se provavelmente de alguma obra do médico e naturalista francês Barrère (1690-1755) que passou alguns anos na Guiana e escreveu uma *Nouvelle relation de la France Equinoxiale* lida até hoje, ou então alguns dos trabalhos de botânica desse autor.
5. Sílvio Gabriel Diniz, Biblioteca setecentista em Minas Gerais, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, v. 6, p. 332-344, 1959. *Id.* Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII, *Kriterion*, n. 47-48, 1959.
6. Antônio Alberto Banha de Andrade, *Vernei e a cultura do seu tempo*, 1966.
7. Anúncio na *Idade d'Ouro do Brazil*, de 17 de maio de 1811, citado por Renato Berbert de Castro, *A primeira imprensa da Bahia*, p. 61. O *Almanach para a cidade da Bahia. Anno 1812* traz a lista dos comerciantes em ordem alfabética, sem classificação do ramo de negócio. O livreiro João Batista Gonçalves está ali mencionado. O *Almanach da Corte do Rio de Janeiro para o anno de 1811* também traz a lista dos comerciantes da praça sem menção do gênero de negócio.
8. É o seguinte o anúncio: "Francisco Nunes Corte Real, Compositor de Letras da Tipografia Nacional desta Cidade, residente na mesma Tipografia, tem para vender os seguintes impressos, publicados em Lisboa no corrente ano: "Memorial Patriótico, dirigido aos Ilustres Deputados" — "Jornal dos Debates sobre a Revolução de Portugal para a Constituição Portuguesa" — "Destroço em ataque do Cordão da Peste Peridiqueira, com a ordem do dia do Corcunda de má fé" — "O Acólito contra o Exorcista" — "A Jornada do Exorcista" — "Parabéns à Patria, pelo Juramento da Constituição Portuguesa" — "Contrariedade, à Razão e nada mais". — "Vendem-se na Tipografia e na Loja de Bebidas de Vicente Corteze. O mesmo Corte Real se encarrega de qualquer encomenda de livros ou Papéis curiosos que se pretendam de Portugal." Apud Jerônimo de Viveiros, *História do comércio do Maranhão*, p. 340. Como se vê as obras importadas por Corte Real eram folhetos de cordel e brochuras sobre política.
9. Rizzini, *op. cit.*, p. 264-266.
10. Maria Beatriz Nizza da Silva, A transmissão, a conservação e a difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821) (II). *Revista de História*, p. 551-581, 1975. A primeira parte deste trabalho apareceu na mesma revista, no n. 97, de 1974. A autora cita outros anúncios de venda de livros por particulares.

A censura

A censura, como a prostituição, parece ser um mal difícil de se erradicar. Sempre alerta, existe desde o Império Romano até hoje. Vive há dois mil anos das mesmas razões falaciosas: defender a Moral, a Religião e o Estado.

Em Portugal, a censura foi exercida (a partir do estabelecimento da Inquisição no reino, em 1536) conjuntamente pelo Santo Ofício, pelo Ordinário e pelo Desembargo do Paço. Esses três 'poderes' agiam independentemente, cada um com suas regras e princípios. O Santo Ofício e o Ordinário defendendo a Igreja, o Desembargo do Paço, o poder civil. Em 1551 os censores já dispunham de um índice expurgatório: o *Rol dos livros defesos* elaborado pelo inquisidor-geral, o cardeal D. Henrique. Em 1581 fez-se um *Index librorum prohibitorum*.

A publicação de todo impresso dependia portanto de três licenças, uma de cada 'poder'. Os tipógrafos costumavam imprimir ao pé da página de rosto, para dar ciência de que a publicação tinha obtido as três censuras, as palavras: "Com todas as licenças necessárias". Esse sistema vigorou até 1768 quando Pombal resolveu, pela lei de 5 de abril desse ano, unificar o sistema das três licenças criando uma repartição do Estado encarregada da censura: a Real Mesa Censória. Os censores que compunham a mesa eram nomeados pelo rei. A metade era composta de eclesiásticos, a outra de funcionários leigos.

Depois da queda de Pombal, a rainha D. Maria I reformou a censura, pelo decreto de 21 de junho de 1787, criando um novo organismo: a Comissão-Geral para o Exame e a Censura dos Livros. As Cortes de 1820, pelo decreto de 31 de março de 1821, aboliram a Inquisição mas não acabaram com a censura. Ficou nas mãos do Ordinário para as questões de fé católica e nas do Desembargo do Paço para as questões políticas. D. João VI, pela lei de 4 de julho de 1821, deu certa liberdade à imprensa, regulando os delitos e entregando-os à

Justiça regular. São essas, sucintamente, as etapas por que passou a censura em Portugal e no Brasil no período colonial.¹

Até a instituição da Mesa Censória por Pombal, a censura agiu no Brasil principalmente junto às bibliotecas conventuais pois muito poucas eram, até essa época, as livrarias particulares, nem havia na colônia tipografia ou comércio regular de livros. Ora, as bibliotecas das ordens religiosas quando recebiam livros do exterior, eram eles comprados pelos representantes dessas comunidades em Portugal e em outros países. A censura era feita fora do Brasil ao critério dos superiores e de acordo com a censura local e, sobretudo, de acordo com o *Index* do Vaticano. A censura portuguesa dessa época, por falta de unidade de critério e de regras claras e específicas, era caótica e variável. Parece ter interferido pouco na formação das livrarias conventuais brasileiras. Haja vista o número de livros proibidos presentes nas bibliotecas dos jesuítas como notamos acima. É a partir da segunda metade do século XVIII que se formam na colônia as livrarias particulares e que se desfazem, com a expulsão dos jesuítas (em 1759), suas bibliotecas. São portanto a censura da Real Mesa Censória, de Pombal, e a Comissão-Geral para o Exame e Censura de Livros, de D. Maria I, que influíram no nosso mundo do livro.

Não cabe aqui estudar as razões regalistas e antijesuítas de Pombal para reformar a censura. Mas é preciso notar que entre as justificativas da lei criando a Mesa Censória alegava-se a incapacidade do antigo sistema dos três 'poderes' e seu pouco rigor em evitar a entrada no reino de livros ofensivos à Monarquia, à Moral e à própria Religião Católica.²

A lei de Pombal secularizava a censura. Dava-lhe também amplos poderes para fiscalizar os livros entrados no reino e todas as obras existentes nas bibliotecas públicas e privadas. Todas as entidades ou pessoas que possuísem livros foram obrigadas, em virtude de um edital datado de 10 de julho de 1769, a remeter à Mesa Censória uma lista ou catálogo de todos seus livros.³ Para poder cumprir eficazmente as funções de censura e fiscalização atribuídas ao novo organismo promulgou-se um minucioso regimento regulando o funcionamento da mesa e os critérios para a censura. Estabeleceu-se também uma lista dos livros proibidos. Severas medidas de fiscalização para os livros importados foram tomadas. Foram

proibidas em Portugal e seus domínios as obras das seguintes categorias:

- 1) os livros de autores ateus,
- 2) os de autores protestantes que combatessem o poder espiritual do papa e dos bispos ou atacassem os artigos da fé católica,
- 3) os que negassem a obediência ao papa,
- 4) os livros de feitiçaria, quiromancia, magia e astrologia,
- 5) os que, apoiados num falso fervor religioso, levassem à superstição ou fanatismo,
- 6) os livros obscenos,
- 7) os infamatórios,
- 8) os que contivessem “sugestões de que se siga perturbação do estado político e civil e desprezando os justos e prudentes ditames dos direitos divinos, natural e das gentes, ou permitim ao Soberano tudo contra o bem comum do vassalo, ou vão na outra extremidade fomentar a abominável seita dos sacrílegos monarcómacos [...] que tudo concedem ao Povo contra as Sagradas e invioláveis pessoas dos Príncipes”.
- 9) os livros que utilizam os textos das Sagradas Escrituras em sentido diferente do usado pela Igreja,
- 10) dos autores que misturassem artigos de fé com os de mera disciplina,
- 11) os que impugnassem os Direitos, Leis, Costumes, Privilégios etc. da Coroa e dos Vassallos,
- 12) as obras “dos pervertidos filósofos destes últimos tempos” [...],
- 13) os livros publicados na Holanda e na Suíça atribuídos a advogados do Parlamento da França e que tratam da separação entre o “Sacerdócio e o Império”,
- 14) todas as obras de autores jesuítas baseadas na “autoridade extrínseca da razão particular”,
- 15) os livros “compostos para o Ensino das Escolas Menores que forem contrários ao sistema estabelecido por lei anterior”.⁴

Havia duas exceções às proibições: os livros heréticos e ímpios podiam figurar nas universidades, nas comunidades religiosas e nas mãos dos mestres de teologia que deles precisassem para refutá-los. Excetuavam-se também as obras dos autores

tolerados por efeito da paz de Munster e Osnabrug [isto é] Grotius, Pufendorf, Bynkershoek, Barbeirac, Vitriario, Thomasio, Wolfio e Coceio [...] Primeiro porque se não deve privar a república das letras da vasta e útil instrução de tão eruditas obras [...] Segundo porque semelhantes livros só costumam servir para a aplicação dos homens doutos e superiores ao perigo que se pode considerar nos sobreditos livros.

Autorizava-se também a leitura, mediante licença, de livros proibidos. São essas, *grosso modo*, as regras estabelecidas pela Mesa Censó-

ria para a censura de livros. Como notou Maria Adelaide Salvador Marques, essas regras

condenavam principalmente as obras contrárias à Religião, à Moral, à Política e à Cultura. E, no entanto, presta-se mais atenção às regras condenatórias dos livros contra a religião e a política, pois o maior número de regras versa sobre estes dois assuntos (sete sobre religião e seis sobre política, enquanto que sobre moral são dois e sobre cultura, três.). Verifica-se que, na sua idéia geral, estas regras continuam a obedecer à ideologia a que estava sujeita a Santa Inquisição.

Se entre o antigo sistema dos três poderes e o da Real Mesa Censória não houve grande mudança de critérios para a censura de livros, houve menos ainda com o novo instituto da Comissão-Geral sobre o Exame e Censura dos livros. A lei de 1787 alegava (como Pombal alegara em 1768) que o sistema em vigor não funcionava,

não eram ainda tratados com toda aquela exatidão [...] como era necessário [pelos] censores externos que regularmente se não interessavam, como deviam, sobre o relevantíssimo objeto que se lhes confiava.⁵

A nova censura não conseguia reprimir a entrada em Portugal de livros proibidos. As queixas dos ultramontanos eram constantes. Em 3 de dezembro de 1789, José de Seabra da Silva, ministro de D. Maria I, escrevia uma longa carta ao principal Abranches, presidente da comissão, apresentando queixas sobre a ineficiência da censura. A crítica é severa e mostra a todos as mazelas da comissão: as arbitrariedades, a falta de critério, a inércia e a impotência em impedir a circulação de livros nocivos. Não se havia feito um novo regimento nem novo índice de livros proibidos.⁶ Nem as reclamações do intendente-geral da Polícia, nem as do Desembargo do Paço podiam conter a entrada dos livros que espalhavam “os abomináveis princípios franceses”, principalmente depois da Revolução de 1789. O governo tenta então uma última reforma da censura: volta ao princípio dos três poderes: a Inquisição, o Ordinário e o Desembargo do Paço.⁷ Este último, dada a importância dos acontecimentos políticos da Europa, torna-se preponderante.⁸ Incumbido, dentro do sistema, de defender a segurança do Estado, age por si só, mandando, por uma portaria, proibir tal ou qual livro. Muitos são publicados unicamente com a menção: “Com licença do Desembargo do Paço”.

Era da França que vinham os livros “promotores da religião filosófica que é a mania e ajuste do século”, como disse o ministro José

de Seabra da Silva. No *Catálogo de livros defesos neste reino*, é notável a preeminência de livros franceses, ou traduzidos para o francês.⁹ Nele figuram d'Alembert, Buffon, Condorcet, Condillac, Diderot, Mably, Montesquieu, Raynal, Rousseau, Voltaire, etc., todos os 'filósofos' da Ilustração, como é compreensível levando-se em conta a mentalidade dos governantes. Menos explicável é a proibição da leitura das *Réflexions sur la métaphysique du calcul infinitésimal*, de Carnot, "mandado deter por despacho de 9 de abril de 1802", *Rapports du physique et du moral de l'homme*, do Dr. Cabanis, por "ordem da Mesa de 28 de junho de 1806". O *Traité de la manie*, do Dr. Pinel, só podia ser lido mediante licença. O *Essai sur l'homme*, de Pope (citado em francês), também só podia ser lido com licença por decisão de 27 de julho de 1801. Com *Viagens de Gulliver*, de Swift (citado em inglês), e a *Viagem sentimental*, de Sterne (em francês), acontecia a mesma coisa, mas o *Tristram Shandy* circulava livremente. O *Werther*, de Goethe, os *Essais*, de Montaigne, a *Riqueza das nações*, de Adam Smith, só podiam ser lidos mediante licença.

As obras de Clément Marot, consideradas obscenas, eram proibidas. *La princesse de Clèves*, de madame de La Fayette, o *Voyage du jeune Anacharsis en Grèce*, do abbé Barthélémy, as *Fables*, de La Fontaine, traduzidas por Francisco Manuel do Nascimento (suprimidas pelo Desembargo do Paço em 23 de março de 1814), os *Contes mornaux*, de Marmontel, ou eram proibidos ou só podiam ser lidos mediante licença. Na mesma categoria entravam as obras de historiadores como Gibbon, Robertson e Raynal, e pensadores como Hume, Beccaria, Filangieri, Bielfeld, Bentham, Hobbes, Helvétius, Locke, etc. É claro que os *Direitos do cidadão*, de Thomas Paine (em tradução francesa), não podiam ser permitidos. Todas as obras de Voltaire, o espantinho dos absolutistas, eram proibidas, mas a *Henriade* foi traduzida pelo brasileiro Tomás de Aquino Belo e Freitas e publicada no Porto, em 1796. Isso não impediu que fosse reimpressa no Rio de Janeiro em 1812. O mesmo aconteceu com *Le diable boiteux*, de Lesage, que foi traduzido afinal e publicado no Rio em 1810. *O pastor Fido*, de Guarini, na versão portuguesa do brasileiro Tomé Joaquim Gonzaga, foi publicado em 1789 e logo 'recolhido' por ordem de José de Seabra da Silva. Anacreonte, Catulo e Ovídio eram proibidos, mas nada impedia que os árcades traduzissem e publicassem versos desses clássicos.

Não há dúvida que livros 'perigosos' eram vendidos em Portu-

gal e se encontravam em bibliotecas.¹⁰ Passavam incólumes na alfândega por desleixo ou ignorância dos funcionários, quando não eram trazidos de contrabando. O famigerado Pina Manique, intendente de Polícia, queixava-se à rainha D. Maria I de ter encontrado na alfândega caixas de livros proibidos.¹¹ O próprio Pombal, reformador da censura, possuía obras proibidas: o *Tratado*, de Locke, as *Cartas persas*, de Montesquieu, a *Utopia*, de Thomas More e outras.¹²

No tempo de D. Maria I a Academia das Ciências era isenta de censura. O duque de Lafões, tio da rainha, recebia livros proibidos. Os oficiais franceses, durante a invasão napoleônica de Portugal, ficaram surpresos de encontrar em livrarias da província livros apologeticos das idéias da Revolução.

Já no fim do século XVIII nem a Real Mesa da Comissão-Geral sobre o Exame e Censura de Livros nem a polícia conseguiram impedir que o livreiro francês Borel vendesse em Portugal milhares de exemplares de uma obra perigosíssima: a Constituição francesa. É sabido que o *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, publicado em Londres, proibido em Portugal e seus domínios, era lido na Corte do Rio de Janeiro, pelo próprio príncipe regente.¹³

Myriam Ellis publicou um documento que mostra outro lado da questão da entrada de livros censurados.¹⁴ Trata-se de uma carta do bispo de São Paulo, D. Francisco Manuel da Ressurreição, endereçada ao marquês de Pombal, datada de 1776. Diz:

Achei o clero dessa diocese muito bem morigerado mas falta de estudos proveitosos. Escolhi o meio mais suave de lhes introduzir bons livros, que conduzi na minha companhia e tenho mandado vir dessa corte; mas não posso extinguir os maus porque as leis e editais da Real Mesa Censória, ainda as primeiras, ou não chegam a esta cidade, ou nela não tiveram quem as executasse e ficou suspenso o seu preciso efeito.¹⁵

Esse interessante trecho da carta do bispo de São Paulo revela a presença de maus livros nessa cidade cuja existência é atribuída ao fato de terem passado pela alfândega por causa da ignorância das ordens da censura e por falta de funcionários capazes de avaliar o conteúdo dos livros importados. Essa situação (repetida, com certeza, em outras capitânias) seria um dos motivos da existência de tantos livros proibidos nas bibliotecas brasileiras formadas no século XVIII. É preciso porém não generalizar a falta de atuação da censura no decorrer

do longo período colonial. A fiscalização existiu em certas épocas e em determinadas capitânicas. Foi severa em dado momento em alguns lugares. Em Pernambuco e no Maranhão, em princípio do século XIX, a alfândega não liberava caixas de livros sem prévia verificação e a licença do governador. Em 1811 Henry Koster teve no Recife que se submeter a toda sorte de delongas e aborrecimentos para obter a liberação dos livros que trazia ao desembarcar da Inglaterra. O vice-cônsul francês em São Luís do Maranhão teve, em 1822, de submeter a exame os dois caixotes de livros de sua bagagem. Antônio Marques da Costa Soares, oficial-maior da secretaria do governo do Maranhão, mandou vir da França, em 1822, o *Contrato social*, de J.-J. Rousseau. Foi-lhe negado o despacho na alfândega.¹⁶ Severa em Pernambuco e no Maranhão, a censura parece inexistente na Bahia em 1817. Haja vista o que nos conta Tollenare. Visitando a Biblioteca Pública de Salvador notou a presença em cima da mesa da sala de leitura, à disposição dos leitores, sem formalidades, as três gazetas portuguesas publicadas em Londres: o *Investigador Portuguez em Inglaterra*, o *Portuguez, ou Mercurio Litterario* [...] e o *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa. Ora, tanto o *Portuguez* quanto o *Correio Braziliense* tinham sido proibidos de circular em Portugal e domínios em virtude de várias portarias, a última datada justamente de 17 de junho de 1817. O viajante francês comenta o fato:

São testemunhas da tolerância do governo e da quase inteira liberdade de imprensa, pois, como se sabe elas [as gazetas] são redigidas com toda a independência e até a licença que caracterizam as gazetas inglesas.¹⁷

Bem antes, aliás, o governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, fora criticado por não agir contra o padre Francisco Agostinho Gomes que recebia do exterior gazetas proibidas. Defendeu-se escrevendo a D. Rodrigo de Souza Coutinho que não tinha cabimento punir quem quer que fosse,

só porque lê *Correios* da Europa, *Gazetas* inglesas e outros papéis desta natureza, quando eles correm sem proibição e são remetidos dessa corte a diferentes pessoas.¹⁸

A falta de uniformidade no cumprimento das injunções da censura, a severidade em certas capitânicas em determinadas épocas e a nenhuma fiscalização em outras partes do país explicam-se pela auto-

nomia dos capitães-generais e as circunstâncias de momento. Esses fatos, aliás, não são peculiares ao Brasil. Nas colônias espanholas os historiadores notaram a mesma situação.¹⁹

O fato é que entrou no Brasil, em todas as épocas, muito livro proibido o que confirma o que toda a gente sabe (salvo os policiais de todos os tempos): a censura, a apreensão ou confisco nunca, em tempo algum, impediram a circulação de livros considerados nocivos. Haja vista o que aconteceu com a *Encyclopédie*, de Diderot e d'Alambert. Proibida em França, foi vendida na própria França em quantidade tal que enriqueceu os impressores. Uma coleção chegou à Bahia, outra alcançou São João del Rei. Passaram incólumes pelas vistas da polícia de França, Portugal e Brasil.

[NOTAS]

1. São muitos os estudos sobre a censura em Portugal. Servimo-nos, principalmente, dos seguintes: José Timóteo da Silva Bastos, *História da censura intelectual em Portugal*; I.S. Révah, *La censure inquisitoriale portugaise au xvi siècle*; Antonio Ferrão, *A censura literaria durante o governo pombalino*; Maria Adelaide Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a cultura nacional (aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII)*, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 1963; Carlos Rizzini, *op. cit.*, p. 259-266.
2. Silva Bastos, *op. cit.*, p. 116-123, transcreve a lei e reproduz diversos documentos referentes às nomeações dos censores. M.A. Salvador Marques analisa a lei e o respectivo *Regimento* da Mesa Censória. A parte deste nosso capítulo sobre a mesa é baseado, em grande parte, nesse importante trabalho. Por tal motivo pareceu desnecessário reportarmo-nos a ele a cada passo no texto.
3. M.A. Salvador Marques estuda as listas de livros remetidos à Mesa Censória. Acha que muitas entidades e particulares não enviaram seus catálogos. O número de livros arrolados em Portugal chega a 117 244. Não há, que eu saiba, documento mostrando se o edital foi ou não cumprido no Brasil.
4. A Real Mesa Censória tinha, além da função de censurar e fiscalizar a produção de livros e a circulação de obras estrangeiras, a de superintender os estudos menores no reino e seus domínios (alvará de 4 de julho de 1771). Em 6 de novembro de 1772 foi criado um imposto especial, o 'subsídio literário' para custear esse ensino e pagar os 'professores régios'.
5. Silva Bastos, *op. cit.*, p. 240-249, publica a lei criando a Comissão-Geral e os documentos referentes à nomeação dos censores.
6. "[...] Primeiro. Sobre a inadvertência ou descuido [...] na fraqueza ou frouxidão com que permite, ou tolera, o livre comércio das obras estampadas fora do Reino. Segundo pelo contrário no excessivo cuidado, que [...] ostenta na censura de obras que aqui se pretendem imprimir quando menos necessidade têm de

- censura, e no excesso de descuido com que deixa de ser embaraço estampar e divulgar obras que ou não deveriam estampar ou não deviam sem censura. Quanto ao primeiro artigo é constante que, de tempo a esta parte corre uma multidão incrível de livros libertinos, escandalosos e sediciosos; é muito provável que esta multidão se aumente com outros tais e piores, com a confiança que têm os livreiros na fortuna dos primeiros livros, ou fundadores, ou promotores da Religião Filosófica que é mania e ajuste do século [...] outros em que com abusos da Filosofia se propagam erros e máximas contra os costumes para os relaxar e corromper. Outros que com outro gênero de Filosofia confundem a liberdade e felicidade das nações com a licença e ímpetos grosseiros dos ignorantes, desassossegam o povo rude, perturbam a paz pública e procuram a ruína dos governos [...].” O ministro continua a longa carta recriminando pela falta de um regimento, “a falta de um catálogo, ou Index de livros proibidos que deveria estar feito em grande parte depois da Renovação, causa uma incerteza e confusão tal que nem os que vendem livros sabem os que hão de mandar vir, nem os leitores os que hão de ler e reter com segurança. Destas causas originais, que a diligência da mesa poderia ter remediado, nascem as outras contraditórias mais praticadas de indolência e cuidado, de zelo e de descuido casual e arbitrariamente exercitados para censurar uns sem necessidade e contra a razão, deixar de censurar outros por inadvertência e incuria. Parece que o fixar regras que sirvam de lei aos censores, aos censurados e aos que usam os livros é a providência e indispensável.” Termina o ministro suas admoestações esperando que a mesa promova “sem perda de tempo, todos os meios óbvios e naturais de cessarem com tantos abusos, os clamores e queixas que chegam à Real Presença depois de desacreditarem o Tribunal”. No último parágrafo Seabra da Silva afirma que o rei está disposto a tomar “maiores providências [...] e se estenderá a abolir o Tribunal [...]”. Silva Bastos, *op. cit.*, p. 255-257, publica o texto completo da longa carta.
7. O decreto de 17 de dezembro de 1793 diz: “[...] a extraordinária e temível Revolução Literária e Doutrinal que nestes últimos anos e atualmente tem tão funestamente atentado contra as opiniões estabelecidas, propagando novos, inauditos e horrorosos princípios e sentimentos políticos, filosóficos, teológicos e jurídicos derramados e disseminados para a ruína da religião, dos impérios e da sociedade, toda a prudência religiosa e política exige que para a reparação do préterito e precaução do futuro se recorra a outros meios e providências que possam com mais rigor e eficácia ocorrer a tantos males e ruína. Pelo que sou servido abolir como inútil e ineficaz para os fins da sua ereção [...] o Tribunal da Real Mesa da Comissão-Geral do Exame e Censura dos Livros [...] Mando que o Santo Ofício da Inquisição exercite as faculdades que tem por delegação no exame e censura dos livros e papéis ou estampados ou que se pretendam estampar nos meus reinos e domínios e nos que se introduzirem por comércio ou por qualquer via no Reino. Mando que os arcebispos e bispos exercitem a autoridade que têm por direito próprio. E mando que a Mesa do Desembargo do Paço exercite no exame e censura a autoridade que antes tinha por Mim e que lhe mando restituir [...]”. Silva Bastos, *op. cit.*, p. 274-275, transcreve o texto completo do decreto.
8. “Esta reintegração do Desembargo do Paço quer dizer do poder ministerial, pois

- de ora avante ainda fará sentir seu peso, constitui o ponto capital da questão, em face dos gravísimos acontecimentos da França.” Silva Bastos, *op. cit.*, p. 275.
9. O *Catálogo de livros defesos neste reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até ao presente. Para servir no expediente da Caza da Revizão (1768-1814)* foi publicado por Maria Adelaide Salvador Marques, *op. cit.*, p. 118-206.
10. Tollenare visitando a biblioteca do convento de Mafra notou: “J’y remarquai l’*Encyclopédie par ordre de matières* qui n’est rien moins qu’orthodoxe, et le moine bibliothécaire m’expliquait comment, au lieu d’en ranger toutes les livraisons sur un seul rayon, il les distribuait dans toutes les grandes divisions suivant les sujets qu’elles traitaient. Il ne paraissait point scandalisé de cet ouvrage et m’en faisait au contraire l’éloge, regrettant qu’il marchât si lentement à son completment. Un Portugais que nous accompagnait, curieux de savoir pourquoi ce livre fixait ainsi notre attention, s’informa de son contenu. ‘C’est un livre à brûler, lui dit le franciscain d’un air théâtral. C’est l’artillerie dont les incrédules se sont servi pour obscurcir les lumières de la foi et de la vérité.’ Et il me sourit ensuite, probablement comme Cicéron dit que les augures le faisaient entre eux” (v. 1, p. 133). Adiante o mesmo autor nota: “[...] ‘en Portugal, tous les livres introduits devraient passer à la censure; mais on les fraude sans aucune peine’” (v. 2, p. 452). (L.F. de Tollenare, *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818.*)
11. “Encontrei na Alfândega outras caixas de livros perigosos e incendiários do abade Raynal, de Brissot, de Voltaire a *Pucelle d’Orléans*, e outros livros perigosos em se disseminarem” [...] In: Carlos Rizzini, *op. cit.*, p. 264, nota 11.
12. Silva Bastos, *op. cit.*, p. 276.
13. O *Correio Braziliense* foi proibido em 1811 e novamente em 1817. Tollenare (*op. cit.*, v. 1, p. 77) nota: “[...] Ce journal est prohibé, mais on le rencontre fréquemment.” Visitando a Biblioteca Pública da Bahia observa o viajante: “On trouve sur les tables de la salle les trois journaux portugais qui s’impriment à Londres: l’*Investigador*, le *Portugais* et le *Courier Brésilien*.”
14. Myriam Ellis, Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo. *Revista de História*, 1957.
15. Foi o terceiro bispo de São Paulo, de 1774 a 1789. Azevedo Marques, *op. cit.*, v. 1, p. 69. Sua biblioteca, como vimos, foi incorporada à do convento de São Francisco e à da Faculdade de Direito.
16. Jerônimo de Viveiros, *História do comércio do Maranhão*, p. 340.
17. L.F. de Tollenare, *op. cit.*, v. 3, p. 744.
18. Carlos Rizzini, *op. cit.*, p. 266.
19. Sobre a entrada de livros proibidos na América espanhola vide os estudos clássicos de Irving A. Leonard: *Best sellers of the Lima book trade, 1583, Hispanic American Historical Review*, 1942, e *Books of the brave*. De José Torre Revello, *El libro, la imprenta y el periodismo en América durante la domi-nación española*, e de Guillermo Furlong, *Bibliotecas argentinas durante la domi-nación hispánica*, 1944.

Tentativas de estabelecimento de tipografias

Até 1930 os historiadores ainda tinham dúvidas sobre as tentativas de introdução de prelos no Brasil antes da fundação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro em 1808.

Pode-se esperar dos jesuítas que, exercendo tamanha influência em Portugal, até o advento da era pombalina, pleiteassem licença para instalar tipografia em algum de seus colégios no Brasil, tal como sucedeu nos casos de Goa, das Filipinas, do Japão, do Paraguai e da Argentina. Tanto mais natural seria quando ministravam aqui ensino superior, abrangendo defesa de teses de filosofia e artes, escreviam gramáticas da língua do Brasil para serem usadas na doutrinação dos índios e ainda redigiam outros manuais para suas escolas.¹ Como me ocorresse indagar do padre Serafim Leite, quando elaborava sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, sobre o que havia a respeito, respondeu-me que nada encontrou nos arquivos que esclarecesse o assunto. A pergunta continua sem resposta, como sem resposta ficam outras sobre livros e bibliotecas no Brasil colonial.

Alguns historiadores chegaram a afirmar que, durante a ocupação holandesa do Nordeste, no governo de Maurício de Nassau, houve tipografia no Recife. Buscavam sua afirmativa na existência de um folheto escrito em holandês intitulado *Brasilsche gelt-sack* (O saco de dinheiro brasileiro). A imprensa desse opúsculo, verdadeiro libelo contra os diretores da Companhia das Índias Ocidentais, traz ao pé da página a indicação *Gedruct in Brasilien op't Recife in de Bree-Bijl. Anno 1647* (impresso no Brasil, no Recife, no Machado Largo [...]). Alfredo de Carvalho provou que tinha sido impresso na Holanda.² Não há dúvida, entretanto, que Maurício de Nassau pediu que lhe mandassem uma tipografia e um tipógrafo capaz. Os diretores da Companhia das Índias Ocidentais tiveram dificuldade em encontrar

quem quisesse trabalhar em Recife. Localizaram-no, por fim, na pessoa de certo Pieter Janszoon, que chegou mesmo a ser contratado, mas faleceu antes da data do embarque e o projeto não foi adiante.

Alfredo de Carvalho fala de uma tipografia que imprimia em Recife, em princípio do século XVIII, letras de câmbio e orações piedosas. A oficina teria sido suprimida por ordem régia de 8 de julho de 1706. Wilson Martins, que pesquisou o assunto com muita argúcia e deu busca no Arquivo Nacional, não encontrou vestígios de ordem régia ou provisão nesse sentido nos primeiros anos do século XVIII. Acredita que o historiador pernambucano tenha confundido a suposta ordem régia de 8 de julho de 1706 com a provisão de 6 de julho de 1747 de que trataremos adiante. Wilson Martins prefere “encarar com prudente desconfiança a idéia de que houvesse existido no Recife, naquele ano, uma tipografia”.³

Não se sabe de nenhuma iniciativa tomada quer pelas autoridades da colônia, quer pelas ordens religiosas, para introduzir a imprensa no Brasil. Não existe, por enquanto, nenhuma prova ou indício da existência de prelo até o momento em que Antônio Isidoro da Fonseca instala no Rio de Janeiro uma pequena tipografia em 1747, que chamou de ‘segunda oficina’ querendo significar que possuía uma primeira em Portugal. De fato, Antônio Isidoro da Fonseca era um impressor conhecido em Lisboa, onde tinha publicado muitas obras de vulto e de autores célebres. Saíram de seus prelos o tomo I da *Bibliotheca lusitana*, de Diogo Barbosa Machado; as *Memorias historicas e genealogicas dos grandes de Portugal*, de D. Antônio Caetano de Sousa; os *Seculos de religião* e o *Claustro franciscano*, de Apolinário da Conceição; a *Vida de D. João de Castro*, de Jacinto Freire de Andrade; as *Obras*, de Duarte Ribeiro de Macedo; as *Noticias de Portugal*, de Manuel Severino de Faria; e três obras de Antônio José da Silva, o Judeu, para citar somente as mais importantes, algumas das que passaram à posteridade.

Por que um impressor tão conhecido liquidou sua oficina em Lisboa e veio para o Rio de Janeiro? Não se sabe ao certo. Alguns historiadores, como Capistrano de Abreu e Félix Pacheco, supõem que Isidoro da Fonseca fosse cristão-novo ou mosaizante e, talvez, tivesse achado melhor, em certo momento, liquidar seus negócios em Lisboa, por estarem muito perto da Inquisição. É possível que o

fato de ter publicado três obras de Antônio José da Silva, queimado pelo Santo Ofício, não fosse estranho à resolução. Mas o próprio Antônio Isidoro da Fonseca, num requerimento que fez em 1750, em Lisboa, diz que “desfez a sua casa e a sua oficina, assim para satisfazer a alguns credores, como para assentar no Rio de Janeiro, com o intuito de ganhar o que lhe era preciso e à sua mulher”. A lhe dar crédito, foram os maus negócios que o forçaram a liquidar sua oficina em Lisboa e emigrar para o Brasil e tentar a vida com uma ‘segunda oficina’. Há, também, os que pensam que, chegando ao Rio, foi bem-recebido pelo governador Gomes Freire de Andrade, conhecido protetor das letras. Mas, na realidade, nada se sabe ao certo.

O fato é que, em fevereiro de 1747, Isidoro da Fonseca publicou no Rio de Janeiro um folheto de vinte e duas páginas e alguns avulsos. O folheto descreve os festejos que se realizaram na cidade por ocasião da ‘entrada’ solene do novo bispo D. frei Antônio do Desterro Malheiro em 1º de janeiro de 1747. O autor da descrição é o doutor Luís Antônio Rosado da Cunha, “juiz de fora e provedor dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos do Rio de Janeiro”. Deu-lhe o título de *Relação da entrada que fez o excellentissimo, e reverendissimo senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente anno de 1747 [...]*.⁴

Os avulsos que saíram do prelo de Isidoro da Fonseca são: *Em applauso do excellentissimo e reverendissimo senhor D. frei Antonio do Desterro Malheyro, dignissimo bispo desta cidade*. São dezessete folhas impressas de um só lado. As cinco primeiras contêm um *Romance heroico*, versos encomiásticos ao bispo. As doze restantes contêm epigramas em latim e um soneto em português, sobre o mesmo assunto. O último é uma tese, *Conclusiones metaphysicas de ente reali*, do padre jesuíta Francisco de Faria.⁵ Esse trabalho tem a particularidade de ter sido impresso num pedaço de seda e não em papel. É interessante essa impressão, não por ter sido executada em seda (pois é possível que se tivessem tirado outros exemplares em papel), mas como peça tipográfica. Revela grande talento de *mise en pages*. Não era fácil fazer caber numa única página, embora de grande formato, a dedicatória e as três conclusões da tese de Francisco de Faria. Demonstra, também, que o impressor tinha trazido para o Rio tipos de diversos corpos, itálicos e enfeites. Mas, o exame dos impressos de

Antônio Isidoro da Fonseca na sua ‘segunda oficina’ mostra que não tinha recursos para imprimir trabalhos de monta como em Lisboa.

Infelizmente a segunda oficina do tipógrafo não durou. Em 6 de julho do mesmo ano de 1747 saía em Lisboa uma provisão endereçada ao governador do Rio de Janeiro mandando fechar a tipografia, apreender o material e remeter tudo para o reino. A ordem alegava que

não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu officio, onde as despesas são maiores que no reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis ao mesmo tempo em que dele devem ir as licenças da Inquisição e do [...] Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir nem correrem obras [...].⁶

A provisão alegava também motivos de ordem jurídica. Nenhum livro podia ser impresso ou circular em Portugal sem as ‘licenças necessárias’. Ora, tanto as autoridades civis como as eclesiásticas encarregadas da censura tinham sede em Lisboa. Se houvesse tipografia no Brasil, os originais de uma obra teriam, portanto, que ser remetidos a Portugal, para serem aprovados. Só uma vez obtidas as autorizações, voltariam a fim de serem impressos. Como nenhum livro podia circular sem que o texto impresso fosse conferido com o original, seria necessária nova expedição para Lisboa e depois nova remessa para o Brasil, com a autorização para circular. Não resta dúvida de que esse vaivém era muito incômodo e demorado. A provisão achava mais fácil receber os originais dos livros escritos no Brasil e fazer todo o resto em Portugal. Evitavam-se extravio, demoras e prejuízos à indústria da metrópole.

Esse documento representa bem as idéias mercantilistas predominantes na época. Não era concebível que uma indústria colonial fizesse concorrência às da metrópole. Os tipógrafos portugueses não enriqueciam com seu ofício, como um Plantin, os Elzevires e tantos outros. A tipografia portuguesa nunca chegou, nessa época, a ser uma verdadeira indústria. Sempre foi um artesanato. A língua portuguesa nunca teve a divulgação do francês, do inglês ou do espanhol. Livros portugueses só tinham consumo no reino e nas colônias. Permitir uma tipografia no Brasil era prejudicial aos impressores do reino. Era também perigoso. Controlar o que se imprimisse num vasto território como o do Brasil, de maneira que não

circulassem 'doutrinas errôneas' e escritos contra 'a nossa Santa Fé', não era somente difícil, era impossível.

Como conseqüência da provisão, foram remetidos para Lisboa não só prelo, tipos, papel como o próprio tipógrafo. Mas Antônio Isidoro da Fonseca não desistiu da idéia de se estabelecer no Brasil. Em 1750, requereu, pedindo para voltar e instalar aqui uma tipografia.⁷ Apesar das garantias que dava de nada imprimir sem as licenças necessárias ou que pudessem prejudicar o reino ou "algum vassalo dele", o despacho, no próprio requerimento, foi lacônico: "Escusado". Era escusado insistir, a licença não lhe seria dada e o fundador da imprensa no Brasil parece que desistiu da idéia. Nada mais se sabe a seu respeito.

Como foi possível publicar no Brasil um livro sem 'todas as licenças necessárias'? Isidoro da Fonseca, velho impressor em Lisboa, sabia muito bem que publicar livro sem as licenças era assunto grave. Não quis assumir essa tremenda responsabilidade. Requereu licença, mas ao bispo. No requerimento (que vem impresso no fim da *Relação* com os despachos), diz que

pretende imprimir a relação inclusa, mas como não esteja inda revista por Vossa Excelência tanto como inquisidor delegado, como ordinário, para se ver se tem cousa, que ofenda a nossa Santa Fé, pede a V. Excelência que vista que seja a dita relação não tendo cousa contra os bons costumes, conceda V. Excelência a dita graça por ser obra volante.

D. Antônio mandou o padre Cristóvão ver 'o papel'. Este não achou "nele cousa alguma contra a nossa S. Fé e bons costumes". Então o bispo despachou, em 18 de janeiro de 1747: "Pode-se imprimir, e não correrá sem ser revisto para ver se está conforme o original". Em 7 de fevereiro, o padre Cordeiro conferiu o texto já impresso e informou: "Está conforme o seu original". No mesmo dia o bispo deu o último despacho: "Visto estar conforme o original, pode correr". A impressão foi feita em vinte e um dias, mais ou menos uma página por dia, admitindo-se que tudo tenha sido feito sem demora.

Se pensarmos bem, tudo nesse folheto é contra a lei e Antônio Isidoro da Fonseca bem o sabia, como se vê do seu requerimento. Ele não podia pedir licença somente ao bispo e ignorar a autoridade civil. Isidoro atribuiu ao bispo uma autoridade que lhe cabia somente em parte. Como bispo (ordinário) e como delegado do Santo Ofí-

cio no Rio, D. Antônio do Desterro só podia atestar que a relação nada continha contra a santa fé, mas não podia (e, aliás, não o fez) atestar que não era obra subversiva ou infestada de idéias contra o Estado, como se costumava alegar quando era o caso. Isidoro deixa entender que sabia muito bem disso, tanto que pede a graça de imprimir a relação "por ser obra volante".

Toda a gente parece estar de acordo em amenizar os rigores da lei e facilitar o despacho do requerimento, embora não tivesse seguido todos os canais competentes. Tratava-se de deixar circular um simples folheto escrito por um juiz, elogiando um bispo, onde não havia nada de mal, uma simples narrativa dos festejos realizados no Rio, por ocasião da posse do bispo. Tudo isso nos parece tanto mais provável que a relação não traz ao pé da página de rosto, como era praxe em todos os impressos dessa época, o sacramental: 'Com todas as licenças necessárias', mas esta fórmula nova e única: "Com licença do Senhor Bispo". D. Antônio do Desterro Malheiro endossara o ato ilegal de Antônio Isidoro da Fonseca.

E, assim, foi impresso e circulou o primeiro livro publicado no Brasil. A tiragem não deve ter sido muito grande. Uma 'obra volante' desse gênero, mesmo em Portugal, não era publicada em grande tiragem. Logo depois, praticamente todos os exemplares foram apreendidos e provavelmente destruídos. O fato é que, hoje em dia, só se sabe da existência de alguns poucos.

Quanto aos dois outros trabalhos avulsos feitos por Antônio Isidoro da Fonseca no Rio, há notícia da existência de apenas um exemplar de cada. A coleção de versos *Em applauso* [...] encontra-se encadernada em seguida à *Relação*, na coleção Barbosa Machado, e a grande 'folha' de seda contendo as *Concluziones*, de Francisco de Faria, acha-se no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo. É a primeira tese e o primeiro trabalho de um jesuíta brasileiro impressos no Brasil.

Esses escritos são pouco conhecidos. Raros são os bibliófilos que os viram, mais raros ainda os que estudaram a questão. No estrangeiro, onde a história dos primeiros livros impressos num país provoca sempre estudos, pouca gente conhece o caso de Isidoro da Fonseca. Pode-se dizer que até Félix Pacheco em 1931 esclarecendo, embora em parte, o caso da *Relação da entrada* do bispo, não evitou que muita gente erudita (salvo Clemente Brandenburger) acreditasse

que da 'segunda oficina' de Isidoro da Fonseca saíram outros livros: o *Exame de bombeiros* e o *Exame de artilheiros*, ambos de autoria de José Fernandes Pinto Alpoim, lente da escola de artilharia do Rio. Essa crença originou-se do fato de ambos os volumes terem sido escritos no Brasil, ambos serem dedicados a Gomes Freire de Andrade, então governador do Rio de Janeiro, e conterem um e outro, nas páginas preliminares, cartas escritas no Rio. Acresce que uma das estampas do *Exame de bombeiros* é datada do 'Rio 1749'. Acontece porém que são muito semelhantes tipograficamente e foram publicadas em 1744 e 1748; são portanto contemporâneas da *Relação da entrada* do bispo. Há ainda outros fatos que se prestam à confusão. O *Exame de artilheiros* foi mandado recolher logo depois de publicado e o *Exame de bombeiros*, impresso em português em Madri, traz licenças portuguesas.

O grande culpado do engano é Varnhagen. De fato, na primeira edição da sua *História geral do Brasil*, publicada em Madri em 1857, diz ele:

No Rio chegou a haver até uma imprensa, estabelecida por um Antônio da Fonseca que, sem ser clandestinamente, imprimiu em 1747 um livro acerca da entrada do último bispo. E há quem creia que desses tipos saiu clandestina a impressão do livro chamado *Exame de bombeiros*, do lente da escola de artilharia Alpoim. O *Exame de artilheiros*, livro do mesmo autor, é muito mais raro que o primeiro, havia já sido antes impresso e até fora mandado recolher, por carta régia (de 15 de julho de 1744) ao corregedor d'Alfama de Lisboa, sob pretexto de não se cumprir nele com a pragmática acerca de tratamentos.

Na segunda edição, impressa em Viena em 1877, Varnhagen é mais positivo:

A mesma cidade [Rio de Janeiro] chegou em 1747 a possuir uma imprensa, estabelecida por um Antônio da Fonseca, que imprimiu nesse ano um livro, acerca da entrada do bispo. E não falta quem opine que aí foi também impresso, senão o *Exame de bombeiros* do lente da escola de artilharia Alpoim, pelo menos o *Exame de artilheiros*, do mesmo autor, mandado recolher por carta régia de 15 de julho de 1744 ao corregedor da Alfama de Lisboa, sob pretexto de não se cumprir nele com a pragmática dos tratamentos.

Quais seriam os documentos ou argumentos em que Varnhagen baseou a afirmação de que esses dois livros, um com a imprensa de Madri, 1748, por Francisco Martínez Abad, e outro com a de Lisboa, 1744, por Antônio Isidoro da Fonseca, foram impressos no Rio de

Janeiro? Não se sabe. Varnhagen não citava quase nunca os documentos que utilizava. Teria ele, aliás, visto documentos nesse sentido ou simplesmente assim imaginou? Esse exemplo nefasto de não citar fontes foi seguido por muitos historiadores brasileiros e ninguém, tal o prestígio desse grande investigador, teve a curiosidade de verificar tais asserções. Varnhagen era tabu. Os que o seguiram limitaram-se a repetir o que o 'mestre' tinha dito. Inocêncio, com sua autoridade de bibliógrafo, repetiu Varnhagen. A lenda espalhou-se. Todos os autores (Moreira de Azevedo, Fernandes Pinheiro, Sacramento Blake, Vale Cabral e outros mais) que trataram da questão da introdução da imprensa no Brasil repetiram o que havia dito Varnhagen. Um único, Clemente Brandenburger, num artigo publicado em 1925, no *Gutenberg-Festschrift* com o título de "Die seltesten Brasilianischen Drucke" não concordou com Varnhagen e não acreditou na lenda do *Exame de bombeiros* e do *Exame de artilheiros* terem sido impressos no Brasil. É verdade que não baseou sua argumentação em nenhuma documentação.

O artigo de Brandenburger, publicado em alemão numa revista especializada, pouco conhecida no Brasil, passou despercebido entre nós. Uma feliz coincidência fez reviver a questão. Afonso d'E. Taunay foi, em 1930, convidado a organizar a biblioteca do Itamarati, remexeu todos os livros, encontrou um exemplar da *Relação da entrada* do bispo e logo percebeu a importância do achado. Desse feliz acontecimento deu logo notícia em quatro daqueles enormes artigos que publicava aos domingos no *Jornal do Commercio* do Rio. Esses artigos, cheios de informações eruditas, de observações inéditas, de mistura com citações de memória e das digressões costumeiras, provocaram a curiosidade de toda gente.

Félix Pacheco, diretor do *Jornal do Commercio* e colecionador de brasileira, escreveu a Taunay, felicitando-o e fazendo-lhe perguntas sobre o caso da primeira tipografia no Brasil. Taunay respondeu. Travou-se assim, entre os dois acadêmicos, uma correspondência sobre o caso. Félix Pacheco entusiasmou-se pelo assunto, estudou a fundo a questão e chegou à conclusão de que nem o *Exame de bombeiros* nem o *Exame de artilheiros* tinham sido impressos no Brasil, mas simplesmente nos lugares indicados nas portadas das duas obras, em Lisboa e Madri, respectivamente.

À medida que Félix Pacheco fazia suas pesquisas, escrevia a Taunay, contando suas descobertas. Revelou que as oficinas que imprimiram o *Exame de bombeiros* e o *Exame de artilheiros* existiram de fato em Lisboa e Madri e que Isidoro da Fonseca era grande impressor em Lisboa, antes de se mudar para o Rio. Essas cartas, e algumas outras de outras pessoas, fazendo sugestões, reuniu ele, mais tarde, num alentado volume, que intitulou: *Duas charadas bibliográficas*.

Não se trata de um livro sobre o problema da introdução da imprensa no Brasil, como seria de esperar, mas de uma coletânea de cartas a Afonso de Taunay e outras pessoas, escritas à medida que Félix Pacheco ia realizando suas investigações. Ora, quando dava com um achado, ou tinha uma idéia, escrevia logo uma carta. Muitas vezes na seguinte, abandonando a idéia, comunicava outro achado ou, então, perdia-se em investigações que nada tinham que ver com o assunto e em digressões tolas ou, às vezes, ingênuas. Algumas dessas pesquisas paralelas deram resultado interessante. Descobriu que o primeiro livro em português publicado na América, o *Luzeiro evangelico*, por João Batista Morelli de Castelnuovo, frade misterioso, cuja biografia é pouco conhecida, foi impresso no México em 1710.

Toda essa confusão torna a leitura das *Duas charadas bibliográficas* um verdadeiro suplício. Não existe livro mais difuso, confuso e obtuso, como diria Varnhagen. Se, em vez de reunir uma correspondência, tivesse escrito um estudo sobre a introdução da imprensa no Brasil, teria redigido um livro clássico, que perpetuaria seu nome de acadêmico já esquecido. Sem contar que submete todos os interessados no assunto a torturas e desesperos.

Se Félix Pacheco deslindou o mistério do *Exame de artilheiros*, do *Exame de bombeiros* e muitos dos fatos referentes à introdução da imprensa no Brasil, não me parece que tenha explicado tudo de maneira satisfatória. Para começar, engana-se, afirmando que o *Exame de bombeiros* contém dezenove pranchas gravadas, quando na realidade são vinte, sem contar o retrato de Gomes Freire e uma 'tábua' ou tabela impressa. O que não explica é o caso das gravuras. Todas são de autoria de José Francisco Chaves, salvo o retrato de Gomes Freire, que foi gravado por O. Cor, artista conhecido, estabelecido em Lisboa. A gravura XVII traz, no ângulo direito, a indicação 'Rio 1749'. Teria ela realmente sido gravada no Rio de Janeiro em 1749?

E como explicar essa data, se o livro está datado do ano anterior, de 1748? São fatos que Félix Pacheco não estudou satisfatoriamente e mistérios que não pôde desvendar. Há outras questões que poderiam ser reestudadas e, talvez, com resultados diferentes.

Como disse, nem tudo está esclarecido no caso da introdução da imprensa no Brasil. Há, ainda, margem para muita investigação. Não creio, porém, que o exame dos livros, por minucioso que seja, revele muita coisa. Mas creio que investigações nos arquivos de Portugal, entre processos e papéis da época, revelem novidades. É de esperar que investigadores retomem o estudo da questão e possam esclarecer todos os aspectos obscuros da introdução da imprensa no Brasil.

Depois de Antônio Isidoro da Fonseca não houve mais tipografia no Brasil até 1808 quando, para o Rio, mudou-se o governo português e ali instalou-se uma Impressão Régia.

[NOTAS]

1. *A Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, foi impressa em Coimbra em 1595. *A Arte da lingua brasilica*, de Luís Figueira, apareceu em Lisboa em 1621 e foi reeditada em 1687 e 1795. Um *Cartapacio de syllaba e figuras conforme a ordem dos mais cartapacios de grammatica*, do padre Inácio Leão de Sá, S.J. serviu, em cópia manuscrita, aos alunos dos jesuítas, durante anos, até que Matias Rodrigues Portela, "estudante na Cidade da Paraíba do Norte no Brasil" o mandou imprimir em Lisboa, em 1783. Algumas das teses defendidas nos colégios dos jesuítas foram impressas em Coimbra e Évora. Uma somente foi impressa no Rio de Janeiro em 1747. Vide: Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 7, p. 210 e seguintes.
2. Da introdução da imprensa em Pernambuco pelos holandeses, *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, v. 9, n. 64, 1904, e, do mesmo Alfredo de Carvalho, *Annaes da imprensa periodica pernambucana de 1821-1908*, p. 17 e seguintes.
3. Wilson Martins, *A palavra escrita*, p. 334-343, onde historia a introdução da imprensa no Brasil.
4. Vide a descrição e o título completo desse raríssimo opúsculo na minha *Bibliografia brasileira do período colonial*, p. 112-114. Félix Pacheco publicou em apêndice às *Duas charadas bibliográficas* uma reprodução em fac-símile da *Relação* e dos demais impressos de Isidoro da Fonseca no Rio.
5. Vide a descrição dessa tese em minha *Bibliografia brasileira do período colonial*, p. 135.
6. Diz a provisão: "Dom João por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves,

daquém e dalém mar em África, senhor da Guiné [...] Faço saber a vós, governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, que por constar que deste reino tem ido para o estado do Brasil quantidade de letras de imprensa, no qual não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, onde as despesas são maiores que no reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis ao mesmo tempo, em que dele devem ir as licenças da Inquisição e do meu Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir nem correrem as obras; portanto, se vos ordena que, constando-vos que se acham algumas letras de imprensa nos limites do vosso governo, as mandeis seqüestrar e remeter para este reino, por conta de seus donos e entregar a quem eles quiserem, e mandareis notificar aos donos das mesmas letras e aos oficiais da imprensa que houver, para que não imprimam nem consintam que se imprimam livros, obras ou papéis alguns avulsos sem embargo de quaisquer licenças que tenham para a dita impressão, cominando-lhes a pena de que, fazendo o contrário, serão remetidos presos para este reino à ordem de meu Conselho Ultramarino, para se lhes imporem as penas, em que tiverem incorrido, e aos ouvidores e ministros, mandareis intimar da minha parte esta mesma ordem para que lhe dêem a sua devida execução e a façam registrar nas suas ouvidorias" [...] (*Anais da Biblioteca Nacional*, v. 50, p. 121, 1936.)

7. "Diz Antônio Isidoro da Fonseca que, sendo preciso ao suplicante o passar ao Rio de Janeiro, a assentar ali uma imprensa na qual imprimisse alguns papéis e conclusões, sem que disso se seguisse prejuízo a terceira pessoa, ofensa às leis de V.M. mas utilidade pública por não haver naquelas partes outra impressão, se lhe proibiu o uso dela por ordem de V.M. e foi o suplicante mandado sair do dito Rio de Janeiro, como com efeito saiu e se acha nesta corte. E porque recebe nisso grande prejuízo, porque para outra vez se estabelecer na corte, se não acha com meios prontos, nem fáceis, pois desfez a sua casa e a sua oficina, assim para satisfazer a alguns credores, como para assentar no dito Rio de Janeiro, com o intento de ganhar o que lhe era preciso e à sua mulher [...] e que nestas circunstâncias e certezas espera o suplicante a Real Clemência de V.M., que não ofendendo o suplicante com este modo de vida (a que precisa a sua honra e a obrigação de sustentar a sua casa) o bem comum nem as leis de V.M. lhe faça mercê levantar-lhe a proibição que se lhe faz, para efeito de que o suplicante possa estabelecer a dita imprensa no Rio de Janeiro, na mesma forma e para o mesmo fim de que usava dela ou na Bahia e, se necessário for, fará termo com as penas de V.M. for servido impor-lhe, de que não imprimirá livros sem licença de V.M. e do Santo Ofício, nem outro papel, de que se diga dano ao reino ou algum vassalo dele." (*Anais da Biblioteca Nacional*, v. 50, p. 121, 1936.)

A Tipografia do Arco do Cego

Houve em Portugal, em fins do século XVIII, um movimento iniciado e executado por brasileiros, visando diretamente ao Brasil, com a finalidade, por meio de publicação de livros, de espalhar 'conhecimentos úteis', isto é, técnicas modernas e idéias científicas, para arrancar a colônia do atraso em que se arrastava. Esse movimento é um reflexo da ideologia do Século das Luzes na Europa, da *Aufklärung*, nos meios brasileiros de Portugal.¹ Os homens que puseram em prática essas idéias são nossos filósofos ilustrados. O plano que executaram visava ao aproveitamento racional de nossas riquezas naturais por intermédio de técnicas modernas adotadas nos países adiantados.

Infelizmente as gerações que sucederam aos filósofos ilustrados não foram mais compostas de homens de ciência, mas de bacharéis em direito que só viram a possibilidade do desenvolvimento do país através de fórmulas jurídicas. À *memória* científica sucedeu o *discurso* político-jurídico. Somente cento e cinquenta anos depois da geração dos *Aufklärer* é que surge outra, composta desta vez de economistas e tecnocratas, que tenta, atualmente, resolver o velho problema do atraso do país com nova ideologia. Entre essas gerações o Brasil progrediu devagarinho, arrastado pelas circunstâncias internacionais, remando contra a onda de políticos e a ilusão da reforma da constituição para 'salvar a Pátria'.

Em fins do século XVIII, Portugal estava colhendo os frutos da reforma da Universidade de Coimbra feita por Pombal. Aparecia

Este capítulo já estava escrito e pronto para o prelo quando a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro publicou um álbum de gravuras tiradas das chapas originais, abertas em Lisboa, na oficina do Arco do Cego com o título de *Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego, Lisboa*. A obra vem precedida de uma 'notícia histórica' de autoria de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. A este valioso estudo remetemos o leitor.

uma nova geração com formação científica moderna. Na universidade, na Academia Real das Ciências há cientistas de real valor. A necessidade de demarcar os limites do Brasil leva o governo a aproveitar a ocasião para organizar verdadeiras expedições científicas tais como se faziam na França e na Inglaterra. O baiano Alexandre Rodrigues Ferreira denominou suas expedições na Amazônia (1783-1792) de 'viagem filosófica', título revelador da mentalidade da Ilustração. Davam-se bolsas de estudos no exterior a naturalistas como José Bonifácio de Andrada e Silva, Hipólito da Costa e muitos outros. Os brasileiros que viviam na metrópole, formados em Coimbra, Edimburgo e Montpellier, comungavam com as idéias dos enciclopedistas. No próprio governo homens como D. Rodrigo de Sousa Coutinho (ministro em 1796) e Antônio de Araújo Azevedo (ministro em 1804), para citar somente os que mais contribuíram para o progresso do Brasil, são verdadeiros *Aufklärer*. Portugal não vivia de todo no obscurantismo embora os ilustrados sofressem forte oposição principalmente da Inquisição sempre vigilante e ativa.

É nesse ambiente favorável aos estudos de ciências naturais que chega a Lisboa, em 1790, na companhia de seu protetor D. Luís de Vasconcelos e Sousa, que, terminado seu mandato de vice-rei do Brasil, regressa a Portugal, o botânico frei José Mariano da Conceição Veloso natural de Minas Gerais.² Encontrou boa acolhida para os trabalhos que levou. O governo tomou medidas para a publicação de sua *Florae fluminensis* mandando gravar em Veneza as pranchas das ilustrações.³ A Academia Real das Ciências recebeu-o como sócio.⁴ É nesse ambiente favorável que frei Veloso apresenta seu vasto plano de publicar livros de divulgação de novas técnicas e culturas capazes de promover o progresso do Brasil. Para realizar essa tarefa reúne como colaboradores um grupo de jovens brasileiros residentes em Lisboa.⁵ Vão ajudá-lo a redigir, traduzir e editar 'filósofos ilustrados' como Hipólito José da Costa, os irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada e Silva, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Vicente Seabra da Silva Teles, Manuel Rodrigues da Costa, José Ferreira da Silva, José Viegas de Meneses, João Manso Pereira, Manuel de Arruda Câmara, Manuel Jacinto Nogueira da Gama e outros. Todos esses jovens 'filósofos' ilustrados estavam impregnados das teorias dos fisiocratas e dos enciclopedistas franceses.

Sobre seu plano aprovado pelo governo diz frei Veloso:

[...] fui incumbido, a saber: de ajuntar e trasladar em português todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos estabelecimentos do Brasil, para melhoramento da sua economia rural e das fábricas que dela dependem, pelas quais ajudadas houvessem de sair do atraso e atonia em que atualmente estão e se pusessem ao nível com os das nações nossas vizinhas e rivais no mesmo continente, assim na quantidade como na qualidade dos seus gêneros e produções.⁶

Três anos depois de sua chegada a Lisboa, em 1793, aparece seu primeiro trabalho "debaixo dos auspícios e de ordem de Sua Alteza Real"; é uma *Alographia vegetal da potassa, mineral ou soda*.⁷ Daí por diante saem diversas obras por ano sobre os mais variados assuntos indicados no plano. A princípio os livros e folhetos sob a direção de frei Veloso são impressos em diversas tipografias de Lisboa: a de Simão Tadeu Ferreira, a de João Procópio Correia da Silva e a de Antônio Rodrigues Galhardo. Mas o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho via as coisas com lentes de aumento e resolveu fundar uma tipografia para levar avante o plano.⁸ Mandou comprar prelos, encomendou grande quantidade de tipos novos para substituir os velhos caracteres portugueses já fora de moda. Vieram de França os mais modernos, os de Didot. Junto à tipografia criou-se uma fundição de tipos e uma escola de gravura para formar gente capaz de ilustrar os livros. O novo estabelecimento foi instalado no bairro do Arco do Cego e denominado Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego. Gastou-se à vontade, ao que consta mais de cinquenta contos. Começou a funcionar em 1800 mas pouco durou sua autonomia: um decreto de 7 de dezembro de 1801 mandou incorporar o acervo do Arco do Cego à Impressão Régia. O decreto especificava porém:

fazendo continuar a impressão de livros e obras de que se acha encarregada a Casa Literária do Arco do Cego e, particularmente, das obras botânicas de frei José Mariano da Conceição Veloso, assim como fará concluir todas as obras que se acham ali principiadas e que deverão concluir-se assim como executar as outras que possam ser úteis à instrução dos meus vassallos e extensão dos conhecimentos de que tanto depende a sua felicidade procurando também que para auxiliar tão louváveis fins se realize a venda dos que têm sido publicados na sobredita Casa Literária [...].⁹

O mesmo decreto criava uma junta administrativa, econômica e literária para dirigir a Impressão Régia. Dela faziam parte frei Veloso e Hipólito da Costa.

Parece que frei Veloso não era bom administrador e passou o Arco do Cego à Impressão Régia com um passivo de perto de dez contos, conforme se queixava em 1813 o diretor da tipografia oficial.¹⁰ Diz esse funcionário que o botânico brasileiro tinha no Arco do Cego o direito de ficar com

o valor de 200 exemplares de cada mil das obras que fazia imprimir à custa da fazenda, feita a conta pelo preço da venda, que é o duplo do custo, tornou a repetir o mesmo na impressão régia, no tempo da sua administração interna, com a diferença de levar os exemplares em espécie; de maneira que veio a receber, não 200 de cada mil que por lei lhe pertencia, mas sim 400, sendo 200 em dinheiro.

Esse diretor da Impressão Régia, Joaquim Antônio Xavier Anes da Costa, acusa ainda frei Veloso de não ter nunca apresentado os livros de contas do Arco do Cego, de não ter entregue “os muitos e preciosos livros que tinha comprado à custa da fazenda” [...] e acrescenta:

Ele teria reduzido a nada todo esse estabelecimento, se a devassa a que deram motivo os furtos e extravios que se verificaram no seu tempo, lhe não tivesse arrancado a administração interina.

Passados muitos anos, Pato Muniz, no Parlamento, na sessão de 14 de janeiro de 1823 das Cortes Ordinárias, dizia:

Pelo que pertence à tipografia, devemos lembrar-nos de que quando ela foi estabelecida no Arco do Cego, [...] não há dúvida que se fizeram grandes despesas, e bem creio que foram excessivas; mas também é certo que elas não podem deixar de ser muitas no princípio de tais estabelecimentos; o caso é que, se muitas foram as despesas, muitos foram também os lucros que a oficina começou a produzir, apesar de não ser bem administrada. Não quero eu agora falar da administração do padre Veloso, por seguir a boa doutrina do *parce sepultis*, porém é lícito dizer que ele gastava largo, e não obstante todas as suas larguezas, aumentava a oficina, mandou fazer diversas traduções e de seu tempo se imprimiram todas as obras principais, e de grande custo, que ainda hoje fazem os fundos da casa [...] e agora apenas anda a receita pela despesa.¹¹

Esses dois depoimentos, de um burocrata minucioso e de um estadista, estão de acordo num ponto: frei Veloso foi mau administrador, mas, como diz o povo, tudo acabou dando certo. O grande número de livros publicados pelo Arco do Cego, era ainda, em 1823, o único fundo editorial da Impressão Régia de Lisboa, a sua única fonte de renda.

Mas se frei Veloso foi mau administrador, como o são às vezes os homens de ciência, foi um grande empreendedor e homem de vistas

largas; viu o atraso da colônia e procurou dar-lhe remédio, o remédio aconselhado pelos cientistas do tempo, fisiocratas e filósofos da Ilustração. Dirigiu a publicação de mais de sessenta obras sem contar as de autoria exclusiva de seus colaboradores diretos.¹² É um fabuloso esforço editorial quando se levam em conta a época e os poucos anos que durou. O maior número de livros editados cabe, como é de supor, na categoria a que hoje chamamos de publicidade agrícola, isto é, pequenas obras tratando da cultura de plantas úteis. São livros e folhetos sobre o cânhamo, o girofleiro, a urumbeba, as diferentes espécies de quinas, a batata, etc. A maior riqueza do Brasil na época, o açúcar, mereceu uma série de livros mostrando novos métodos de cultivar a cana, novos maquinismos para os engenhos, toda uma técnica empregada nas Antilhas e desconhecida no Brasil. Diversas ‘memórias’ tratam da cultura moderna do café, do cacau, do arroz, do chá e do fumo. Aparecem folhetos e livros ensinando como melhorar as terras com o uso de adubos e estrumes. Até a saúde dos agricultores merece um volume. Frei Veloso não se esquece da cultura das árvores frutíferas, da criação de abelhas, da fabricação de queijo e manteiga e do ‘branqueamento dos tecidos’ fiados em casa. Edita uma série de verdadeiros manuais do agricultor onde se ensina como construir casas econômicas e confortáveis, galpões, currais, etc. Publica um volume, *o Mineiro nivelador, ou hydrometra* onde ensina as diferentes maneiras de resolver o problema do abastecimento de água nas fazendas. Antônio Carlos de Andrada e Silva traduz para frei Veloso o *Tratado do melhoramento da navegação por canais*, de Robert Fulton, o inventor dos barcos a vapor, amplamente ilustrado com gravuras. Martim Francisco traduz dois alentados volumes, o *Manual do mineralógico*. Não se esquece do problema da pobreza, dos sem trabalho nas cidades, e edita diversos estudos mostrando como a questão estava sendo encarada e as soluções dadas a ela na Inglaterra e na Alemanha. Não há assunto útil ao progresso do Brasil que frei Veloso não tivesse abordado.

Ao lado desses livros utilitários, não deixou de lado os estudos de sua predileção: botânica e história natural. Publicou em latim (a língua dos botânicos) diversas obras de valor. É interessante notar que as famosas cartas sobre botânica de Jean-Jacques Rousseau, que tiveram tremendo sucesso em toda a Europa, foram traduzidas para

Veloso 'por uma senhora portuguesa'. Publica uma *Helminthologia*, do francês Barbut, num lindo volume ilustrado com uma bela portada e gravuras coloridas representando vermes e moluscos. Infelizmente não pôde levar a cabo o *Aviario brasilico*, vasto repertório ilustrado das aves brasileiras, dele só apareceu o primeiro fascículo. A eletricidade estava engatinhando naqueles tempos com as primeiras pesquisas de laboratório. Publica um *Tratado sobre a electricidade*, descrevendo as máquinas e as experiências que então se faziam.

O estudo da língua tupi necessário aos missionários e "a todos os que se empregam no estudo da história natural e geografia", como diz, leva-o a publicar um *Diccionario portuguez e brasiliano* e a reimprimir o *Compendio da doutrina christã na lingua portugueza, e brasilica*, do padre Betendorf.

O nosso botânico não era insensível à poesia portuguesa e latina. Uma das mais belas impressões do Arco do Cego é a do poema sobre o tabaco, de Raphael Thorius: *De paeto seu tabaco*. Para esse livro, com diversas gravuras, Romão Elói copiou primorosamente a portada da edição Elzevir de 1625. Não menos bem apresentada é a tradução feita por Bocage do poema de Delille: *Os jardins ou a arte de aformosear as paisagens*.

As duas obras mais conhecidas hoje em dia são a reedição parcial do livro de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, e *O fazendeiro do Brazil*. Da primeira reimprime-se somente uma parte, a que trata do açúcar. Sai como um documento histórico e lingüístico, para mostrar o estado dos engenhos no começo do século XVII, visando a servir de termo de comparação com os diversos livros que editou sobre o açúcar e sua fabricação moderna. Os diversos volumes do *O fazendeiro do Brazil* dividem-se em duas partes: a primeira, em dez volumes bem ilustrados, poderia ter o subtítulo de 'fazendeiro cultivador', a segunda (que ficou incompleta, pois dela só saiu um volume), o de 'fazendeiro criador'. Esses livros reúnem artigos publicados na França, na Inglaterra e na América inglesa sobre toda sorte de culturas. São verdadeiros manuais de fazendeiro. Para cada volume frei Veloso redigiu prefácios, alguns extremamente importantes para o estudo das idéias e das finalidades do empreendimento editorial.

Como foi dito acima, instalou-se no Arco do Cego uma escola de gravura. No fim de um ano contava com vinte e quatro alunos, quase

todos com estudo prévio de desenho na aula pública que existia em Lisboa. Essa iniciativa era necessária para formar ilustradores dos livros. Para auxiliar o ensino prático, publicou-se uma série de livros sobre gravura, pintura e desenho, entre outros o clássico *Tratado da gravura*, de Abraham Bosse, traduzido pelo padre Viegas de Menezes. Alguns desses gravadores vieram mais tarde para o Rio de Janeiro e ali introduziram a arte da gravura.¹³

A apresentação dos livros publicados por frei Veloso é excelente, muito superior ao que se imprimia geralmente em Portugal, principalmente na fase do Arco do Cego. São, na sua maioria, volumes pequenos, de formato in-12, compostos em caracteres Didot, nítidos e claros, ilustrados, às vezes profusamente, e em cores.

Publicar somente esses livros úteis ao progresso da agricultura não era o suficiente para se obter o resultado desejado. Cumpria fazer com que chegassem às mãos dos lavradores. Foi o que fez o governo português, mandando aos capitães-generais do Brasil caixotes de livros para serem vendidos por preço barato e até, se fosse o caso, dados de graça aos interessados.

É difícil avaliar-se o resultado que obteve a iniciativa em todo o Brasil. Se em algumas capitâneas os livros foram bem recebidos, em outras, ao contrário, a iniciativa do governo não alcançou o fim previsto. Em São Paulo, capitania pobre, de população dispersa e atrasada, o governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça informa D. Rodrigo de Sousa Coutinho, por carta de 18 de janeiro de 1801, que os livros já tinham chegado

mas como nela [a capitania] há tanta falta de compradores, quanto é a negligência e descuido que têm havido em se cultivar as artes e as ciências, não há quem se anime a comprar um só livro, de maneira que muitos dos que se têm espalhado, têm sido dados por mim, assim como têm sido quase todos pagos os das primeiras remessas [...] nestes termos farei todo o possível para serem vendidos" [...].¹⁴

No Maranhão, os livros remetidos pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho para serem vendidos (a repartição dos Correios ficou encarregada do negócio) não tiveram saída. Em 1802 informava o governador Diogo de Sousa que

a extração de livros dificultosamente poderia ter o êxito que se desejava atenta a indiferença, ou melhor dizer, repugnância destes povos a toda a qualidade de

aplicação literária [e que a] venda dos livros na casa do administrador do correio excedeu a 20\$000.¹⁵

Em Pernambuco, o resultado foi bem diferente. Cento e dez exemplares das memórias sobre o açúcar foram vendidos aos agricultores do Recife, Igarauçu e Serinhaém, a mil réis o exemplar. O ouvidor da comarca de Recife, Antônio Luís Pereira da Cunha, encarregado da venda, oficiou, em 15 de janeiro de 1799, dando conta do encargo:

Tive a satisfação não só de concorrer para que os senhores de engenho adotem as regras e princípios estabelecidos na Memória, mas até sou testemunha de quanto têm prosperado alguns métodos que se puseram em prática, principalmente o das fornalhas, que fazem sua laboração com metade da lenha que dantes gastavam.¹⁶

O 'professor régio Bayer' escreveu do Recife em 20 de fevereiro de 1798 a frei Veloso contando suas experiências na cultura da caneleira. Dos quatro pés que tinha plantado já tirara de um deles quatro arratéis de canela que valiam em Pernambuco 46 réis o arrátel. Essa carta, publicada em apêndice à *Memoria sobre a cultura do loureiro cinamomo vulgo canelleiro de Ceilão* [...] (Lisboa, 1798), demonstra que havia nessa capitania gente interessada nas iniciativas de frei Veloso.

Na Bahia parece que os livros foram bem-recebidos, pois D. Rodrigo de Sousa Coutinho escrevia de Queluz, em 26 de novembro de 1799, ao governador, acusando o recebimento de 125 mil-réis referentes aos 125 exemplares "sobre o açúcar" que tinham sido vendidos. Como o governador reclamasse que não tivesse recebido os "impressos sobre a cultura do loureiro cinamomo, sobre a pipeira negra e sobre a caneleira", mandou-lhe "uma pequena caixa com alguns exemplares destas obras além de outros impressos".¹⁷ É bem provável que, na Bahia, Manuel Jacinto Sampaio e Melo, proprietário do célebre 'Engenho da Filosofia', onde fazia toda a sorte de experiências, lesse os livros editados pelo Arco do Cego. Ele próprio publicaria, em 1816, na Bahia, um *Novo methodo de fazer o açúcar ou reforma geral economica, dos engenhos do Brazil*, bem dentro do espírito das obras editadas por frei Veloso.

As idéias dos fisiocratas, tão bem aproveitadas por frei Veloso e seus colaboradores, não deram, entretanto, resultados imediatos como se esperava, pela simples razão de que o problema de promover o progresso da agricultura, da indústria e das artes é, hoje o

sabemos, bem mais complexo e não pode ser resolvido só com a publicação de livros. Não o sabiam também os fisiocratas franceses que publicaram uma quantidade de obras com finalidade igual dos filósofos ilustrados do Arco do Cego. Há no *Dictionnaire philosophique*, de Voltaire, uma frase que explica e encerra o assunto: "On écrivit des choses utiles sur l'agriculture, tout le monde les lut, excepté les laboureurs."

Os livros editados por frei Veloso não deram os resultados imediatos esperados, como, aliás, não deram na França as publicações feitas pelos fisiocratas. Mas a iniciativa dos brasileiros ilustrados, apoiada e incentivada pelo governo português, é prova de que ambos não pouparam nem esforços nem despesas, para espalhar livros úteis e baratos pelo Brasil.

[NOTAS]

1. Não existe, infelizmente, nenhum livro sobre nossa *Aufklärung*, nosso *Enlightenment*, nem sequer uma palavra certa e aceita para traduzir esse movimento de idéias. Empregamos aqui a palavra Ilustração e ilustrado, ou filósofo ilustrado, para especificar o movimento e seus adeptos. Tentamos lembrar somente, neste estudo, a influência da Ilustração, na publicação de livros em Portugal e no Brasil e não na literatura ou no pensamento brasileiro. Antônio Cândido, aliás, na sua *Formação da literatura brasileira* (v. 1, p. 236-241) estudou brilhantemente a repercussão das idéias da Ilustração em nossos escritores.
2. José Mariano da Conceição Veloso nasceu em Minas Gerais em 1742. Professoreu no convento de São Francisco do Rio de Janeiro em 1761 onde fez seus estudos e foi lente de geometria e de história natural. Percorreu as capitanias do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e Espírito Santo herborizando. O resultado de suas pesquisas reuniu numa obra, a *Florae fluminensis*. Em 1790 seguiu para Portugal com seu protetor, o vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, levando seu trabalho para ser publicado. Ali fez relações com os cientistas portugueses. Conseguiu que o governo mandasse gravar em Veneza as pranchas para ilustrar sua *Florae*. Mais de 500 já estavam prontas quando Junot invadiu Portugal e Geoffroy de Saint-Hilaire, encarregado por Napoleão de arrecadar e remeter para a França tudo o que encontrasse com valor científico, tomou posse da parte já pronta da obra de frei Veloso. Voltou para o Rio de Janeiro em 1809. Faleceu em 1811. O vigário provincial dos franciscanos ofereceu à Biblioteca Real todo o espólio literário de frei Veloso inclusive os originais da *Florae fluminensis*. Ali ficaram até 1825 quando foram 'descobertos' e o governo mandou imprimir três quartas partes do texto. Em 1827 mandaram-se litografar as pranchas em Paris. Completas formaram onze volumes in-fólio.

As peripécias da publicação da *Florae fluminensis* e o abandono a que ficou relegada a obra até ser vendido o que restava como papel velho são bem conhecidos. Ver principalmente: a história da *Flora fluminense*, por frei Tomás Borgmeister, O.F.M. em *Rodriguesia*, 1937. A.J. de Melo Morais, *Phytographia ou botânica brasileira*, p. IX e seguintes, e Carlos Rizzini, *op. cit.*, p. 226.

3. Parece que o governo português pretendia publicar uma flora do Brasil. Ver uma carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho aos governadores interinos da Bahia, datada de 12 de novembro de 1801, que Rodolfo Garcia publicou na *História geral do Brasil*, de Varnhagen, v. 5, p. 43.
4. "Foi durante algum tempo sócio efetivo da Academia Real das Ciências, porém desinteligências que teve com aquela corporação fizeram com que ela o riscasse do número de seus membros." Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario bibliographico portuguez*, v. 5, p. 54.
5. "Encontrando-me um dia com Antônio Carlos, meu patrício e amigo, que igualmente vivia desempregado, referiu-me que Manuel Jacinto Nogueira da Gama o convidara a entrar de colaborador em um estabelecimento literário e tipográfico, que se ia fundar, junto a Arronches, em a quinta do Manique, no sítio denominado do Arco do Cego. A direção do estabelecimento, criado sob as vistas imediatas e proteção do ministro do Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho, era confiada ao padre-mestre frei José Mariano da Conceição Veloso, natural de Minas Gerais, religioso capucho do Rio de Janeiro. Este instruído naturalista estava, como pensionista do Estado, incumbido de procurar companheiros, que o coadjuvassem naquela empresa literária. As vantagens oferecidas eram aposentamento no edifício, compreendendo as despesas de mesa, e sobretudo o conhecimento de nossas habilitações pelo governo; tínhamos por obrigação fazer a tradução das obras que nos designassem, principalmente das línguas francesa e inglesa, nas quais éramos bastante versados. O convite de Antônio Carlos, para mim que nada tinha, era de aceitar-se sem hesitação, e assim o fiz. Entrei, pois, para o estabelecimento do Arco do Cego, mudando-me para a dita quinta do Manique em o 1 de agosto de 1799; e aí me empreguei na tradução e publicação de obras literárias até 20 de junho de 1801, em que deixei esse serviço." Memória do Visconde de São Leopoldo, *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, v. 37, 2.ª parte, p. 15.
6. Prefácio do tomo 1, parte 1 de *O fazendeiro do Brazil*.
7. Em 1798 apareceu com nova página de rosto com o título alterado para *Alographia dos alkalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda e dos seus nitratos*.
8. "D. Rodrigo, comte de Linhares, ministre du roi Jean VI, à l'arrivée de celui-ci au Brésil, avait des grandes idées, une imagination active: mais il ne s'occupait point assez de l'ensemble, ses plans de détail furent trop gigantesques relativement aux moyens d'exécution qui étaient en son pouvoir; enfin il crut trop aisément qu'il suffisait d'avoir formé une entreprise pour qu'elle fût mise à l'exécution. Un homme d'esprit peignait le genre d'instruction de ce ministre, en disant que sa tête contenait les premières lignes de tous les articles d'une encyclopédie." Saint-Hilaire, *Voyage dans la province de Rio de Janeiro*, v. 1, p. 92 (nota).
9. José Silvestre Ribeiro, *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos*

- de Portugal, v. 3, p. 89.
10. Inocêncio Francisco da Silva, *op. cit.*, v. 13, p. 125.
11. José Silvestre Ribeiro, *op. cit.*, p. 93-94.
12. Vide as obras editadas por frei Veloso arroladas na minha *Bibliografia brasileira do período colonial*, sob seu nome e sob os nomes de seus colaboradores.
13. Na carta, datada de 10 de março de 1813, que citei acima, o diretor da Imprensa Régia de Lisboa avisa "que se acham prontas para se embarcarem as obras e as chapas [...] para serem remetidas à corte do Rio de Janeiro". Nessa data frei Veloso já era falecido. Terminavam com sucesso as negociações para mandar vir de Lisboa o acervo da empresa editorial do botânico. A intenção do governo era de continuar no Rio de Janeiro a empresa de frei Veloso. Vieram mais de mil chapas de cobre usadas na ilustração de várias obras publicadas no Arco do Cego. Ficaram depositadas na Biblioteca Real. Encontram-se até hoje na Biblioteca Nacional. A Imprensa Régia do Rio de Janeiro publicou diversas obras no gênero das de frei Veloso mas não utilizou as chapas vindas de Lisboa. Apareceram sem ilustrações.
14. *Documentos interessantes para a historia e costumes de São Paulo*, 1899, v. 30, p. 37, doc. 15.
15. Jerônimo de Viveiros, *História do comércio do Maranhão*, p. 340.
16. F.A. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, v. 4, p. 465.
17. Inácio Acióli de Cerqueira e Silva, *Memorias historicas e politicas da Bahia*, v. 3, p. 209 da ed. anotada por Brás do Amaral.

A Biblioteca Real no Rio de Janeiro

A transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro veio, como era natural, transformar radicalmente a situação do livro e das bibliotecas no Brasil. As novas condições políticas, econômicas e sociais revolucionaram a colônia. O Rio passou, de repente, a ser a capital da monarquia. O afluxo de uma verdadeira população, calculada em cerca de dez mil pessoas, composta de nobres, de funcionários de todas as categorias, de comerciantes e burgueses ricos, criou novas necessidades de consumo de bens de toda ordem. Era uma colonização repentina de elite que invadia a pacata cidade colonial e, em pouco tempo, a transformaria radicalmente.

A partida da corte em Lisboa não foi uma fuga desordenada e improvisada como pareceu aos passageiros sedentários irritados com o desconforto de uma longa viagem decidida independentemente de suas vontades. A operação demandou um planejamento. Senão vejamos. A decisão de Napoleão obrigando Portugal a abandonar a aliança inglesa data de 12 de agosto de 1807. As tergiversações da política portuguesa conseguiram protelar as sanções francesas até novembro, quando Junot invadiu Portugal. Na noite de 24 de novembro o príncipe regente tomou a decisão, discutida havia já algum tempo no Conselho, de transferir a corte para o Brasil. Nesse intervalo sobrou tempo para se fazerem as malas, isto é, para encaixotar tudo quanto a máquina administrativa necessitaria para governar de sua nova sede. Era uma enorme operação. Por mais planejamento que fizera o almirante Manuel da Cunha Souto Maior, com seus mapas e diagramas de distribuição das pessoas e cargas nos navios — a superintendência do embarque fora confiada a Joaquim José de Azevedo (mais tarde visconde do Rio Seco) — houve, e não poderia deixar de haver, certa confusão na hora de se iniciar a viagem. Mas o fato é que tudo chegou a salvo no Rio de Janeiro em

março de 1808. O governo pôde funcionar logo em seguida nos moldes de Lisboa. Foi uma operação difícil mas coroada de êxito. A rotina burocrática portuguesa estava salva.¹

Na frota vieram os tesouros do Estado: ouro, diamantes do monopólio, jóias, prataria, até paramentos da Capela Real. Vieram os arquivos das repartições públicas, a Biblioteca Real da Ajuda, os Manuscritos da Coroa e os do Infantado. Tudo chegou acompanhado dos seus respectivos conservadores. Antônio de Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca, teve tempo de encaixotar e trazer sua excelente livraria e sua famosa coleção de estampas, manuscritos e aparelhos científicos reunidos durante longa permanência em diversos países da Europa. Vieram, nos porões da nau *Medusa*, prelos com seus pertences encomendados na Inglaterra para o Ministério do Exterior, e que ainda não tinham sido usados. De todas as cargas, públicas e particulares, duas nos interessam particularmente: a Biblioteca Real e os prelos.

A Biblioteca Real, que o príncipe regente D. João trouxe para o Rio de Janeiro, era a segunda que formava a casa real. A primeira foi destruída no terremoto de Lisboa em 1755. D. José organizou outra, chamada da Ajuda, valendo-se de compras e doações. D. Maria I, por alvará de 12 de setembro de 1805, ordenou que, de todos os papéis impressos nas oficinas tipográficas do reino, um exemplar fosse remetido à Real Biblioteca. Era uma livraria rica e versátil. Continha mais de cem incunábulo, entre eles dois exemplares (um impresso em papel, outro em pergaminho) da Bíblia de Mogúncia de 1462, feita por Fust e Schoeffer. Muitas eram as edições preciosas, raras na época, tais como a dos *Coloquios dos simples, he drogas e cousas medicinais da India*, de Garcia da Orta, impressa em Goa, em 1563. Abrangia, além disso, muitas primeiras impressões portuguesas e espanholas, livros de horas iluminados, mapas e gravuras. Era uma esplêndida coleção quase toda suntuosamente encadernada em marroquim vermelho, dourado *au petit fer* e com as armas de Portugal nos espelhos. Nessa biblioteca estava incluída a livraria que Diogo Barbosa Machado doara a D. José pouco depois do terremoto de 1755.² Essa famosa coleção continha uns cinco mil volumes de todo gênero.

Poder-se-ia dividi-la em três grandes grupos: as obras várias, a coleção de folhetos e peças avulsas encadernadas em 85 volumes e

a coleção de retratos. Ao primeiro grupo pertenciam as primeiras edições dos clássicos portugueses e espanhóis, edições de autores latinos e obras religiosas. Mas, embora neste primeiro grupo houvesse muito livro precioso, é o segundo (o dos folhetos) que reunia maior número de peças raras e, às vezes, únicas.

Essa coleção foi formada da maneira mais estranha e bárbara que se possa imaginar. Barbosa Machado colecionou durante toda a vida centenas de folhetos e peças avulsas sobre os mais variados assuntos. Separou-os em lotes segundo os assuntos e mandou-os encadernar. Para os volumes assim reunidos, fez imprimir uma página de rosto com um título que imaginou. Mas, como, infelizmente, nem todos os folhetos tinham o mesmo formato, não teve dúvidas: cortou as margens dos maiores e colou margens falsas nos menores. Fez mais: quando encontrava num livro uma parte que julgava interessante guardar em separado, arrancava-a, juntava-a aos folhetos e jogava fora o resto do livro. Se, por acaso, achava sem interesse certas partes de um folheto, arrancava-as sem cerimônia antes de juntá-lo aos demais. Assim formou a coleção de 85 volumes.

A coleção de retratos não se formou de maneira menos extravagante. Barbosa Machado divertia-se em colecionar retratos de personagens célebres. Quando encontrava num livro uma gravura representando a pessoa desejada, arrancava e grudava-a numa folha de papel em branco. Para ornar o retrato, recortava uma tarja ou moldura de uma gravura diferente, retirada de outro volume, e colocava em torno da figura do personagem. Fazia esse trabalho infantil e predatório sem levar em conta o estilo do retrato ou da tarja. Aparecem retratos gravados a buril enfeitados com molduras xilografadas. Muitas vezes os ornatos foram recortados de obras diversas e colocados lado a lado, um dentro do outro. Com esse *hobby*, o famoso bibliógrafo deve ter destruído milhares de livros. Sua coleção de retratos encadernados em in-fólios são um monumento do mau gosto do maior destruidor de livros que se conhece.

Apesar de tudo, porém, a coleção de Barbosa Machado tem valor inestimável. Entre seus folhetos encontram-se peças raríssimas. São famosas as 'relações' de acontecimentos brasileiros. Não menos raros são muitos poemas, sermões e 'elogios' publicados no seu tempo e que hoje estariam perdidos se ele não os tivesse coleciona-

do. Ali figuram dois exemplares da *Relação da entrada do bispo*, o primeiro livro que se imprimiu no Brasil, do qual não se conhecem mais que uns sete exemplares. Ali estão umas folhas avulsas impressas também por Antônio Isidoro da Fonseca, no Rio, em 1747, exemplares únicos. Encadernado num dos volumes de folhetos está a *Historia da provincia de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães de Gândavo, Lisboa, 1576, o primeiro livro escrito em português sobre o Brasil. Desse, muito poucos exemplares se conhecem. Infelizmente Barbosa Machado cortou-lhe as margens e grudou-lhe outras mais largas para ficar o volume de tamanho igual aos outros.³

Mas não é este o lugar para uma enumeração das obras mais valiosas chegadas ao Brasil com a corte de Portugal. Nem seria possível tentá-la.⁴ O fato é que essa preciosa biblioteca logo que chegou ao Rio de Janeiro instalou-se no hospital da Ordem Terceira do Carmo. Foi inaugurada em 1811, no dia 13 de maio, aniversário do príncipe regente. A consulta era facultada aos estudiosos mediante pedido. Em 1814, abriu-se ao público.⁵

O príncipe D. João nomeou logo dois bibliotecários para tomarem conta da Biblioteca Real: frei Gregório José Viegas e o padre Joaquim Dâmaso. Ambos desempenharam suas funções até voltar para Lisboa, frei Gregório em 1821 e o padre Dâmaso em 1822, não querendo aderir à Independência. Este último levou consigo os Manuscritos da Coroa⁶ e alguns outros papéis. Mas a Biblioteca Real ficou definitivamente no Rio de Janeiro. Quando, em 1825, Portugal e o Império do Brasil assinaram um tratado onde era reconhecida a Independência, nosso governo pagou a Portugal a quantia de dois milhões de libras esterlinas pelos bens portugueses deixados aqui. Entre esses bens estava mencionada a biblioteca.

No Rio a Biblioteca Real foi enriquecida constantemente. Obteve o privilégio do depósito legal logo no início.⁷ Em 1811 recebeu, por doação da província franciscana, o espólio literário de frei Mariano da Conceição Veloso. Constava de livros (cerca de 2 500 volumes), manuscritos e desenhos originais da *Flora fluminensis*, que se juntaram à série de chapas abertas a buril na Tipografia do Arco do Cego, mandadas vir de Lisboa. Em 1815 comprou-se a biblioteca de Manuel Inácio da Silva Alvarenga e, em 1818, a coleção do arquiteto José da Costa e Silva que continha uma valiosa série de estampas,

manuscritos e, principalmente, grande número de desenhos originais de mestres da Renascença italiana. Em 1822 arrematou-se a famosa livraria do conde da Barca, falecido em 1817, da qual faziam parte 120 volumes de gravuras. Essas estampas, conhecidas como *Le grand théâtre de l'univers*, tinham sido reunidas no século XVIII por um colecionador holandês. Vendidas em leilão foram parar nas mãos do Conde da Barca.⁸ Tinha a Biblioteca Real seus 60 000 volumes além das gravuras, manuscritos e mapas.

O padre Luís Gonçalves dos Santos, padre Perereca, como era conhecido, descreve no seu estilo encomiástico:

[...] a Real Biblioteca tem sido muito bem arranjada, e repartida por diversas salas, segundo as diferentes classes de objetos científicos, ou de literatura, de que tratam os livros, de que ela se compõe, os quais estão hoje por uma ordem muito metódica, e fácil de se encontrar qualquer deles, quando são procurados pelos estudiosos. Esta Real Biblioteca tem chegado a ser a primeira, e a mais insigne, que existe no Novo Mundo, não só pelo copioso número de livros de todas as ciências, e artes, impressos nas línguas antigas, e modernas, cujo número passa de sessenta mil volumes,⁹ mas também pela preciosa coleção de estampas, mapas, manuscritos, e outras ricas e singulares coisas, que muito a enriquecem, e que cada vez mais se aumentam mediante a munificência de Sua Alteza Real, que não cessa de enviar novas e seletas obras, que nela se acolhem, e a ativa e zelosa administração dos seus bibliotecários, que cada dia adquirem novos livros e preciosidades literárias de todo o gênero. [...] O Príncipe Regente Nosso Senhor, querendo favorecer e excitar o estudo das letras divinas e humanas entre os seus vassallos do Brasil, franqueou esta sua livraria a todos os literatos e estudiosos. Pelo que, exceto nos domingos, dias santos e feriados, por motivos de anos das pessoas reais, ou por alguma causa pública, está a Real Biblioteca sempre aberta e patente, tanto de manhã como de tarde, a todas as pessoas que a querem freqüentar e onde acham todos bom acolhimento e prontidão nas pessoas ali empregadas que facilitam os livros e tudo quanto precisam para os seus estudos.¹⁰

Em 1821, D. João VI deu um regulamento à Real Biblioteca e mandou imprimi-lo suntuosamente, em formato in-fólio, na Régia Tipografia.¹¹ É o primeiro regulamento de biblioteca que se imprimiu no Brasil. Reflete nos seus 32 artigos as praxes, rotinas e tradições da burocracia portuguesa das quais não conseguimos ainda nos livrar. Ali estão bem especificadas todas as atribuições de cada um dos funcionários. Tudo está dito até o óbvio. Tratando das funções do servente o parágrafo 14 diz: “[...] será sua obrigação abrir e fechar as portas e janelas da biblioteca de manhã e à noite, às horas assinadas

[...]” Esses estatutos da Real Biblioteca merecem ser transcritos, não somente pela raridade do impresso mas também porque dão uma idéia de como funcionava.¹² Note-se que, *mutatis mutandis*, os estatutos de 1821 parecem tremendamente com os regulamentos de hoje. É bem provável que o padre Dâmaso, ‘prefeito’ da Real Biblioteca, quando terminou sua redação e o viu impresso achou que sua principal missão estava cumprida. Sentiu-se, quero crer, feliz e orgulhoso tal qual muitos diretores de bibliotecas modernas quando redigem e publicam alguma ‘reforma’. No Portugal de ontem, como no Brasil, cheio de computadores, o que mais importa é a forma jurídica e burocrática das repartições públicas.

Transformada em repartição, ora subordinada a um ministério, ora a outro, a Biblioteca Real passou com a Independência a denominar-se Biblioteca Nacional. Cresceu e aumentou seu acervo durante o Império e a República. Sua história atribulada teve grandeza e decadência, como a de Roma.¹³

No Rio de Janeiro, nos tempos de D. João, não existiam somente a Biblioteca Real e as dos conventos de São Bento, São Francisco e outras ordens religiosas. A divulgação da cultura não estava presa unicamente às livrarias dessas instituições. Funcionavam na cidade diversos institutos de estudos superiores criados pelo governo tais como a Real Academia Militar, o Laboratório Químico-Prático, a Academia Médico-Cirúrgica, o Arquivo Militar, a Academia Real dos Guardas-Marinha. As finalidades dessas instituições exigiam a formação de bibliotecas. O fato não escapou ao legislador. A carta de lei de 4 de dezembro de 1810, criando a Real Academia Militar e dando-lhes estatutos estabeleceu que: “Logo que possa formar-se uma biblioteca científica e militar para esta academia, haverá um lente de história militar, que servirá de bibliotecário [...]”.¹⁴ A abertura da biblioteca dos guardas-marinha mereceu publicidade. O governo mandou imprimir numa folha de papel um ‘anúncio’ informando o fato.¹⁵

Infelizmente não temos os catálogos (se é que foram feitos na época) de todos esses institutos. Existe somente, que eu saiba, o da Academia dos Guardas-Marinha, feito em 1812. É um catálogo sistemático onde as obras estão arroladas em ordem cronológica dentro dos seguintes assuntos: ciências naturais, ciências matemá-

ticas (puras e mistas), ciências e artes navais, ciências e artes militares de terra, e polimatia ou poligrafia como usamos mais hoje em dia. A julgar por uma observação do redator do catálogo parece que, além do sistemático, havia outro alfabético:

Para encontrar qualquer destas obras na biblioteca, poder-se-á recorrer ao catálogo alfabético, mediante o nome do autor ou do editor, e mediante o da obra, se esta for de algum anônimo ou de vários.

Adverte também que a adoção da ordem cronológica na lista dos livros dentro dos assuntos fora feita com a intenção de mostrar o "progresso ou marcha do espírito humano" em cada disciplina e reforça essa intenção anotando sempre que possível a data do falecimento do autor da obra. Infelizmente para nós o compilador traduziu para o português todos os títulos. Cometeu ainda outros erros que dificultam a identificação de muitos livros.

Maria Beatriz Nizza da Silva, estudando o catálogo, observou que

se trata de uma livraria destinada a estudantes onde predominam as obras referentes às ciências ensinadas no currículo da academia. Em primeiro lugar, podemos considerá-la uma 'livraria' atualizada: se excetuarmos Euclides, a maior parte dos autores pertencia ao século XVIII, havendo 84 que ainda estavam vivos no início do século XIX [...] Observamos depois que se tratava de uma biblioteca especializada e concentrada, ou seja, os alunos da Academia dos Guardas-Marinha encontravam nela os textos necessários às matérias que estudavam e não possuíam obras a mais, isto é, de áreas não relevantes para o seu aprendizado. Daí o escasso número de obras na seção de literatura, e mesmo assim nesta só se incluíram dicionários, gramáticas, textos filosófico-científicos e nenhum livro de poesia, nenhuma tragédia ou comédia, nenhum conto ou novela. Os alunos tinham à sua disposição aproximadamente 48 títulos em ciências naturais, 194 títulos em ciências matemáticas, 200 em ciências e artes navais, 70 em ciência e artes militares de terra, 138 na polimatia. Em terceiro lugar, constatamos que era uma biblioteca predominantemente francesa, quer pelos autores, quer pelos tradutores. É que os autores nacionais, em número reduzido, se concentravam na área de história e na de técnicas militares ou náuticas: contamos apenas 33 autores portugueses [...]¹⁶

Não há dúvida que os alunos da academia dispunham de uma excelente biblioteca atualizada. Seria de esperar que as livrarias da Academia Militar e da Médico-Cirúrgica fossem igualmente boas.

Para avaliar as disponibilidades de livros no Rio de Janeiro nessa época é preciso levar em conta não só os acervos das bibliotecas oficiais, mas também os de coleções particulares. Muitas estavam

abertas a intelectuais e amigos dos donos. A grande livraria do conde da Barca foi utilizada por leitores pouco escrupulosos que se esqueciam de devolver os livros emprestados. Depois da morte do ilustre bibliófilo, o testamenteiro, notando a falta de muitos livros, mapas e gravuras, pediu, por meio de um anúncio na *Gazeta do Rio de Janeiro*, a restituição a todos que "por esquecimento, ou qualquer outro motivo" as conservassem em seu poder.¹⁷

O intendente-geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana, natural do Rio, possuía uma "copiosa e escolhida livraria" que franqueava aos amigos e protegidos, como o padre Eduardo José de Moira, orador sacro apreciado.¹⁸ José Bonifácio, Patriarca da Independência, o Dr. Francisco de Melo Franco, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, o autor de *Glaura*, cuja coleção já comentamos, o arquiteto José da Costa e Silva e muitos outros homens cultos possuíam bibliotecas bastante boas. Livros em mãos de particulares já não era coisa rara e digna de nota. Haja vista os anúncios na *Gazeta* oferecendo livros de particulares para venda, transcritos no trabalho de Maria Beatriz Nizza da Silva. Até comerciantes, como o riquíssimo Elias Antônio Lopes, senhor de cem escravos, que fez doação ao príncipe regente da chácara da Boa Vista, possuía uns vinte volumes, aliás sem nenhum valor.¹⁹ Negociantes dos tempos coloniais não eram dados a estudos. Francisco Pinheiro, rico comerciante de Lisboa, com grandes negócios no Ultramar, falecido em 1749, era analfabeto.²⁰

De qualquer modo, no Rio do tempo de D. João VI havia boas bibliotecas oficiais e particulares. Se nenhuma se abria ao público sem restrições é porque o conceito de biblioteca pública é coisa moderna. A biblioteca pública aberta, no sentido que hoje tem, desenvolveu-se com as idéias democráticas norte-americanas. É das contribuições mais relevantes dos Estados Unidos à cultura universal.

[NOTAS]

1. Sobre a transladação da corte para o Rio de Janeiro vide, principalmente, o estudo de Alan K. Manchester: "A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro", publicado no livro organizado por Henry H. Keith e S.F. Edwards: *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*, p. 177-217.
2. A coleção Barbosa Machado foi catalogada, quase por inteiro, pelo barão Ramiz Galvão. O catálogo, precedido de um histórico, foi publicado nos primeiros

- volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Rosemarie Erika Horch catalogou os sermões impressos dos autos-da-fé, os vilancicos, os incunábulo, os folhetos e a brasileira da coleção Barbosa Machado.
3. Felizmente consegui, quando diretor da Biblioteca Nacional, comprar um exemplar perfeito, o último que apareceu à venda.
 4. Não é possível fazer idéia exata do acervo da Biblioteca Real. Não existe catálogo. Quando esteve trabalhando na biblioteca, Joaquim dos Santos Marrocos tentou redigir um plano de classificação. Devido à sua transferência para a guarda dos Manuscritos da Coroa (que não faziam parte da Biblioteca Real) o projeto aparentemente não foi levado adiante, mas, quando aberta ao público, achavam-se os livros separados por assunto em diferentes salas. É possível, entretanto, fazer uma idéia do acervo consultando o *Catálogo da coleção Barbosa Machado*, redigido por Ramiz Galvão, o *Catálogo da exposição permanente dos cimélios da Biblioteca Nacional* e outros, tais como o *Catálogo de incunábulo da Biblioteca Nacional*, que redigiu Rosemarie Erika Horch, e outros feitos recentemente baseados no acervo antigo. Infelizmente uma grande parte dos livros da Biblioteca Real que existem atualmente estão esfacelados.
 5. Vide resumo histórico nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 19, p. 221-242.
 6. Os Manuscritos da Coroa não faziam parte da Real Biblioteca. Era um acervo independente que, chegado ao Rio, foi depositado num prédio da rua do Ouvidor com outros bens sob a guarda do visconde da Vila Nova da Rainha, guarda-jóias da coroa.
 7. Foi Marrocos quem obteve esse privilégio do depósito legal, chamado de propina, na época: "Com bem custo consegui dar-se para esta Biblioteca propina da Imprensa Régia de tudo quanto se tem aqui impresso, e houver de imprimir-se, o que tenho por um passo muito vantajoso, a benefício desta casa". Carta II, citada por M.B. Nizza da Silva, *op. cit.*, p. 554.
 8. *A coleção de estampas Le grand théâtre de l'univers*, por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, 1970.
 9. Um relatório do padre Dâmaso, datado de 1825, publicado por Carlos Alberto Ferreira no *Congresso do mundo português*, v. 7, p. 602, diz que a biblioteca tinha cerca de oitenta mil volumes nessa época. Crescera bastante, portanto.
 10. Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*, p. 308-309.
 11. *Estatutos da Real Biblioteca mandados ordenar por Sua Magestade*, 1821. 7 fls. s.n.
 12. Vide a reprodução no fim do volume.
 13. Sobre a história da Biblioteca Nacional existe farta documentação contida, principalmente, nos volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, iniciados pelo barão Ramiz Galvão em 1876 e publicados até hoje. No volume 19 vem um resumo histórico. Sobre sua decadência e estado atual vide meu "Relatório do diretor da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde (março de 1945)" publicado na *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 2, n. 1, p. 91-106, 1974, e de Janice Monte-Mor, diretora-geral da Biblioteca Nacional, "A Biblioteca Nacional em 1971" publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 91, p. 359-374, 1971.

14. *Carta, porque Vossa Alteza Real ha por bem estabelecer na Sua Corte e cidade do Rio de Janeiro huma Academia Real Militar erigindo nella hum curso completo de mathematica e sciencias de physica, chimica, e historia Natural [...]* datada de 9 de dezembro de 1810, p. 9.
15. "Anúncio — No dia 16 do corrente se encontrará pronta a Biblioteca da Companhia dos Guardas-Marinha, juntamente com o depósito dos escritos marítimos, para servir na forma das reais ordens que lhe dizem respeito: em observância das quais estará patente desde as oito da manhã até as duas da tarde, exceto nos dias santos, nos dos nomes e anos de S.M. e dos augustos príncipes nossos senhores; e desde o domingo da quinquagésima até quarta-feira de cinzas; e desde quarta-feira maior até a segunda dos prazeres. No tempo ativo, poderão concorrer na biblioteca os officiaes de marinha que se apresentarem vestidos na forma da ordem; e os professores da Real Academia dos Guardas-Marinha [...]" Segue-se a transcrição do decreto de 1.º de abril de 1802, dado no palácio de Queluz sobre a criação da biblioteca e um apelo aos officiaes de marinha para que, reunidos no local da livraria "em todas as noites dos primeiros dias ativos de cada semana", possam redigir uma obra com o título de "Biblioteca do Oficial de Mar-e-Guerra". Este impresso (1 folha) não vem citado por Vale Cabral. A transcrição é feita segundo o exemplar do autor.
16. Maria Beatriz Nizza da Silva, A transmissão, a conservação e a difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821) (II). *Revista de História*, 1975.
17. Maria Beatriz Nizza da Silva, *op. cit.*, p. 569.
18. *Id., ib.*, p. 567, nota 11.
19. *Id., ib.*, p. 567.
20. Luís Lisanti, *Negócios coloniais (uma correspondência comercial do século XVIII)*, 1973.

A gravura

A pesquisa sobre artes plásticas no Brasil está na infância. Começa-se apenas a entrar na era da investigação, da busca de documentos nos arquivos e na interpretação de alguns deles. É normal que os historiadores de arte se tenham dedicado em primeiro lugar à pesquisa sobre nossa arquitetura, escultura e pintura por causa da presença agressiva de tantos monumentos como que exigindo explicação para sua magnificência. O reconhecimento do papel que as gravuras avulsas e as ilustrações de livros desempenharam como modelos ou inspiração para os pintores, escultores e arquitetos coloniais abriu um novo campo para a pesquisa das imagens e obras ilustradas vindas do estrangeiro que circulavam no Brasil. Não houve, porém, ainda tempo para os historiadores da arte voltarem sua atenção para as modestas gravuras que, porventura, se fizeram nos tempos coloniais.

É bem possível que os abridores de cunho das casas da Moeda e os xilógrafos de cartas de jogar tenham aberto algumas estampas, imagens de santo, com certeza.

O lisboeta João Gomes Batista, abridor de cunhos da Casa da Moeda de Lisboa, aluno de Mangin e, provavelmente, de Francisco Vieira de Matos, o Vieira Lusitano, um dos melhores pintores portugueses do século XVIII, "abusando da confiança que dele se fazia, e achando-se criminoso, se ausentou para o Rio de Janeiro".¹ Gomes Freire de Andrade nomeou-o com o mesmo ofício para a Casa da Moeda dessa cidade. Por volta de 1751 transferiu-se para Minas Gerais e passou a abrir cunhos na Casa de Fundição em Vila Rica até 1788 ano em que morreu.

João Gomes Batista é o mais conhecido dos artistas abridores de cunho por ter sido mestre do Aleijadinho, mas ensinou desenho e gravação a outros discípulos. Quando trabalhava no Rio de Janeiro, teve

como aluno o português, ali temporariamente residente, Joaquim Carneiro da Silva.² Ali tornou-se amigo de João Henriques de Sousa, autor do *Discurso político sobre o juro do dinheiro* (Lisboa, 1786), nosso mais antigo economista.³ Ambos grandes amadores de música frequentavam concertos e saraus. Joaquim Carneiro da Silva, voltando a Portugal, tornou-se célebre e foi nomeado professor de gravura da aula anexa à Tipografia Régia.

Outro aluno de João Gomes Batista foi Antônio Fernandes Rodrigues, nascido em Mariana de pai português e mãe crioula, por volta de 1724. Foi para Lisboa em 1758 e, no ano seguinte, para Roma, onde estudou desenho, gravura, escultura e arquitetura. De volta a Portugal foi nomeado professor de desenho da Casa Pia e projetou a igreja de São Vicente, da cidade de Guarda. Faleceu em 1804 com oitenta anos de idade. Dele existe um desenho em honra de Pombal, gravado em França por Massard,⁴ e um álbum intitulado *Livro de varios ornatos propios a entalhadores, canteiros, lavrantes, pintores de ornatto*.⁵ Essa obra contém cinco pranchas representando ornatos gravados a buril. Devia ser livro muito usado não só por esses artesãos como pelos alunos da Casa Pia.

A atividade de mestre de desenho e gravura de João Gomes Batista demonstra o quanto essas artes eram apreciadas no Brasil na segunda metade do século XVIII. Mas, se ele ou alguns de seus discípulos abriu estampas aqui, por ora ainda não se sabe.

Outros abridores de cunho das casas da moeda no Brasil teriam certamente habilidade para abrir estampas a buril, mas ignora-se quem fossem. Quanto a xilógrafos empregados nas fábricas de cartas de jogar nada se conhece tampouco. Houve lei mandando que as pranchas de madeira para imprimir as cartas viessem de Portugal, mas são muitas as fábricas clandestinas conforme se colhe das notícias de apreensão e confisco. A xilogravura sempre foi, aliás, arte de autor anônimo.

Não eram somente os artistas profissionais que tinham capacidade de gravar estampas. Havia amadores como o padre jesuíta Alexandre de Gusmão (1629–1724), fundador do seminário de Belém, em Cachoeira, e autor da *Historia do predestinado peregrino* [...] (Lisboa, 1682) que "abriu uma estampa da Natividade com boa maneira".⁶ Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695–1765), autor do *Orbe seraphico novo brasilico* (Lisboa, 1761), "tinha grande destreza

em abrir sutis estampas e primorosas imagens ao buril e rara habilidade para executar todas as artes".⁷

Na obra do brigadeiro Alpoim, *Exame de bombeiros*, impressa em Madri em 1748, existem 20 gravuras a buril. Uma delas, a de número XVII, está assinada à esquerda: 'Joze Franc. Chaves fecit' e, à direita, a indicação 'Rio 1749'. Quem seria esse gravador? Ignoramos, como não sabemos também explicar como um livro impresso em 1748 contém gravura datada de 1749. Conforme já observamos, Chaves teria aberto as chapas no Rio, sob as vistas do brigadeiro Alpoim e as teria remetido para Madri a fim de serem tiradas as gravuras? É possível. Teria sido José Francisco Chaves aluno de João Gomes Batista? Tudo leva a crer que existissem gravadores capazes no Rio ao tempo de Gomes Freire de Andrada. Infelizmente não temos mais informações sobre esse assunto.

Houve brasileiros, entretanto que, tendo deixado o país, se tornaram célebres durante o século XVIII na arte de gravar. O mais conhecido é o pintor fluminense Manuel Dias de Oliveira, apelidado o Romano, conhecido como pintor, mas que gravou, pelo menos, uma água-forte: *Facto milagroso de santa Izabel Rainha de Portugal*, de que a Biblioteca Nacional possui um exemplar. Essa bela estampa é dedicada a Pina Manique, seu protetor, que o mandou estudar em Roma, onde viveu perto de trinta anos.⁸ Está assinada: 'Manoel Dias de Oliveira braziliense inventou e abriu em Roma em 1798'.

O mais célebre de todos os gravadores brasileiros dessa época é o padre José Joaquim Viegas de Meneses. Nasceu em Vila Rica (Ourro Preto) em 1778.⁹ Ordenou-se em São Paulo. Em 1797 foi para Portugal a fim de doutorar-se em Coimbra. Não o conseguindo ficou em Lisboa e juntou-se ao grupo de brasileiros que trabalhavam com frei Veloso, traduzindo e editando livros na tipografia do Arco do Cego. O padre Viegas traduziu o tratado, clássico então, sobre a arte da gravura, de autoria de Abraham Bosse.¹⁰

Foi publicado em 1801 pela tipografia do Arco do Cego. É uma das mais belas obras ali impressas. Contém 22 gravuras, todas abertas pela equipe de gravadores da casa. Foi no Arco do Cego que o padre Viegas aprendeu a gravar. Quando voltou de Portugal passou a residir em Vila Rica. Tinha trazido algumas chapas de cobre, fabricou um tórculo e gravou diversas imagens de santo. A Biblioteca Nacio-

nal possui um exemplar de um são Francisco que demonstra a habilidade do padre Viegas. Carlos Rizzini, em seu livro *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, reproduz uma gravura, *A boa educação*, aberta pelo padre Viegas e datada de 1829. Não diz onde se encontra.

Mas o que o notabilizou foi o ter gravado em 1807, em Vila Rica, um poema em honra do aniversário do capitão-general Ataíde de Melo, governador da capitania de Minas Gerais. O poema, um *Canto*, era obra de Diogo Ferreira Ribeiro de Vasconcelos que, aliás, já havia escrito e publicado no Porto, em 1806, outro poema saudando o aniversário natalício de D. Maria Madalena, esposa do capitão-geral.¹¹ Desta vez o poeta não mandou seus versos encomiásticos para serem impressos em Portugal. Resolveu publicá-los em Vila Rica. Como não existisse tipografia no Brasil, Viegas foi incumbido de gravar os versos e tirar os exemplares no tórculo que fabricara. Executou pacientemente as 28 oitavas do *Canto*, o título, a dedicatória, as notas explicativas e o apêndice. Gravou ainda um *Mapa do donativo voluntário* [...] e um retrato de D. Ataíde de Melo e sua esposa que juntou à obra.^{12,13}

Esse folheto gravado pelo padre Viegas revela seu grande talento como gravador de letras.¹⁴ Como gravador de retratos é medíocre. A habilidade manual e o engenho do padre ficariam comprovados mais tarde, em 1821, como veremos mais adiante quando tratarmos da introdução da imprensa em Minas Gerais.

A arte da gravura só se praticará regularmente, e por profissionais, depois da fundação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro em 1808. Os primeiros gravadores de profissão que aqui chegaram vieram de Lisboa, da Tipografia do Arco do Cego, com frei Veloso. Eram eles Romão Elói de Almeida Casado e Paulo dos Santos Ferreira Souto. Em janeiro de 1809 o conde de Aguiar expediu à Junta de Impressão Régia um aviso do seguinte teor:

Havendo chegado a esta corte os gravadores Romão Elói de Almeida Casado e Paulo dos Santos Ferreira Souto, que vieram de Lisboa, com o padre frei José Veloso, vs. Ms. procurarão dar logo algum trabalho a estes oficiais, que podem principiar pela gravura da cidade do Rio de Janeiro tirada do Arquivo Militar, e pelas chapas para a obra de geometria de Legendre — Deus guarde vs. Ms. Palácio do Rio de Janeiro em 30 de janeiro de 1809. Conde de Aguiar. Sres. Diretores da Impressão Régia.¹⁵

A planta do Rio de Janeiro só ficou terminada em 1812. É um grande mapa medindo 1,188 m por 0,909 m. Traz o seguinte título: *Planta da cidade*

de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor no anno de 1808. Feliz e memoravel epoca da sua chegada á dita cidade. Na Impressão Regia 1812. Dirigida por I.C. Rivara, e gravada por P.S.F. Souto. Desenhada no R.A. Militar por J.A. dos Reis.

Como se vê, Ferreira Souto gravou a planta, mas sob a direção de Rivara.¹⁶ Quanto à *Geometria*, de Legendre, apareceu em 1809, num alentado volume de 354 páginas com o título de *Elementos de geometria*, por A.M. Le Gendre, traduzidos do francez, e dedicados ao Príncipe Regente Nosso Senhor, por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. Contém 13 estampas dobradas com figuras geométricas gravadas, mas sem assinatura. A julgar pelo aviso do conde de Aguiar são provavelmente de Romão Elói, já que seu colega Ferreira Souto se ocupava com a planta do Rio de Janeiro. Este último parece que se especializou em gravar mapas. É dele a gravação do *Mappa geographico da capitania do Maranhão* que acompanha o *Roteiro e mappa da viagem de S. Luiz do Maranhão até a corte* [...] pelo coronel Sebastião Gomes da Silva Berford, publicado em 1810. De Romão Elói é também o retrato de Alexander Pope que acompanha o *Ensaio sobre a crítica*, traduzido pelo conde de Aguiar, belissimamente impresso em papel forte, com o título da obra gravado a buril.¹⁷ Também com o título gravado, e não menos suntuosamente impresso, apareceram em 1811 os *Ensaioes moraes* do mesmo autor, traduzidos pelo mesmo conde de Aguiar.

Essas obras não são as únicas que contêm gravações feitas na Impressão Régia nos primeiros anos de sua fundação, mas são das mais bem feitas que ali foram impressas.

Maistarde vieram para o Rio de Janeiro outros gravadores, talvez contratados ou à procura de trabalho. Aqui chegaram João José de Sousa, Brás Sinibaldi, José Joaquim Marques e Antônio do Carmo Pinto de Figueiredo Mendes Antas, que assinava suas gravuras 'A. do Carmo'.

João José de Sousa era tenente-coronel de engenharia e professor de desenho da Academia Militar. São de sua autoria os retratos que formam uma coleção publicada entre 1816 e 1818, em fascículos, contendo três retratos cada um.¹⁸ Ignora-se se o álbum chegou ao fim. A Biblioteca Nacional possui a maior série que se conhece, mas não é completa. Contém 18 fascículos com 54 retratos desenhados por Antônio do Carmo. Deste mesmo artista existe gravura representando um alambique. Foi publicada no primeiro volume de *O Pa-*

triota e reproduzida por Vale Cabral no seu livro. Foi Antônio do Carmo quem desenhou os 4 retratos gravados por João José de Sousa que ilustram o poema *Alfonsiada*, de Pina Leitão, publicado na Bahia em 1818. Deste mesmo artista existe uma gravura alegórica sobre a morte da imperatriz Leopoldina "com seu retrato em busto dentro de um medalhão, em cima, à direita" como nos informa Vale Cabral. A estampa não traz data, mas foi feita em 1816.

Brás Sinibaldi gravou as armas reais do Reino do Brasil por ocasião da união dos reinos em 1816. Saíram numa folha apenas à carta de lei.¹⁹ É um trabalho primoroso de gravura.

De José Joaquim Marques existe bela estampa alegórica anexa ao poema *A assumpção*, de frei Francisco de São Carlos, publicado em 1819. Representa o autor, de joelhos, oferecendo seu poema à Virgem, representada no alto, entre nuvens, e rodeada de anjos. Na Biblioteca Nacional há gravura avulsa de São José do mesmo autor.

Alguns anos antes da Independência havia no Rio, além dos gravadores empregados na Impressão Régia, vários artistas. O famoso Arnaud Julien Pallière, francês, por exemplo, estabelecido no largo do Rossio n.º 17, desenhou uma bela estampa de São Sebastião sobre um fundo onde se descortina a entrada da baía da Guanabara.²⁰ Essa raríssima gravura vem no frontispício de uma missa de São Sebastião, impressa em latim, em preto e vermelho, no ano de 1819. Está assinada 'Pallière invenit — Rio de Janeiro'.²¹

Outro artista francês, que Vale Cabral chama Dandeleux²² mas será provavelmente Claude Bandeleur, com oficina à rua do Sabão n.º 42, trabalhou para a Impressão Régia. Vale Cabral acha que "talvez sejam suas as chapas abertas (em 1822?) com os uniformes dos generais do Império do Brasil". Trata-se de duas pranchas dobradas contendo os enfeites específicos dos novos uniformes dos generais do Império do Brasil. Essas pranchas vêm apenas ao *Plano para os novos uniformes dos officiaes generaes, officiaes do estado maior do exercito, e de praças, e os do Corpo de Engenheiros* que, por sua vez, acompanha o decreto de 7 de outubro de 1823 aprovando os modelos dos uniformes do exército do Império, recentemente proclamado.

Outros artistas pintores, desenhistas, gravadores trabalham no Rio como já foi dito às vésperas da Independência, mas não formaram escola. O único ensino artístico oficial era o de desenho na Aca-

demia Militar. Esse ensino limitado não implicava que pintores, escultores, entalhadores, canteiros e gravadores trabalhassem intensamente nas obras de embelezamento da sede da corte ou para o luxo e conforto da nobreza, do clero e da rica burguesia.

A chamada Missão Francesa, contratada em Paris em 1816, só conseguiu inaugurar a Academia de Belas-Artes em 1826, por conseguinte já no Império. Não vinha, aliás, entre seus membros, quem pudesse influir sobre o progresso da tipografia ou das bibliotecas.

Pouco sabemos acerca da arte da gravura nas capitânicas do Norte. De Pernambuco, Pereira da Costa, no seu "Estudo histórico-retrospectivo sobre as artes em Pernambuco", diz:

Em 1817 existia uma oficina de estamperia e gravura pertencente ao cartógrafo José Fernandes Portugal, a qual foi seqüestrada pelo governo em virtude da portaria de 14 de agosto do mesmo ano e entregues todos os seus materiais ao sargento-mor engenheiro Francisco José de Sousa Soares de Andrea. Nessa oficina imprimiram-se várias cartas hidrográficas, estampas e outros trabalhos. Em 1819 criou o governador Luís do Rego uma oficina de gravura de metal, no Trem Militar, depois Arsenal de Guerra, e nomeou para a dirigir um hábil profissional, João Pedro Adour, que acumulava as funções de professor de desenho do mesmo estabelecimento [...] Adour era francês, nasceu em 1796, e era artista habilíssimo. Em 1829 deixou a arte, fez-se negociante, adquiriu alguma fortuna e, em 1832, retirou-se para a França. Na oficina do Trem imprimiu-se, em 1822, uma planta hidrográfica da represa do rio Beberibe, do engenheiro Conrado Jacob Niemeyer, gravada por Adour.²³

Não temos notícias da existência de gravadores na Bahia ao tempo de D. João VI. Manuel Antônio da Silva Serva, dono da tipografia fundada no Salvador em 1811, mandava abrir no Rio de Janeiro as gravuras destinadas a ilustrar alguns dos seus livros.

Como se vê pelo exposto, bem pouco se sabe sobre a arte da gravura no Brasil colonial. Há muita pesquisa a fazer-se nesse particular.

[NOTAS]

1. Cirilo Volkmar Machado, *Collecção de memorias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal*, p. 222.
2. Sobre esse artista vide A. Raczynski, *Dictionnaire historique artistique de Portugal*, p. 39 e 115, e, principalmente, o estudo de Luís Camilo de Oliveira Neto, na *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, reproduzido no seu livro *História, cultura e liberdade*, p. 46-59, e o de Ivo Porto de Meneses, publicado na revista *Barroco*, n. 5, p. 99-128, 1973.

3. Vide minha *Bibliografia brasileira do período colonial*, p. 374.
4. A. Raczynski, *op. cit.*, p. 248.
5. A obra vem descrita na minha *Bibliografia brasileira do período colonial*, p. 302.
6. Cirilo Volkmar Machado, *op. cit.*, p. 282.
7. Domingos de Loreto Couto, *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco, Anais da Biblioteca Nacional*, v. 24 e 25, 1904.
8. A existência dessa água-forte do Romano foi-me revelada pelo então chefe da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, Floriano Teixeira Bicudo, quando eu dirigia essa instituição. Sobre Manuel Dias de Oliveira vide *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 18: Manuel Dias, o Romano por A. Furtado.
9. A biografia do padre Viegas foi escrita por seu filho Joaquim Mariano de Meneses. Foi publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 11.
10. Para a descrição da obra, com reprodução da folha de rosto, ver minha *Bibliografia brasileira do período colonial*, p. 246.
11. Vide minha *Bibliografia brasileira do período colonial*, p. 388 e 115.
12. O 'mapa do donativo', gravado em caracteres minúsculos, parece-me, salvo melhor juízo (como dizem os burocratas prudentes informando processos), que não pertence ao folheto, tendo sido gravado anteriormente e depois juntado ao *Canto*.
13. Vide a descrição do folheto na minha *Bibliografia brasileira do período colonial*, p. 388. A reprodução de uma página do *Canto* e do retrato vem em Carlos Rizzini, *op. cit.*, p. 313 e 314.
14. Dessa obra só se conhecem dois exemplares: o do Arquivo Público Mineiro, completo, e o da Biblioteca Nacional onde falta o retrato.
15. Vale Cabral, *Annaes da Imprensa Nacional*, p. XLVII.
16. João Caetano Rivara, nascido em Lisboa, era um dos melhores gravadores portugueses. Estudou na Itália com mestres conhecidos. Em 1799 foi para Londres trabalhar com Bartolozzi. Voltou a Lisboa em 1804. Vide A.C. Raczynski, *op. cit.*, p. 246.
17. O retrato está assinado: 'R.E. Almeida, Dez. e grav. Rio de Janeiro — Da Grav. de Halloway'.
18. *Collecção de retratos de todos os homens que adquirirão nome pelo genio, talentos, virtudes &C. desde o principio do mundo até os nossos dias [...]* Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1816-1818.
19. *Carta de lei, pela qual Vossa Magestade ha por bem dar armas ao seu Reino do Brasil, e incorporar em hum só escudo real as armas de Portugal, Brasil, e Algarves, para symbolo da união, e identidade dos referidos tres reinos [...]* A carta de lei é de 13 de maio de 1816.
20. A paisagem está invertida, com o Pão de Açúcar à mão esquerda.
21. A impressão dessa missa (sem página de rosto) vem no fim do volume de 60 páginas: 'Fluv. Januar. Typis Regiis, Regioque Jussu. MDCCC.XIX'.
22. Vale Cabral, *op. cit.*, p. L. [Orlando da Costa Ferreira registra Claude Dandeleux, em *Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada*. 2.ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994, p. 326. N.E.]
23. Publicado na *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, n. 54, p. 3-45, 1900.

A Impressão Régia do Rio de Janeiro

Dissemos, há pouco, que nos porões da nau *Medusa* vieram de Lisboa prelos com seus pertences. Era uma tipografia completa encomendada na Inglaterra por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares, para servir a sua Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Não fora usada, encontrava-se ainda encaixotada na ocasião do embarque para o Rio de Janeiro.¹

A necessidade urgente de dar publicidade aos atos do governo que vinha legislando desde a chegada de D. João a Bahia (onde se demorou mais de um mês e onde assinou vários atos, inclusive a carta régia abrindo os portos brasileiros ao comércio estrangeiro) fez com que se instalasse logo o material tipográfico no andar térreo de um prédio da rua dos Barbons, esquina da rua das Marrecas.² Mas, para que a tipografia pudesse trabalhar, a burocracia exigia um ato administrativo que lhe desse vida oficial e lhe atribuísse funções. O príncipe regente sacramentou a oficina com o seguinte decreto:

Tendo-me constado, que os prelos, que se acham nesta capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e atendendo à necessidade que há da oficina de impressão nestes meus estados: sou servido que a casa, onde eles se estabeleceram, sirva interinamente de impressão régia, onde se imprimirão exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição de meu real serviço; e se possam imprimir todas e quaisquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma secretaria. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, do meu Conselho de Estado, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da oficina a maior extensão, e lhe dará todas as instruções e ordens necessárias, e participará a este respeito a todas as estações o que mais convier ao meu real serviço. Palácio do Rio de Janeiro em treze de maio de mil oitocentos e oito. Com a rubrica do príncipe regente. N.S.

É curioso notar que o decreto não se refere ao fato extraordinário de se estar introduzindo a imprensa no Brasil, fato esse que provocaria o

entusiasmo do padre Perereca e comentários acres de Hipólito da Costa, publicados no seu jornal londrino o *Correio Braziliense*.^{3,4} Tudo se passou como se se tratasse de dar novas funções a uma repartição existente, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Na verdade era o que acontecia. A administração não fora interrompida com a mudança da corte para o Brasil. Continuou a funcionar sem interrupção, com as mesmas praxes e rotinas, como continuou a existir a monarquia portuguesa. A única mudança era o lugar da sede do governo.

Instalados os prelos vindos de Lisboa era necessário dar-lhes funções pois as que teria de desempenhar na Europa, como dependência da secretaria, tinham que ser ampliadas de acordo com as novas circunstâncias. Daí a menção no decreto que a oficina serviria "interinamente" (isto é, na falta de outra e enquanto não se desse outra providência) como Impressão Régia. Suas funções estão bem especificadas no decreto: cabia-lhe imprimir "exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos que [emanassem] de qualquer repartição do [...] real serviço". Com essa frase dava o decreto à tipografia o direito e a obrigação de imprimir os papéis de todas as repartições e não somente os da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra como seria o caso se os prelos, que pertenciam a esse ministério, tivessem funcionado em Lisboa. Como compensação ficaria sob a jurisdição da "mesma secretaria". Mas, como não havia outra tipografia no Brasil, cabia-lhe também imprimir "todas e quaisquer obras". Incumbia-se D. Rodrigo de Sousa Coutinho, titular da pasta de "dar ao emprego da oficina a maior extensão". Fundava-se uma Impressão Régia para substituir a de Lisboa e davam-se-lhe os mesmos privilégios e obrigações.

Foi no dia 13 de maio de 1808, aniversário de D. João, e dia de despacho do ministro, que D. Rodrigo levou à assinatura do príncipe regente o decreto juntamente com outros. Nada portanto se fez de especial para marcar a data da introdução da imprensa.

Esse ato, de tamanhas conseqüências para a colônia, entrou na rotina administrativa e teria passado despercebido (como passaram os outros decretos assinados no mesmo dia) se não tivesse a significação que notaram, logo depois, alguns contemporâneos.

Era praxe imprimirem-se separadamente os atos administrativos depois de assinados e devidamente registrados. De cada decreto, carta régia, alvará, resolução, aviso, edital, etc. imprimiam-se

exemplares para serem remetidos às repartições interessadas.⁵ Mas para dar conhecimento ao público dos atos que tinham sido assinados num determinado despacho, imprimia-se uma simples 'relação dos despachos', isto é, uma lista dos atos assinados.⁶ Muitas vezes a data do despacho com um ministro coincidia com o dia do aniversário de algum membro da família real. Nesse caso, aproveitava-se a publicação para prestar homenagem ao personagem.

Assim é que a relação dos despachos de D. Rodrigo com o príncipe regente, no dia 13 de maio, foi publicada com o seguinte título: *Relação dos despachos publicados na corte pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra no faustissimo dia dos annos de S.A.R. o principe regente N.S. e de todos os mais, que se tem expedido pela mesma secretaria desde a feliz chegada de S.A.R. aos Estados do Brazil até o dito dia.*⁷

É um folheto de 27 páginas in-fólio, o primeiro impresso feito na Imprensa Régia. Esse 'incunábulo' brasileiro contém em todas as suas páginas (salvo uma) a lista das nomeações, promoções, reformas, etc. de oficiais do exército em todo o território brasileiro desde a chegada da corte ao Brasil até 13 de maio de 1908.⁸ Numa de suas páginas vem uma lista de decretos e cartas régias sobre medidas gerais de administração inclusive a menção do decreto referente à Imprensa Régia feita da seguinte maneira: "Por decreto da mesma data ordenou S.A.R. a organização da Imprensa Régia, ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma secretaria."⁹

Nessa enumeração de decretos figura a menção da carta régia pela qual "S.A.R. houve por bem ordenar a guerra ativa e ofensiva contra os índios Botecudos [sic]" que tanto gáudio causou a Hipólito da Costa.

Como se vê esse primeiro 'incunábulo' brasileiro não é obra literária, como não são, aliás, os primeiros impressos de muitos países. Mas é digno de ser lembrado pelo seu próprio mérito.

Qual seria o segundo impresso saído dos prelos da Imprensa Régia? Não se sabe e seria, hoje em dia, impossível dizer. Foram, com certeza, decretos, cartas régias e outros papéis administrativos que havia urgência em divulgar. Só depois é que apareceriam, provavelmente, 'todas e quaisquer obras' que não fossem papéis administrativos e diplomáticos como reza o decreto de criação da oficina. Oliveira Belo diz que as primeiras obras impressas foram: *Congratulação a sua alteza real o principe regente nosso senhor pelo feliz annuncio*

*da restauração de Portugal, por João Antônio Rodrigues de Carvalho.*¹⁰ É um folheto de 7 páginas. A segunda, uma *Devoção ao ss. Sacramento*, e a terceira, uma *Elegia á sempre saudosa e sentidissima auzencia de Sua Alteza Real de Lisboa para os seus estados do Brazil*, de autoria de um poeta envergonhado que se escondeu com as iniciais J.M. Infelizmente Oliveira Belo não nos diz em que documentos se baseia para sua afirmativa. Melo Moraes, grande rebuscador de arquivos, tem outra opinião.¹¹ Baseia-se no anúncio publicado no primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro* de 10 de setembro de 1808. Ali vem a noticiado aparecimento de duas obras publicadas pela Imprensa Régia: a *Memoria historica da invasão dos francezes em Portugal no ano de 1807* e as *Observações sobre o commercio franco no Brasil*. A *Memoria* saiu anônima mas é do bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho. Trata de um assunto palpitante para os brasileiros contemporâneos da publicação. Compreende-se, portanto, que tivesse tido prioridade sobre outras obras a serem impressas tanto mais quanto o bispo estava nas boas graças do príncipe regente. Quanto às *Observações* não resta dúvida que era também oportuna sua publicação no momento, pois defendia a nova política econômica do governo, abrindo os portos do Brasil ao comércio estrangeiro e revogando as leis que proibiam as indústrias.¹² Essas medidas haviam deixado os comerciantes portugueses apreensivos e alguns indignados pois temiam perder as vantagens que tinham com o monopólio. Um livro como o de José da Silva Lisboa, defendendo o comércio livre e provando, baseado nas teorias de Adam Smith, que o 'comércio franco' traria prosperidade para todos não podia deixar de merecer impressão rápida e prioritária. Talvez por isso apareceu antes mesmo da *Memoria* do bispo.

Mas voltemos à história da Imprensa Régia.¹³ Logo depois do decreto da criação da tipografia, D. Rodrigo tratou de organizá-la. Em 26 de junho nomeou uma junta para administrá-la, composta de três diretores: José Bernardo de Castro, oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, e Mariano José Pereira da Fonseca, futuro marquês de Maricá. Em 27 de setembro nomearam-se os censores: frei Antônio de Arrábida, padre José de Carvalho e Melo e o membro da Junta Administrativa José da Silva Lisboa. Em 19 de outubro era nomeado o pessoal burocrático, um escriturário, um servente apontador e um

porteiro que, com certeza, além de abrir e fechar portas, servia como fiel e comprador. A oficina foi tomando corpo, os prelos vindos de Lisboa já não davam conta dos trabalhos. Em 1809 resolveu-se construir no Rio um prelo de madeira para remediar. Feita a construção, colocou-se nele uma placa comemorativa com os seguintes dizeres encimados pelas armas reais: "Á imortalidade do Real e sempre Augusto Nome do Príncipe Regente N. S. he dedicada a estrea do primeiro prelo construido na America do Sul no Rio de Janeiro no anno de M.DCCC.IX".¹⁴

A Impressão Régia teve sempre dificuldades financeiras. Para aliviar o orçamento e dar-lhe a renda garantida o governo anexou-lhe, em 1811, a Fábrica de Cartas de Jogar.¹⁵ Com os excelentes lucros do negócio de baralhos a Impressão Régia tinha uma renda que lhe permitia sobreviver apenas. Trabalho não faltava, mas a capacidade da oficina não permitiu a publicação de mais de umas poucas obras anuais entre 1808 e 1820. Em 1821 recebeu nove prelos novos da Inglaterra e, no ano seguinte, mais um, comprado desta vez nos Estados Unidos. Mas esse aumento de material não aliviou a oficina. A Revolução do Porto em 1820 trouxe uma relativa liberdade de imprensa e abriu caminho para as grandes agitações políticas que levariam à Independência. O número de proclamações, de folhetos políticos de toda a sorte aumentou de tal maneira que, embora a tipografia produzisse 239 trabalhos em 1821 e 289 em 1822, estava sempre com o serviço atrasado e com originais à espera.

Essa situação vinha de longe. Em 1816, o padre Dâmaso, tomando as dores de Manuel Aires do Casal, queixava-se por carta a Silvestre Pinheiro Ferreira, nesse tempo membro da Junta Administrativa, da demora e da maneira atabalhoada com que estava sendo impressa a *Corografia brasileira*.¹⁶ A subscrição para essa obra, feita antes da publicação, correspondia a 1\$600 o exemplar. Custará cada qual 3\$600 quando postos à venda. Marrocos¹⁷ escrevia ao pai em Lisboa que se o tipógrafo e editor Simão Tadeu Ferreira viesse para o Rio faria bons negócios e deitaria por terra "esse ladrão da Impressão Régia". Conta também que os preços cobrados ali eram tão altos que os comerciantes mandavam imprimir na Bahia seus prospectos de leilões.

A Impressão Régia tinha dificuldade em imprimir a tempo e a hora toda a legislação produzida continuamente pelo governo apesar

dos novos prelos que adquiria, como vimos. Pouco tempo sobrava-lhe para publicar livros e mal dava conta dos folhetos encomendados por particulares. Obras maiores, livros com mais de cem páginas, que imobilizavam grande quantidade de tipos, sofriam atrasos, como vimos com a *Corografia brasileira*, do padre Casal, em 1817.¹⁸ O mesmo aconteceu em 1819 com os *Annaes da capitania de S. Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro. Diz ele "que os azares e obstáculos inexplicáveis, as delongas" desgostaram-no de tal maneira que resolveu desistir da publicação do segundo volume. Essa segunda parte só foi publicada em 1822, em Lisboa, para onde o autor viajou para representar sua província natal, a de São Paulo, nas Cortes Gerais.¹⁹

Em 1819, monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo manda imprimir um prospecto no intuito de angariar subscritores para sua obra intitulada *Memorias historicas do Rio de Janeiro*. Solicita e obtém privilégio para imprimi-la e entrega os originais à Imprensa Régia.²⁰ Em 1820 aparecem os cinco primeiros volumes. É de notar-se que à medida que se imprimem piora a revisão. Os dois primeiros têm duas páginas de errata cada um. O terceiro tem sete, o quarto cinco. Os volumes seguintes foram entregues à nova tipografia de Silva Porto que se encarregou da publicação dos volumes 5, 6, 7 e das duas partes do oitavo. Saíram em 1822, mas não melhorou a revisão: a primeira parte do oitavo volume, com pouco mais de 300 páginas, contém onze de erros! Foi enfim a Impressão Régia a encarregada da impressão do nono e último volume. Apareceu em 1822 com 7 páginas de errata! Não há dúvida, o erudito monsenhor Pizarro não teve sorte com sua obra.

A regulamentação da liberdade de imprensa decretada no Brasil por D. Pedro em 28 de agosto de 1821,²¹ os preços altos cobrados pela Impressão Régia e o grande número de trabalhos em perspectiva permitiram a fundação de novas tipografias.

Em 1821 apareceram duas no Rio de Janeiro: a Tipografia de Moreira & Garcez e a Nova Oficina Tipográfica. No ano da Independência surgem mais quatro. A Tipografia do Diário fora fundada para imprimir o *Diário do Rio de Janeiro*, mas publicou toda sorte de impressos. A Oficina de Silva Porto e Companhia pertencia ao poeta e livreiro que lhe deu seu nome e foi bastante ativa. Vitorino José dos Santos e Sousa, homem culto e bom matemático, fundou a

tipografia dos *Annaes fluminenses* para publicar a revista com o mesmo nome que não passou do primeiro número, mas continuou a imprimir folhetos políticos.²² A pequena Tipografia de Torres & Costa publicava efêmeros papéis políticos.

Todas essas primeiras oficinas particulares, fundadas com mais entusiasmo do que capital, para defender os novos ideais constitucionais e a Independência, produziram uma quantidade de gazetas efêmeras, hinos patrióticos, proclamações, discursos, cartas e folhetos políticos. Esses impressos mostram os anseios de um povo que passava bruscamente de um regime absolutista e colonial à autonomia e à liberdade de imprensa. Graças a essas tipografias atacava-se, defendia-se, caluniava-se à vontade. Discutiam-se também problemas sérios na avalanche de folhetos impressos nessas oficinas mal-aparelhadas. Só a de Silva Porto teria capacidade para lançar obras de maior vulto. Muitas desaparecerão em poucos anos ou serão absorvidas por outras. A produção dessas oficinas, tão procurada pelos bibliófilos de hoje, representa uma época de agitação de idéias, digna de maior interesse de nossos historiadores.

Depois da Independência, o prelo espalha-se pelo país inteiro. Fundam-se tipografias para publicar um jornal que defendesse as idéias e os interesses de um grupo político. Mas essas tipografias estabelecidas na província logo começam a imprimir folhetos e até livros. É uma nova era que se abre para a imprensa e o livro no Brasil. É outra história que ultrapassa o ano da Independência, marco final deste ligeiro estudo.

[NOTAS]

1. O fato de não se ter esquecido dos caixões contendo a tipografia parece-nos uma prova adicional do planejamento da mudança da corte para o Brasil e não de uma fuga desordenada.
2. Melo Morais, *Corographia historica* [...] *do Imperio do Brasil*, t. 1 (segunda parte), p. 119.
3. "O Brasil até ao feliz dia 13 de maio do ano de 1808 não conhecia o que era tipografia; foi necessário que a brilhante face do príncipe regente nosso senhor, bem como o refulgente Sol, viesse vivificar este país, não só quanto à sua agricultura, comércio e indústria, mas também quanto às artes e ciências, dissipando as trevas da ignorância, cujas negras e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil, e interceptavam as luzes da sabedoria [...]" Luís Gon-

- çalves dos Santos, *Memorias para servir á historia do Reino do Brasil*, v. 1, p. 80.
4. "O mundo talvez se admirará, que eu vá enunciar como uma grande novidade, que se pretende estabelecer uma imprensa no Brasil; mas tal é o fato. Começou o século 19, e ainda os pobres brasilienses não gozavam dos benefícios que a imprensa trouxe aos homens; nem ainda agora lhes seria permitido esse bem, se o governo, que o proibia, acossado, na Europa, se não visse obrigado a procurar um asilo nas praias da Nova Lusitânia [...] Saisse pois o mundo e a posteridade que no ano de 1808 da era cristã, mandou o governo português, no Brasil, buscar na Inglaterra uma impressão, com os seus apêndulos necessários; e a remessa que daqui se lhe fez importou em CEM LIBRAS ESTERLINAS!!! [...] Tarde; desgraçadamente tarde: mas enfim aparecem tipos no Brazil [...]" (*Correio Braziliense*, v. 1, p. 393-394, out. 1808).
 5. Frequentemente não bastava o número de exemplares mandados tirar da primeira vez e o remédio era fazer-se nova impressão.
 6. As relações de despachos cessaram de aparecer em certa época (1818-1819?). Passaram os despachos a serem noticiados na *Gazeta do Rio de Janeiro*.
 7. Note-se que a *Relação* não enumera somente os despachos assinados no dia 13 de maio mas todos os atos anteriores, desde a "feliz chegada de S.A.R. [...]" e que não tinham sido publicados por falta de tipografia.
 8. São muito poucos os exemplares existentes.
 9. O decreto foi publicado, assim como os outros, em folha avulsa.
 10. Oliveira Belo, *Imprensa Nacional*, p. 16.
 11. Melo Morais, *Chorographia historica*, t. 1, 2.ª parte, p. 120.
 12. Saíram sem o nome do autor mas "pelo autor dos *Principios de direito mercantil*", obra conhecidíssima e que toda gente sabia ser de José da Silva Lisboa. Em 1808 só foram publicadas as duas primeiras partes das *Observações*. A terceira saiu em 1809. Esse fato faz crer que foi impressa nos fins de 1808 e começo do ano seguinte.
 13. A história da Imprensa Régia foi resumida por Vale Cabral nos *Annaes da Imprensa Nacional de (1808 a 1822)*. Na primeira parte, como introdução, fez um apanhado dos principais fatos administrativos da Imprensa Régia de 1808 a 1821 e da Imprensa Nacional de 1822 a 1880. A parte em que narra a introdução da imprensa no Brasil está cheia de erros e superada, mas a que trata propriamente da Imprensa Régia é valiosa. Vale Cabral consultou os arquivos da Imprensa Nacional que já não existem mais. O incêndio de 1908, que devorou o prédio onde funcionava, consumiu os arquivos, a biblioteca, o depósito e inclusive grande número de exemplares da obra de Vale Cabral. Dizem as más línguas que muitos volumes publicados pela Imprensa Nacional foram salvos e apareceram à venda nos sebos da rua São José. A segunda parte dos *Annaes da Imprensa Nacional* é um catálogo cronológico de toda a produção da Imprensa Régia de 1808 a 1822 e de alguns impressos feitos por diversas tipografias entre os anos de 1821 e 1822. Trata-se de um arrolamento precioso e insubstituível, pois seu autor ainda pôde consultar o arquivo hoje desaparecido da Imprensa Nacional. Consultou ainda coleções dos primeiros jornais brasileiros que anunciavam o aparecimento de publi-

cações e outros documentos. A grande fonte que usou foi o acervo de impressos feitos na Imprensa Régia da Biblioteca Nacional hoje muito desfalcado. Os *Annaes* de Vale Cabral constituem de fato o repertório mais completo que existe da produção nacional de impressos nos anos que vão de 1808 a 1822. Não é completo como não é completa nenhuma bibliografia. Arrola 1 251 impressos de toda sorte sem contar as leis, alvarás, cartas régias etc. dos quais adverte que não se ocupou. A obra desse notável bibliógrafo não foi reimpressa infelizmente.* Entretanto não nos parece que fosse desejável uma reimpressão pura e simples. A técnica que empregou na catalogação é antiquada, os comentários que faz a certos livros ou folhetos estão superados. O que seria necessário fazer-se é uma bibliografia da Imprensa Régia em moldes atuais.** A dificuldade consiste em encontrar esses impressos, pois muitos que Vale Cabral diz ter visto na Biblioteca Nacional não se acham mais ali e não se sabe onde se encontram. Seria também necessário arrolar as obras que não constam no catálogo de Vale Cabral. Não devem passar de uma centena.

14. Na verdade não é o primeiro prelo construído na América do Sul. Os jesuítas nas suas reduções construíram um prelo, fundiram letras e imprimiram livros no século XVIII.
15. A fabricação de baralhos era privilégio, ou melhor, monopólio da coroa. Havia fábricas na Bahia e no Rio de Janeiro. Em 1770 os empregados da fábrica da Bahia obtiveram concessões e vantagens como funcionários reais. Falsificar cartas de jogar era crime, mas negócio rendoso e tentador. A repressão era severa. É provável que, para dificultar a falsificação, as gravuras (xilografuras) viessem de Portugal. Vide a reprodução de cartas de baralho feitas na Imprensa Régia em Carlos Rizzini, *op. cit.*, p. 319.
16. A carta foi publicada por Vale Cabral, *op. cit.*, p. 139.
17. Luís Joaquim dos Santos Marrocos, conservador dos Manuscritos da Coroa, veio para o Rio de Janeiro em 1811. Escreveu uma série de cartas à família em Lisboa que foram publicadas nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 56. É na p. 48 que faz a referência supra.
18. Em 1821 só aparecem dois livros: a segunda edição de *Phedra*, de Racine, e o primeiro volume de uma *Historia [...] do império mexicano* cujo segundo volume não foi publicado.
19. Vide a dedicatória do segundo volume com o título atualizado de *Annaes da provincia de S. Pedro*, Lisboa, 1822.
20. É a única obra impressa na Imprensa Régia e no Brasil com privilégio.
21. Sobre as peripécias para a abolição da censura vide Rizzini, *op. cit.*, p. 328 e seguintes.
22. Hélio Viana, *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*, p. 98-103.

* Houve reimpressão fac-similar, feita em 1980, pela editora Topos, de Liechtenstein. [N.E.]

** O que se concretizou com a publicação da *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, de Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes (São Paulo: Edusp; Livr. Kosmos Ed., 1993. 2. v.) [N.E.]

A produção da Imprensa Régia

Para avaliar-se imparcialmente o valor da produção da nossa primeira tipografia é preciso ter em conta que se tratava de uma imprensa oficial, cuja principal incumbência era publicar os atos do governo. Cumprida essa tarefa necessária e essencial ao bom andamento da burocracia, a Imprensa Régia podia editar os 'demais papéis' que o governo julgasse úteis, ou que lhe apresentassem particulares. Essas tarefas estão bem definidas no decreto de sua fundação.

A Imprensa Régia do Rio de Janeiro tinha o monopólio da publicação dos atos oficiais. A Junta Administrativa, muito ciosa dessa vantagem, protestou quando na Bahia Silva Serva publicou atos diplomáticos já impressos no Rio.¹ Reclamou também contra o fato de a tipografia oficial de Lisboa estar reimprimindo atos do governo. Essas edições não autorizadas traziam-lhe prejuízos.

Cada ato, quer fosse decreto, ou alvará, ou carta régia ou aviso, por exemplo, imprimia-se, conforme já foi dito, depois de devidamente registrado na repartição competente. Remetiam-se os exemplares aos ministérios, guardava-se certo número para a venda avulsa aos interessados e o restante ficava na tipografia para formar coleções de legislação de muita utilidade para magistrados e advogados. De tempos em tempos, imprimia a tipografia índices cronológicos de todas as leis publicadas. Acompanhava o índice uma folha de rosto avulsa que o interessado colocava à frente do pacote de leis que possuía. Enfeixava dessa maneira em um volume toda a legislação. O primeiro índice foi publicado em 1811, com a folha de rosto contendo os seguintes dizeres: *Codigo brasiliense, ou colleção das leis, alvarás, decretos, cartas regias, &c. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do principe regente N.S. a estes estados. Com hum indice chronologico. Tom. I desde 1808 até o fim de 1810.*

No ano seguinte, de 1812, procedeu-se da mesma forma, publi-

cando uma folha de rosto, com a indicação de 'tomo II', para enfeixar as leis avulsas impressas em 1811. Em 1814 fez-se nova folha de rosto e índices, também como tomo II para substituir a de 1812 e enfeixar as leis de 1811, 1812 e 1813. Em 1820, enfim, saiu a última folha de rosto do tomo II, abrangendo os anos de 1811 a 1819. Esses índices e as respectivas páginas de rosto eram colocados à frente das coleções de leis avulsas conservadas e colecionadas cronologicamente. Quando saía uma página de rosto, substituía-se a antiga pela nova. Toda a legislação publicada de 1808 a 1819 estava assim contida em dois volumes com seus respectivos índices.

É possível que, quando se imprimiram as páginas de rosto com os respectivos índices, se tenha verificado que, de uma ou outra lei não havia exemplares suficientes para formar coleções bastantes e então se mandassem reimprimir as leis de que havia falta. Essa talvez a explicação para o fato de existirem impressões várias de tal ou qual lei.

É curioso notar que as coleções feitas na Imprensa Régia e que serviam de base para os índices não eram absolutamente completas, pois há leis avulsas que não estão indicadas nos índices.

O príncipe regente não legislava do Rio de Janeiro somente para o Brasil, mas para Portugal e as colônias. A Imprensa Régia de Lisboa reimprimia as leis que julgava úteis ou necessárias publicar para conhecimento dos portugueses reinóis. Em 1825, portanto depois da Independência, publicou um índice geral da legislação portuguesa "ao qual se ajunta um índice das leis publicadas no Rio de Janeiro de 1808 até 20 de setembro de 1813, e impressos na mesma Oficina Régia [...]".² De muitas leis impressas em primeira edição no Brasil, há, pois, segunda edição, ou reimpressão datada de Lisboa.³

Os índices publicados na Imprensa Régia do Rio de Janeiro eram cronológicos e não por assunto. Não se prestavam, portanto, a uma consulta rápida sobre determinada matéria. Essa lacuna fez-se sentir logo depois da confecção do primeiro volume do *Código brasileiro* em 1810, pois no ano seguinte Alexandre José Curado de Figueiredo e Albuquerque publicou um *Índice systemático da legislação braziliense*. No prefácio 'ao leitor' diz que seu trabalho

não lisonjeia talvez o vosso espírito porque nada tem de eloqüente, mas na sua mesma simplicidade vereis poupado o trabalho de correr uma coleção inteira, todas as vezes que vos for precisa uma só lei [...] se ele [o índice] merecer a

vossa aprovação, eu vos convido para verdes o mesmo trabalho todos os anos, e para isso vos peço uma subscrição, e outra para uma tábua alfabética [...]

Parece que o público achou que o autor do *Índice* pedia muita subscrição e não concorreu. O *Índice*, de Curado, embora bem-feito e muito útil, não prosseguiu.

Em 1812 apareceu um *Índice militar de todas as leis [...] promulgados desde o anno de 1752 até o anno de 1810 [...]* por Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Essa obra, admiravelmente bem-feita, com apêndices e índices alfabéticos, tornou-se manual indispensável para magistrados e militares. Em 1815 o mesmo autor publicou novo índice, mais amplo, abrangendo enorme variedade de assuntos, o *Índice pelas materias, civil, criminal, orphanologico, e de finanças [...]*.⁴ Obra considerável, incluindo toda a legislação portuguesa desde o século XVI até a data de publicação, é um verdadeiro modelo de repertório de legislação. Esse grosso volume de mais de 600 páginas (é o livro mais extenso que a Imprensa Régia imprimiu) tornou-se a 'bíblia' de todos os magistrados, advogados e rábulas brasileiros até o Segundo Reinado. Até hoje é consultado, e só não o é em maior escala porque os exemplares são raríssimos.

Mas a nossa primeira tipografia não publicava somente legislação e os livros cujas peripécias narramos há pouco. Imprimia toda sorte de obras como se fosse — e na realidade não deixou de sê-lo — uma casa editora. Quando uma obra era mandada publicar pelo governo trazia ao pé da página de rosto a indicação: "Por ordem de S.A.R." As publicações feitas por conta do autor traziam, no mesmo lugar, a menção: "Com licença de S.A.R." ou simplesmente: "Com licença." A licença era dada depois do exame da obra pelos censores nomeados pelo governo. Mais tarde a censura passou para o desembargador do Paço. Nesses casos os impressos traziam a menção "Com licença do Desembargo do Paço".

Já no seu primeiro ano de funcionamento a Imprensa Régia lançou um livro que fez época, as *Observações sobre o commercio franco no Brazil*, de José da Silva Lisboa. Foi, aliás, a primeira obra publicada pela Imprensa Régia, como já dissemos. Nesse mesmo ano aparece outro livro de incontestável valor: as *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*, pelo físico-mor do reino e médico da Real Câmara, o doutor Manuel

Vieira da Silva. É o primeiro trabalho sobre medicina, ou melhor, sobre higiene pública, editado no Brasil. As medidas que propõe para sanear a capital são das mais acertadas e foram executadas cem anos mais tarde pelo prefeito Passos.

Outra obra do mesmo gênero que revelou a preocupação de melhorar as condições de vida na cidade foi impressa em 1815. É a *Memoria sobre o enxugo geral desta cidade do Rio de Janeiro, feita e apresentada a Sua Alteza Real o príncipe regente nosso senhor em 4 de março de 1811* [...] por José Joaquim de Santa Anna, capitão do Real Corpo de Engenheiros, e architecto desta cidade. Essa interessantíssima memória pelo primeiro urbanista que teve o Brasil trata de vários problemas, entre eles do 'enxugo', isto é, a maneira de evitar as freqüentes inundações dos bairros centrais em consequência das chuvas. O problema ainda não foi resolvido, como sabem os cariocas.

A criação de uma série de estabelecimentos de ensino científico no Rio, logo nos primeiros meses após a chegada da corte, inaugura no Brasil a aplicação e a divulgação das ciências. A 4 de dezembro de 1810 o príncipe regente por uma carta de lei funda a "Academia Real Militar, erigindo nela um curso completo de matemática, e ciências de física, química e história natural". Pelo decreto de 25 de janeiro de 1812 cria um laboratório "químico-prático" e pelo decreto de 1.º de abril de 1813 funda um curso de cirurgia no Hospital da Santa Casa da Misericórdia que, diz a lei, "faz parte do de medicina, que me proponho estabelecer neste estado do Brasil". Anteriormente, em 18 de fevereiro de 1808, quando de sua escala na Bahia, fundara uma escola de cirurgia em Salvador.

O papel da Impressão Régia foi preponderante na divulgação dessas ciências e no auxílio que prestou ao ensino superior. Na Academia Real Militar as matérias ensinadas eram matemática, física, química, astronomia, óptica, mineralogia e ciências naturais. Era, como diz a carta de lei "um curso regular de ciências exatas e de observação" para formar não somente oficiais mas homens "que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, caminhos, portos, canais, pontes, fortes e calçadas" [...].⁵ Mas não bastava criar a academia e nomear os lentes, eram necessários livros para os alunos. Surgia no Brasil o problema do livro didático. Para resolvê-lo a Impressão Régia, 'Por Ordem de S.A.R.', publicou uma série

de manuais franceses "para uso dos alunos" como consta das páginas de rosto desses livros. O empenho do governo em resolver o problema é tão patente que em 1809, antes de fundar a Academia Militar, já se providenciara a abertura das chapas para as gravuras dos *Elementos de geometria*, de Legendre, como vimos, e publicara mais dois manuais, os *Elementos d'algebra*, de Euler, e o *Tratado de trigonometria*, de Legendre. No ano da fundação da academia, em 1810, aparece o *Tratado elementar de physica*, de Haiüy. Os alunos não ficavam portanto sem livros de texto logo no início do curso. À medida que iam passando de ano para ano, novos livros iam sendo publicados.⁶

Os livros que usavam os alunos da academia eram os mais modernos, alguns tinham aparecido em França poucos anos antes. Muitos marcam data na história das matemáticas. Seus autores eram os grandes mestres das ciências exatas, os representantes do movimento científico decorrente das idéias da Ilustração, tão apreciadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, de quem se dizia que "sua cabeça continha as primeiras linhas de todos os artigos de uma enciclopédia". Todas essas obras foram traduzidas pelos lentes da academia, a maioria por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, notável matemático e mau poeta. Em 1812, publicou *Varição dos triangulos esphericos*, pequeno livro que compôs "para uso da Academia Real Militar". É o primeiro trabalho original de ciência escrito por um brasileiro, impresso no Brasil.

A criação da academia iniciou o ensino das ciências exatas no Brasil. O fato provocou o entusiasmo do sargento-mor engenheiro João de Sousa Pacheco Leitão que o comemorou com 'ode pindárica' dedicada ao príncipe regente.⁷

A Impressão Régia com a publicação dessa série de obras de matemáticas, de difícil composição e revisão minuciosa, demonstrou sua competência e riqueza de recursos tipográficos.

Outros trabalhos sobre assuntos militares apareceram nessa época. Reimprimiram-se regulamentos, instruções antigas e publicaram-se as novas. As *Instrucções para o exercicio dos regimentos de infantaria* [...] do marechal Beresford apareceram em 1810. Em 1813 reimprimiu-se o famoso *Regulamento*, do conde de Lippe de gloriosa memória.⁸ Mas aparecem também obras originais de estratégia como as interessantíssimas *Reflexões militares sobre as campanhas dos francezes em Portugal*,

de João de Sousa Pacheco Leitão, engenheiro militar e lente da academia.

A Impressão Régia não divulgou e auxiliou somente os estudos das ciências exatas, prestou uma notável contribuição à medicina. É grande a série de traduções de obras francesas e inglesas que publicou. Muitos nomes que assinam esses livros marcaram época na história tais como Richerand,⁹ professor da escola de medicina de Paris; Cabanis,¹⁰ o famoso médico e filósofo da Ilustração, amigo dos enciclopedistas; Bichat,¹¹ o fundador da histologia; Denman,¹² o célebre obstetra inglês, etc.

Essas obras traduzidas serviam de livros de texto para os estudantes dos cursos de cirurgia e medicina tanto do Rio de Janeiro quanto da Bahia. Complementavam esses manuais os livros escritos pelos médicos brasileiros e portugueses geralmente lentes de um ou do outro curso. Um dos melhores cirurgiões do seu tempo no Rio de Janeiro, o Dr. Luís de Santa Ana Gomes, publicou em 1811 um *Methodo novo de curar segura e promptamente o antraz ou carbunculo, e a pustula maligna* [...]. O pernambucano, formado em Paris, Dr. Domingo Ribeiro dos Guimarães Peixoto publicou suas observações clínicas de um caso de encefalite por ele curado.¹³ O futuro barão de Goiana, José Correia Picanço, mandou imprimir em 1812 seu *Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades e nos seus contornos*. No fim do ensaio vem uma bibliografia de "autores que escreveram sobre os lugares e os perigos das sepulturas e que se podem consultar". Nessa bibliografia o Dr. Picanço não cita a tradução (nem o original) da obra de Scipioni Piattoli: *Saggio intorno al luogo di seppelire*, que Vicq-d'Azyr traduziu para o francês em 1778. Não cita tampouco o livrinho sobre o mesmo assunto do mineiro Vicente Coelho Seabra da Silva Teles: *Memoria sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadaveres nos templos*, impresso no Arco do Cego em 1800. Na realidade, o estudo do Dr. Picanço é mais histórico do que médico. Mas os trabalhos de maior valor são do Dr. José Maria Bomtempo, médico da Real Câmara, português de origem mas que se naturalizará brasileiro. O Dr. Guerra, da Yale University School of Medicine, acha que o seu *Compendios de medicina pratica* é

o mais importante livro de medicina do Brasil colonial. Obra muito sistemática, é um magnífico tratado de patologia e terapêutica prática [...] As publicações de Bomtempo [...] mostram um grau de maturidade dificilmente encontrado na literatura médica européia daquele período.¹⁴

Em 1815 Antônio José de Sousa Pinto publica em Lisboa um *Vade mecum do cirurgião*; no ano seguinte era reeditado pela Impressão Régia no Rio de Janeiro.¹⁵ Esse tipo de livro de 'medicina caseira', de vademécum, teve grande sucesso entre as populações do interior do Brasil. A obra do farmacêutico Sousa Pinto será reeditada por um seu parente em Ouro Preto em 1839. Estava aberto o campo para o guia médico do Dr. Chernoviz, inevitável em todo lar brasileiro até este século.

As obras de medicina aparecem todas entre os anos de 1810 e 1816. A partir de 1817 a Impressão Régia não imprime mais livros de medicina. Seria por causa da concorrência que lhe fazia a tipografia de Silva Serva, na Bahia, com a publicação de obras do mesmo gênero? Não sei.

São poucas as obras de direito impressas pela Impressão Régia. Domingos Álvares Branco Muniz Barreto continua publicando seus guias. Em 1815 lança um *Appendice das petições mais necessarias no fóro contencioso* [...] que aparece sem o nome de seu autor.¹⁶ Mas, a mais importante obra de direito dessa época é, sem dúvida, a de José Pereira de Carvalho, advogado em Covilhã, as *Primeiras linhas sobre o processo orphanologico* cuja primeira edição apareceu no Rio em 1815. Obra-prima no gênero, como a classificavam os juriconsultos, esse livro foi constantemente reeditado, acrescido e comentado, tanto no Brasil quanto em Portugal até o fim do século passado.

A economia política está bem representada nas publicações da Impressão Régia a começar pela *Riqueza das nações* traduzida por Bento da Silva Lisboa (1811) e pelas inúmeras obras de José da Silva Lisboa comentando e divulgando as doutrinas de Adam Smith. Estava, o futuro visconde de Cairu, convencido de que as teorias do economista inglês fariam a prosperidade do Brasil. Mas de nada adiantaram. A abertura dos portos e a abolição da proibição de indústrias só beneficiaram a Grã-Bretanha em plena revolução industrial. O que se deveria ter feito era exatamente o contrário do que preconizavam 'os liberais princípios' que tanto alardeava José da Silva Lisboa. O que era bom para a Inglaterra não era nada bom para o Brasil. Foi ele o autor que mais obras publicou na Impressão Régia. Escrevinhador pertinaz, jornalista polêmico, defensor perpétuo dos poderes constituídos, sem nenhuma idéia original, deu mais de quarenta títulos ao prelo até 1822. Continuou publicando depois da Independência até morrer com quase oitenta anos.

Outra obra de economia política publicada pela Impressão Régia é o *Discurso fundamental sobre a população. Economia politica moderna*, de Herrenschwand, traduzido por Luís Prates de Almeida e Albuquerque. Esse livro, representativo da transição entre as teorias de Quesnay e Adam Smith, parece que provocou interesse público a julgar pelas 162 pessoas que o subscreveram.

As doutrinas dos fisiocratas franceses estavam ainda bem vivas nos primeiros anos da fundação da Impressão Régia. Prosseguindo a obra de frei Veloso no Arco do Cego, publicaram-se livros e brochuras, ora traduzidos, ora originais de naturalistas brasileiros como Arruda Câmara,¹⁷ José Vieira Couto,¹⁸ João da Silva Feijó,¹⁹ José Carneiro da Silva.²⁰ O governo mandou imprimir pequenas brochuras sobre certas plantas para propaganda de seu cultivo no Brasil. Aparecem folhetos contendo *Observações acerca do cravo da India* (1812), sobre o *Modo de cultivar a canelleira, extrahir, e preparar a sua casca, oleos, canfora, &c.* (1809) e mais duas memórias sobre a mesma árvore. Para melhorar a cultura do fumo, publicou-se em 1810 uma *Descrição e instrucções da maneira, com que se deve preparar o tabaco Virgínea como o da America ingleza*. Em 1812 publicou-se uma *Arte de agricultura palmarica*, composta pelo jesuíta Afonso da Costa em Goa em 1713.

A superioridade da agricultura da América do Norte, e principalmente das Antilhas, era bem sabida e, para melhorar a nossa, o governo mandou imprimir as *Observações sobre a agricultura do Brazil e suggestões para aperfeiçoar e adiantar esta util arte, por hum vassallo britannico que residio 20 annos nas Antilhas, e Estados Unidos da America empregado maiormente na agricultura*. A introdução de uma nova forragem, o capim-de-angola, provoca a impressão de duas brochuras fazendo a propaganda dessa gramínea.²¹ A ocupação da Guiana Francesa pelas tropas portuguesas do Brasil proporcionou a introdução de novas espécies de vegetais entre elas a 'cana caiena' que, plantada em todas as províncias do Norte, quadruplicou a produção de açúcar. Vieram também mudas de girofleiro, pimenteira, moscadeira, árvore-do-pão, carambola, etc.²² A Impressão Régia publicou um folheto descrevendo essas plantas.

Para incentivar o comércio com a Ásia publicam-se em 1819 um *Roteiro sobre a navegação do mar da China*, e um grosso volume de mais de 500 páginas: o *Commercio oriental*. Compilado por José Silvestre Rebelo, da obra de Milburn, esse livro é um verdadeiro guia

de exportadores. Aparecem diversos roteiros de viagens pelos sertões feitas por oficiais do exército. O coronel Sebastião Gomes da Silva Berford publica, em 1810, seu *Roteiro e mappa da viagem da cidade de S. Luiz do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro*. O grande mapa que acompanha o livro foi gravado por Ferreira Souto como vimos. No ano seguinte aparece o *Roteiro da cidade de Santa Maria de Belem do Gram-Pará pelo rio Tocantins acima até o Porto Real do Pontal na capitania de Goiaz*. Ambos são até hoje documentos geográficos de valor. A vontade de explorar o país e de aproveitar suas riquezas aparece ainda no livro intitulado *Quinta parte do thesouro descoberto no rio maximo Amazonas*. Mandado publicar pelo bispo de Pernambuco, Azeredo Coutinho, em 1820, esta quinta parte é um trecho de um manuscrito inédito escrito pelo padre jesuíta João Daniel em meados do século XVIII. É um hino às riquezas escondidas dessa região: "[...] o Amazonas, delícia dos homens, regalo da vida, e inveja do mundo", exclama o padre.

Como disse, em 1820 só foi publicada a quinta parte do manuscrito. Somente em 1975 a Biblioteca Nacional imprimiu nos *Anais* a obra completa do padre João Daniel.

Um livro de grande valor aparece em 1822: a *Memoria sobre o melhoramento da provincia de S. Paulo, applicavel em grande parte á todas as outras províncias do Brasil*, por Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira. Embora publicado pouco depois da Independência, reflete o empenho geral no sentido do progresso e do 'desenvolvimento' como hoje se diz, tão patente nos anos de governo de D. João VI.

O interesse pelas ciências naturais é grande. A primeira metade do século XIX é a época áurea das expedições científicas e dos estudos de botânica e zoologia. É nessa época que se realizam as viagens de cientistas estrangeiros através do Brasil, estudando o país e remetendo para suas pátrias enorme material de história natural. Com a intenção de estimular viagens semelhantes por brasileiros, o governo manda imprimir em 1819 uma *Instrução para os viajantes e empregados nas colonias sôbre a maneira de colher, conservar, e remeter os objectos de historia natural*. O original tinha sido redigido pela administração do museu de história natural de Paris e publicado no ano anterior. Mas o ministro dos Negócios do Reino mandou acrescentar as *Instruções aos correspondentes da Academia R. das Sciencias de Lisboa, impressas em 1781*, e "algumas

reflexões sobre a história natural do Brasil, e o estabelecimento do museu e jardim botânico em a corte do Rio de Janeiro". Essa interessantíssima parte abrange metade do volume.²³ O autor menciona os trabalhos de uma série de naturalistas portugueses e brasileiros e as viagens iniciadas pelos viajantes estrangeiros através do Brasil.

Fazia falta uma moderna história do Brasil. A mais afamada, a *História da América portuguesa*, de Rocha Pita, datava de 1730. A obra de Alphonse de Beauchamp, *Histoire du Brésil*, publicada em Paris em 1815, teve sucesso. Em 1817 começou a aparecer em Portugal, em pequenos e elegantes volumes acompanhados de estampas, uma tradução portuguesa. Lendo-os no Rio de Janeiro, Inácio Felizardo Fortes, professor de latim e autor de uma famosa *Arte de gramática portuguesa*²⁴ que a Imprensa Régia imprimiu em 1816, não gostou da tradução e resolveu publicar outra "mais correta que a de Lisboa". Pretendia completá-la em cinco volumes e adicionar documentos. Infelizmente não concluiu a obra. Não passou dos três primeiros volumes que apareceram em 1818 e 1819.²⁵

Convém destacar também a publicação seriada das conferências sobre filosofia feitas em 1813 por Silvestre Pinheiro Ferreira no Rio de Janeiro. A primeira preleção saiu nesse ano, a vigésima e última em 1816. A subscrição custava 'meia dobra'. Cada fascículo custava 200 réis. Eram vendidos na loja da *Gazeta* e na de Francisco Luís Saturnino. Os fascículos foram reunidos num livro com o título de *Preleções filosóficas sobre a théorica do discurso e da linguagem, a esthética, a diceósyma e a cosmologia*. É o primeiro livro de filosofia publicado no Brasil.

Mas a Imprensa Régia não publicou somente livros de ciências exatas, de medicina, de história natural ou de filosofia como vimos. Na realidade a sua maior produção é de literatura. É tanta literatura que convém tratá-la por partes.

O teatro sempre foi apreciado pelos brasileiros dos tempos coloniais. Não havia festa em comemoração de algum acontecimento sem representação de alguma peça teatral. As 'relações de festejos' sempre citam esses espetáculos. Bougainville, visitando o Rio de Janeiro em 1767, refere-se a um teatro onde assistiu a uma peça de Metastasio. Com a chegada da corte esse gênero de divertimento tomou impulso. A ópera era tão apreciada pelos portugueses que Lisboa chegou a possuir uma das melhores 'casas de óperas' da

Europa, com artistas de primeira ordem inclusive *castrati* (que vieram para o Rio) cantando os papéis femininos. A vinda dos músicos da Capela Real e de compositores como Marcos Portugal permitiu a formação de um conjunto capaz de representar óperas como *D. Giovanni*, de Mozart, e o *Barbeiro de Sevilha*, de Rossini, e muitas outras menos conhecidas hoje em dia.²⁶

Marcos Portugal compôs no Rio e o Real Teatro levou dois dramas para música e uma serenata. A Imprensa Régia publicou os libretos em italiano: *L'oro non compra amore* *dramma giocoso per musica*, em 1811, *Artaserse* *dramma serio*, em 1812, e, para celebrar o casamento de D. Pedro com D. Leopoldina, uma 'serenata per musica': *Augurio di felicità, o sia il trionfo d'amore*, em 1817.²⁷

As óperas cômicas com bailados, as *turqueries*, tão em moda na Europa em fins do século XVIII, foram representadas no Real Teatro São João. Os fluminenses assistiram a *Axur re de Ormuz*, *O grande califa de Bagdad*, *o Sultão generoso*.

São numerosos os dramas, os 'elogios dramáticos', as poesias recitadas nos palcos em comemoração de algum acontecimento. Muitas dessas peças eram traduções de obras conhecidas, algumas já publicadas em Portugal, compostas por poetas portugueses ou brasileiros residentes no Rio. A Imprensa Régia publicou mais de quinze dessas obras teatrais até 1819.²⁸ Uma delas, *O juramento dos numes*, drama de D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho, provocou polêmica. A peça fora escrita para ser representada na noite de abertura do Real Teatro de São João, o novo teatro que o príncipe regente mandara construir e inaugurou em 12 de outubro de 1813. O espetáculo foi magnífico a julgar pela notícia que deu a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Mas *O juramento dos numes* não agradou a Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Fez uma crítica publicada na revista *O Patriota*. D. Gastão respondeu, Araújo Guimarães voltou à carga. A polêmica continuou até 1814 entre os dois poetas e dramaturgos. Foi a primeira polêmica literária que houve no Brasil. É muito interessante a leitura dos artigos de Araújo Guimarães e das brochuras em resposta do autor da peça para se poder ter idéia das teorias e concepções dramáticas em voga na época.

O gênero de literatura popular conhecido como 'folheto de cordel' sempre esteve em voga em Portugal. Impresso em poucas páginas, a brochura fazia críticas jocosas aos costumes, anunciava catástrofes

ocorridas em outras terras, descrevia acontecimentos fabulosos, anunciava o fim do mundo, etc. Foi a Impressão Régia que lançou no Brasil esse gênero de leitura popular que fez fortuna entre nós. Começou reimprimindo os de mais sucesso no momento em Portugal e publicou outros tradicionais. Já no segundo ano de funcionamento, em 1810, lançou uma folha volante dando *Breve noticia do incendio acontecido em Jerusalem no templo do santissimo sepulcro de Nosso Senhor Jesu Christo em o dia 12 de outubro de 1808*. A notícia tinha dois anos de atraso mas ainda era tempo para lamentá-la. Em 1812 reimprimiu o *Testamento que fez Manoel Braz, sapateiro*. Esse folheto jocoso fez tanto sucesso em Portugal que teve várias edições e provocou a publicação de uma série de 'testamentos' em prosa e em versos. O sucesso aqui não foi pequeno, teve novas edições em 1816 e 1819. Apareceu em Lisboa, em 1816, outro folheto jocoso com o título de *O preto e o bugio ambos no mato, discorrendo sobre a arte de ter dinheiro sem ir ao Brazil; dialogo, em que o bugio com evidentes razões convence ao preto sobre a verdade desta proposição*. No mesmo ano de sua publicação em Portugal, foi reimpresso no Rio. Mas, por decisão da Secretaria do Reino, de 14 de novembro de 1816, foi proibido de circular por ser inconveniente "neste reino onde há muitos escravos". O mesmo não aconteceu com os *Signaes evidentes da vinda do Ante-Christo provados, com razões concluentes, e authenticas. Expõe-se a sua vida, seus progressos, sua decadencia, e a sua morte: com o tratado do fim do mundo* (1818).

Em 1815 a Impressão Régia imprimia duas novelas tradicionais que até hoje são publicadas constantemente: a *Historia da donzella Theodora* e a *Historia verdadeira da princeza Magalona*, esta, como ainda hoje aparece, levava na página de rosto uma xilografia representando a princesa, filha do rei de Nápoles.

Mas não apareceram somente folhetos de cordel nessa época. Romances populares, que divertem gerações de leitores de todas as idades há muito tempo, foram publicados no Rio, tais como as *Aventuras pasmozas do celebre barão Munkausen*.

A literatura infantil surge, em 1818, com uma obra que fez sucesso pois foi reimpressa em 1821, 1822 e 1824. É um 'livro de leitura', como se dizia antigamente: *Leitura para os meninos, contendo huma collecção de historias Moraes relativas aos defeitos ordinarios ás idades tenras, e hum dialogo sobre a geographia, chronologia, historia de Portugal, e historia*

natural. A obra saiu anônima, mas é de José Saturnino da Costa Pereira, irmão de Hipólito da Costa. Entre muitas obras que deixou encontram-se outras do mesmo gênero publicadas muito mais tarde. A *Leitura para os meninos* vendeu-se bem a julgar pelas reimpressões. Aos inúmeros títulos de José Saturnino deve-se acrescentar o de primeiro autor brasileiro de livros infantis.

No começo do século XIX a moda de ler romances atinge Portugal. Aparecem traduções e adaptações de novelas célebres, geralmente francesas. São publicadas, quase sempre, sem nome do autor, porém com títulos sugestivos de maneira a tentar o provável leitor e principalmente as leitoras. Contam histórias sentimentais ou morais, geralmente tristes, como convém à alma romântica da época de Chateaubriand, de Novalis, do *Werther*, de Goethe. Com a vinda da corte e a mudança para o Rio de quase toda a nobreza e da burguesia rica de Lisboa, a moda de ler romances pegou na nova capital. A Impressão Régia publicou mais de vinte entre os anos de 1810 e 1818. É considerável e demonstrativo. São quase todas essas novelas reimpressões de obras francesas já traduzidas e publicadas em Portugal.

O primeiro romance que apareceu foi *O diabo coxo*, de Lesage. Foi publicado em 1810, em dois pequenos volumes sem nome do autor, com o subtítulo de: *Verdades sonhadas e novellas da outra vida traduzidas a esta. Por &c.* Continuam a série duas novelas francesas, as duas obras imortais de Bernardin de Saint-Pierre: *Paulo e Virgínia* e *A choupana india*, ambas impressas sem nome do autor. As *Cartas de huma peruviana*, a famosa novela epistolar de madame de Graffigny, e *Carta de Heloaze [sic] a Abailardo* continuam a série de novelas francesas bem-conhecidas. Segue-se uma quantidade de histórias sentimentais com títulos sugestivos tais como *A filosofa por amor, ou cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos, O amor offendido e vingado, O castigo da prostituição, A infidelidade vingada, o Amante militar, a Historia de dois amantes*,²⁹ etc. A publicação de romances deve-se à iniciativa de Paulo Martin filho, nosso primeiro editor, como vimos acima.

Quem não apreciava essa literatura fútil e preferisse a poesia de poetas famosos quer da Antiguidade quer dos autores afamados, nesse tempo podia ler Ovídio³⁰ e Virgílio³¹ ou então duas tragédias de Racine, *Iphigénia* e *Phedra*,³² ou ainda a *Henriada*, de Voltaire,³³ ou os famosos *Ensaio*s, de Pope,³⁴ e poesias de poetas em moda tais como

Legouvé, João Batista, Rousseau, Delille, Lacroix. A poesia portuguesa e brasileira está representada por Tomás Antônio Gonzaga, Basílio da Gama, José Elói Otôni, Bocage e Correia Garção. Não ficavam os brasileiros, como se vê, alheios ao movimento da Arcádia.

Não faltavam poetas no Rio de Janeiro quer nascidos no Brasil quer em Portugal. Se alguns como José Elói Otôni e frei Francisco de São Carlos são lembrados nas histórias da literatura, outros estão esquecidos.³⁵ Esses poetas, que o tempo esqueceu, produziram principalmente peças de circunstância: elogios em honra de algum personagem, éclogas pelo feliz aniversário de alguém, odes a propósito e sem propósito. A poesia de circunstância era um mal dos tempos. Hoje elogiam-se os poderosos em prosa.

A oratória sacra não poderia estar ausente da lista das publicações da Impressão Régia. Era gênero dos mais apreciados em Portugal ainda nessa época. Viviam no Rio grandes oradores sacros como Bento da Trindade, Francisco de São Carlos, Santa Úrsula Rodovalho, Francisco de Sampaio, Romualdo de Seixas, Januário da Cunha Barbosa, etc. De todos eles imprimiram-se sermões, orações sacras e fúnebres.

As publicações periódicas tiveram início em 10 de setembro de 1808 com o aparecimento da *Gazeta do Rio de Janeiro*,³⁶ um verdadeiro diário oficial. Em 1813, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães funda *O Patriota, jornal litterario, politico, mercantil* [...] Nessa revista colaborou a *intelligentsia* brasileira da época. O Rio de Janeiro não teve outras publicações periódicas até 1821 quando começam a aparecer os jornais políticos: *O Bem da Ordem*, *O Espelho*, *o Reverbero Constitucional*, *o Compilador Constitucional* e tantos outros de duração efêmera.

Muitos historiadores e jornalistas, sem se dar ao trabalho de avaliar as edições da Impressão Régia com cuidado, proclamam que nada produziu de valor cultural. Alguns admitem que de seus prelos saíram alguns bons livros.³⁷ O balanço rápido e incompleto que fizemos demonstra o contrário. A Impressão Régia foi uma excelente editora: publicou dezenas de livros de real valor cultural, fez conhecer os poetas famosos, em moda em Portugal, imprimiu os versos dos nossos, lançou o romance e a novela no Brasil, resolveu o problema do livro didático para o ensino superior inaugurado no Rio de Janeiro e cumpriu sua missão principal quanto à legislação. Não exagero afirmando que somente na segunda metade do século XIX,

quando as editoras de Leuzinger e Laemmert estavam no auge, é que tivemos editoras comparáveis.

Mas antes de terminar este relance sobre as publicações dos quatorze anos que precederam a Independência, não é possível deixar de notar a qualidade material da produção de nossa primeira tipografia. Examinando esses livros, esses folhetos de poucas páginas, ficamos admirados com a qualidade dos impressos. São composições de uma sobriedade, de um bom gosto de fazer inveja aos nossos impressores atuais. Raramente, muito raramente na verdade, a tipografia brasileira atingiu um padrão tão alto de elegância e beleza. São composições comparáveis e dignas dos grandes renovadores da tipografia, os Didot, os Bodoni. Parece até que os paginadores da Impressão Régia estavam a par das teorias desses mestres.

Não é preciso procurar muito para encontrar verdadeiras obras-primas tipográficas nessa vasta produção. Duas ou três obras entretanto destacam-se. São o *Ensaio sobre a critica*, os *Ensaio moraes*, ambas de Alexander Pope, traduzidas pelo conde de Aguiar, e os dois volumes da *Memoria da vida publica do lord Wellington*, de José da Silva Lisboa. Os dois primeiros são verdadeiros livros de luxo, impressos em grosso papel tipo holanda e com suas páginas de rosto gravadas em cobre. A impressão é nítida e clara, a distribuição do texto e das notas nas páginas, a proporção das margens, tudo enfim, nessas obras de um ministro de Estado, é perfeito. Não se faria melhor na Europa. O título compridíssimo, à moda do tempo, dos volumes de Silva Lisboa é uma verdadeira *réussite*. Era um mestre o tipógrafo que compôs essas páginas de rosto. Soube dar destaque ao texto principal e deixar na sombra os dizeres complementares. Obteve beleza e harmonia sem truques e sem enfeites supérfluos. São páginas tão simples e perfeitas que nada se poderia mudar para melhorá-las. Mas alguém poderia objetar que esses volumes são de autoria de um ministro de Estado, o conde de Aguiar, e de um dos diretores da Impressão Régia, José da Silva Lisboa, e por isso foram tão caprichados. Não há dúvida que as páginas de rosto gravadas para as traduções do ministro eram um luxo inusitado que não foi seguido e nem todas as dezenas de publicações do futuro visconde de Cairu são tão luxuosamente impressas. Esses livros, de fato excepcionais, são, como dissemos, obras de luxo. Mas, se examinarmos os livrecos de autores sem importância, os

folhetos efêmeros, a média enfim, dos impressos da tipografia, não podemos deixar de reconhecer que são de alto nível.

[NOTAS]

1. Silva Serva publicou na Bahia, em 1811, o *Tratado de commercio e navegação entre [...] o príncipe regente [...] e el rey do Reino Unido [...]* (Vale Cabral, *op. cit.*, p. XXIV-XXV.)
2. *Índice de legislação impressa na Officina Regia desde a sua criação até 9 de janeiro de 1820: ao qual se ajunta hum índice das leis publicadas no Rio de Janeiro [...]* Lisboa, na Imprensa Regia, 1825, 48 p.
3. Assim é que do decreto da criação da imprensa no Rio, de 13 de maio de 1808, há uma edição de Lisboa.
4. Os apêndices contêm "a legislação promulgada na corte do Brasil" e "um roteiro do processo com as normas das petições que se devem fazer [...]". O prefácio é uma história da legislação e um guia de advogados e magistrados.
5. *Carta, porque Vossa Alteza Real ha por bem estabelecer na sua corte e cidade do Rio de Janeiro huma Academia Real Militar, erigindo nella hum curso completo de mathematica, e sciencias de physica, chimica, e historia natural para mais perfeita instrução dos officiaes do seu exercito [...]*
6. Em 1811 publicam-se *Elementos d'algebra*, de Lacroix; em 1812: *Elementos de geometria descriptiva*, de Monge, *Tratado elementar de calculo diferencial*, de Lacroix; *Tratado elementar de applicação de algebra à geometria*, de Lacroix; *Tratado elementar de mecanica*, de Francoeur; em 1813: *Tratado de optica*, de Lacaille; em 1814: *Elementos de astronomia*, coordenados por M.F. de Araújo Guimarães; em 1815: *Elementos de geodesia*, coordenados pelo mesmo lente, e em 1816 a *Filosofia química*, de Fourcroy.
7. *O estabelecimento da Real Academia Militar na cidade do Rio de Janeiro, ode pindarica, dedicada a Sua Alteza Real o príncipe regente nosso senhor no fausto dia de seu augusto nome por Joam de Souza Pacheco Leitam, sargento mór do Real Cerpo [sic] de Engenheiros, e lente da mesma academia.* Rio, 1811, p. 16.
8. Como é sabido, o *Regulamento do conde de Lippe* foi publicado pela primeira vez em Lisboa em 1762/63, e influenciou a disciplina do exército brasileiro até a República e, quiçá, até hoje.
9. *Tratado de inflamação, feridas, e ulceras extrahido da nosographia cirurgica de Anthelmo Richerand [...]* por Joaquim da Rocha Mazarem [...] Rio, 1810.
10. *Do grão de certeza da medicina* por P.J.G. Cabanis [...] Traduzido por Francisco Julio Xavier [...] Rio, 1812.
11. *Indagações physiologicas sobre a vida, e a morte, por Xavier Bichat [...]* Traduzidas por Joaquim da Rocha Mazarem [...] Rio, 1812.
12. *Aforismos sobre as hemorragias uterinas e convulsões puerperas, por Thomaz Denman [...]* Traduzidos em vulgar por Manoel Alvares da Costa Barreto [...] Rio, 1813. *Aforismos sobre a applicação e uso do forceps, e vectis [...]* por Thomaz Denman [...] E traduzidos em vulgar por Manoel Alvares da Costa Barreto [...] reimpressos por ordem do príncipe regente N. S. para uso das escolas medico-cirurgicas novamente reguladas no Brazil. Rio, 1814.

13. *Memoria sobre o encephalo-cele, acompanhada da observação de hum hydro-encephalo-cele curado no Hospital Real Militar [...]* Rio, 1811.
14. F. Guerra, *Bibliografia medica brasileira*, p. 4. Bomtempo publicou no Rio, em 1825, *Trabalhos medicos [...]*
15. *Vade mecum do cirurgião, ou tratado de symptomas, cauza e tratamento das molestias cirurgicas, e suas correspondentes operações; incluindo o dictionario etymologico dos termos da arte, com huma seleção de formulas, em que se descreve o uso, virtude, e dóse dos remedios nas diferentes molestias [...]* Rio, 1816.
16. *Appendice das petições mais necessarias no fôro contencioso, segundo o costume até agora seguido no cível, crime, órfãos, e finanças. Com algumas advertencias instructivas para melhor intelligencia dos senhores juizes, advogados, e sollicitadores.* Rio, 1815, VIII, 140 p.
17. *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principaes provincias do Brazil [...]* (1810) Por jardins, entenda-se jardins botânicos. *Dissertação sobre as plantas do Brazil, que podem dar linhos proprios para muitos usos da sociedade, e suprir a falta do canhamo [...]* (1810).
18. *Memoria sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo, maneira de as auxiliar por meio das artificiaes; refinaria do nitrato de potassa, ou salitre...* (1809).
19. *Preambulo ao ensaio filosofico, e politico sobre a capitania do Ceará para servir á sua historia geral [...]* (1810) (Vide Vale Cabral, *op. cit.*, p. 47). *Memoria economica sobre a raça do gado lanigero da capitania do Ceará com os meios de organizar os seus rebanhos por principios ruraes, aperfeiçoar a especie actual das suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento dellas, e das suas lãs em utilidade geral do commercio do Brazil, e prosperidade da mesma capitania [...]* (1811).
20. *Memoria topographica e historica sobre os campos dos Goitacazes, com huma noticia breve de suas producções, e commercio [...]* (1819). O nome do autor, natural de Macaé, aparece no final da dedicatória.
21. *Observações acerca do capim de Angola ultimamente trazido e cultivado no Rio de Janeiro* (1812) e *Additamento ás observações á cerca do capim d'Angola [...]* (1813).
22. *Noticia historica e abreviada para servir á cultura de huma remessa de arvores especieiras e fructiferas destinadas Sua Excellencia o senhor capitão general do Pará [...]* (1810).
23. Não se sabe ao certo quem escreveu essa parte. Muitos exemplares trazem (escrito de mão contemporânea) a menção "por Monsenhor Miranda". Entretanto, uma nota num escrito do botânico Vandelli faz crer que o autor foi José Feliciano de Castilho e não o desastrado monsenhor Miranda, diretor da colônia suíça de Nova Friburgo.
24. A gramática do padre Fortes teve uma boa dezena de edições até 1862.
25. É digno de nota o fato de a *History of Brazil*, de Robert Southey, impressa em três volumes entre 1810 e 1819, só ter sido traduzida (e pessimamente, com cortes injustificáveis) em 1862, e a de Beauchamp, que não passa de um mau plágio do primeiro volume do inglês, teve sucesso em Portugal e no Brasil. É verdade que a história de Southey contém mais de 950 páginas in-quarto... Acresce que os portugueses e brasileiros daquele tempo liam com facilidade o francês mas poucos sabiam inglês. A Imprensa Régia publicou em 1820 um *Compendio da grammatica ingleza e portugueza. Para uso da mocidade adiantada*

- nas primeiras letras, por Manuel José de Freitas. No prefácio diz que resolveu publicá-la "considerando o tráfico e as relações comerciais da nação portuguesa com a inglesa e a falta de um compêndio da gramática de ambas [...]".
26. Sobre o teatro e a música no Rio vide: Aires de Andrade, *Francisco Manuel da Silva e seu tempo: 1808-1865: uma fase do passado musical do Rio de Janeiro, à luz de novos documentos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967, 2 v.
 27. A peça *Augurio di felicità* foi representada na Quinta da Boa Vista numa grande recepção seguida de concerto onde D. Pedro e as infantas cantaram árias.
 28. *Ulissea libertada, drama allegorico*, de Miguel Antônio de Barros (1809); *A gloria do oceano*, drama de Nuno A.P. Pato Muniz (1810); *O triunfo da America*, drama de D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho (1810); *Eufemia, ou o triunfo da religião*, drama de Arnaud, trad. de Bocage (1811); *A união venturosa*, drama com música de Antônio Bressane Leite (1811); *A verdade triunfante*, elogio dramático, de Antônio Bressane Leite (1811); *O juramento dos numes*, drama de D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho (1813); *Templo da imortalidade*, elogio, de Paulino Joaquim Leitão (1815); *Elogio ao publico* (1818); *Elogio dramático*, de Luís Antônio Silva e Sousa (1819); *Nova osmia*, de Manuel Joaquim Borges de Paiva (1818), etc.
 29. *Historia de dois amantes ou o templo de Jatab*. Traduzida e acomodada por J.P.S.A. O 'acomodador' dessa novela é José Pedro de Sousa Azevedo, oficial de marinha. Publicou em Portugal outras novelas.
 30. *Varias sentenças de Ovidio traduzidas em verso rimado, com o texto latino defronte*, por J.A.S.P. (1821).
 31. A obra completa de Virgílio, traduzida em verso por Antônio José de Lima Leitão, foi publicada em três volumes, em 1818 e 1819.
 32. *Iphigênia [...] traduzida em verso portuguez [...] por Antonio José de Lima Leitão* (1816). *Phedra [...] traduzida verso a verso [...] por Manuel Joaquim da Silva Porto*, com nova edição em 1821.
 33. A primeira edição é do Porto, 1789. Foi reimpressa no Rio em 1812. O tradutor, Tomás de Aquino Belo e Freitas, nasceu no Ribeirão do Carmo, em Minas, estudou em Évora, entrou para a Universidade de Coimbra onde bacharelou-se em artes e licenciou-se em filosofia em 1744. Formou-se em medicina em 1746. Foi médico do Hospital Militar de Vila Rica (Ouro Preto). Vem mencionado nas *Cartas chilenas* (segundo Tarquínio J.B. de Oliveira, *As Cartas chilenas, fontes textuais*, São Paulo, 1972) como "Frondelio, bom doutor".
 34. *Ensaio sobre a critica* (1810) e *Ensaio moraes* (1811) ambos traduzidos pelo conde de Aguiar.
 35. Os que mais publicaram versos são: o livreiro Manuel Joaquim da Silva Porto, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, Paulino Joakim (como se assinava) Leitão, frei Francisco de Paula de Santa Gertrudes Magna, Bernardo Avelino Ferreira e Sousa, Inácio Correia Drummond, José Francisco Cardoso, etc. etc.
 36. Sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro* vide Vale Cabral, *op. cit.*, p. 3, e Carlos Rizzini, *op. cit.*, p. 332.
 37. Carlos Rizzini, *op. cit.*, p. 319 e 320.

A Bahia ilustrada

A cidade de Salvador, em fins do século XVIII e princípio do século XIX, não perdera a importância cultural que tivera nos tempos da Academia dos Esquecidos (1729), da dos Renascidos (1759) e do colégio dos jesuítas com sua bela biblioteca. É verdade que a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, em 1759, afetou a instrução secundária e superior, mas a primeira continuou ministrada nas escolas dos conventos franciscanos, carmelitas e beneditinos. O alvará de 6 de novembro de 1772 criava o 'subsídio literário', novo imposto destinado a atender às despesas com a instrução pública. Aos poucos foram nomeados professores régios de retórica, de filosofia, de latim, de grego e de desenho. Os métodos de ensino foram remodelados de acordo com os princípios de Verney e os da reforma pombalina da Universidade de Coimbra.¹

Uma nova geração de bacharéis saídos da Coimbra reformada foi, pouco a pouco, mudando as idéias da elite culta da colônia. Os poetas aderiram à nova escola literária: a Arcádia. Essa elite era composta pelos bacharéis, os professores régios, os magistrados, os militares e alguns comerciantes como Antônio da Silva Lisboa. Muitos comungam com as novas idéias da Ilustração, principalmente os que pertenciam à maçonaria.

José da Silva Lisboa publica, entre 1799 e 1803, seus tratados de direito mercantil. Lê Adam Smith e começa a escrever seus livros de economia com um fervor de neófito. Em 1804 publica seus *Princípios de economia politica*. Seu irmão, Baltasar da Silva Lisboa, naturalista 'ilustrado' escreve uma série de memórias impregnadas das teorias dos fisiocratas franceses. O desembargador João Rodrigues de Brito escreve críticas corajosas em resposta a um inquérito do governo sobre a situação da agricultura na capitania.² Alguns senhores de engenho procuram melhorar seus métodos de cultivar

a terra de acordo com os ensinamentos dos fisiocratas. É o que fazem Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão e Francisco Agostinho Gomes. Este homem, por vários títulos notável, importa em 1800, para sua fazenda, arados e máquinas agrícolas, introduz no Brasil o gado turino e tenta, com Ferreira da Câmara, fundar uma companhia de mineração de ferro. Pedro Antônio Cardoso, em 1815, importa da Inglaterra, para seu engenho da Boa Vista, na ilha de Itaparica, uma máquina a vapor com o maquinista, John Falkner. Este é contratado pelo condado dos Arcos para trabalhar no Arsenal com a condição de ficar à disposição dos senhores de engenho que importassem, porventura, outras máquinas a vapor. São famosas as experiências agrícolas de Manuel Jacinto de Sampaio e Melo, no seu engenho em Cachoeira, que o povo apelidara significativamente de 'Engenho da Filosofia'. Em 1816 Silva Serva publicaria seu *Novo methodo de fazer o açúcar ou reforma geral economica, dos engenhos do Brazil*. A obra de José Mariano da Conceição Veloso não fora de todo inútil, ao que parece.

Seria longa a lista dos homens cultos dessa época, dos que lêem livros modernos, assinam gazetas estrangeiras, que são verdadeiros 'filósofos' do século XVIII na Europa. As idéias dos enciclopedistas e os princípios da revolução francesa tinham como adeptos homens como Francisco Muniz Barreto de Aragão, Cipriano Barata de Almeida, João Ladislau de Figueiredo Melo e outros mais ou menos implicados na chamada Inconfidência Baiana de 1798.³

Não é portanto de estranhar que nesse ambiente formado por uma elite com idéias modernas surgissem iniciativas visando ao progresso do Bem Comum, como se dizia. A primeira é o projeto de fundação de uma Real Sociedade Baiense de Homens de Letras em 1810. A idéia coube a Luís Antônio de Oliveira Mendes,⁴ baiano, formado em Coimbra, sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, tipo do 'filósofo' da Ilustração cujas idéias se refletem na sua concepção da sociedade.

A Real Sociedade Literária [diz ele] se promete ser útil quanto mais possa ser à pátria, ao estado e nação, promovendo as artes, as ciências e agricultura em particular, portando-se sempre desvelada a bem da humanidade por meio da indústria, da economia, dos inventos e dos descobrimentos úteis, tendo sempre o primeiro lugar a filantropia.⁵

A sociedade manteria um observatório astronômico, um museu com sala "para depósito das máquinas e instrumentos físicos", um labo-

ratório químico, um jardim botânico, a redação de um jornal científico e uma biblioteca. Como se vê não escapou a Oliveira Mendes a importância da biblioteca na sua organização. Diz ele no artigo 47:

Terá a Real Sociedade um bibliotecário, que será perpétuo ainda que seja promovido a outras dignidades acadêmicas, o qual terá a seu cargo a guarda e a boa conservação dos livros, papéis e manuscritos e memórias e obras concernentes, e fará os competentes catálogos apontando os livros que faltarem e que devem ser comprados, por conta de quem correrá a boa disposição do prelo.

Oliveira Mendes submeteu seu projeto à apreciação da Academia de Ciências de Lisboa. Alguns sócios aceitaram fazer parte da Sociedade Baiense. Infelizmente, tudo ficou nos 'preliminares'. O plano é um tanto confuso; seu autor não é um espírito lúcido, mas espelha bem a fermentação de idéias em que se debatia o ambiente 'ilustrado' da Bahia, em princípio do século passado.

Outras iniciativas em Salvador datam de 1810 e 1811, quer dizer que são posteriores à chegada da corte portuguesa. Todas refletem o clima de entusiasmo que invadiu todo o país, e não só a Bahia, naqueles tempos. A abertura dos portos ao comércio internacional e, principalmente, a revogação da proibição de indústrias na colônia encheu toda gente de júbilo. Os intelectuais estavam certos de que o Brasil ia enfim entrar na idade de ouro como diziam os poetas e oradores.

A publicação do alvará de 1.º de abril de 1808, permitindo a instalação de fábricas e manufaturas no Brasil⁶ foi recebida com euforia na Bahia, o mais importante, o centro comercial da colônia, tanto mais quanto outro alvará, o de 28 de abril do mesmo ano, vai conceder subvenções a estabelecimentos fabris que se fundassem no país. Diversas pessoas estimuladas por esses incentivos fiscais, como hoje se diz, resolveram instalar indústrias. Francisco Inácio de Siqueira Nobre fundou uma fábrica de vidros.⁷ Antônio Vieira da Costa estabeleceu no caminho do Bonfim uma cordoaria que pretendia "aproveitar as espécies sem número de vegetais filamentosos até agora inúteis de que abunda este nosso continente".⁸ Alexandre José Vieira de Lemos requer ao governo, em 4 de outubro de 1810, licença para estabelecer uma tipografia alegando que mandou vir de Londres

uma imprensa para imprimir somente conhecimentos mercantis [...] na forma de concessão de S.A.R. que permitiu livre no Brasil toda manufatura.⁹

Nada consta sobre o prosseguimento dessa iniciativa. Sabemos porém

de outra¹⁰ pela notícia em um ofício do ministro português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho, em 16 de junho de 1810, ao seu irmão D. Rodrigo, ministro dos Negócios Estrangeiros, comunicando que, pelo navio *Americana*, seguiam um prelo e duas caixas de tipos consignados à firma Barroso, Martins,¹¹ Dourado e Carvalho. Comentava o diplomata:

[...] é Hipólito da Costa, editor do *Correio Braziliense*, quem diligencia esta expedição e deu instruções que, sem dúvida, tendem a ensinar o modo de publicar obras incendiárias contra o governo [...] clandestinamente, e sem que se saiba donde vem [...]¹²

Recebido o ofício no Rio, D. Rodrigo escreveu ao governador da Bahia, a 4 de setembro de 1811, pedindo a apreensão do material tipográfico. Não há documento provando que foi apreendido. Se confiscado, só o poderia ter sido posteriormente à data do ofício e, nessa data, outro comerciante português estabelecido em Salvador já tinha autorização para estabelecer tipografia, como veremos. É possível que não conviesse ao governo a instalação de mais de uma oficina na mesma cidade onde o mercado era limitado e a concorrência entre ambas poderia ser prejudicial. Ou talvez o governo temesse muitos prelos. Não havendo documento, não podemos avaliar a razão ou sem-razão de D. Rodrigo.

Como se vê, não foram poucas as iniciativas particulares na Bahia. Se umas eram empresas industriais fundadas por comerciantes com o fito de lucro, aproveitando-se de uma legislação favorável, outras, ao contrário, eram puramente culturais, e não visavam benefícios pecuniários, como a fundação de uma biblioteca pública da qual trataremos em seguida.

Esses melhoramentos não partiam do governo diretamente, mas da iniciativa particular. No Rio de Janeiro, a imprensa e a biblioteca foram criadas pelo governo como repartições públicas, tal como as que havia em Lisboa. São complementos necessários à boa administração. Na Bahia, a iniciativa partira de homens empreendedores entusiasmados com as novas perspectivas que se abriam para o país. No caso da tipografia, a realização coube a um negociante português que viu novas possibilidades de expandir seus negócios num novo ramo cheio de oportunidades. Na fundação da biblioteca, a idéia cabe a um cidadão culto e rico, desejoso de cooperar para a instrução

do povo. A biblioteca foi concebida como uma associação de cidadãos, sem intenção de lucro. Não eram novidade as sociedades particulares para prestar auxílio ao próximo. As santas casas de misericórdia, as irmandades religiosas existiram no Brasil desde os primórdios da colonização. A novidade consiste na consciência que tiveram alguns homens esclarecidos da miséria cultural do povo e da responsabilidade coletiva pelo Bem Comum. O que é novo, é não ficarem a se queixar para o governo ou a apelar para este. Essa elite esclarecida que toma a iniciativa da instrução popular representa um tipo de mentalidade que emerge das idéias do Século das Luzes.

[NOTAS]

1. Pedro Calmon, *História da literatura bahiana*, p. 74 e todo o cap. IX: O colapso do ensino.
2. João Rodrigues de Brito, *Cartas economico-políticas sobre a agricultura e commercio da Bahia*. Lisboa, 1821. Foram escritas em 1807 mas publicadas somente em 1821 por I.A.F. Benevides.
3. "A inconfidência baiana de 1798", *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 43 e 44, 1931; Afonso Rui, *A primeira revolução social brasileira*, 1942.
4. As obras publicadas por Oliveira Mendes vêm mencionadas e comentadas na minha *Bibliografia brasileira do período colonial*, p. 230-234.
5. Os estatutos da sociedade foram publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 47, parte I, p. 87-105, 1884. Oliveira Mendes os denominou: *Preliminares para os estatutos da Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras*.
6. O alvará de 5 de janeiro de 1785 proibiu-as terminantemente.
7. *Idade d'Ouro do Brasil*, n. 1, p. 3. In: Maria Beatriz Nizza da Silva, *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*, 1978.
8. Requeireu licença para "passar a Inglaterra a fim de transportar para a Bahia artefices para o novo estabelecimento de fábrica de fiar, tecer, estampar e outras [...]" cf. o requerimento original na Biblioteca Nacional do Rio, n.º 6 796 do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, p. 595.
9. Inácio Acióli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da provincia da Bahia*, v. 3, p. 234.
10. É possível que se trate da mesma. Não fizemos pesquisas em arquivos para esclarecer o caso, nem sabemos quem as tenha feito e publicado.
11. Esse Martins da firma é Domingos José Martins, o mesmo que teve papel tão importante na Revolução Pernambucana de 1817.
12. Mecenas Dourado, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, v. 1, p. 114. Na opinião do autor o papel de Hipólito foi apenas de corretor na compra do material.

A primeira tipografia particular

A fundação de uma tipografia na cidade de Salvador é, como no caso de outras indústrias, consequência do alvará de 1.º de abril de 1808, permitindo no Brasil o funcionamento de manufaturas. Vimos que diversas pessoas tiveram a idéia de estabelecer oficina tipográfica. A única porém que funcionou foi a de Manuel Antônio da Silva Serva.¹

Nasceu em 1761 em Vila Real. Comerciante estabelecido em Lisboa, mudou-se para a Bahia em 1797 e abriu loja na rua São Pedro, n.º 17, onde vendia "lustres para sala, de diferentes qualidades, encerados e alcatifas de muito bons gostos, e vidros da Boêmia de diversos tamanhos, sacras de todas qualidades, móveis e livros". Em 1810 foi nomeado administrador-geral da Real Fábrica de Cartas de Jogar.

Em 1809 Silva Serva esteve em Portugal e na Inglaterra. É bem provável que nessa viagem tenha adquirido o material e contratado o pessoal para a fundação de uma tipografia. Em 18 de dezembro de 1810 pede ao recém-empossado capitão-geral, conde dos Arcos, sua intervenção junto ao governo do Rio de Janeiro no sentido de instalar sua oficina tipográfica. No longo prólogo ao requerimento diz ele:

animado por uma parte dos maiores sentimentos patrióticos pela glória do soberano e fama da nação [...] desejoso por outra de cooperar [...] para o aumento e progresso dos conhecimentos literários e instrução pública nos vastos estados do Brasil [...] e persuadido [...] que para o aumento e derramação das luzes e conhecimentos humanos o meio mais indispensável e eficaz é o de estabelecimentos tipográficos que convidando os sábios os animam ao mesmo tempo com o lucro da impressão de seus trabalhos podem colher e tornam assim gerais aqueles escritos que, pesados no fiel da mais apurada censura e circunspeção, nutrem o espírito e saciam a curiosidade dos homens inspirando-lhes ao mesmo tempo o gosto e inclinação às artes e às ciências, caminho seguro de fazer florescentes os impérios [...]

Como se vê, Silva Serva não vivia alheio às idéias nem ao linguajar do Século das Luzes.

Tinha também intenção de publicar um jornal, gazeta, como se dizia então. Havia porém um empecilho sério para a realização de seu intento. A publicação de periódicos era privilegiada, e o privilégio era dos donos da *Gazeta do Rio de Janeiro*, funcionários da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Silva Serva vai ao Rio e faz um acordo com os proprietários do jornal, apressando provavelmente a autorização para abrir tipografia. Obtém também a isenção de recrutamento para seus empregados. Em 5 de fevereiro de 1811 o príncipe regente assina uma carta régia autorizando o funcionamento da tipografia.

As condições impostas pelo ato do governo e complementadas pelo conde dos Arcos não eram muito diferentes das que existiam em Portugal para esse tipo de estabelecimento. A tipografia não podia publicar livros para os quais existisse privilégios concedidos ao primeiro editor. Essa medida, usada em toda a Europa, visava a proteger os próprios editores.² A questão da censura ficou resolvida com uma adaptação da lei vigente em Portugal. A censura eclesiástica ficou a cargo do arcebispo, e a civil, no começo, coube ao capitão-general, conde dos Arcos. Mais tarde, nomearam-se censores, e depois uma comissão de censura formada do desembargador Antônio Luís Pereira da Cunha (futuro marquês de Inhambupe), desembargador João Rodrigues de Brito (um dos autores das *Cartas econômico-políticas*), Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco (o fundador da biblioteca pública) e José Francisco Cardoso (professor régio de gramática latina, autor de diversos poemas latinos e amigo de Bocage). Representavam o arcebispo o padre-mestre João Machado e o cônego José Fernandes de Sá Freire.

Para a publicação do jornal, que se chamou *Idade d'Ouro do Brazil*, o conde dos Arcos resolveu ditar uma série de regras que deveriam ser obedecidas pelo editor e controladas pelo censor nomeado para tal fim, o poeta José Francisco Cardoso.³

A tipografia tinha dois prelos com os tipos e apetrechos necessários. O pessoal compunha-se do mestre impressor, do revisor de provas e de um 'encadernador', isto é, do oficial encarregado de dobrar as folhas impressas de maneira a formar cadernos prontos para a costura. Quatro serventes de prelo e seis aprendizes completavam o pessoal. Mais tarde, Silva Serva mandou construir na Bahia um prelo que,

"na opinião dos entendedores [...] em nada cede aos que mandou vir de Lisboa, mas antes lhe é muito superior pela perfeição das peças, pelo arranjo e disposição da máquina e pela maior facilidade de execução".

A tipografia e a 'loja da gazeta' eram os dois estabelecimentos de Silva Serva. Quase sempre estiveram instalados separadamente. Era na loja que se tomavam assinaturas, vendiam-se números avulsos do jornal e recebiam-se anúncios. Vendiam-se nela os livros, os folhetos e os papéis impressos na tipografia e muitas obras importadas de Lisboa e do Porto. Além dessa verdadeira livraria, Silva Serva continuava a negociar com os artigos que sempre tivera à venda: "excelentes móveis, quadros, lustres, caquilharia [sic], chá, lenços, vidros e muitas galanterias de gosto, e rapé da fábrica boa", conforme anunciava.

Silva Serva era um comerciante empreendedor e ativo. Fez diversas viagens de negócios ao Rio de Janeiro onde escolheu um agente encarregado da venda de seus livros e de angariar fregueses para impressos. Trocou, aliás, diversas vezes de representante, um deles foi o livreiro e poeta Manuel Joaquim da Silva Porto. Anunciava suas mercadorias e oferecia seus préstimos para mandar vir de Portugal toda sorte de livros "por preços muito cômodos". Na viagem que fez em 1811 levou para vender na corte diversas mercadorias tais como lustres, encerados, alcatifas e grande quantidade de livros, mais de seiscentos títulos diferentes.⁴ Além de grande número de obras piedosas, oferecia livros de medicina, de matemática, de direito, de literatura clássica e moderna e "papéis pertencentes a notícias, proclamações e tudo quanto pertence às guerras, tragédias e novelas [...] comédias e entremeses". É de notar a presença de muito poucas obras estrangeiras; quase todo o estoque é de livros portugueses.

Parece que fazia bons negócios no Rio recebendo encomendas de impressos dos comerciantes pois seus preços eram mais baratos do que os do "ladrão da Impressão Régia" como diz Marrocos, numa carta.

Não sabemos se a tipografia da Bahia lhe dava, no final das contas, bons lucros. A *Idade d'Ouro* não os dava. Nunca chegou a obter mais de cento e tantas assinaturas apesar dos apelos que fazia ao público em anúncios. Aconteceu a Silva Serva o que acontece a todo editor que não dispõe de grandes somas ou de crédito a longo prazo. Empatado o capital na impressão de um livro, o dinheiro só retorna à medida que

é vendido, e isso leva, às vezes, anos seguidos. A solução é aumentar o número de títulos publicados de maneira a aumentar também as entradas de dinheiro. Silva Serva viu muito claramente o problema e resolveu expandir sua tipografia. O capital, procurou obtê-lo do governo que, pelo alvará de 28 de abril de 1808, prometia auxílio às novas indústrias que se fundassem no Brasil. Em 1811 requereu o auxílio prometido. Mas, ontem, como hoje, obter do governo auxílio expresso por lei é difícil, complicado e vagaroso. Embora voltasse à carga diversas vezes, alegasse que Francisco Inácio de Siqueira Nobre, dono da fábrica de vidros já tinha obtido empréstimo, e propusesse outra solução, caso o governo não quisesse desembolsar dinheiro, só em 1815 obteve um empréstimo de quatro contos de réis, pagáveis à razão de quatrocentos mil réis por ano, com cinco anos de carência.

Logo que recebeu o empréstimo foi a Portugal e contratou um impressor experimentado, Manuel José Porfírio. Silva Serva que em 1812 chegou a publicar vinte e quatro títulos diferentes, nos anos seguintes, até 1816, não chega a imprimir mais de seis e oito anualmente. Mas nesse ano de 1816 (em 1815 recebeu o empréstimo) publicou vinte obras. Seria por causa do auxílio que recebeu? Não se pode afirmar, tanto mais quanto a impressão de um só volume pode custar mais caro do que a de muitos folhetos.

O que publicou a primeira tipografia da Bahia? Antes de analisar a produção de Silva Serva convém estabelecer um problema de prioridade muito discutido pelos historiadores e bibliófilos. Consiste em saber qual a primeira publicação que saiu dos prelos baianos. Vejamos, em primeiro lugar, os documentos publicados sobre o assunto. Pedro Calmon, baseado num manuscrito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, intitulado *Informações da Bahia*, afirmou que a primeira obra publicada foi a *Oração gratulatoria ao príncipe regente [...]* por Inácio José de Macedo.^{5,6} Alberto Lamego não tem a menor dúvida de que foi o *Prospecto da gazeta da Bahia*.⁷ Baseia sua argumentação numa carta autógrafa do conde dos Arcos ao conde das Galveias, no Rio de Janeiro, datada de 17 de maio de 1811, onde diz: "Tenho a honra de apresentar a V. Excia. os primeiros frutos da imprensa desta capital que V. Excia. acolherá com a benignidade que merecem todos os grandes estabelecimentos em seus princípios [...]"

Junto à carta estavam apensos os seguintes impressos: o *Prospecto da gazeta da Bahia*, o *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos* [...] e o *Suplemento extraordinario* ao número dois da gazeta. Mas o primeiro número da *Idade d'Ouro*, datado de 14 de maio de 1811, noticiando as cerimônias ocorridas na véspera, por ocasião do aniversário do príncipe regente, diz textualmente: “[...] Neste dia tão solene é que o público viu os primeiros trabalhos da imprensa novamente erigida nesta cidade. Foram eles a *Oração gratulatoria* [...], o *Plano para o estabelecimento da bibliotheca publica* com a *Lista dos subscriptores*, e o *Prospecto da gazeta* [...]”.

Não parece portanto haver dúvida de que foram esses os primeiros impressos feitos na Bahia. Mas qual deles teria saído em primeiro lugar? Acho difícil impugnar as opiniões de Alberto Lamego, assim como os argumentos de Roberto Berbert de Castro quando afirmam um e outro que a primeira publicação de Silva Serva foi o *Prospecto da gazeta*. Todos concordam (ou quase todos) em que o segundo foi o *Plano* e o terceiro a *Oração*, do padre Inácio José de Macedo. Inútil é dizer que esses três cimélios da tipografia brasileira são raríssimos.⁸

A tipografia de Silva e Serva era uma empresa comercial, e novo ramo de sua casa de negócio. Foi fundada para dar lucro, tal como sucederia com uma impressora-editora de hoje, e não como acontece com uma imprensa oficial mantida pelo governo, tal como a do Rio de Janeiro. Esse fato vem refletido na escolha das obras editadas. São elas, em grande maioria, livros de venda garantida, ou pelo assunto de que tratam, ou pelo nome conhecido dos autores. Essa tendência é visível desde o primeiro ano de sua fundação. Em 1811, Silva Serva lança 17 títulos dos quais os mais volumosos são obras sobre assunto do momento, os mais discutidos pelo público e principalmente pelos comerciantes portugueses da Bahia: a nova política econômica do governo, em virtude da abertura dos portos ao comércio internacional, e o tratado com a Inglaterra dando a esse país um tratamento preferencial. Essas medidas revolucionárias, abolindo um privilégio dos comerciantes portugueses e jogando-lhes a Grã-Bretanha como concorrente, apavoraram os negociantes. Para explicar e defender essa nova política, José da Silva Lisboa publica no Rio de Janeiro diversos livros, encetando uma verdadeira campanha a favor dos ‘liberais princípios’ da nova orientação econômica do príncipe regente.⁹

Silva Serva, com verdadeiro faro comercial, sente o ‘assunto quente’ e reimprime duas obras do publicista baiano, as *Observações sobre a prosperidade do estado pelos liberaes principios da nova legislação do Brazil*, as *Observações sobre a franqueza da industria* e o próprio *Tratado de commercio, e navegação*, tão discutido pelos negociantes, políticos e intelectuais.

A publicação de um livro didático, os *Principios geraes ou verdadeiro methodo para se aprender a ler, e a pronunciar com propriedade á lingua franceza*, devia fazer falta na praça, pois é o primeiro do gênero que se publicou no Brasil. Outro livrinho de venda garantida, devido à freguesia dos militares, é a *Manobra das peças ligeiras de campanha* que só seria publicado pela Impressão Régia em 1817.

No ano de 1811, saíram três orações pronunciadas por personalidades célebres na Bahia, o *Discurso recitado na sessão de abertura da livraria publica*, por Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, o fundador da biblioteca, e duas orações gratulatórias do famoso padre Inácio José de Macedo, a primeira por ocasião do aniversário do príncipe regente (a que já nos referimos) e a *Oração gratulatoria e politica improvisada no collegio da Bahia no anniversario que fez o Senado da Camara á feliz chegada de sua alteza o real príncipe regente*. Esse gênero literário era muito apreciado no tempo e tinha leitores certos.

Além dessas obras, Silva Serva publicou as inevitáveis odes em homenagem a personagens e datas. A impressão desses folhetos de poucas páginas era geralmente paga pelo autor.

Nesse ano tomou duas iniciativas importantes: a publicação de mais um periódico, além da *Idade d'Ouro* que imprimia, *As Variedades ou Ensaios de Literatura*. Para lançá-lo, imprimiu um prospecto de duas páginas. O primeiro número dessa primeira revista literária brasileira saiu no ano seguinte mas não teve sucesso. Para liquidar o saldo existente, Silva Serva reuniu os fascículos, em 1814, em um só volume dividido em duas partes. A outra iniciativa foi a publicação de um *Almanach para a cidade da Bahia* referente ao ano de 1812. Os padres da Congregação do Oratório tinham o privilégio da publicação das folhinhas e diários eclesiásticos. Tiravam dessa venda grandes lucros. Por isso protestaram e o *Almanach* não mais se publicou.¹⁰

Nos anos seguintes a orientação não mudou. O comerciante estava sempre atento à procura de clientes e disposto a publicar obras

que tivessem compradores. Assim é que, para satisfazer a demanda dos alunos da Escola de Cirurgia do Hospital Real (fundado em 1808 por sugestão do cirurgião-mor do reino, o pernambucano José Correa Picanço) Silva Serva publica em 1812 os *Elementos de osteologia practica*¹¹ do Dr. José Soares de Castro, lente da cadeira de anatomia. No ano seguinte, de 1813, sai um tratado *Da febre e da sua curação em geral*, de Reich, traduzido e ampliado pelo Dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva. A carta régia de 29 de dezembro de 1815, reformando e ampliando o ensino médico na Bahia, criando uma verdadeira escola de medicina com curso de cinco anos, abriu um campo, mais vasto, para livros médicos. Silva Serva publicou diversas obras de notabilidades européias em traduções anotadas e ampliadas pelos professores da escola.¹² Muitas são feitas pelo famoso Dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva cujo nome passou à história pela influência que suas traduções de obras modernas exerceram na medicina portuguesa e brasileira. Toda essa série de livros tem hoje imenso valor para o estudo da história da medicina e das ciências no Brasil.

Mas Silva Serva não atende somente aos médicos e estudantes, cuida também dos farmacêuticos imprimindo o *Regimento dos preços dos medicamentos*. Essa publicação oficial era feita de tempos em tempos pela Impressão Régia. Na Bahia só saiu, que eu saiba, a referente ao ano de 1815, com o mesmo número de páginas que tinha a edição do Rio de Janeiro e com a mesma disposição do texto no frontispício. É uma verdadeira contrafação.

Livros piedosos sempre se venderam bem em Portugal, Espanha e respectivas colônias.¹³ Em cidade tão religiosa como Salvador, suas possibilidades seriam grandes. Silva Serva publicou muitos e de toda a sorte, desde os livrinhos de devoção como as *Finezas de Jesus Sacramentoado*, a *Visita ao Santissimo Sacramento* e o *Verdadeiro modo de confessar-se bem* até um livro piedoso e didático ao mesmo tempo "no qual se ensinam os primeiros rudimentos que deve saber o menino cristão [...] para com facilidade, e em pouco tempo aprender a ler, escrever e contar". Essa *Escola nova, christã, e política* é reimpressão de outra edição, de Lisboa. Não podia deixar de imprimir novenas, sermões, orações fúnebres e pastorais. Em 1816 editou uma *Oração funebre*, de frei Francisco Xavier de Santa Rita Bastos, única obra publicada desse célebre orador sacro, mais célebre ainda pela sua

vida solta. Dos prelos da Bahia saíram orações e sermões de Inácio José de Macedo, de Januário da Cunha Barbosa e Romualdo Antônio de Seixas. O padre Macedo é, aliás, o autor que mais obras publicou na primeira oficina baiana.

Em 1817 saíram duas obras em latim, as *Institutiones metaphysicæ*, do Genuense (edição a cargo de Sousa Farinha, professor régio de filosofia em Lisboa e hoje conhecido somente pelo seu *Summario da Bibliotheca luzitana*, e as *Institutiones philosophiæ*, de Eduardo Job, muito apreciadas pelos jesuítas da época. Essas obras são das primeiras publicadas no Brasil sobre filosofia.

Silva Serva começa a publicar poesia logo depois de fundada sua tipografia. Em 1811 aparecem duas odes de poucas páginas, mas no ano seguinte imprime ele a *Marilia de Dirceo* numa edição popular, em papel barato. Aproveitando talvez o sucesso que deveria ter tido a edição de 1810 da Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Em 1813 imprime em oito folhetos, cada um de 32 páginas, a *Viola de Lereno*, de Caldas Barbosa. Cada folheto custava 200 réis. Enfeixou-os em volume com sua página de rosto simples, porém bem equilibrada. Do poeta latino, o baiano José Francisco Cardoso de Moraes publicou um *epicinium* com a tradução portuguesa feita por João Gualberto Ferreira dos Santos Reis. Desse poeta, Silva Serva publicou a tradução do poema *De cura boum in Brasilia*, de José Rodrigues de Melo (1817). Do médico formado em Paris, poeta e escritor prolífero, Antônio José de Lima Leitão, imprimiu uma tradução em versos da *Andromaca*, de Racine, e a tradução, também em verso, da *Arte poetica*, de Horácio, com o texto latino e português lado a lado.¹⁴ O desembargador da Relação da Bahia, Antônio José Osório de Pina Leitão, era infelizmente poeta e mandou imprimir uma *Ode pyndarica* de sua composição e o longo poema heróico sobre a fundação da monarquia portuguesa, intitulado *Alfonsiada*. Silva Serva caprichou, nesse caso, produzindo uma edição de luxo. Mandou desenhar e gravar no Rio de Janeiro, por Antônio do Carmo e João José de Sousa, três retratos, de D. Afonso, de D. João VI e do desembargador poeta. Protocolarmente colocou no texto o retrato do autor em último lugar. Mas, apesar de todos esses enfeites, não saiu, para meu gosto pessoal, um livro bonito devido talvez à escolha dos tipos. O poeta mineiro José Elói Otôni achava-se então na Bahia, morando em casa do conde

dos Arcos. Lá publicou, em 1815, sua *Parafrase dos proverbios de Salomão em verso portuguez*. De todas as obras impressas por Silva Serva é hoje fácil de achar-se mas, nem assim, é lida. A propósito de Otóni, Sacramento Blake cita um *Elogio á princeza da Beira* publicado na Bahia em 1814. Não terá confundido essa obra com outro poema de Otóni dedicado também à princesa da Beira e impresso no Rio em 1811?

Em 1817 os "subscritores da praça do Comércio [...] colocaram nela um retrato" do conde dos Arcos. Houve solenidade com discurso, recital de poesias em latim e português, banquete e baile. Para eterna lembrança do sucesso redigiu-se uma *Relação do festim*, que Silva Serva publicou. Na *Idade d'Ouro* anunciou ele que o folheto estava à venda "por 960 réis em papel de Holanda brochura, encadernado a 1 200 réis, e encadernação rica a 1 600 réis, em brochura de papel ordinário a 640 e encadernado a 960". Como se pode deduzir de tais palavras já havia na Bahia bibliófilos dispostos a pagar "tiragens especiais" em papel da Holanda e encadernação rica.

Silva Serva publicou poucos livros técnicos; nesse ramo não fez concorrência à Imprensa Régia. Mas imprimiu o *Manual do engenheiro*, de Briche, traduzido por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Julgo-o um dos mais bonitos livros feitos pela tipografia da Bahia. É ilustrado com oito pranchas, gravadas provavelmente no Rio. A julgar pelas duas edições que teve, em 1812 e 1815, a venda foi boa, a menos que a segunda edição nada mais seja que a primeira com mudança da página de rosto. Outro manual, este destinado a advogados, é o *Manual de appelações, e agravos*, de Antônio Joaquim de Gouveia Pinto, publicado em 1816. No fim contém um *Índice chronologico da legislação extravagante, que se cita neste tratado, com a indicação não só do lugar em que aqui se cita, mas das collecções e lugares onde se podem ver e achar*.

Em 1817 aparece um livro digno de ter sido publicado por frei Veloso: o *Novo methodo de fazer o açucar ou reforma geral economica, dos engenhos do Brazil*, por Manuel Jacinto de Sampaio e Melo, "senhor de engenho na vila da Cachoeira da Bahia". No mesmo ano aparece um *Tratado de operações de banco ou directorio de banqueiros*, de Antônio Tomás de Negreiros. É o primeiro livro no gênero publicado no Brasil.

Em 1819 enfim, Silva Serva lança a grande novela romântica de Chateaubriand, a *Atalá*. Imprime, por essa época, o *Catalogo dos livros*

que se achão na Bibliotheca Publica da Cidade da Bahia. Sobre essa obra falaremos mais tarde.

Silva Serva faleceu a 3 de agosto de 1819 no Rio de Janeiro, onde estava em viagem de negócios. A tipografia, porém, não deixou de funcionar. A viúva continuou o negócio de sociedade com José Teixeira de Carvalho sob a razão social de Viúva Serva e Carvalho. A orientação não mudou, mas a agitação política depois de 1820 abriu lugar para um novo tipo de publicações: o folheto político. São muitos os que a nova firma imprimiu até a Independência. Por diversas razões sociais, os herdeiros de Silva Serva ainda imprimiam em meados do século passado.

Como se viu, a tipografia de Silva Serva é uma empresa comercial com a finalidade de dar lucro. Sua produção representa o gosto e a demanda de livros do público leitor da Bahia nas vésperas da Independência.

[NOTAS]

1. Renato Berbert de Castro, *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações*, 1968. Sobre essa obra excelente é que baseamos todo o presente capítulo. Por essa razão, dispensamo-nos de citar continuamente as páginas quando nos referimos a fatos e documentos nela registrados.
2. A Imprensa Régia do Rio de Janeiro tinha o privilégio da publicação dos atos oficiais. Silva Serva não respeitou esse privilégio pois reimprimiu na Bahia o *Tratado de commercio, e navegação* e o *Tratado de amizade, e alliança* entre Portugal e a Grã-Bretanha, de 1810. A junta da Imprensa Régia protestou como já notei acima. Silva Serva republicou algumas obras já editadas também no Rio tais como as *Observações sobre a franqueza da industria* e as *Observações sobre a prosperidade do Estado*, ambas de José da Silva Lisboa. Essas obras porém não gozavam de privilégio.
3. Essas regras são interessantes como documento da época e mostram o gênero de gazeta que foi a *Idade d'Ouro do Brazil*:
 "Deverá a *Idade d'Ouro* publicar todos os escritos ministeriais e economicos, cujo conhecimento convier publicar, discorrendo sobre o interesse público, que deflui das disposições e medidas que neles se contém.
 "Deverá anunciar as novidades mais exatas de todo o mundo e que mais interessantes forem à história do tempo.
 "Deverá contar as notícias políticas sempre de maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos sem interpor quaisquer reflexões que tendam direta ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública.
 "Sempre que a escassez de notícias deixe na folha um espaço disponível,

ocupar-se-á este publicando alguma descoberta útil, particularmente por ora, as artes, discorrendo sobre a necessidade de instruir e conservar bons e polidos costumes nas nações e explicando não só como o caráter nacional ganha em consideração o mundo pela adesão ao seu governo e religião, mas metendo a bulha, ou mostrando com graça e pico, quanto têm perdido, naquela consideração todas as nações que se deixam despegar do governo e da religião de seus pais.

"Deverá, finalmente, a *Idade d'Ouro* fazer menção dos despachos civis e militares particularmente dessa capitania e escrever os avisos que forem remetidos a seu redator convenientes a maior facilidade e viveza do comércio. Bahia, 5 de maio de 1811." Essas diretrizes foram redigidas pelo conde dos Arcos.

4. Silva Serva não se contentava em colocar anúncios na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Mandou imprimir, em 1811, na *Impressão Régia*, uma *Notícia, do Catálogo de livros, que se achão á venda em casa de Manoel Antonio da Silva Serva na rua de S. Pedro n. 17, o qual a faz por hum comodo preço, como abaixo declara, attendendo a demorar-se muito pouco tempo nesta corte. Na mesma loja [sic] se acha hum sortimento grande de lustres [...]* É um folheto de 11 páginas, impresso em duas colunas. O título vem ao alto da primeira página; a imprensa no fim diz: "Rio de Janeiro. Na *Impressão Régia*, 1811. Com Licença de S.A.R.". Infelizmente o único exemplar que conheço, o da Biblioteca Nacional, está mutilado e só permite a leitura de parte do título. Vale Cabral (*Anais*, n.º 223) consultou-o quando perfeito mas não transcreve esse título integralmente. É o primeiro catálogo de livraria publicado no Brasil embora Paulo Martin filho, em 1810, tivesse mandado imprimir nas duas últimas folhas de *O Plutarco revolucionário* que editou um *Catálogo dos folhetos impressos á custa de Paulo Martin filho, que se achão na sua loja na rua da Quitanda n. 34. A Notícia* mandada imprimir no Rio de Janeiro pelo livreiro da Bahia é um documento importante para avaliar-se o estoque de livros e folhetos que possuía uma livraria da época. Vide a reprodução no fim deste livro.
5. Pedro Calmon, *História da literatura bahiana*, p. 97 e nota 15.
6. Talvez o autor anônimo do ms. quando diz obra quisesse dizer obra literária. Nesse caso teria razão.
7. Alberto Lamego, *Mentiras históricas*, p. 36 e 46, cap. "Os primeiros frutos da imprensa da Bahia".
8. Do *Prospecto* só se sabe da existência do exemplar do historiador Renato Berbert de Castro. O que pertencia a Alberto Lamego está perdido. Do *Plutarco* só se conhecem os da Biblioteca Nacional e o nosso, ambos sem a folha contendo a *Lista dos subscritores*. Da *Oração*, só sei da existência de dois exemplares, o da biblioteca da Bahia e o nosso em perfeito estado, com todas as margens.
9. Em 1808, as *Observações sobre o commercio franco no Brazil* (uma das primeiras obras publicadas pela *Impressão Régia*). Em 1810, as *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberaes principios da nova legislação do Brazil, a Refutação das declamações contra o commercio inglez [...]* Em 1811 as *Observações*

ções sobre a franqueza da industria, e estabelecimento de fabricas no Brazil. É curioso notar que Silva Serva para reeditar as *Observações sobre a prosperidade do Estado*, usou a mesma fonte e o mesmo corpo de tipos da *Impressão Régia* do Rio. Comprimiu um pouco mais a composição de maneira a poupar espaço e economizar papel. Em vez de 95 páginas de texto, conseguiu 81 páginas. Aproveitou a última para anunciar os *Livros que se imprimirão na mesma typographia e vendem na loja da gazeta em Santa Barbara*. São seis obras que custavam de 200 réis (as *Manobras das peças [...]* de campanha) a mil réis e o (*Tratado de commercio*). As *Observações sobre a franqueza da industria* custavam 640 réis, as *Orações*, do padre Macedo, 200 réis, assim como o *Verdadeiro methodo*. O artifício de se anunciarem livros nas últimas páginas de uma obra em vez de deixá-las em branco era um meio de se fazer publicidade barata e muito usual na Europa. Paulo Martin filho usou-o no Rio nos livros que mandou imprimir na *Impressão Régia*.

10. Desse almanaque só se conhece um único exemplar na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. É um livrinho de 364 páginas de formato in-12. Em 1973 o Conselho Estadual de Cultura da Secretaria da Educação e Cultura da Bahia teve a excelente idéia de reimprimir em edição fac-similar esse precioso documento com um prefácio de Renato Berbert de Castro. Infelizmente os clichês para reprodução são tão ruins que há páginas quase ilegíveis. Mais ainda, a infeliz idéia de reproduzir o almanaque em grande formato transformou o elegante livrinho de Silva Serva num livrão, de tamanho trambolho.
11. Renato Berbert de Castro, *op. cit.*, p. 104, acha que essa obra, a primeira publicada na Bahia sobre medicina, é a primeira parte de um *Tratado de anatomia* em quatro partes, de autoria do Dr. Soares de Castro.
12. *Observações fisiologicas sobre a vida e a morte*, de Bichat, trad. do Dr. Paiva.* Uma tradução dessa obra feita pelo Dr. Joaquim da Rocha Mazarem tinha sido publicada pela *Impressão Régia* do Rio de Janeiro. *Observações sobre affecções catarraes em geral e particularmente sobre as que são conhecidas com o nome de defluxo do cérebro e defluxo do peito [...]* por P.I.G. Cabanis [...] trad. e anotadas por J. Lino [...] (1816); *Prospecto de hum systema simplicissimo de medicina [...]* pelo dr. Belchior Aádo Weikard [...] trad. [...] e ampliado com outras annotações por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, em 2 v.; *Manual de medicina e cirurgia pratica*, do mesmo Weikard, trad. e ampliado pelo Dr. Paiva; *Memorias physiologicas, e praticas sobre o aneurisma, e a ligadura das arterias*, por J.P. Maunoir, trad. de José Soares de Castro (1815).
13. Plantin, o grande impressor de Antuérpia, obtinha grandes lucros com o privilégio de vender missais para as colônias espanholas.
14. Já vimos que as obras de Virgílio, traduzidas por Lima Leitão, apareceram em três volumes, na *Impressão Régia*.

* No catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal consta Manuel José Estrela como tradutor da terceira edição desta obra, editada por Silva Serva em 1816. (N.E.)

A fundação da Biblioteca Pública da Bahia

A fundação de uma biblioteca pública em Salvador é, como vimos, uma manifestação da ideologia da Ilustração. A iniciativa não parte do governador, o conde dos Arcos, mas de um rico *Aufklärer*, senhor de engenho, Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco! O interessante é que ele concebeu a biblioteca como uma instituição para promover a instrução do povo. Seria formada pela cooperação de todos os cidadãos que desejassem dela fazer parte. A administração seria exercida pela sociedade e os fundos necessários proviriam dos sócios. Castelo Branco nada pedia ao governo senão a indispensável aprovação do seu plano.

A Biblioteca Pública da Bahia é a primeira que com esse caráter se fundou no Brasil, pois as dos conventos não eram públicas e a Biblioteca Real do Rio de Janeiro já existia em Lisboa e tinha sido somente transferida de sede. O ato de fundar uma biblioteca por iniciativa dos cidadãos, sem ajuda do governo, infelizmente não frutificou. As que se criaram posteriormente, isso só se deu depois da Independência, foram quase todas elas iniciativas dos governos provinciais. Será preciso esperar até o Segundo Reinado para que surjam bibliotecas públicas autônomas, de iniciativa particular, como os gabinetes de leitura tão freqüentes nas cidades fluminenses e paulistas da zona cafeeira.

Castelo Branco redigiu um projeto para concretizar sua idéia de fundar uma biblioteca pública. Chamou-o de *Plano para o estabelecimento de uma biblioteca publica na cidade de S. Salvador Bahia de todos os santos, offerecido à aprovação do illustrissimo e excellentissimo senhor conde dos Arcos, governador, e capitão general desta capitania*.

Nesse documento exalta o ato do príncipe regente, datado de 5 de fevereiro de 1811, permitindo o funcionamento de uma tipografia na Bahia. Diz ele:

é por meio das luzes e da verdade que a virtude se firma e que os direitos dos príncipes adquirem por bases a bênção do céu, o amor dos povos e o respeito da posteridade. E que meio mais eficaz para a difusão das luzes que a imortal invenção da imprensa cujo uso acaba de ser-nos concedido! Contudo, para que ele nos seja útil, no atual estado deste país, são indispensáveis e muito urgentes outras providências. Padece o Brasil, e particularmente esta capital, a mais absoluta falta de meios para entrarmos em relação de idéias com os escritores da Europa, e para se nos patentearem os tesouros do saber, espalhados nas suas obras, sem as quais nem se poderão conservar as idéias adquiridas, e muito menos promovê-las a benefício da sociedade.

Castelo Branco passa em seguida a expor como pretende resolver essa situação. Propõe o levantamento, por subscrição, de um fundo em dinheiro para ser empregado no "mandar vir de Londres e de quaisquer outros países [...] os periódicos de melhor reputação literária e de mais ampla instrução". Os periódicos seriam remetidos a qualquer um dos censores da tipografia² que os abrissem e, comunicados ao governo, seriam entregues à biblioteca. Ali ficariam durante três dias à disposição dos assinantes. Decorrido esse prazo poderiam ser emprestados por vinte e quatro horas (mediante recibo) a quem os pedisse. Depois seriam

recolhidos em uma estante fechada e não se darão mais a ler senão aos assinantes e na mesma casa quando por estes forem pedidos [...] O excedente das subscrições, depois de deduzidas as despesas necessárias à conservação deste estabelecimento, será aplicado à compra de livros e mapas que também serão conservados debaixo da mesma guarda e condições dos periódicos até a abundância e os fundos da sociedade sejam tais que se possa constituir em biblioteca pública para a qual se formarão estatutos.

De três em três meses haveria uma reunião dos subscritores, presidida pelo censor, para a escolha dos livros que se deveriam mandar vir da Europa. Nessa seção poder-se-ia "lembrar, tratar e decidir tudo o mais que for concernente ao estabelecimento, sua conservação e aumento". Por maioria de votos seriam eleitos anualmente o secretário e o tesoureiro. Um regimento trataria da "economia e conservação" do estabelecimento assim como das obrigações dos subscritores e empregados.

Diz Castelo Branco:

a subscrição será de doze mil-réis de entrada e dez anualmente; tão pequena quantia que é muito menor que a que pagam os assinantes de qualquer gazeta da Europa³ e por meio dela só adquirirão os subscritores a glória de haverem

concorrido para um estabelecimento de utilidade universal mas também o de terem acesso à leitura de todos os bons periódicos e dos livros que existem nele.

A idéia de Castelo Branco era portanto começar com subscritores de um plano coletivo de assinatura de revistas e, com as sobras financeiras, adquirir livros para formar uma biblioteca. Mas, logo em seguida, propõe

para que destes elementos se possa formar com mais brevidade uma biblioteca ampla e capaz de preencher os fins de uma geral instrução, serão convidados os subscritores a entrarem para este estabelecimento com suas livrarias particulares ou com aquelas obras que podem dispensar do seu uso ordinário, os quais serão ou por doação, de que se lhe dará uma clareza, e far-se-ão os assentos necessários. A doação ou empréstimo far-se-á pública por meio da imprensa e uma cópia dela será remetida ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor general desta capitania com o nome do que a houver feito como um benfeitor de público, amigo da pátria e zeloso dos verdadeiros interesses do soberano.

Em seguida aventa medidas para a escolha do local da biblioteca e recrutamento dos funcionários:

Tomar-se-á uma casa suficiente, para os fins propostos, a qual deve ser dentro da cidade, em sítio agradável, bem arejado, e não muito próximo aos lugares mais freqüentados. Esta casa será ordenada com a possível decência, e sempre de modo que se possa estar nela com asseio e satisfação. Na sala principal haverá uma grande mesa com assentos ao redor sobre a qual estarão as gazetas mais recentes, papel e tudo mais necessário para escrita. Os oficiais da casa, por agora, serão unicamente um bibliotecário, um moço servente, um porteiro e um moço empregado em a trazer sempre no maior asseio. Criar-se-ão depois os mais oficiais que os subscritores julgarem necessários. O bibliotecário deverá ser um sujeito de muito boa conduta que saiba bem ler, escrever e contar, sendo muito para desejar-se que tenha conhecimento das línguas, principalmente latina, francesa e inglesa. Os moços serventes deverão também saber ler, escrever e contar. O porteiro terá as mesmas qualidades.

Castelo Branco termina com a seguinte declaração:

O autor deste plano oferece desde já em dom perpétuo todos os seus livros e cinquenta mil-réis para o fundo do estabelecimento.

Datou o *Plano* da "Bahia 26 de Abril de 1811".

O *Plano* foi submetido à aprovação do governador. Por carta de 30 de abril, o conde dos Arcos aprovou-o e, elogiando a iniciativa de seu autor, deu-lhe "a direção de todos os objetos, trabalhos inter-mediários até a perfeição daquele estabelecimento". O príncipe regente, informado da iniciativa, mandou louvar Castelo Branco.

Logo que foi autorizada a fundação da biblioteca, o *Plano* começou a obter assinaturas entre parentes e amigos. Para facilitar o trabalho, pediu licença para mandar imprimi-lo. O conde dos Arcos despa-chou: "Pode imprimir-se. Bahia, 8 de maio de 1811." O *Plano* foi impresso na tipografia de Silva Serva em quatro páginas in-fólio. Numa folha à parte vinha a lista das pessoas que haviam subscrito até aquela data.⁴

A iniciativa de Castelo Branco teve sucesso. Contou com a doação dos livros de seu primo Alexandre Gomes Ferrão e com a biblioteca de Francisco Agostinho Gomes, além de numerosos subscritores.

Em poucos dias se achou aquele estabelecimento com fundo de 3:261\$000 réis em dinheiro e 3 000 volumes entre os quais se compreendiam 80 de escolhidos autores pertencentes ao conde dos Arcos conquanto pelo tempo adiante os tornasse a haver a si em consequência de ter sido meramente a sua prestação um meio de adquirir a doação de outros de pessoas particulares.⁵

Reunirem-se mais de três contos de réis em pouco tempo, embora fosse quantia avultada para a época, não é tanto de admirar numa cidade rica como Salvador. O admirável é terem sido obtidos três mil volumes em doações. Prova que havia na Bahia mais livros em mãos de particulares do que se pode imaginar. O fato de o conde dos Arcos emprestar seus oitenta volumes como chamariz, parece ter dado resultado.

Pensou-se em inaugurar a biblioteca no dia do aniversário do príncipe regente, na sala da antiga livraria dos jesuítas, no Terreiro de Jesus, mas isso não foi possível tal o "estado de ruínas" em que se encontrava. Resolveu-se então utilizar a sala do dossel do palácio do governador para, na cerimônia habitual de 13 de maio, comemorar juntamente a fundação da tipografia, o aparecimento da gazeta *Idade d'Ouro* e a biblioteca. Compareceram à cerimônia, como de costume nesse dia de solenidade, o mundo oficial e a sociedade. Faltaram propositalmente os desembargadores em sinal de protesto por terem tido os militares precedência sobre eles num cortejo realizado no mês anterior. Essa ausência foi comunicada ao Rio. O príncipe regente mandou "estranhar asperamente" os desembargadores.⁶

O discurso foi pronunciado pelo padre Inácio José de Macedo que o mandou logo imprimir com o título de *Oração gratulatoria ao príncipe regente nosso senhor, recitada a 13 de maio na sala principal do palacio [...]* Esse discurso revela o entusiasmo de todos pela introdução

da imprensa na Bahia e pela fundação da biblioteca: “nesta época a filosofia reinou”. Termina o orador com estas palavras:

Contemplemos estas graças como precursoras d’outras maiores, talvez como ensaios de uma universidade brasílica, fundação indispensável para o esplendor do Estado sem a qual as ciências não podem ter progresso nem um princípio seguro [...]⁷

A biblioteca só foi inaugurada no antigo colégio dos Jesuítas em 4 de agosto de 1811. Castelo Branco fez o discurso.⁸ Funcionava diariamente, de manhã e à tarde, salvo às quartas-feiras. Seu diretor era Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, assessorado, para a administração das subscrições, por José Avelino Barbosa. O secretário era o padre Francisco Agostinho Gomes, ao que parece o maior doador. O tesoureiro era Manuel José de Melo e o bibliotecário, Lúcio José de Matos. Um servente era encarregado da limpeza dos livros, o outro da cobrança das subscrições. Um porteiro completava o pessoal.⁹

Logo depois de inaugurada, em 16 de agosto de 1811 aparecia no jornal a *Idade d’Ouro do Brazil* o seguinte anúncio:

Todas as pessoas que por patriotismo quiserem subscrever para a livraria pública desta cidade o poderão fazer na casa da mesma livraria no livro para esse fim destinado. Quem quiser vender livros novos ou em bom estado, fale ao bibliotecário da mesma livraria no colégio desta cidade.

Parece que toda essa publicidade não deu grandes resultados pois em fins de 1812 as subscrições não passavam de 276\$800 mil-réis conforme diz o número de 17 de novembro desse ano da *Idade d’Ouro*.¹⁰ Mas o conde dos Arcos não deixou perecer a biblioteca que ajudara a fundar: obteve do governo do príncipe regente autorização para lançar três loterias em benefício da livraria pública. A primeira em julho de 1815, a segunda em junho de 1816 e a terceira, provavelmente em 1817. Seiscentos bilhetes foram enviados às autoridades acompanhados de um ofício apelando para que se fizesse logo a distribuição e se recolhesse o produto das vendas aos cofres da Fazenda. Para Sergipe foram cem bilhetes, para o capitão-mor de São Francisco, quarenta, e um número menor para outros lugares.

Luís Joaquim dos Santos Marrocos, um dos bibliotecários a serviço da coroa no Rio de Janeiro, sugeriu a D. João VI que doasse à biblioteca da Bahia as duplicatas da Real Biblioteca. Diz ele em carta de 11 de julho de 1818:

Veio a verificar-se o meu projeto lembrado a princípio; pois a S. Majestade ordenou que dos livros dobrados da sua R. Biblioteca se fizesse fornecimento de um exemplar de cada obra para a Biblioteca Pública da Bahia, combinando-se estes com os do catálogo que dali veio, de sorte que não viessem a duplicar-se, porém consistindo a remessa dos que ali não houvesse. Já para lá foram 20 caixotes, que somente compreendem o ramo de teologia; e vai-se continuando.

Em carta posterior, de 8 de setembro do mesmo ano, informa que seguiram mais 37 caixas. Essa doação aumentou o acervo da biblioteca. Enquanto durou o governo do conde dos Arcos, a instituição contou com seu apoio e com sua subscrição de 64 mil réis anuais — e não de 10 mil, que eram de praxe para os sócios. Em 1814 faleceu Castelo Branco. O padre Francisco Agostinho Gomes substituiu-o na direção.

Sobre o estado da biblioteca em 1817 temos o testemunho de Tollenare que a visitou:

Un établissement très remarquable à Bahia est celui d’une bibliothèque publique. Il est dû à l’active administration de M^r le comte dos Arcos. Ce n’est encore qu’une faible collection d’environ 4 000 volumes, mais tous les ouvrages sont assez bien choisis. On n’y voit point de ces effrayants colosses d’in-folios théologiques et mystiques qui forment les plus imposants soutiens des bibliothèques de couvent. Il est bien flatteur pour un Français de vérifier que 3 000 volumes au moins son écrits dans sa langue. On y trouve presque tous nos bons classiques depuis le siècle de Louis XIV jusqu’à ce jour. Une somme de [...] [em branco no ms.] est consacrée chaque année à l’accroissement de la collection, et le produit de quelques loteries. Je reprocherais aux directeurs d’en avoir perdu quelques parcelles dans l’achat de mauvais ouvrages de pacotille, romans et écrivasseries de circonstance.

Parece-me exagerada a crítica de Tollenare. Na realidade são muito poucos os livros desse gênero. Só identifiquei três romances: *Lettres d’une péruvienne*, de madame de Graffigny, que depois de grande sucesso no século XVIII ainda era muito lido na Europa nessa época. Uma tradução portuguesa foi publicada pela Imprensa Régia do Rio em 1812. Os dois outros, sim, são romances sem valor como tantos que se publicavam para atender a uma nova clientela feminina que surgira. Apareciam geralmente sem o nome do autor. Um deles, Stanley, ou les deux frères, é em francês, o outro em português: Irma, ou as desgraças de huma jovem. Obras de ‘escrevinhadores de circunstância’ encontrei algumas entre elas a *Bonapartiana, ou recueil des réponses, actions et faits mémorables de Bonaparte*, de um tal d’Aval,

provavelmente pseudônimo. Talvez Tollenare julgasse sem valor uma série de memórias, de personagens esquecidos, tais como as do mar-quês de Langallerie, de Guy Joli e outras que figuram na coleção de memórias, bastante extensa, da biblioteca. Tollenare fala de 'obras ruins'. O critério é subjetivo e naturalmente discutível.

Ferdinand Denis, residente em Salvador na mesma época, freqüentava a biblioteca e levava livros por empréstimo. Em cartas à família menciona algumas.¹¹ Notando que a biblioteca não possuía obras em nenhuma língua oriental teve a idéia de copiar umas sentenças ou aforismos publicados nos *Éléments de la langue turque* que ele possuía. Escreveu cada frase numa página, um amigo francês ornou-as com vinhetas 'dans le genre arabe' e assim formou um manuscrito turco que ofereceu à biblioteca.

Em 1818 o conde dos Arcos deixou o governo da Bahia. Acióli informa-nos que, a partir dessa época, a biblioteca "ficou entregue ao abandono".¹² Em torno de 1835, quando apareceu o primeiro volume de suas *Memórias históricas*, a livraria pública continha "apenas 1 185 volumes em português, 4 273 franceses, 580 ingleses, 1 395 latinos e 388 italianos e espanhóis". O acervo montava portanto a 7 821 volumes.

É possível avaliarmos de uma maneira bastante satisfatória o conteúdo da biblioteca da Bahia em torno de 1818 graças a dois documentos que existem na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ambos provenientes do acervo da Biblioteca Real. Esses documentos tornaram-se conhecidos do público graças à publicação do *Catálogo da Exposição de Historia do Brazil*, em 1881.¹³ Ali aparece sob n.º 12721 a seguinte obra: *Catálogo dos livros, que se achão na livraria pública da cidade da Bahia, em maio de 1818*, com a nota: "é um índice remissivo. Cod. VII. (4-9), 48 ff. in 18x11. Original. Imprimiu-se. Vide o n.º que se segue." O número seguinte indica: "*Catálogo dos livros que se achão na Bibliotheca Publica da cidade da Bahia*. S.l.n.d. (Bahia, Typ. de M.A. da Silva Serva, 1818, in-8.º de 54 pp." Segue o comentário do redator: "Foi o primeiro catálogo de livros de biblioteca que se imprimiu no Brasil. O original vai descrito no n.º precedente".

Temos ali mencionadas duas obras: a primeira manuscrita, a segunda impressa. O redator anota que a segunda nada mais é que a impressão da primeira. Para essa publicação sem lugar de impressão, nome de impressor e sem data, ele indica que foi impressa na

Bahia, por Silva Serva em 1818. Dados esses que ele deduziu do título do manuscrito e pelo fato de supor que, tratando-se de um catálogo dos livros da biblioteca da Bahia, deveria ter sido impresso nessa cidade na única tipografia ali existente na época. Ora, as deduções do redator do catálogo da exposição estão erradas. O catálogo impresso não é reprodução do manuscrito. Este arrola 1 233 obras, o impresso, 737 somente. Portanto, o catálogo em letra de forma foi publicado antes de se fazer o catálogo manuscrito em maio de 1818, como consta de seu título. É aliás, muito mais bem feito, descreve melhor as obras, não resume tanto os títulos dos livros, cita, quase sempre, os autores.

Nesse caso em que data terá sido impresso o catálogo? O fato de o exemplar da Biblioteca Nacional, o único que se conhece, não ter página de rosto, torna difícil senão impossível responder, a menos que algum pesquisador descubra nos arquivos algum documento inédito e esclarecedor ou um exemplar completo. Para nosso propósito neste estudo, o fato pouco importa já que o catálogo impresso é superado pelo manuscrito. Esse sim é importante para se poder avaliar o acervo da Biblioteca Pública da Bahia antes da Independência. Já foi dito aqui que é muito bem redigido para a época. No fim há uma *Nota* importante:

Esta relação é unicam^o dos volumes completos da biblioteca, que montam no N.º de 5 361
Os truncados montam a 426
5 787

Além dos sobred^{os} volumes há pouco chegou de Havre-de-Grâce um grande caixote de livros, que ainda se acham por ora em poder do administrador o padre Francisco Agostinho, e por isso não vão incluídos neste catálogo.

A nota é importante não somente por nos dar o número de volumes¹⁴ mas também por noticiar que a biblioteca recebia livros importados diretamente da França.

Ocorre-me perguntar se o catálogo manuscrito datado de maio de 1818, que se encontra no acervo da antiga Biblioteca Real da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, não seria o mesmo que veio da Bahia e serviu para doação de duplicatas de que trata Joaquim dos Santos Marrocos na sua carta de 11 de julho do mesmo ano já acima citada. Ou ainda, se esse catálogo manuscrito teria sido feito depois da doação? As suposições poderiam servir de hipótese de trabalho.

O catálogo mereceria estudo mais aprofundado que não cabe aqui.¹⁵

Pela leitura e exame do catálogo podemos ter idéia dos livros que estavam à disposição dos baianos no fim do governo do conde dos Arcos. Diversas observações podem ser feitas antes da análise do acervo: a modernidade da coleção chama logo a atenção; impressiona o avultado número de obras de autoria dos 'filósofos' ilustrados. A ausência, quase completa, de livros que combatem suas teorias também é significativa; o grande número de livros franceses e ingleses é coisa inusitada,¹⁶ assim como a variedade dos assuntos; o número de livros proibidos em Portugal ou que figuram no *Index* é grande; trata-se, enfim, de biblioteca que não sofreu censura.

Seria fastidioso enumerar todas as principais obras de valor que figuram no catálogo, mas, para dar uma idéia, vejamos quais as mais importantes nos diferentes assuntos.

Em matemática e astronomia ressaltam os nomes célebres de Lalande, Laplace,¹⁷ La Caille e de Carnot¹⁸ sem esquecer uma obra representativa do pensamento científico português e da influência de Descartes, a *Logica racional*, de Manuel de Azevedo Fortes, Lisboa, 1744. Além de livros desses autores célebres, a biblioteca continha muitos compêndios de matemática do gênero 'elementos' e 'cursos'.

Entre as diversas obras de navegação e construção naval nota-se a *Construção e analyse de proposições geométricas [...] que servem de fundamento a architectura naval*, de George Atwood, na tradução de Antônio Pires da Silva Pontes, o companheiro de Lacerda e Almeida na demarcação das fronteiras do Brasil, e arbitrário governador da capitania do Espírito Santo. Em matéria de arquitetura civil e militar havia diversos tratados, entre eles o de Palladio.

São muitas as obras modernas de física, química e mineralogia. Destacam-se as do inglês Kirvan, do célebre Haüy, de Libes, de Fourcroy e o tratado de Ferber na tradução do nosso Martim Francisco de Andrada e Silva.¹⁹ Ali figuram também a *Art des expériences, ou avis aux amateurs de physique sur le choix, la construction et l'usage des instruments [...]* (Paris, 1770, 3 v. e outras edições posteriores). O autor, Jean Mollet, que, por sinal, foi professor de física de Lavoisier, deu cursos públicos que atraíam um grande número de amadores de ciência e pessoas curiosas. O *abbé* Mollet embasbacava os ouvintes com experiências sobre eletricidade estática. Seus instrumentos

(garrafas de Leyden, discos de ebonite, bolas de marfim, máquinas pneumáticas, etc.) ainda podem ser vistos hoje no Conservatoire des Arts et Métiers, em Paris.

A botânica não está mal representada entre as diversas obras gerais e algumas específicas. O *Systema naturae*, de Lineu, ali figura no original (o catálogo não indica a edição) e na tradução portuguesa, aumentada e ilustrada, do benemérito Manuel Joaquim Henriques de Paiva.

É muito grande o número de livros de medicina. Além do velho e apreciado Curvo Semedo e de alguns outros médicos portugueses sem originalidade, figuram na biblioteca obras de autores ingleses famosos como Cullen, Duncan, Bell, etc. A nova medicina francesa está representada pelos nomes ilustres de Bichat, Tissot, Richerand e Pinel. São numerosos os livros sobre moléstias várias de autores modernos.

Causa admiração o número de periódicos científicos que a biblioteca recebia. Tinha o que havia de melhor na França e na Inglaterra. Figuram nele as *Memoirs of the Medical Society*, de Londres. Os quatro volumes da tradução francesa de François de Brémond das *Philosophical Transactions of the Royal Society*, de Londres, e (é caso a ressaltar) as *Transactions of the American Philosophical Society*. Da França recebia os *Annales de Chimie*,²⁰ *Annales du Muséum*, o *Journal de Chimie*, o *Journal de Physique*,²¹ o *Journal des Mines*, e as *Mémoires de l'Institut*. Além desses periódicos especializados encontravam-se *Monthly Review*, o *Political Magazine*, o *London Chronicle*, o *Magazin Encyclopédique*, dirigido por Aubin-Louis Millin, e o *Mercure Britannique*, do publicista genebrino Jacques Mallet du Pan.

É estranho não figurar no catálogo nenhum dos periódicos portugueses publicados na Inglaterra. Não aparece *O Investigador Português em Inglaterra*, nem *O Português ou Mercúrio Político, Commercial e Literário*, nem o *Correio Braziliense*. É sabido que esses periódicos, apesar dos dois últimos terem a circulação proibida em Portugal e no Brasil, eram lidos até no Paço. Sabemos, pelo depoimento de Tollenare, que se encontravam sobre a mesa na sala de leitura. Talvez o redator do catálogo não julgasse necessário mencionar publicações correntes ou tivesse para tanto razão. Não consta também a gazeta da Bahia, a *Idade d'Ouro*, nem tampouco a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Todos sabem o quanto é importante numa biblioteca pública uma

boa coleção de dicionários, enciclopédias e outras obras do gênero chamadas hoje em dia de obras de referência. Esse setor é simplesmente excelente. Há perto de quarenta dicionários diversos. De língua portuguesa lá se acham os três melhores da época, o de Bluteau, o de Viterbo, e a segunda edição do Moraes, de 1813. Entre os franceses destaca-se o *Dictionnaire de l'Académie Française* (quinta edição). Inúmeros são os dicionários bilingües: o português-inglês e o inglês-português, de Vieira, etc. Há uma série de outros bilingües: alemão-francês, italiano-português e um dicionário hebraico-siríaco-caldaico. Os latinos (a começar pelo inevitável calepino) e de latim e outra língua são os melhores da época. Numerosos são os 'dicionários de assunto' ou especializados de história natural (o de Valmont de Bomare, o de Vandelli), de geografia (o de Vosgien e outros) de história (o de Moreri), de botânica, da fábula, de moedas, de comércio (o célebre *Dictionnaire universel de commerce*, de Savary, consultado até hoje), etc.

A coleção de obras de geografia é regular. Os suntuosos atlas de Ortelius e o de Blaeu, além de outros mais modernos, formam razoável coleção cartográfica. Há muita obra de viajantes do século XVIII: Ulloa, Barrow, Staunton, Vaillant, Colnett, La Pérouse e a viagem filosófica por excelência, tão elogiada pelo enciclopedista, que é a de Bougainville. Nota-se a presença de *Supplement au Voyage de Bougainville*, de autoria de Diderot, que tanta celeuma causou entre os *Aufklärer* e seus opositores.

A parte referente à história²² é muito boa. A historiografia portuguesa, como é natural, contém as grandes obras clássicas, tais como a *Monarchia lusytana*, de Bernardo de Brito, a *História genealógica da casa real portugueza*, de Antônio Caetano de Sousa, as *Noticias de Portugal*, de Manuel Severim de Faria, os *Diálogos de varia historia*, de Pedro de Mariz, as *Decadas*, de João de Barros e as de Diogo do Couto, o *Oriente conquistado*, do baiano Francisco de Sousa, a *História de Portugal*, traduzida por Antônio de Moraes Silva, e muitas outras obras menos apreciadas. Os historiadores ingleses clássicos, Robertson, Gibbon, Hume, estão presentes com seus livros principais. Deste último há na biblioteca vários trabalhos filosóficos além de obras completas, estas em tradução francesa.²³

A história dos Estados Unidos, além de vários livros sobre dife-

rentes aspectos desse país, está representada pela vida de George Washington, de Ramsay, e uma *The history of the rise, progress, and establishment of the independence of the United States of America*, de Gordon. As de outros países ou civilizações (China, Japão, Pérsia, Índia, etc.) são abrangidas por vários volumes, correntes na época. Da história do Brasil, trataremos adiante.

A literatura latina está muito bem representada, o que não é de admirar, tratando-se de uma biblioteca formada no século XVIII, quando o latim era a segunda língua de todo homem culto.

A literatura francesa clássica é tão boa que chamou a atenção de Tollenare. Os grandes autores estão presentes em 'obras completas', inclusive Rabelais, pouco apreciado então, e Montaigne, pouco lido na época.

A literatura inglesa tem pouco relevo. O *Paradise lost* (em inglês e em duas traduções francesas), uns poemas de Mickle (o tradutor de *Os lusíadas*), as obras de Sterne, Ossian, o *Hudibras*, de Samuel Butler, e um volume de 'British poetry', é tudo quanto se pode mencionar a respeito.

As literaturas alemã e italiana brilham pela ausência. A espanhola só está representada por diversas obras de Feijoo, o que não deixa de ser significativo.

A literatura portuguesa mal comparece. Os grandes clássicos são poucos: *Menina e moça*, de Bernardim Ribeiro, as poesias de Sá de Miranda, a *Comedia eufrosina*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, e *Os lusíadas*. É pena que o catálogo não indique as edições, principalmente as das duas últimas. A antologia barroca, a *Fenis renascida*, e a *Colecção de poesias dos melhores authores portugueses* (Lisboa, 1801-1811, 3 v.) representam duas fases da poesia portuguesa. Há um volume intitulado *Theatro portuguez*, deve ser o *Theatro comico portuguez* (Lisboa, 1787-1792, 4 v.) que contém nos três primeiros volumes as 'óperas' de Antônio José da Silva. Os outros volumes que a biblioteca possui incluem composições de árcades: As *Odes pindáricas*, de Antônio Diniz da Cruz e Silva (Elpino Nonacriense), que formam os volumes cinco e seis de suas *Obras completas* (Lisboa, 1811-1817, 6 v.); as poesias de Paulino Cabral de Vasconcelos (Lisboa, 1786-1787, 2 v.); as *Obras poéticas*, de Nicolau Tolentino de Almeida (Lisboa, 1801, 2 v.) e as 'obras poéticas' de Antônio Lourenço Caminha. Do

grande poeta da época, Bocage, há um volume de 'rimas' (?) e a tradução dos *Jardins ou a arte de aformosear as paisagens*, de Delille, publicada na tipografia do Arco do Cego, em 1800. O catálogo indica umas 'rimas' e um poema heróico, de Tomás Antônio. Trata-se, provavelmente, de poesias e do poema *Brasiliada, ou Portugal imune* (Lisboa, 1815) do poeta cego Tomás Antônio dos Santos e Silva. Um volume indicado pelo título somente, *Parafrase dos proverbios de Salomão*, não pode deixar de ser a obra de José Elói Otôni que a mandou imprimir em 1815 na Bahia. O *Caramuru*, de José de Santa Rita Durão, completa a lista dos melhores livros de literatura portuguesa.

É estranho notar o número diminuto de livros impressos no Rio de Janeiro e na Bahia. Da nossa Impressão Régia noto apenas as *Prelações philosophicas*, de Silvestre Pinheiro Ferreira, cujos últimos fascículos foram publicados em 1816; a tradução das *Georgicas*, de Virgílio, feita por Antônio José de Lima Leitão, e, do mesmo tradutor, a *Iphigênia*, de Racine. Além desses, talvez haja um ou outro livro que não identifiquei. Da tipografia de Silva Serva da Bahia só se encontra a *Parafrase dos proverbios de Salomão*, de José Elói Otôni. Por que essa falta de livros impressos no Brasil?

Não são poucas as obras de religião. A patrística é excelente. A coleção de sermões contém quase exclusivamente (salvo os de Antônio Vieira) os grandes oradores sacros franceses: Bossuet, Massillon e Malebranche. É interessante notar a presença da *Histoire ecclésiastique*, do abbé anglicano Fleury, que teve influência considerável nos 'estrangeirados', os filósofos portugueses da Ilustração, sobretudo em Ribeiro Sanches nas suas *Cartas sobre a educação da mocidade*. O *Discurso* que precede a *Histoire* foi traduzido para o português pelo catarinense Luís Carlos Muniz Barreto com outros discursos de Fleury (Lisboa, 1773).

De filosofia encontram-se obras de Aristóteles, santo Tomás de Aquino, Descartes, Genovesi e um ou outro pensador menos conhecido hoje. O resto, o maior número de volumes, é todo referente aos filósofos da Ilustração como veremos adiante.

A parte referente a direito e legislação é muito boa principalmente no tocante a obras representativas da nova filosofia, tais como *La scienza della legislazione*, de Filangieri, *Les loix civiles dans leur ordre naturel*, de Jean Domat, *De jure naturae*, de Pufendorf, o *Droit public*

de l'Europe, de Mably, as *Constitutions des principaux états de l'Europe*, e uma *Constitution de l'Angleterre*, comentada. É digna de nota a presença do *Code Napoléon*, do *Code de commerce* e do *Code pénal*, marcando bem a influência francesa. Os *Princípios de direito mercantil*, de José da Silva Lisboa, de tão grande e duradouro sucesso, ali figuram ao lado de uma coleção de legislação portuguesa. O *Corpus juris civilis*, o *De jure belli ac pacis*, de Grotius, e escritos de alguns outros juristas portugueses e estrangeiros completam a coleção.

A economia política compõe-se de obras modernas: a *Wealth of nations*, de Adam Smith, pode encabeçar a lista pela sua presença em inglês, em francês e em português, na tradução de Bento da Silva Lisboa, publicada no Rio em 1811. As *Institutions politiques*, de Bielfeld, *An essay on the principle of population*, de Malthus, diversos escritos avulsos, as obras completas de Necker, e diversos outros livros sobre finanças, em inglês e francês, formam coleção bem razoável para a época e inesperada numa biblioteca brasileira.

É sempre interessante notar em coleções antigas a existência de livros sobre o Brasil. A brasileira não é nada má, contém vários livros já raros na época. A jóia da coleção é, a meu ver, a *Arte da grammatica*, do padre José de Anchieta, impressa em Coimbra em 1595. Já era tão rara naquela época que Robert Southey não conseguiu consultá-la quando publicou o primeiro volume de sua *History of Brazil* em 1810. Pediu no prefácio que, se alguém tivesse um exemplar, lho emprestasse. "O conde dos Arcos, sabendo que eu gostaria de ter um exemplar da *Grammatica*, de Anchieta, mandou-me um exemplar da Biblioteca Pública da Bahia, onde havia duplicata [...]" conta o historiador. O livro, com nota do próprio punho de Southey narrando o fato, encontra-se hoje no British Museum. O conde emprestou-lhe o *Valeroso Lucideno*. Southey devolveu-o depois de consultá-lo. "É esta talvez a única vez em que um livro foi emprestado através do Atlântico, — da Bahia a Keswick! Devolvi-o pelo mesmo canal pelo qual me veio às mãos [...]"²⁴ narra o historiador. O catálogo da biblioteca da Bahia menciona a presença do exemplar restante da *Grammatica*, de Anchieta, e do *Valeroso Lucideno*. Além desses dois livros raros acha-se ali o livro de Duarte de Albuquerque Coelho, as *Memorias diarias de la guerra del Brasil*, suprimido pelo governo espanhol logo após sua publicação em 1654, e, portanto, raro. As

outras obras valiosas que o catálogo menciona são a *Chronica da Companhia de Jesu do estado do Brasil*, de Simão de Vasconcelos, a *Novoa Lusitania*, de Brito Freire, a *Rerum per octennium in Brasilia*, de Gaspar Barleus, o *Catrioto lusitano*, de Rafael de Jesus, o *Compendio da doutrina christã na lingua portugueza, & brasilica*, de Betendorf, a *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam kiriri*, do padre Mamiani, a *Relação panegyrica*, de João Borges de Barros, e os dois primeiros volumes da *History of Brazil*, de Robert Southey. O terceiro e último volume só apareceria em 1819. A *Histoire du Brésil*, de Beauchamp, publicada em 1815, já se encontra na biblioteca, assim como as *Memorias para a historia da capitania de S. Vicente*, de frei Gaspar da Madre de Deus. O catálogo não indica qual a edição do poema de Rodrigues de Melo, *De rebus rusticis Brasilicis carminum*. Talvez fosse a de 1798, feita por José Mariano da Conceição Veloso, e não a de Roma, 1781.

A literatura brasileira, ou melhor, os livros de literatura escritos por brasileiros são poucos na biblioteca. Já mencionamos o *Caramuru*, de Santa Rita Durão, e a *Parafrase dos proverbios de Salomão*, de José Elói Otôni. Falta acrescentar as *Reflexões sobre a vaidade dos homens* e os *Problemas de architettura*, de Matias Aires, a tradução de Bocage do poema latino ao príncipe regente D. João, de autoria do baiano José Francisco Cardoso (Lisboa, Arco do Cego, 1800), e tradução do poema de Voltaire, a *Henriada*, feita pelo mineiro, médico do hospital militar de Vila Rica, Tomás de Aquino Belo e Freitas, impressa no Porto em 1789 e reimpressa no Rio em 1812. Nada mais encontrei mencionado no catálogo. Em compensação são muitas as obras dos 'filósofos' ilustrados brasileiros: João Manso Pereira,²⁵ Hipólito da Costa,²⁶ José Feliciano Fernandes Pinheiro,²⁷ José de Sá Betencourt,²⁸ Manuel Jacinto Nogueira da Gama,²⁹ Vicente Coelho de Seabra da Silva Teles,³⁰ Luís Antônio de Oliveira Mendes,³¹ e José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, o famoso *Ensaio economico sobre o comercio de Portugal e suas colonias*. Quase todos esses brasileiros (salvo o bispo Azeredo Coutinho) fizeram parte do grupo que rodeava frei Veloso no Arco do Cego, como vimos. É, aliás, muito grande o número de obras publicadas nessa tipografia que se encontram na Biblioteca Pública da Bahia. Aí se acham o *Fazendeiro do Brazil* e toda a série de manuais tão representativos da Ilustração brasileira e da influência dos fisiocratas franceses a começar pelo *Cours d'agriculture* (Paris

1781-1793, 9 v.), do célebre *abbé* François Rozier, verdadeira enciclopédia rural de tanto sucesso. Maior ainda é o número de obras dos filósofos ilustrados europeus, principalmente franceses. Seria enorme, se a fizéssemos, a lista dos livros que espalhavam "as abomináveis doutrinas francesas". Pouco menor é a relação dos livros proibidos pela censura portuguesa ou pelo *Index*.³² A lista poderia começar com a *Encyclopédie*, de Diderot e d'Alembert,³³ e a *Encyclopédie méthodique*, editada por Pankoucke (na época em curso de publicação). Continuaria com vários livros (em alguns casos 'obras completas') de Montesquieu, Condillac, Condorcet, Mably, Raynal, Buffon,³⁴ Jean-Jacques Rousseau e de Voltaire. Não seria, portanto, exagero dizer que a Biblioteca Pública da Bahia era 'enciclopedista'.

Esse acervo é uma prova que o governo português não temia tanto a 'difusão das luzes' na colônia, senão o conde dos Arcos a teria expurgado antes de abri-la ao público. Os livros tinham sido doados por particulares, principalmente pelo padre Francisco Agostinho Gomes, cuja livraria, na opinião de viajantes ingleses, conforme vimos, era notável. Essa coleção formou-se em fins do século XVIII, numa época quando, em Portugal, Pina Manique confiscava 'obras francesas', especialmente as de 'Vultére' como diz um documento da época.

Provam tais fatos como as determinações da censura não eram cumpridas, ou eram ignoradas, no Brasil. Os volumes da biblioteca da Bahia são em grande parte franceses e ingleses, o que prova que não havia, nessa época, dificuldade para a importação de livros. Tanto assim que recebia diretamente da França "um grande caixote de livros".

[NOTAS]

1. Pedro Gomes Ferrão Castelbranco, como assinou o *Plano para o estabelecimento de huma biblioteca publica na cidade de S. Salvador* [...], era filho de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco e neto do coronel Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco. Filho de família rica, casou-se com Maria Rita Vasques da Cunha, filha natural de José Vasques da Cunha. Seu pai renunciou em seu favor à mercê do hábito de Cristo com tença de 60\$000. Em 1795, por morte de Salvador Pires de Carvalho Albuquerque, foi nomeado mestre-de-campo do Terço Auxiliar da Bahia. Foi vereador da comarca, cargo que exerceu — atesta-o Antônio de Moraes Silva — "com muito zelo e pontuali-

- dade". Em 1789 recebeu uma sesmaria que ia desde o rio dos Cariris até o lugar chamado Mutum "pela parte sul", em atenção aos seus serviços pessoais e aos de seus ascendentes. Foi irmão da Misericórdia desde 1778. Em 1807 esteve na Europa. Faleceu em 1814. Pedro Calmon, *Historia da literatura bahiana*, 1949, p. 99. Sobre a importância da família Ferrão Castelbranco vide: Stuart B. Schwartz, *Sovereignty and society in colonial Brazil*, 1973, p. 349-352.
2. Por carta de 23 de abril de 1811, o conde dos Arcos nomeara censores José Francisco Cardoso e o próprio Castelo Branco.
 3. Note-se que essa observação revela como, na Bahia, muita gente assinava gazetas européias.
 4. Os dois únicos exemplares existentes hoje em dia do *Plano*, o da Biblioteca Nacional e o de minha coleção particular, não trazem a folha anexa contendo a lista dos subscritores.*
 5. Inácio Acióli de Cerqueira e Silva, *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*, 1835, v. 1, p. 310.
 6. O fato é narrado por Inácio Acióli de Cerqueira e Silva, *op. cit.*, v. 1, p. 310 e nota 105.
 7. A criação de uma universidade na Bahia tinha sido requerida em 29 de setembro de 1809 apoiada por uma subscrição popular e pelo Senado da Comarca. A insinuação do padre Macedo talvez pretendesse apressar um despacho favorável que jamais veio.
 8. Foi publicado no *Investigador Portuguez em Inglaterra*, v. 3, p. 62-66, 1812.
 9. "A livraria pública estabelecida no colégio dos extintos jesuítas. Este útil estabelecimento foi lembrado pelo erudito Pedro Gomes Ferrão, que lhe traçou as primeiras linhas do plano de criação. O qual, tendo sido benignamente acolhido e poderosa e eficazmente auxiliado pela sabedoria de S. Excelência o senhor conde general, mereceu também a augusta e graciosa aprovação de S.A.R., diretores e administradores das subscrições voluntárias que se destinam para fundo da biblioteca pública. Pedro Gomes Ferrão. Ao Maciel N. 8. José Avelino Barbosa. Rua dos Capitães N. 52. São eleitos anualmente a pluralidade de votos dos subscritores. — *Secretário*: o Padre Francisco Agostinho Gomes. Beco das Moroas N. 8 — *Tesoureiro*: Manuel José de Melo. Rua de Baixo n. 18 — *Bibliotecário*: Lúcio José de Matos. Rua da Faísca n. 3 — *Porteiro*: Domingos José Soares. Rua do Portão n. 20 — *Serventes*: Antônio José de Assunção. Encarregado de cobrar as subscrições. As Grades de Ferro n. 17. Francisco Manuel Gonçalves. Encarregado da limpeza dos livros. Ladeira da Praça n. 22. A livraria está aberta ao público em todos os dias de manhã, e de tarde, exceto nas quartas-feiras." *Almanach para a cidade da Bahia*

* No mesmo ano de lançamento do *Plano*, Hipólito José da Costa transcreveu-o no *Correio Braziliense*, Londres, v. 7, n. 39, p. 219-223, ago. 1811. Fac-símile do texto integral do exemplar da Biblioteca Nacional encontra-se em Edson Nery da Fonseca, *Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil*, *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 107-110, mar. 1957. [N.E.]

- Anno de 1812*, p. 235-237. Ferdinand Denis, então na Bahia, freqüentador da biblioteca, refere-se a Lúcio José de Matos, como "homem instruído apesar de filho da terra". Andava empenhado em "reunir os vários idiomas das nações africanas". Suas pesquisas sobre as línguas faladas pelos escravos africanos não passaram, provavelmente, de vocabulários que não foram publicados. 'Seu Lúcio' tinha idéias 'patrióticas', foi acusado de cumplicidade com os revolucionários de Pernambuco em 1817 e de pregar pasquim às portas do presidente e do escrivão da comissão de inquérito. *Lettres familières de F. Denis*, publicadas e anotadas por Léon Bourdon in *Brasília* v. 10, p. 72-73, 80-81, 1958, e referidas nas anotações às *Notes dominicales*, de L.F. Tollenare, v. 3, p. 746-747.
10. Valemo-nos, nestes pormenores, das pesquisas feitas pelo professor Léon Bourdon, para suas eruditas anotações às *Notes dominicales* [...] de L.F. Tollenare, 1973, p. 744-746.
 11. A correspondência de Ferdinand Denis foi publicada e anotada pelo professor Léon Bourdon que identificou as seguintes obras: *Decade philosophique, Dictionnaire des moers* (de Jean François Bastide, Paris, 1773) e uma obra de Valmont de Bomare que, segundo sugere, seriam as *Mémoires instructives d'histoire naturelle*. As duas primeiras obras figuram no catálogo de 1818, a última dele não consta. Parece-me, portanto, que se trata da obra mencionada no catálogo como "*Dictionnaire d'histoire naturelle* por Mr. Valmont Bomare". Vide: Léon Bourdon, *Lettres familières et fragments du journal intime de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819)*, *Brasília*, v. 10, p. 210-211, p. 230, p. 270.
 12. Inácio Acióli de Cerqueira e Silva, *op. cit.*, v. 1, p. 310, nota 106.
 13. *Catálogo da Exposição de Historia do Brazil realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*, 1881, 2 v. Separata dos *Anais da Bibliotheca Nacional*.
 14. O número de obras, 1 233, que citamos há pouco, foi extraído do catálogo. A média de quatro volumes e poucos por obra é elevada. Explica-se, porém, pelo grande número de 'obras completas' existentes.
 15. Uma pesquisa nos arquivos da Bahia e da Nacional, principalmente nos documentos que contêm a correspondência dos governadores, poderia dar resultados interessantes sobre a doação de duplicatas da Biblioteca Real à livraria de Salvador.
 16. Tollenare, na citação acima, notou o número de livros franceses e a ausência "de ces effrayants colosses d'in-folios théologiques et mystiques qui forment les plus imposants soutiens des bibliothèques de couvent". A Biblioteca Pública da Bahia nada tem de livraria de convento. Os caixotes de livros somente de teologia, que receberia do Rio de Janeiro, iriam, provavelmente, mudar sua feição ou apenas dotá-la dos "pavorosos e colossais in-fólios teológicos e místicos".
 17. Do famoso astrônomo a biblioteca tinha as obras principais: *Système du monde, Traité de mécanique terrestre* e a *Théorie des probabilités*.
 18. Do criador da geometria moderna e celebre revolucionário, a biblioteca pos-

- suía, em tradução de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependi, as *Reflexões sobre a methaphysica do calculo infinitesimal*, Lisboa, 1798. A obra de Carnot fora publicada em Paris no ano anterior.
19. *Tratado do mineralogico* [...] Lisboa, 1799, em 2 volumes.
 20. Os *Annales de Chimie*, secretariados por Adet, foram fundados com o fito de combater as teorias flogísticas e a velha química. Lavoisier fazia parte da direção. Apareceram em 1789 e foram interrompidos em 1793, quando Lavoisier foi preso e guilhotinado. Reapareceram em 1797 com o título de *Annales de Chimie et de Physique* e representaram no século XIX o mais geralmente acreditado jornal científico francês.
 21. O título verdadeiro é *Observations sur la physique, sur l'histoire naturelle et sur les arts*. Começou a ser publicado em 1771, sob a direção do famoso agrônomo abbé Rozier até 1779. Passou, então, a ser dirigido por Mongez e mais tarde por La Métherie. Em 1794 passa a se chamar *Journal de Physique, de Chimie, d'Histoire Naturelle et des Arts*.
 22. A historiografia foi muito bem estudada por Maria Beatriz Nizza da Silva em: *A livreria pública da Bahia em 1818: obras de história*. *Revista de História*, 1971.
 23. As obras filosóficas de Hume eram proibidas pela censura. A história da América e de Carlos V, de Robertson, e a *História da decadência e queda do império romano*, de Gibbon, também tinham sido proibidas.
 24. Joaquim de Sousa Leão na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, v. 17, p. 75-76.
 25. *Copia de uma carta sobre a nitreira artificial* [...] na villa de Santos [...] 1800.
 26. *Descrição da arvore assucareira* [...] 1800.
 27. *Cultura americana que contém huma relação do terreno, clima, produção e agricultura das colonias britanicas no norte da America* [...] 1799, 2 v., e *Historia* [...] da America, 1800.
 28. *Memoria sobre a plantação dos algodões* [...] Lisboa, 1798.
 29. *Memoria sobre o loureiro cinnamomo* [...] Lisboa, 1797.
 30. *Memoria sobre os prejuizos causados pelas sepulturas dos cadaveres nos templos* [...] Lisboa, 1800.
 31. *Memoria analitico-demonstrativa da maquina de dilatação* [...] Lisboa, 1792, e *A verdade ultrajada, e triunfante*. Lisboa, 1801.
 32. O *Index librorum prohibitorum* (sem a data da publicação) figura na biblioteca.
 33. De d'Alembert a biblioteca possuía várias obras, inclusive os *Éléments de musique*.
 34. De Buffon havia uma edição "avec les planches colorées" além de outra comentada por Le Comte.

A tipografia nas capitanias

a) Pernambuco

Em fins do século XVIII e princípios do século XIX a capitania de Pernambuco não era menos 'ilustrada' e penetrada das idéias enciclopedistas do que a Bahia. Uma rica elite de senhores de engenho e um grande número de comerciantes exportadores mantinham relações seguidas com a Europa. O número de estudantes pernambucanos que se formaram em Coimbra de 1700 a 1810 é de cerca de 180. Mas nem todos estudavam em Portugal; alguns formavam-se em Montpellier, como Manuel de Arruda Câmara, que ali se doutorou em medicina em 1791 com uma tese sobre o oxigênio na economia animal.¹ De volta a Pernambuco criou o Areópago de Itambé para 'difundir as luzes'. Fundaram-se na capitania outras sociedades, como a Academia do Paraíso, a de Suassuna e a Oficina de Igarauçu, todas elas mais ou menos secretas e ligadas à maçonaria. Essas sociedades de filósofos ilustrados formam o que Antônio Cândido chamou de "complexo de Itambé".² São manifestações de idéias liberais e revolucionárias que, pregando os 'princípios franceses' e a extinção do colonialismo, levaram à conspiração dos suassunas e à Revolução de 1817.³

O seminário da Graça, fundado por Azeredo Coutinho, provido de boa biblioteca, já dava seus frutos como provam a manifestação da Academia Pernambucana e a dos alunos do seminário olindense, publicando em 1808 composições em prosa e em verso em homenagem ao seu fundador. É uma verdadeira antologia de poetas e escritores que viviam em Pernambuco nessa época.⁴

Vimos, quando tratamos das bibliotecas particulares, que os filósofos ilustrados ligados às academias do 'complexo de Itambé' e outros pernambucanos ilustres tinham livros, como não podia deixar de acontecer numa capitania onde, no princípio do século XIX, houve tanta agitação de idéias avançadas. Se pouco sabemos, contudo, sobre os livros que possuíam os intelectuais dessa época, estamos bem-

informados sobre a introdução da imprensa em Pernambuco, graças aos estudos de Pereira da Costa e de Alfredo de Carvalho.⁵

Foi o exemplo de Silva Serva, fundando uma tipografia em Salvador, que levou o comerciante do Recife, Ricardo Fernandes Castanho, a importar da Inglaterra, em 1815, uma oficina tipográfica. Para poder fazê-la funcionar pediu licença ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Este encaminhou o requerimento, com parecer favorável, ao ministro marquês de Aguiar lembrando que se poderia executar em Pernambuco "o mesmo plano e licença, revisão e censura que se acha estabelecido na Bahia". A licença foi dada em 9 de novembro de 1816, mas a tipografia não pôde trabalhar porque o proprietário, ao contrário de Silva Serva, não tinha contratado na Europa os tipógrafos necessários. A oficina ficou depositada nos armazéns do comerciante até estourar a revolução de 1817. Nessa ocasião, o francês L.F. Tollenare, residente em Recife, lembrou ao padre João Ribeiro Pessoa, "a cuja iniciativa esclarecida foram devidas todas as providências de ordem cultural que assinalaram a revolução pernambucana", a conveniência da publicação de uma gazeta que doutrinasse o povo que nada compreendia dos intuitos da mudança de regime político.⁶ Aceita a idéia, resolveu-se fazer funcionar a tipografia. Tollenare afirma que improvisaram-se tipógrafos "dois frades, um inglês e um marinheiro francês", mas o historiador recifense Antônio Joaquim de Melo diz:

Quem montou essa tipografia [...], depois de 6 de maio de 1817, foi o inglês James Pinches, que por alguns dias a administrou, e sucedeu-lhe Joaquim Bernardo Fróis, natural de Pernambuco, assim como o eram todos os outros paisanos trabalhadores ou compositores.⁷

O fato é que, com engenho e arte de estrangeiros ou de pernambucanos, a tipografia funcionou e lançou em 10 de março de 1817⁸ um manifesto com o título de: *Preciso⁹ dos sucessos, que tiverão lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriozíssima revolução operada felizmente na praça do Recife, aos seis do corrente mez de março, em que o generoso esforço de nossos bravos PATRIOTAS exterminou daquella parte do Brazil o monstro infernal da tirania real.* O manifesto termina com as palavras: "VIVA A PATRIA. Vivao [sic] os PATRIOTAS, e acabe para sempre a tirania real." A autoria do *Preciso* é atribuída a Antônio Carlos de Andrada e Silva.¹⁰ Parece que não se encontrou papel de imprensa, pois o manifesto foi impresso numa folha de papel selado de 10 réis com as armas re-

ais. O tipógrafo, porém, inverteu a folha de maneira que as armas do reino saíssem propositalmente de cabeça para baixo. Ao *Preciso* seguiram-se outros manifestos tais como: *Denodados patriotas bahianos, Habitantes do Ceará, Povo brioso* e outros ainda.¹¹ São atribuídos, sem muita certeza, a Antônio Carlos, ao padre João Ribeiro Pessoa e ao padre Miguelinho.

A tipografia chamou-se, a princípio, Oficina Tipográfica da 2.^a Restauração de Pernambuco, mas o padre João Ribeiro mandou o seguinte bilhete a James Pinches: "Patriota Pinches, tende a bondade de pôr no fim de nossos papéis: Na Oficina Tipográfica da República de Pernambuco, segunda vez restaurada."¹² Assim foi feito.

A tipografia durou pouco. Abafada a revolução, o governo do Rio de Janeiro notificou ao novo governador de Pernambuco, Luís do Rego Barreto, que "tomando em consideração o infame abuso que se fez da oficina tipográfica" cassasse a licença concedida e remetesse seus apetrechos para a Impressão Régia da corte. Tudo foi depositado nos armazéns do Trem, o arsenal de guerra. Somente em março de 1819 remeteu-se para o Rio uma parte da oficina. Ficou, porém, no Recife uma boa quantidade de tipos. De resto, os acontecimentos políticos precipitavam-se. Em 1820 a revolução do Porto regulou a liberdade de imprensa. O governador Luís do Rego procurando ajustar-se aos novos princípios constitucionais achou útil dispor de uma tipografia. Mandou construir nas oficinas do Trem um prelo de madeira¹³ e, com os caracteres tipográficos remanescentes da tipografia dos revolucionários de 1817, passou a imprimir proclamações e atos do seu governo. Em 27 de março de 1821 tem início a publicação do jornal *A Aurora Pernambucana*, o primeiro que houve na província. Seu redator era o secretário do governo, Rodrigo da Fonseca Magalhães. Era semanal e durou trinta semanas até 10 de setembro. Trazia a indicação de ter sido impresso na "Oficina do Trem de Pernambuco". Sua orientação, exposta no primeiro número, visava instruir o público de tudo quanto se fizesse a favor da causa del rei e da Nação "predispondo os povos do Brasil a abraçarem as novas instituições que a augusta Assembléia Nacional está formando em Lisboa para estabelecer-se a nova liberdade política e assegurando sobre os inabaláveis fundamentos os direitos da Majestade e os direitos da Nação [...]" Depois da queda de Luís do Rego Barreto, já sob a presidência de

Gervásio Pires Ferreira, saíram dessa tipografia, agora denominada Oficina do Trem Nacional de Pernambuco, diversas proclamações, manifestos e os primeiros números dos jornais *Segarrega* (1821-1823) e *Relator Verdadeiro* (1821-1822). Depois da Independência, a oficina do Trem passou a chamar-se Tipografia Nacional. O governo comprou na Inglaterra um prelo 'água' e novos apetrechos para melhorar a tipografia mas acabou vendendo-a a uma sociedade formada por Manuel Clemente do Rego Cavalcanti (que trouxera de Portugal, pouco antes, uma tipografia), pelo inglês James Pinches (que ajudara a montar a tipografia dos revolucionários em 1817), e por Filipe Mena Calado da Fonseca. O novo estabelecimento, bem montado, com três prelos, funcionou sob a razão social de Tipografia de Cavalcanti e Companhia.¹⁵

Até 1822 parece que não se publicaram em Pernambuco senão pequenos jornais políticos, manifestos, proclamações e papéis avulsos. Só em 1823 é que aparecem os primeiros livros, ou melhor, folhetos. Alfredo de Carvalho assegura que as primeiras brochuras publicadas foram a *Memoria hydrographica sobre a represa do rio Beberibe*, de Conrado Jacob Niemeyer, e a *Dissertação sobre o que se deve entender por patria e cidadão*, de frei Caneca.¹⁶ Ambas apareceram em 1823. No ano seguinte apareceu o *Almanack da villa de Santo Antonio do Recife para o ano de 1824*.

A publicação regular de livros, pelas diversas tipografias que se seguiram à de Cavalcanti, só veio bem mais tarde, por volta de 1830, passadas as agitações políticas que abalaram Pernambuco até depois da revolução de 1824.

Creio que se poderia datar de 1836 o início da edição regular de livros em Pernambuco. Nesse ano o padre latinista Inácio Francisco dos Santos fundou a Tipografia de Santos & Cia. De tal oficina, que durou decênios, saíram muitos livros de valor e reedições cuidadosas de obras antigas em português e em latim. São todas muito bem impressas, algumas com elegância e bom gosto notáveis. Na era de 1836 mui raras são as tipografias brasileiras cujas impressões sejam comparáveis às do padre Santos em beleza tipográfica. Haja vista as seguintes, tomadas ao acaso: A *Lyra anacreontica*, por José Agostinho de Macedo (1836), a *Constituição politica do Imperio* (1836), o *Código do processo criminal de primeira instância* (1836), *Compendio de poetica [...] para uso das escholae de rhetorica* (1838), *A lyra erotica por A.R.S.* (Antônio Ribeiro Saraiva) (1839), e *Lourencinho drama [...] por Alexandre Dumas*

[...] (1839). As duas últimas obras, de capas com cercaduras tipográficas, são impressões primorosas.

Não existe, infelizmente, uma bibliografia pernambucana. Alfredo de Carvalho e outros historiadores publicaram listas dos jornais impressos na província, mas ninguém tentou, ainda, arrolar os folhetos e livros saídos das primeiras oficinas pernambucanas. É tarefa difícil pois as bibliotecas desse estado conservaram muito pouca coisa, a Biblioteca Nacional do Rio é pobre dessas publicações e raros são os bibliófilos que colecionam as primeiras impressões feitas nas diferentes cidades do Brasil. Mas uma bibliografia pernambucana, mesmo incompleta, seria da maior utilidade e benemérito o seu autor.

b) Pará

A separação do Brasil de Portugal não surgiu, é bom lembrar, de um ato unânime e simultâneo em todas as partes da colônia. Foi, ao contrário, um processo lento, às vezes imposto pelas armas imperiais. Esse processo começa em 1820 com a agitação de idéias liberais provocadas pela revolução constitucionalista do Porto. As lutas políticas que se seguiram foram os fatores responsáveis pela fundação de tipografias nas diferentes capitanias. Importava-se um prelo para imprimir um jornal a fim de defender uma ideologia ou um partido. A imprensa era uma arma eficaz a serviço da política.

Nas províncias do Norte do país, onde a luta foi mais acirrada, os prelos imprimiam, quase exclusivamente, gazetas e papéis políticos. Somente depois da Independência é que essas tipografias começam a publicar trabalhos alheios à política.

A imprensa no Pará apareceu em 1820 graças à habilidade de um jovem amalucado, exaltado patriota, João Francisco Madureira.¹⁷ Era amanuense da Contadoria da Fazenda. Nasceu em 1797 e faleceu em Luanda onde foi a negócios em 1834. Entusiasmado com a revolução do Porto resolveu criar uma tipografia em Belém. Construiu um prelo e fundiu tipos.¹⁸ Passou a imprimir gratuitamente avulsos e papéis políticos. Empolgado pelos acontecimentos políticos embarcou para Lisboa, fez um discurso inflamado nas Cortes e tentou obter, sem resultado, um prelo para levar ao Pará a fim de combater o absolutismo. Ali publicou um folheto demagógico e biográfico: *O despotismo mascarado*. Voltou ao Brasil em 1823 com o nome alongado para João

Francisco Madureira Pará. Empenhado nas lutas políticas e na obtenção de dinheiro para realizar suas invenções malucas¹⁹ não tratou mais de imprensa.

A rigor, mal se pode considerar o prelo artesanal de Madureira Pará, que só imprimiu avulsos. Pouco durou esta primeira tipografia paraense. A imprensa só veio mais tarde, em 1822, em plena agitação política e como consequência das lutas que devastaram a província até sua adesão à Independência, graças à intervenção militar de Grenfell, lugar-tenente de *lord* Cochrane, a 15 de agosto de 1823.

A iniciativa coube a Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente²⁰ e seus compatriotas Domingos Simões da Cunha e José Batista da Silva, que indo a Lisboa como representantes da junta do Pará para manifestar às Cortes sua adesão, resolveram comprar uma tipografia para, em Belém, publicar um jornal. Contrataram um tipógrafo, Daniel Garção de Melo, e embarcaram de volta. Nessa ocasião chegaram ao Pará o francês Luís José Lazier, refugiado bonapartista, e o espanhol republicano João Antônio Álvares, ambos com conhecimentos de tipografia. Em 1.º de abril de 1822 apareceu o jornal *O Paraense*²¹ sob a direção de Patroni. A orientação do jornal era de crítica violenta ao governo e a favor da Independência. Simões da Cunha, discordando dessa orientação, resolveu vender sua parte na empresa e recebê-la em caracteres tipográficos. Convenceu Daniel Garção de Melo a abandonar a tipografia.²² O jornal, entretanto, continuou, graças à habilidade do professor primário Antônio Dias Ferreira Portugal. Patroni foi preso, seus companheiros de redação fugiram. A junta tomou conta da tipografia e ali publicou um jornal, *O Luso-Paraense*, sob sua orientação.

A proclamação da Independência no Pará em 1823 não fez com que cessassem as lutas partidárias. A tipografia, a serviço de quem estava momentaneamente no poder, imprimia papéis políticos. Nesses conturbados anos foi tudo o que fez.

c) Maranhão

A tipografia foi introduzida no Maranhão²³ pelo governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, entusiasta da revolução do Porto. Em 10 de novembro de 1821 apareceu o primeiro número do jornal *O Conciliador Maranhense*, redigido pelo oficial da secretaria do governo Antônio Marques da Costa Soares. Durou, com o título en-

curtado para *O Conciliador* até 16 de julho de 1823. Era dirigido por uma junta sob a presidência do desembargador José Leandro da Silva e Sousa. O tipógrafo era Francisco José Nunes Corte Real; o impressor, munido de um ajudante, chamava-se Francisco Antônio da Silva.

Todo o material fora comprado na Inglaterra. O prelo era de ferro, modelo 'águia', na época o mais aperfeiçoado que se conhecia. A coleção de caracteres era modesta; sem enfeites, mas com simples filetes. Cometeu-se um erro grave na encomenda: não pedir as letras e sinais usados em português o cê-cedilha e o til, inexistentes na língua inglesa. A falta de letras com til obrigou o compositor a usar de subterfúgios, como o sinal breve ou um pequeno *s* em cima da letra. O cê-cedilha, existindo somente em corpo 6, foi usado em composições de corpo maior.²⁴ Essas falhas, remediadas às vezes com subterfúgios imprevisíveis, prejudicam as produções da primeira tipografia maranhense, intitulada *Imprensa Nacional*.

No primeiro ano de funcionamento, imprimiu bem ou mal, além da gazeta e dos papéis administrativos, diversos folhetos quase todos sobre política. Qual seria cronologicamente o primeiro? Parece não haver dúvida que foi um folheto de dez páginas impresso em papel fino intitulado: *Memoria breve sobre a necessidade da abertura do furo, e utilidade que della pode resultar à provincia do Maranhão. Collegida e combinada pelo cidadão da mesma M.R.C.F.* Nesse mesmo ano de 1822 saíram, num folheto de 29 páginas, as *Obras poéticas de J.P. da S. dedicadas a seus illustres compatriotas, e verdadeiros amigos da glória da pátria*. No prólogo, o autor, João Pereira da Silva, diz que "se não fora o patriotismo de que me sinto (qual vós outros) inflamar, lhes daria eterno consumo na cavidade da minha gaveta". Esses versos inflamados de patriotismo do 'Bocage maranhense' são os primeiros que se imprimiram na Atenas brasileira, hoje somente brasileira. Em 1822 o coronel Isidoro Rodrigues Pereira publicou as *Advertencias interessantes á provincia do Maranhão*, um folheto de sete páginas onde expõe os pontos importantes que os deputados às Cortes deviam pleitear para a província. Datada de 20 de maio de 1822 aparece a *Carta do Epaminondas americano*, e com a data de 13 de agosto do mesmo ano o *Manifesto do Epaminondas americano*, e *O manifesto da comissão particular da administração e interesse publico creada na cidade de S. Luiz do Maranhão [...]*, um interessantíssimo relatório datado de 13 de

julho de 1822, publicado num folheto de formato in-4.º de 39 páginas.

Muitos outros folhetos foram impressos na Imprensa Nacional. É lamentável que não se tenha ainda estabelecido a bibliografia dessa imprensa. Não é portanto possível, atualmente, julgar da produção da primeira tipografia maranhense. Parece-me, entretanto, que foi bem ativa e imprimiu mais folhetos sobre assuntos variados do que as de Pernambuco, Pará e Minas. Essas brochuras não primam pela perfeição tipográfica por causa das falhas da coleção de tipos como assinalai, mas muitos senões foram corrigidos a partir de 1823, quando aparecem outras tipografias em São Luís.

A tipografia maranhense só chegará a produzir obras apresentáveis e perto da perfeição em meados do século XIX, graças às iniciativas de tipógrafos como José Maria Correa de Frias e o célebre Belarmino de Matos que seus conterrâneos consideravam o primeiro tipógrafo do Império e apelidaram de Plantino maranhense, esquecendo-se dos Paula Brito, dos Leuzinger, e dos Laemmert do Rio de Janeiro. Não há dúvida, entretanto, que nesse tempo São Luís do Maranhão era o centro editorial mais ativo do Norte do Brasil.

d) Minas Gerais

Em Minas Gerais a imprensa²⁵ apareceu em 1821 em Vila Rica, atualmente Ouro Preto, graças à habilidade de duas pessoas leigas em assunto de tipografia: o chapeleiro e sirigueiro português Manuel José Barbosa Pimenta e Sal²⁶ e o padre José Joaquim Viegas de Menezes de quem já tratamos como gravador.

Manuel José Barbosa possuía um dicionário das ciências e artes²⁷ em francês, mas, como não soubesse esse idioma, valeu-se dos conhecimentos do padre Viegas para traduzir-lhe o que se referia à tipografia. Juntos conseguiram construir um prelo de madeira e fundir tipos. Em fins de 1821, estava pronta a oficina. Em 20 de abril do ano seguinte o governo do Rio de Janeiro comunicava ao de Minas Gerais "ter concedido a Manuel José Barbosa a permissão, que pediu, de ter em Vila Rica uma tipografia cujos utensílios são todos feitos por oficiais dessa mesma vila".

Parece que a oficina de Barbosa funcionava precariamente. Não se sabe o que imprimiu nesses primeiros anos de funcionamento. Em 1824, porém, já publicava o primeiro jornal que houve em Minas

Gerais, a *Abelha de Itacolomy*. A firma que o editava, era denominada Oficina Patrícia de Barbosa & Comp^o.

Em fevereiro de 1822 funcionava em Vila Rica uma pequena tipografia que o governo mandara vir do Rio de Janeiro, mas parte dos seus tipos tinham sido fundidos ali mesmo pelo habilidoso José Vicente Ferreira. Para essa imprensa oficial o seu administrador, Luís Maria da Silva Pinto, traçou um plano e respectivo orçamento que, parece, não foi seguido, talvez por causa da avultada despesa. Sabemos que imprimia papéis para a administração e publicou a proclamação aos mineiros feita por D. Pedro quando ali esteve nas vésperas da Independência: *Falla que S.A.R. o príncipe regente do Brazil fez ao povo e tropas da provincia de Minas Geraes no dia 9 de abril de 1822, quando chegou à capital della*.

Nos anos que se seguiram à Independência, a imprensa espalhou-se pelas principais cidades de Minas Gerais: São João del Rei (1827), Diamantina (1828), Mariana (1830), etc.

A tipografia apareceu nas outras províncias somente depois da Independência. A publicação de periódicos políticos é o verdadeiro motivo que levou a imprensa às províncias. De 1822 à Regência apareceram nas capitais um sem-número de jornais e panfletos políticos.

Embora em algumas províncias como Bahia, Pernambuco e Maranhão, apareçam em meados do século algumas tipografias editando livros, nunca chegavam a igualar, nem de longe, as da capital do Império. O Rio de Janeiro manteve até hoje a primazia editorial do Brasil.

[NOTAS]

1. Vide minha *Bibliografia brasileira do período colonial*, p. 78.
2. Antônio Cândido, *Formação da literatura brasileira*, v. 1, p. 232.
3. Sobre o Aerópago de Itambé vide Carlos Rizzini, *op. cit.*, p. 285. "Ação das sociedades secretas" em *História geral da civilização brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, v. 2, p. 191-206, e no mesmo volume: "A agitação republicana no Nordeste", p. 207-227. Vide também F.A. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, v. 7, p. 99, 141 e seguintes.
4. *A gratidão parnambucana* [sic] *ao seu benfeitor* [...] D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho [...] O. D. e C. os socios da Academia Parnambucana e os alunos do Seminario Olindense. Lisboa, 1808. 107 p.
5. F.A. Pereira da Costa, Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco, *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, n. 39, p. 25-54; Alfredo de Carvalho, *Annaes da imprensa periodica pernambucana de 1821-1908*, 1908. É principalmente neste último trabalho que está baseada este nosso capítulo. Por tal razão dispensamos citá-lo constantemente.

6. Alfredo de Carvalho, *op. cit.*, p. 32; L.F. de Tollenare, *Notes dominicales*, p. 592.
7. Antônio Joaquim de Melo, *Biographia de José da Natividade Saldanha*, p. 132.
8. Alfredo de Carvalho diz: "O primeiro fruto da nova imprensa [...] apareceu em 28 de março de 1817." Entretanto, noto que o *Preciso* termina com a seguinte frase: "E tal é o nosso estado político e civil até hoje 10 de março de 1817".
9. "Preciso dos sucessos", isto é, o essencial dos sucessos, em francês *précis*. O texto completo do *Preciso* foi diversas vezes transcrito, entre eles por F.A. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, vol. 7, p. 387-390.
10. Muitos autores atribuem a autoria do *Preciso* a José Luís de Mendonça; outros, entre eles Sacramento Blake, (v. 1, p. 130) a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. O professor Léon Bourdon, que anotou magistralmente o livro de L.F. Tollenare, *Notes dominicales*, não hesita em atribuir a autoria do manifesto ao irmão de José Bonifácio (p. 581, nota 7). Há, na Biblioteca Nacional do Rio, o original do *Preciso* com as assinaturas autógrafas do padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Manuel Correia de Araújo, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Luís de Paula Cavalcanti e Domingos José Martins (cf. *Catálogo da Exposição de Historia do Brazil*, n.º 6779).
11. F.A. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, v. 7, p. 395, menciona diversos avulsos publicados em 1817.
12. Tollenare, *op. cit.*, p. 596, nota 17 do professor Léon Bourdon.
13. Sobre a Oficina do Trem vide F.A. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, v. 7, p. 117 e 270.
14. Assim chamado porque traziam uma águia como enfeite no topo. Eram de ferro e fabricados na Inglaterra. Prelos 'águia' ainda estavam funcionando pelo interior do Brasil até fins do século XIX.
15. Sobre a tipografia de Cavalcanti e Cia. vide F.A. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, v. 7, p. 271 e seguintes.
16. Essa famosa memória foi republicada no Rio de Janeiro no mesmo ano. *Dissertação sobre o que se deve entender por patria do cidadão e dos deveres de cada cidadão para com a mesma patria, por hum Pernambucano, amante da boa ordem, reimpresso no Rio de Janeiro*. Na Imprensa Nacional, 1823. 40 p.
17. As melhores fontes impressas para a história das origens da imprensa no Pará são, a meu ver: Manuel Cardoso Barata, *Fastos paraenses* (*Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, v. 77, parte 1) e do mesmo autor *Ephemerides paraenses*, na mesma revista, tomo 90; Domingos Antônio Raiol, *Motins politicos ou historia dos principaes acontecimentos politicos da provincia do Pará (1821-1835)*, Belém, 1889, v. 1; Carlos Rizzini, *op. cit.*, p. 325-327) dá um excelente resumo onde narra as maluquices de J.F. Madureira. Sobre esse personagem vide também Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario bibliographico portuguez*, v. 10, p. 261. Suas obras impressas vêm descritas na minha *Bibliographia brasiliana*, Amsterdam, 1958, v. 2, p. 130-131 [na edição de 1983: v. 2, p. 649 (N.E.)].
18. "Concebi o árduo projeto de arranjar uma tipografia, sem haver exercido arte ou ofício algum" [...] (p. 64). "Tendo [...] a satisfação de imprimir alguns papéis gratuitos para o expediente da Secretaria do [...] governo; e

- oferecer para mais de mil impressos aos meus compatriotas que deram-me testemunhos, de estima e amizade, e avaliando as minhas circunstâncias de que tinham cabal conhecimento, e sem se eximirem prestaram-se a concorrência de uma espontânea subscrição, com a qual pude ressarcir o que devia" [...] (p. 66). (João Francisco de Madureira Pará, *O despotismo desmascarado*, Lisboa, 1822.)
19. Obteve do governo do Rio subvenções no total de 230 contos de réis, quantia enorme na época, para fabricar uma "máquina de navegação [...] a despeito da navegação ordinária e da de vapor" capaz de fazer um navio seguir em linha reta a despeito dos ventos contrários. No fim de cinco anos e depois de ter gasto a quantia que mencionamos, cortaram-lhe o crédito. O inventor indignado publicou uma brochura protestando contra "a desconexada convivência nas inexasas tortuosidades com que tem arrastado [J.F.M.P.] sem outras armas que as de seu patriotismo". É o caso de se perguntar quem era mais maluco, se o inventor ou o governo em lhe fornecer créditos durante cinco anos.
20. Sacramento Blake, *Diccionario*, v. 2, p. 347, contém uma biografia bastante boa de Patroni embora na bibliografia faltem alguns livros.
21. A imprenta dessa oficina era 'Pará Na Imprensa Liberal de Daniel Garção de Mello e Companhia'.
22. Daniel Garção de Melo publicou as *Peças interessantes relativas à revolução effectuada no Pará, a fim de se unir à sagrada causa da Regeneração Portuguesa. Publicadas por Daniel Garção de Melo*. Lisboa: Na Imprensa Nacional. Anno de 1821. Com Licença da Comissão de Censura. (15x10; 110 p.). Esse pequeno volume abre com um 'Prólogo do editor' e contém o "Discurso dirigido ao Augusto Congresso da Nação Portuguesa no dia 5 de abril pelo deputado do Pará Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente [...] anotado pelo mesmo Author". Seguem-se diversas peças (manifestos, cartas e ofícios da Junta Provisória) com interessantes notas, provavelmente de Patroni. Como se vê, Daniel Garção de Melo não é senão o editor do volume. Foi publicado antes de sua partida para Belém. Não se sabe ao certo que fim levou Daniel Garção de Melo depois que deixou a tipografia do *Paraense*. Parece-me que foi para São Luís do Maranhão. Em 1825 existia nessa cidade uma "Tipografia Melandiana de D.G. de Melo" que imprimia o jornal *O Censor*, redigido por João Antônio Garcia de Abranches.
23. As principais fontes impressas para a história da imprensa no Maranhão são: César Marques, *História da imprensa no Maranhão*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomos 41 e 42; José Maria Correia de Frias, *Memoria sobre a tipografia maranhense*, 1866; Joaquim Serra, *Sessenta anos de jornalismo*, 1883; Antônio Lopes, *História da imprensa no Maranhão*, 1959.
24. Entre os anos de 1822 e 1830 todos os impressos que examinei têm deficiências tipográficas por falta de caracteres adequados. Em 1830, a tipografia, agora chamada Tipografia Nacional e Imperial, dotada do emblema do Império, conseguiu superar, em parte, alguns senões, mas não todos, como se vê no folheto *O liberal animoso*, de João Crispim Alves de Lima. Os impres-

tos com maiores deficiências são, em geral, os mais antigos. Salvo essas deficiências em caracteres, os primeiros impressos do Maranhão são razoavelmente apresentados em bom papel.

25. O melhor trabalho sobre as origens da tipografia em Minas Gerais ainda é o de J.P. Xavier da Veiga: *A imprensa em Minas Gerais*, 1898.
26. Mais tarde suprimiu de seu nome a Pimenta e o Sal. Passou a assinar-se Manuel José Barbosa.
27. Xavier da Veiga (p. 16) dá o nome da obra em português de maneira que a identificação não pode ser exata. Talvez fosse o *Dictionnaire portatif des arts et métiers*, de Philippe Macquer, em 2 v., publicado em 1766 e reeditado em 4 v. em 1773 por Didot, em 1801, em Lyon. Cremos, entretanto, que seria mais provavelmente um dos volumes da *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert cujo subtítulo é *Dictionnaire universel des arts et des sciences*. Nos volumes de pranchas que completam a *Encyclopédie* as gravuras referentes à tipografia são admiráveis pela exatidão, clareza e detalhes. Com essas gravuras à vista e as explicações do texto, não seria difícil fabricar um prelo e fundir tipos.

Posfácio

O leitor deve ter observado que este livro levanta mais problemas que apresenta soluções. Em outras palavras, sugiro e faço mais perguntas do que dou respostas. Foi mui de indústria que assim procedi pois, meu principal intuito, neste trabalho, foi o de chamar a atenção para os pontos obscuros à espera de investigações esclarecedoras. A falta de documentação, em muitos casos, é devida à falta de pesquisa.

Sabemos da existência de boas bibliotecas em alguns conventos, mas sabemos muito pouco sobre os livros que continham. Existem poucos dados sobre as livrarias dos seminários. Seria importante sabermos quais os livros que continham, para podermos avaliar a formação cultural dos sacerdotes cujo papel foi predominante na vida intelectual e política do país. Existem poucos dados sobre os livros que possuíam os particulares em certas áreas do Brasil. Investigações nos inventários, tão minuciosos naqueles tempos, dariam, certamente, resultados interessantes. Temos listas e catálogos dos primeiros jornais publicados nas diversas capitânias, mas pouco sabemos sobre o conteúdo desses periódicos. Não temos bibliografias das publicações saídas das nossas primeiras tipografias salvo da Imprensa Régia do Rio de Janeiro e da oficina de Silva Serva da Bahia.

Como se vê, há muito que pesquisar sobre a história dos livros e das bibliotecas no Brasil colonial. O pouco que sabemos, porém, já nos permite uma primeira observação: não vivemos sem livros e sem bibliotecas. O Brasil colonial não viveu no obscurantismo. Não tivemos, é verdade, universidades como o México e o Peru, mas tivemos tantos livros e livrarias quanto as colônias espanholas. Aqui como lá, as obras proibidas penetravam pelos mesmos motivos. Tanto no Brasil quanto nas possessões de Espanha, houve leis que não 'pegaram'. As provisões contra obras perigosas não foram respeitadas na América. A censura foi burlada ou por negligência ou por ignorância. A presença de livros proibidos em livrarias como a de Manuel Inácio da Silva Alvarenga não impediu que o governo a comprasse e incorporasse à Biblioteca Real, aberta ao público. Na

Bahia, o conde dos Arcos não expurgou as coleções doadas (repletas de livros e gazetas proibidas) para a formação da biblioteca pública. Não ficamos sem homens com instrução superior. Mais de 2 120 brasileiros formaram-se em Coimbra nos três primeiros séculos, sem contar os que procuraram outras universidades em outros países. Mais de 300 autores, nascidos no Brasil, publicaram mais de 750 obras sobre os mais variados assuntos.¹ Os brasileiros saindo da universidade encontravam emprego com facilidade, pois Portugal não fazia a menor discriminação entre seus filhos nascidos na Europa e os ultramarinos. Já em 1730, o baiano Sebastião da Rocha Pita mencionava patrioticamente os brasileiros que tinham feito carreira em Portugal em altos cargos.² Depois dessa data, outros tantos ilustraram a pátria comum. O historiador brasileiro Oliveira Lima diz que: "o Portugal do século XVIII foi intelectualmente meio brasileiro",³ e o português Oliveira Martins foi mais incisivo afirmando que: "os brasileiros eram na máxima parte os sábios e literatos de então".⁴ Esses homens que ilustraram Portugal fizeram seus primeiros estudos no Brasil. Sem livros na colônia (como afirmam ainda muitos historiadores) como explicar o fato notado acima? Como explicar a vida intelectual e o movimento academicista espalhado pelos principais centros da colônia? O pouco que vimos neste estudo demonstra, repito, que tivemos livros e bibliotecas. As novas pesquisas que vierem a ser feitas confirmarão, com certeza, esse fato.

Não creio, porém, que a presença de "livros perigosos, impregnados das abomináveis idéias francesas" nas livrarias coloniais explique totalmente os movimentos revolucionários e a divulgação de idéias libertárias entre nós. Parece-me que a propagação da ideologia da Revolução Francesa espalhou-se mais pelas conversas que pela leitura das obras de Montesquieu, Rousseau, Voltaire, etc. A propósito, convém lembrar, como já notou alguém, que Sócrates, cuja filosofia mudou o rumo do pensamento ocidental, não escreveu uma só linha. Ensinava conversando. O número de comunistas nos países democráticos atualmente ficaria bem reduzido se fosse limitado aos que leram Marx. Quem leu Marx? Os autos e denúncias das várias inconfidências do século XVIII fazem ressaltar o papel da conversa naqueles tempos. Ouvi Paulo Prado contar que Capistrano

de Abreu, falando da Inconfidência Mineira, dissera: "Tudo não passou de conversa". É bom lembrar que a 'comunicação verbal', como hoje se diz, era muito mais intensa nos tempos coloniais que, por exemplo, depois da Independência quando começaram a proliferar os jornais políticos.

Livros, somente livros, não explicam a difusão de idéias revolucionárias, mas explicam muitos outros acontecimentos. Se quisermos estudar a história das idéias, a divulgação das técnicas, toda a evolução cultural brasileira, enfim, é indispensável estudar a história do livro e das bibliotecas.

[NOTAS]

1. Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia brasileira do período colonial*, 1969.
2. Sebastião da Rocha Pita, *História da América portuguesa*, 1730, p. 659.
3. Manuel de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, 1945, v. 1.
4. Oliveira Martins, *O Brasil e as colônias portuguesas*, 1887, p. 105.

Bibliografia

- [ALMANAC histórico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, composto por Antonio Duarte Nunes [...] anno de 1799 [...] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 21, p. 5-217, 1858.]
- ALMANAQUE da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792. *Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 59, p. 187-290, 1937.
- ALMANAQUE da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1794. *Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 59, p. 291-356, 1937.
- ALMEIDA, Eduardo de Castro e. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 50, p. 5-658, 1928.
- AMARAL, Breno Ferraz do. *José Bonifácio*. São Paulo: Martins, 1968. 200 p.
- ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965 [1966]. 760 p.
- ANDRADE, Aires de. *Francisco Manuel da Silva e seu tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1967. 2 v.
- ANDRADE, Gilberto Osório de. *Morão, Rosa e Pimenta, notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*. Recife: Arquivo Estadual, 1956. 565 p.
- AUTO de inventário e avaliação dos livros achados no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro e sequestrados em 1775. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 301, p. 212-259, out./dez. 1973.
- AUTOS de devassa da Inconfidência Mineira. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1936-1938. 7 v. [Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1976-1983. 10 v.]
- BARATA, Manuel de Melo Cardoso. Fastos paraenses. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 77, n. 129, p. 111-129, 1914.
- . Apontamentos para as ephemerides paraenses. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 90, n. 144, p. 5-235, 1921. [Reproduzido em: *Formação histórica do Pará*. [Belém] Universidade Federal do Pará, 1973, p. 21-102.]
- BARRETO, Célia de Barros. Ação das sociedades secretas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *História geral da civilização brasileira*. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, t. II, v. 1, p. 191-206.
- BASTOS, José Timóteo da Silva. *História da censura intelectual em Portugal: ensaio sobre a compreensão do pensamento português*. Coimbra: Impr. da Universidade, 1926. 400 p. [Lisboa: Moraes, 1983. 221 p.]
- BELO, Oliveira. *Imprensa Nacional, officina official, 1808-1908; apontamentos históricos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. 152 p.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. 7 v. [Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1970. 7 v.]
- BORGMEISTER, Tomás. A história da Flora Fluminense de frei Velloso. *Rodriguesia*, v. 9, p. 77-96, 1937.

- BOURDON, Léon. Lettres familières et fragment du journal intime *Mes sottises quotidiennes* de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819). *Brasília, Coimbra*, v. 10, p. 143-286, 1958.
- BOXER, C.R. *A idade de ouro do Brasil; dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Trad. de Nair de Lacerda. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1963. 374 p.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 2.ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, comentada por José Antônio Gonçalves de Melo Neto. Recife: Imprensa Universitária, 1966. 216 p.
- [BRUM, José Zefirino de Meneses. Catalogo dos retratos coligidos por Diogo Barboza Machado. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 16, n. 1, p. 1-57, 1889-1890; v. 16, n. 2, p. 1-119, 1889-1890; v. 18, p. 333-413, 1896; v. 20, p. 3-65, 1898; v. 20, p. 67-122, 1898; v. 21, p. 7-163, 1899; v. 26, p. 1-147, 1904]
- BURNS, E. Bradford. The Enlightenment in two colonial Brazilian libraries. *Journal of the History of Ideas*, p. 430-438, Jun./Sept. 1964.
- CABRAL, Alfredo do Vale. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881. 339 p.
- CALIXTO, Benedito. *A vila de Itanhaém*. Santos: Diario de Santos, 1895.
- CALMON, Pedro. *História da literatura bahiana*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1949. 251 p. (Coleção Documentos Brasileiros, 62)
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira; momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1959. 2 v. [Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v.]
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1939. 379 p. (Brasíliana, 168)
- CARDOZO, Manoel. Azeredo Coutinho e o fermento intelectual de sua época. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S.F. (org.) *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 86-122; comentário de E. Bradford Burns, p. 123-133.
- CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da imprensa periodica pernambucana de 1821-1908*. Recife: Typ. do "Jornal do Recife", 1908. 640 p.
- . Da introdução da imprensa em Pernambuco pelos holandeses. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, v. 11, n. 64, p. 710-716, dez. 1904.
- CASTELO, José Aderaldo. *Manifestações literárias da era colonial, 1500-1808/1836*. São Paulo: Cultrix, 1962. 245 p.
- CASTRO, Renato Berbert de. *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações - Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1811-1819*. Salvador: Departamento da Educação Superior e da Cultura, 1969. 166 p.
- CATALOGO da exposição permanente dos cimelios da Bibliotheca Nacional publicado sob a direção do bibliothecario João de Saldanha da Gama. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1885. 1059 p.
- CATALOGO da exposição de historia do Brazil realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1881. 2 v. + 1 supl. [Brasília: Senado Federal, 1998.]
- COSTA, F.A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966. 10 v. [Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1983-1987. 11 v.]
- . Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. *Revista*

- do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, n. 39, p. 25-54, 1891.
- Estudo historico-retrospectivo sobre as artes em Pernambuco. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, v. 38, n. 54, p. 3-45, 1900.
- COSTA, Hipólito José da. Estabelecimento da imprensa no Brasil. *Correio Brasiliense*, Londres, v. 1, n. 5, p. 393-394, out. 1808.
- COUTO, Domingos do Loreto. Desagravos do Brazil e glorias de Pernambuco. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 24, p. 1-355, 1902 (1.^a parte); v. 25, p. 3-214, 1903 (conclusão).
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da (org.). *A coleção de estampas Le grand théâtre de l'univers*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970-1973. 2 v.
- (org.). *Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego*. Lisboa: *estampas / notícia histórica*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976. 24 p. 50 est.
- DENIS, Ferdinand. Lettres familières. Ver BOURDON, Léon.
- DEVASSA ordenada pelo vice-rei conde de Resende. 1794. *Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 61, p. 239-523, 1939. [AUTOS da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. 342 p.]
- DIAS, Antônio Gonçalves. Exames dos mosteiros e repartições públicas para a coleção dos documentos históricos relativos ao Maranhão. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, v. 16, n. 11, p. 370-384, jul./set. 1853. [*Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 1, n. 2, p. 241-250, jul./dez. 1973.]
- DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco; Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1974. 298 p. (Brasiliana, 344)
- DINIZ, Sílvio Gabriel. Biblioteca setecentista nas Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, v. 6, p. 333-344, 1959.
- Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 47-48, p. 180-198, jan.-jun. 1959.
- DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957. 2 v.
- ELLIS, Myriam. Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 30, p. 387-447, 1957.
- ENSAIO dum quadro estatístico da provincia de S. Paulo [...] São Paulo: Tip. Costa Silveira, 1838. Outra edição: São Paulo, 1923.
- ESTATUTOS da Real Bibliotheca. Mandados ordenar por Sua Magestade. Rio de Janeiro: Na Regia Typographia, 1821. 11 p.
- ESTATUTOS da Sociedade. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, v. 47, p. 1, 87-105, 1884.
- ESTATUTOS do seminario episcopal de N. Senhora da Grasa [sic] da cidade de Olinda de Pernambuco [sic] ordenados por D. Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, XII bispo de Parnambuco [sic] do Conselho de s. Magestade Fidelissima, fundador do mesmo seminario. Lisboa: Na Typografia da Acad. R. das Ciencias, 1798. 109 p.
- ESTATUTOS para os estudos da provincia de N.S. da Conceição do Rio de Janeiro ordenados segundo as disposições dos estatutos da nova universidade [...] Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1776. 36 p.
- EXPOSIÇÃO de livros da biblioteca do Caraça. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960

- FERRÃO, Antonio. A censura literaria durante o governo pombalino. Coimbra: Impr. da Universidade, 1926. 115 p. (Estudos Pombalinos, 1 série, n. 3) Separata do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, v. 17, 1927.
- FERREIRA, Carlos Alberto. As livrarias reais de D. João IV a D. João VI. In: CONGRESSO do mundo português. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, v. 7, p. 587-606, 1940.
- FRIAS, José Maria Correia de. *Memoria sobre a tipografia maranhense*. São Luís: 1866. [São Paulo: Arx, 2001. 66 p.]
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira, 1945. 92 p. [Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 184 p.]
- FURLONG CARDIFF, Guillermo. *Bibliotecas argentinas durante la dominación hispánica*. Buenos Aires: Ed. Huarpes, 1944. 180 p.
- FURTADO, Alcibiades. Manuel Dias de Oliveira, o Romano. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 18, p. 445-451, 1896.
- GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Diogo Barbosa Machado. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 1, p. 1-43, p. 248-265, 1876-1877; v. 2, n. 1, p. 128-191, 1876-1877; v. 3, p. 162-181; p. 279-311, 1877-1878; v. 8, p. 221-431, 1880-1881.
- GUERRA, Francisco. *Bibliografia medica brasileira, periodo colonial 1808-1821*. New Haven: Yale University School of Medicine, Dept. of the History of Medicine, 1958. 54 p.
- HORCH, Rosemarie Erika. Brasileira da coleção Barbosa Machado. *Anais da Bibliotheca Nacional*, v. 83, p. 1-220, 1963.
- *Catálogo de incunáveis da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956. 377 p.
- *Catálogo dos folhetos da coleção Barbosa Machado*. *Anais da Bibliotheca Nacional*, v. 92, n. 1-8, 1972 [1974-1988].
- *Sermões impressos dos autos da fé*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. 115 p.
- *Vilancicos da coleção Barbosa Machado*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. 192 p.
- A INCONFIDÊNCIA da Bahia em 1798. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 43-44, p. 83-225, 1920-1921; v. 45, p. 2-421, 1922-1923.
- KEITH, Henry H.; EDWARDS, S.F. (org.) *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 351 p.
- LAMEGO, Alberto. *Mentiras históricas*. Rio de Janeiro: Record [1935?] 175 p.
- LEAL, José Francisco. *Instituições ou elementos de farmacia, extrahidos dos de Bauné, e reduzidas a novo método [...] e publicadas por Manoel Joaquim Henriques de Paiva [...]* Lisboa: Na Officina de Antonio Gomes, 1792. 481 p.
- LEÃO, Filho, Joaquim de Sousa. Em torno de Robert Southey (no centenário da sua morte). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 178, p. 1-154, jan.-mar. 1943.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugal, 1938-1950. 10 v.
- *Luiz Figueira; a sua vida heróica e a sua obra literária*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940. 251 p.
- LEONARD, Irving A. Best sellers of the Lima book trade, 1583. *Hispanic American Historical Review*, v. 22, n. 1, p. 5-33, Feb. 1942.
- *Books of the brave, being an account of books and men in the Spanish conquest and settlement of the sixteenth-century New World*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1949. 381 p.

- LESSA, Clado Ribeiro de. As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais (apontamentos para um estudo histórico). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 191, p. 339-345, abr./jun. 1946. De *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26/5/1946.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil, 1808-1821*. 2.ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1945. 3 v. [Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 790 p.]
- LINDLEY, Thomas. *Authentic narrative of a voyage from the cape of Good Hope to Brasil* [...] London: William Nicholson, 1805. 298 p. [Narrativa de uma viagem ao Brasil [...] Trad. de Thomaz Newlands Neto. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1969. 190 p. (Brasiliana, 343)]
- LISANTI, Luís. *Negócios coloniais; uma correspondência comercial do século XVIII*. [Brasília]: Ministério da Fazenda, 1973. 5 v.
- LISBOA, Baltasar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Na Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1834-1835. 7 v. [Rio de Janeiro: SESI, Dep. Nacional, 1968. 7 v.]
- LOPES, Antônio. *História da imprensa no Maranhão, 1821-1925*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do DASP, 1959. 130 p.
- LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil taken during a residence of ten years in that country from 1808 to 1818*. London: Samuel Leigh, 1820. 639 p. [Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Trad. de Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Martins, 1942. 435 p. [Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 435 p.]
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Empreza Graphica da "Revista dos Tribunais", 1929. 276 p. [Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. 247 p.]
- MACHADO, Cirilo Volkmar. *Collecção de memórias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal* [...] Lisboa: 1823. [Coimbra: Imp. da Universidade, 1922. 295 p.]
- MANCHESTER, Alan K. A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S.F. (org.) *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 177-217.
- MARICÁ, Mariano José Pereira da Fonseca, marquês de. *Máximas, pensamentos e reflexões*. Ed. dir. e anotada por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958. 512 p.
- MARQUES, César Augusto. Historia da imprensa em Maranhão. *Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, v. 41, n. 57, p. 219-225, 1878; v. 51, n. 76, p. 167-220, 1888.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos historicos, geographicos, biographicos, estatísticos e noticiosos da provincia de S. Paulo*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1879. 2 v. [Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. 2 v.]
- MARQUES, Maria Adelaide Salvador. A Real Mesa Censória e a cultura nacional (aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII). *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, v. 26, 1963. 206 p.
- MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 56, p. 3-459, 1934.

- MARTINS, Joaquim Dias. *Os martires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções em 1710 e 1817*. Recife: Typ. de F.C. de Lemos e Silva, 1853. 393 p.
- MARTINS, Oliveira. *O Brasil e as colônias portuguesas*. 6.ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1953. 273 p. [7.ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1978. 267 p.]
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. São Paulo: Anhembi, 1957. 549 p. [São Paulo: Ática, 1996. 519 p.]
- MATOSO, Katia M. de Queirós. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Salvador: Ed. Itapuã, 1969. 163 p. [As bibliotecas de Cipriano José Barata e Hermógenes Francisco de Aguiar Pantoja, p. 18-33.]
- MAWE, John. *Travels in the interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond districts of that country* [...] London: Longman, 1812. 366 p. [Viagens no interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes. Trad. de Selena Benevides Viana. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1944. 344 p. [Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. 243 p.]
- MELO, Antônio Joaquim de. *Biographia de José da Natividade Saldanha*. Recife: Typ. de M. Figueiroa Faria & filho, 1895. 254 p.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933. 498 p. [São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1958. 545 p. (Brasiliana, 301)]
- MENESES, Ivo Porto de. João Gomes Baptista. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 5, p. 99-128, jul. 1973.
- MENESES, Joaquim Mariano de. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 11, 1906.
- MONTE-MOR, Janice. A Biblioteca Nacional em 1971. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 91, p. 359-374, 1971.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial; catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 1969. 437 p. [Os verbetes desta obra foram incorporados à edição de 1983 da *Bibliographia brasiliana*. (N.E.)]
- . *Bibliographia brasiliana, a bibliographical essay on rare books on Brazil* [...] Amsterdam: Colibris Ed. 1958-1959. 2 v. [Bibliographia brasiliana; rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the colonial period. Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications; Rio de Janeiro: Kosmos, 1983. 2 v.]
- . Relatório do diretor da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde (março de 1945). *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 2, n. 1, p. 91-106, jan./jun. 1974.
- MORAIS, Alexandre José de Melo. *Chorographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de J. Soares do Pinho, 1858-1863. 4 v.
- . *Phytographia ou botanica brasileira applicada a medicina, as artes e a industria*. Rio de Janeiro: Garnier, 1881. 464 p.
- MORAIS, Francisco. Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil. *Brasília*, Coimbra, supl. do v. 4, 1949. 599 p.
- MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S. Paulo* [...] São Paulo: Typ. de Costa Silveira, 1838. 265 p. [3.ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978.]

- NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931. 258 p. [*Cartas do Brasil e mais escritos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 570 p.]
- OLIVEIRA, Tarquínio J.B. de. *Cartas Chilenas; fontes textuais*. São Paulo: Ed. Referênciã, 1972. 329 p.
- OLIVEIRA NETO, Luís Camilo de. João Gomes Batista. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 4, p. 183, 1940. Reproduzido em *História, cultura & liberdade; páginas recolhidas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975, p. 46-59.
- O'NEIL, Thomas. *A concise and accurate account of the proceeding of the squadron under the command of rear admiral Sir Will. Sidney Smith, k.c. in effecting the escape, and escorting the Royal family of Portugal to the Brazils [...]* London: R. Edwards, 1809. 79 p.
- PACHECO, Félix. *Dois charnadas bibliographicas [...]* Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1931. 2 v.
- PARÁ, João Francisco de Madureira. *O despotismo desmascarado ou a verdade denodada*. Lisboa: Typ Desiderio Marques Leão, 1822. 74 p.
- PITA, Sebastião da Rocha. *Historia da America portugueza desde o anno de mil e quinhentos [...]* Lisboa: Joseph Antonio da Silva, 1730. 716 p. [Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. 293 p.]
- PRIOR, James. *Voyage along the Eastern coast of Africa to Mosambique [...] to St. Helena, to Rio de Janeiro, Bahia, and Pernambuco in Brazil [...]* London: Richard Phillips, 1819. 114 p.
- QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *História geral da civilização brasileira*. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, t. II, v. 1, p. 207-237.
- RACZYNSKI, Atanazy. *Dictionnaire historico-artistique du Portugal [...]* Paris: Jules Renouard, 1847. 306 p.
- RAIOL, Domingos Antônio. *Motins politicos ou historia dos principaes acontecimentos politicos da provincia do Pará (1821-1835)*. Pará: Imprensa de Tavares Cardoso, 1889-1890. 5 v. [Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. 3 v.]
- REGISTRO de estrangeiros: 1808-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 319 p.
- RESUMO historico. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 19, p. 219-242, 1897.
- RÉVAH, Israël S. *La censure inquisitoriale portugaise au XVI siècle [...]* Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1960. 262 p.
- REYNARD, Robert. Recherches sur quelques brésiliens étudiants en médecine à Montpellier à la fin du XVIII siècle. *Languedoc médical*, n. 3, mai-juin 1951. [4 p.]
- Os estudantes brasileiros em Montpellier no século XVIII. *Anhembi*, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 43-47, dez. 1951]
- RIBEIRO, José Silvestre. *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1871-1914. 19 v.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946. 445 p. [São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. 445 p.]
- RÖWER, Basilio. *A provincia franciscana da Imaculada Conceição do Brasil nas festas do centenário da Independência nacional, 1822-1922*. Petrópolis: Vozes, 1922.

- RUI, Afonso. *A primeira revolução social brasileira (1798)*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1942. 279 p. (Brasiliãna, 217) [Rio de Janeiro: Laemmert, 1970. 218 p.]
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*. Paris: Grimbert et Dorez, 1830. 2 v. [*Viagem pelas provincias do Rio de Janeiro e Minas Geraes*. Trad. de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. 378 p.]
- *Voyage dans le district des diamans et sur le littoral du Brésil [...]* Paris: Librairie Gide, 1833. 2 v. [*Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil [...]* Trad. de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. 233 p.]
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memorias do districto diamantino da comarca do Serro Frio (provincia de Minas Geraes)*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1868. 438 p. [Petrópolis: Ed. Vozes, 1978. 406 p.]
- SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memorias para servir à historia do reino do Brazil [...]* Lisboa: Impr. Régia, 1825. 2 v. [Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. 2 v.]
- SÃO LEOPOLDO, José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de. Memória. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, v. 37, n. 49, p. 5-69, 1874; v. 38, n. 51, p. 5-49, 1875
- SÃO PAULO. Arquivo do Estado. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, 1899, v. 30, p. 37.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Sovereignty and society in colonial Brazil; the High Court of Bahia and its judges 1609-1751*. Berkeley: University of California Press, 1973. 438 p. [*Burocracia e sociedade no Brasil colonial; a Suprema Corte da Bahia e seus juizes 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979. 354 p.]
- SEQUESTRO feito em 1794 nos bens que foram achados do bacharel Mariano José Pereira da Fonseca extraído do respectivo processo. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, v. 63, n. 101, p.14-18, 1900. Máximas p. 32
- SERRA, Joaquim. *Sessenta anos de jornalismo, a imprensa no Maranhão, 1820-1880*. Rio de Janeiro: Faro & Lino, 1883. 153 p. Foi publicado com o pseudônimo de Ignotus.
- SERRÃO, Joel (org.) *Dicionário de história de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. 4 v.
- SILVA, Inácio Acióli de Cerqueira e. *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*. Bahia: 1835-1852. 6 v. [Bahia: Imprensa Official, 1919-1925. 6 v.]
- SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez [...]* Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. 22 v.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A livreria pública da Bahia em 1818: obras de história. *Revista de História*, São Paulo, v. 43, n. 87, p. 225-239, 1971.
- *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil*. São Paulo: Cultrix, 1978. 208 p.
- Transmissão, conservação e difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*, São Paulo, v. 48, n. 97, p. 137-159, 1974.
- A transmissão, a conservação e a difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821) (II). *Revista de História*, São Paulo, v. 51, n. 102, p. 551-581, abr./jun. 1975.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 583 p. [Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 502 p.]

- SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. São Paulo: Martins [1948]. 2 v. (Biblioteca histórica brasileira, 16) [*Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional; Ed. da Universidade de São Paulo, 1971. 389 p. (Brasiliana, 117)]
- SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957–1958. 10 v. Volume VI: Evaristo da Veiga. 208 p. Volume IX: Fatos e personagens em torno de um regime. 328 p.
- SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1810–1819. 3 v. [*História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. 3 v.]
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. *Reise in Brasilien [...] in den Jahren 1817 bis 1820 [...] München: M. Lindauer, 1823–1831. 3 v. [Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939. 4 v.; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 3 v.]
- STAUNTON, George. *An authentic account of an embassy from the king of Great Britain to the emperor of China [...] taken chiefly from the papers of His Excellency the Earl of Macartney [...] 2nd ed.* London: 1798. 2 v. Existem várias edições e traduções.
- TAUNAY, Afonso d'E. *Folha da manhã*, São Paulo 20/4/1947.
- TAVARES, Francisco Muniz. *Historia da revolução de Pernambuco em 1817*. Recife: Typ. Imparcial de L.I.R., 1840. 402 p. 3.ª ed. rev. e annot. por Oliveira Lima, Recife: Imprensa Industrial, 1917. 410 p.
- TEIXEIRA, Bento. *Naufragio & Prosopopea*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969. 206 p.
- TOLLENARE, Louis-François de. *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*. Édition et commentaire [...] par Léon Bourden. Paris: Presses Universitaires de France, 1971–1973. 3 v.
- TORRE REVELLO, José. *El libro, la imprenta y el periodismo en América durante la dominación española*. Buenos Aires: Jacobo Peuser, 1940. 269, CCXXXVIII, 19 p. [México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1991.]
- VARNHAGEN, F.A. de. *História geral do Brasil*. 8.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. 5 v. [Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 3 v.]
- VEIGA, J.P. Xavier da. A imprensa de Minas Gerais (1807–1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano 3, p. 169–249, 1898.
- VELOSO, José Mariano da Conceição. *O fazendeiro do Brasil [...] Tomo I. Parte I. Da cultura das canas, e factura do assucar*. Lisboa: Na Regia Officina Typographica, 1798. 192 p.
- VIANA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812–1869)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. 664 p.
- VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas contidas em XX cartas [...] Anotadas por Brás do Amaral*. Bahia: Imprensa Oficial, 1921. 2 v. [Outra edição: *A Bahia no século XVIII*. Bahia: Ed. Itapuã, 1969. 3 v.]
- VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão, 1612–1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. 2 v.

Documentos

1. Catalogo de algumas obras que se vendem na Loja de Paulo Martin, Rua da Quitanda N. 33. Vindas neste ultimo Navio de Lisboa (1822)
2. NOTICIA. Do Catalogo de Livros, que se achão á venda em Casa de Manoel Antonio da Silva Serva na Rua de S. Pedro N.º, 17 o qual a faz por hum commodo preço, como abaixo declara, attendendo a demorar-se muito pouco tempo nesta Corte. Na mesma Loje se acha hum sortimento grande de Lustres para sala de diferentes qualidades; Encerados, e Alcatifas de muito bons gostos, e Vidros de Bohemia de diversos tamanhos; Sacras de todas as qualidades e duas Commodas feitas em Lisboa de muito bom gosto.
3. Catalogo dos Livros existentes em poder de Manoel Joaquim da S.ª Porto, Mercador de Livros, da compra que fes à Preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido D.º Manoel Ignacio da S.ª Alvarenga, relattivo ao que na data de hoje entrega ao S.º Juiz de Fora desta Cidade (1815)
4. Estatutos da Real Bibliotheca (1821)

Catalogo de algumas obras que se vendem na Loja da Paula Martin, Rua da Quitanda N. 33. Vindas neste ultimo Navio de Lisboa.

Hysopo, Poema por Denis, boa Encadernação	
Critica Moral contra os vicios em commum 2 folh.	2400
Remedios para a pobreza contra a fortuna, e contra a preguiça	1000
Vida e Morte da infeliz Rainha Maria Estuarda	320
Oda á organização Social	430
Discurso sobre a liberdade	340
Fúria, ou a loucura dos cruzamentos	320
Despedidas de Alcino á sua Armada	320
Magoas amorosas por Bocage	300
Portugal Regenerado por Borges Carneiro	330
Direitos do Povo Portuguez	1200
Regimento para governo interior das Cortes	1200
Lilman Anecdota Alemã trad. em Port.	640
Que dizem os Inguez. da Revol. de Portugal	960
Advertencias Curiosas	640
Viamos e não veremos a Alegoria Constit.	480
Perigos descobertos	960
Pragmatica Sanção	320
Catecismo Constitucional demonstrando os principaes principios em que deve ser instruido todo o Cidadão	320
Werther romance, traduzido do Alemão do celebre Doutor Goethe 2 folhet.	1600
Collecção de Constituições 12 folhetos	8000
Memorias sacratissimas do M. de Pombal	480
Collecção de Cartas amorozas e temas	640
Memoria sobre os Laudemios	400
Compendio de segredos	480
Elementos de Stenografia	960
O dia 24 de Agosto e 15 de Setembro	480
O Despotismo	480
Invectiva contra a Inquisição	480
Observações sobre o Commercio de Portugal	960
O Plenipotenciario dos Corcundas em Laybach, comedia	1120
A Restauração do Commercio pela creação de hum Banco Nacional	400
Tratado sobre os Delictos e penas	900
O Compilador no Miscellanea Universal 4 volumes	4800
Constituição dos Estados Unidos	640
O Amante da humanidade	640
Dilicias da Solidão	2500
Historia das Cortes	960
Dialogo entre dois Corcundas	160
Dialogo entre dois mortos	240
Reflexões sobre o pacto Social	960
Aldeia Constitucional	640
Seis Cartas contra Beresford	800
Suspiros do Claustro ou a queda do Fanatismo	640
Idéas vagas por José Daniel	640
Thesouro da critica pelo mesmo	160
Pastoral do Bispo de Elvas	4000
Viagens ao interior do Brasil 2 volumes com Estampas	
Essaio sobre alguns Synonymos da Lingua Portugueza por Fr. Francisco de S. Luiz	3200
O Lundun dos Bordões	480
Refutação das Escumhões contra os Pedreiros Livres	320

Resposta á refutação ás combanhões	960
Obras poeticas de Neres victima da vergonhosa sentença proferida no joico da inconfidencia, (obra que tem merecido immenso applauso e accoitação)	960
O Pelotiqueiro desmascarado	960
Projecto sobre a organização do Erario	1280
A Victima da Inquisição de Sevilha	1280
O Retrato de Venus, poema	1600
Cartas sobre a Maçonaria	4000
O Altar he outro, Santos os mesmos	240
Aria de Amar	300
Memoria sobre a Industria Portug.	2240
Epistola sobre o despotismo	240
Portugal Regenerado	1280
Projecto de reforma para a Magistratura	960
Cartas Americanas por Biancardi	1600
Vozes dos Leaes Portuguezes 2 volumes	4800
Projecto de reforma para os abuzos Forenses	480
Juramento de Morte	320
Elogio de Borges Carneiro	430
O Braz já sem Corcunda	480
Meios de pagar a divida publica	960
O Balão aos Habitantes da Lua por José Daniel	960
Projecto de Regimento para as Cortes	1600
Analyse das ordens do dia de Beresford	3200
Jesus Christo pela sua tollerancia modelo dos Legisladores: esta obra que no antigo systema mesmo no seu original Francez, era prohibida, basta para formar o seu elogio, e ser sua leitura digna de todos os amantes da Constituição e boa ordem, além de ser sua tradução Portugueza mui correcta	1:920
Manifesto da Napolião manuscripto vindo da Ilha de Santa Helena por hum modo desconhecido	960
Leituras juvenis e moraes	1:280
Testamento da Velha que foi a serrar a favor dos Corcundas	120
Parallelo entre os Corcundas e Liberaes	80
Perniciozo poder dos perdidos Validos destruido pela nossa Constituição	360
Carta de João Carapuceiro	320
Coleção de Paraboles por Borges Carneiro	4:960
Historia da Inquisição de Portugal com Estampas, 5 volumes	4800
Parecer da Commissão sobre a Constituição para o Brazil, lido pelo Deputado Antonio Carlos de Andrada	160
Novo Mestre Periodiqueiro	1600
Melhoramento do Brasil por Soares Franco	2880
Conversações dos pobres nas Igrejas	1280
O Constitucional justificado	960
Testamento politico de D. Luiz da Cunha	960
ESTAMPAS.	
Gomes Freire nos Campos Elysios	2560
El-Rei Constitucional	2000
Triunfo Maior da Lusitania	2000
Juramento da Constituição Portugueza	2560
Fidelidade dos Portuguezes a seu Soberano	2560
Pacto do dia 15 de Setembro	2560
Fr. Francisco de S. Luiz	2000
Manoel Borges Carneiro	2000
Castello Branco	2000
Roque Ribeiro d'Abanches	1920
Sebastianio Drago Valente	1920
Pedro Leite Pereira de Mello	1920
José Manoel de Souza Ferreira	1920
Francisco José de Barros Lima	1920
Luiz Pedro d'Andrada Brederode	1920
Francisco Gomes da Silva	1920
João da Cunha Soto-Maior	1920
Estampa Constitucional	1920

Cirurgia de Choport 8. 3 vol.	2400	Diccionario Theologico 8. 5 vol.	4000	Exercicios espirituaes do P. Manoel Bernardes 4. 2 vol.	1600	Historia dos Judeos 8. 10 vol.	6400
Cirurgia de Leitão 8. 5 vol.	4000	Diurnos doirados, bem encardados 8.	2400	Espirito Consolador 8.	640	Historia do Cavalleiro de Floricant B. 8.	240
Curso de Mathematica por Belidoro com estampas 8. 4 vol.	6400	Delicias do coração catholico 8.	640	Exame de Sangradores 8.	320	Historia da Biblia abreviada de Sarmento 4. 8 vol.	8000
Carta de escravidão de Maria Santissima 8.	480	Dissertação Theologica 8. 2 vol.	1280	Elementos de Sintaxe 8.	320	Horacio 8. 3 vol.	1920
Director Christão 8.	320	Dissertação sobre a Commuhão 8.	640	Evangelho em triunfo 8. 8 vol.	8000	Historia Biblica de Sarmento 4. 11 vol.	12800
Dissertação Juridica, e Pratica A.	480	Defeza de Farragó 8.	640	Elementos de Medicina de Cullen 8. 7 vol.	5600	Historia de Malta 4.	960
Discurso d'Academia Real de Historia Portugueza f.	1280	Divertimento instructivo B. 8. 5 vol.	1000	Escola de prudentes 12.	400	Historia da Paixão 8.	540
Dissertação sobre a Com-munhão 8.	640	Dialogos de Cicero em latim 8.	640	Extravagantes de D. Sebastião 14.	2400	Horas do Coração de Jesus 8.	160
Dissertações Theologicas 8. 2 vol.	1280	Exercício diario doirado 24	400	Engenheiro Portuguez com estampas 4. 2 vol.	3200	Historia de Portinables 8.	320
Dissertação sobre a cura dos ossos B. 8.	160	Estimulos do amor Divino 12	320	Escola Mercantil 4.	1600	Historia de Brisson 8.	640
Dissertação sobre os Corpos de mão morta B. 8.	160	Elementos de Farmacia 4.	1600	Epitome de Moral 8.	640	Historia Logica e Medica 4. 2 vol.	2400
Delicias do coração catholico 8.	800	Exposição dos Maquinadores, por Cevalhos 4.	240	Filos Santorum do P. Rozario f. 2 vol.	8000	Historia Logica e Medica 4. 3 vol.	3200
Devoção do Coração de Jesus 8.	640	Epistola ás Senhoras Portuguezas	120	Fructo da ambição 8.	640	Horas Marianas em marroquina	1600
Dedução Chronologica f. 3 vol.	8000	Estimulos do Amor Divino 4.	640	Farmacopea Lybbonense 8.	640	Horas doiradas	1280
Diccionario Italiano, e Portuguez f. 2 vol.	16000	Eufemia, Tragedia 8.	240	Fundamentos Botamicos 4.	640	Horas ordinarias	960
Dissertação Chronologica e Analitica 4.	6400	Exortação ás Senhoras Brazileiras	120	Fedro Latino, Portuguez e Francez 4.	1000	Horas de Maria Santissima	640
Dissertação Juridica, e Pratica B. 4.	400	Escóla decurial 8. 6 vol.	3840	Factos de Palafex 8.	640	Horas Portuguezas de Carlos do Valle	480
Defeza sobre hum ponto de Moral pelo Bispo, que foi de Pernambuco, e agora d' Elvas B. 4.	400	Escóla fundamental 8.	640	Flores celestes, que contém varias glozas por hum Cigano da Bahia.	640	Horas de Vilella	400
Diccionario Historico, uzado f. 8 vol.	16000	Elementos d'Analyse de Bezout 8. 2 vol.	1280	Frederico Segundo 8.	640	Horas preciosas	640
Dissertações sobre as obrigações dos Vassallos B.	240	Elementos d'Arithmetico de Rego 8.	800	Filozofia por amor 8.	640	Horas da Semana Santa	800
Directorio Sacro 4.	1600	Escóla de prudentes, ou Avizos de S. Teresa 12.	400	Farmacopea Quimica 4.	1600	Horas dita em marroquin	1440
Dialogo da Historia Sagrada 8.	640	Eva, e Ave ou Maria Triunfante f.	2400	Flagello da impiedade 8.	640	Horas dita doiradas	1280
Doña Ignez de Castro Tragedia 8.	320	Exercício de perfeição f.	1600	Filozoso Inglez 8. 9 vol.	6000	Horas Lexicon f.	6400
Dissertação sobre estado Religiozo 8.	640	Exercício do Christão 12	320	Geografia de Lima f. 2 vol.	8000	Horas do Fonseca com 2	3200
Discurso sobre a Historia Ecclesiastica 8. 3 vol.	1920	Exercicios diarios em marroquin	400	Geografia Logico-Genuense Logico-Mathéfica 8. 2 vol.	1600	Historia chronologica f. 20 vol.	50000
Deveres dos Juizes 8.	400	Exercicios diarios em marroquin	1280	Geografia moderna 8. 10 vol.	6400	Historia descuberta B. 4.	40
Director Funebre	1280	Exercicios diarios em marroquin	1280	Grammatica Latina 8.	640	Horacio 4. 2 vol.	2400
		Exercicios diarios em marroquin	640	Grammatica Portugueza 8.	320	Igreja Militante 8. 6 vol.	3840
		Escudo Mariano 4.	640	Gemidos da Mãe de Deos e afflicta 8.	640	José no Egipito 8. 2 vol.	1600
		Engenheiro Portuguez com estampas 4. 2 vol.	3200	Guia de Negociantes 8.	800	Instrução da Rethorica 8.	640
		Exame de Bombeiros com estampas 4.	1600	Governo de Mineiros 4.	800	Instrução Literaria B. 8.	160
		Elementos de Cirurgia ocular 4.	6400	Galtea de Bocage 8.	200	Instrução moral, diferentes Novellas B. 8.	480
				Georgicas de Virgilio 8.	640	Instrução moral, humana Novella B. 8.	200
				Historia de Santarem f.	2000	Instrução para a Historia Ecclesiastica B. 8.	200
				Historia da Ordem Militar de Malta f. 3 vol.	8000	Igreja Militante 4.	3200
				Historia Medica 4.	1920	Instrução de Rethorica 8. 2 vol.	1600

irmã, ou Desgraça de huma Joven Orfã B. 8. 4 vol.	640	Manual Romano Serafico 4.	1600
Instruções geraes em forma de Catecismo 8. 2 vol.	640	Manual Ecclesiastico 4.	1600
Innocencia prodigi- gioza 4. 2 vol.	2000	Memorias d'Artilharia 8.	960
Itinerario Místico 4.	640	Medicina Luzitana, ou Mirandella f.	1280
Illustração Medica 4.	640	Methodo de Desenho e Fortificação f.	1600
Informação dada pelo Bispo de Pernambuco, que hoje he Bispo d'Elvas ao Secretario d'Estado B. 4.	320	Mariane Tragedia	320
Justa Acclamação de D. João IV.	640	Memorial da Missão	160
Luzitania transformada 8.	640	Manual da Semana Santa 12	480
Lunario perpetuo 8.	500	Meditações da Infancia, Morte, e Resurreição de Christo	640
Lanças da ventura 8. 6 vol.	4000	Martyrologio Romano 4.	1600
Livrinhos de Oração mental	100	Manejos da Cavallaria 8.	1600
Livrinhos de Santa Barbara acrecentados	40	Mentor da Moda B.	50
Lisboa destruida 8.	640	Memorial sobre o scisma do Silogismo f.	1280
Loje de oculos postigos 8.	640	Milicia pratica 4. 2 vol.	2400
Luz, e Calor pelo P. Ma- noel Bernardes 4.	960	Miscellanea do Parnazo 4.	2000
Louvores de Maria Santis- sima 8.	640	Manuaes da Missa pequenos.	120
Luz verdadeira da Cirurgia de Ferreira 4.	1600	Memorias de Quis- par 8. 2 vol.	1280
Lorena perseguida, e exaltada 4.	1280	Methodo d'Ajudar a bem morir 8.	640
Livro de Sortes, ou Imperio de Apollo 8.	320	Meditações dos Atributos Divinos 8. 4 vol.	2560
Ministro de Christo no Tribunal da Peni- tencia 8. 10 vol.	8000	Medicina Domestica por Pálva 8. 2 vol.	3200
Manual Devoto para assistir a Missa 32	160	Mannual para a Confissão doirado	480
Mappa dos principaes Portos do Mediterraneo	2000	Mania do Jogo 8.	320
Monarquia Ebraica 4. 2 vol.	3200	Marciaes 12.	320
Medica Illustração 4.	640	Meditações de Nossa Senhora 8.	640
Mistica Cidade de Deos 4. 6 vol.	8000	Mappa da Luzitania 8.	640
Methodo de Contar 8.	640	Memoria das feridas por Paiva B. 8.	640
Moral Evangelica 8. 6 vol.	4000	Metamorfoses de Oydio 12.	640
Manual Practico juridico 4.	2400	Novidades Literarias com estampas finas 3.	1280
Memorias Politicas 4. 3 vol.	3000	Noites Clemeirinas 8.	640
		Noticias de Portu- gal 8. 3 vol.	1920
		Novissimo do homem B. 12	160
		Novena do Coração de Jesus	200
		Novena de Nossa Senhora	480
		Novena de S. José 8.	No.

Novena de Nossa Senhora do Carmo 8.	200	O Oriente Conquistado f.	2000
Novena de Nossa Senhora das Necessidades 12.	160	Oração pela Restauração de Portugal pelo P. Fr. Philippe Pereira B. 8.	160
Novena de S. Rita 12.	160	O Solitario 8.	200
Novena do Ecce Homo 12.	120	Protecção á Franceza por José Daniel B. 4. 3 vol.	640
Novo Alfabeto com prin- cipios de Bombeiros 8.	480	Pratica para Oração Mental 8.	480
Novo Methodo do P. Antonio Pereira B. 8.	800	Perigração Christã 4.	640
Novo dico pequeno do mesmo A.	480	Portugal Illustrado 4.	1280
Noites Romanas 8. 2 vol.	1280	Processional 4.	1600
Opusculo sobre varios discursos, ou assumptos 8.	640	Principios do Direito Natural e das Gentes 4.	1880
Obras Poeticas de Antõ- nio Joaquim de Carvalho B. 8.	480	Poezias de Baulino Cabral 8. 2 vol.	1280
Odes de Elpino 12.	490	Paraizo dos Contemplativos 4.	1600
Observador Portuguez que contem todos os factos suc- cedidos desde a entrada do Exercito Francez em Portu- gal até a saída 4.	1920	Poezias de Caminha 8. 2 vol.	1280
Oração funebre B. 8.	200	Pensamentos Christãos	240
O homem mais nobre B. 8.	200	Polianthes Medica f.	1600
Obras espirituas de Fr. An- tonio das Chagas B. 4.	1600	Paraizo Serafico f. 3 vol.	4000
Oração Academica 4.	800	Poezias do Grande Nicolao Tolentino 8. 2 vol.	1280
Operas Portuguezas 8. 4 vol.	2560	Poezias de hum Anonimo B. 8.	160
Orestes, Tragedia B. 8.	200	Perfeita Religioza 8.	1280
Observações Medicas f.	960	Pinto Renascido 4.	640
Oratorio Sacro 8.	640	Promptuario Farmacio Cirurgico 4.	640
Officios de Defuntos 4.	1600	Pregador Mariano 4.	1600
Obzequios de S. José B. 8.	160	Policanthea de Curvo f.	2400
Obras Medicas de Pedro An- tonio de Paustello 8. 2 vol.	1280	Principe de Bretanha B. 8.	240
O Novo Gulliver 8. 4 vol.	2560	Panegiricos de S. Francisco Xa- vier 8.	320
Quilanda Ambrozo 8. 2 vol.	1280	Panegiricos de Barros 8.	640
O Solicitor de Terras sim B. 8.	200	Pão partido em pequenino 8.	640
Origem de Nobreza Portugue- za 8.	640	Poezias ineditas 12.	400
Obrigações de Cicero 8.	640	Poezias sobre varios assumptos 12	200
Orações Sagradas 8.	640	Poezias de Mathão 8.	640
Orações Sagradas das quarenta horas B. 12	160	Præodia de Benito Pereira IX. e X. Edicção f.	6400
Observações praticas B. 12	160	Primeira collecção de Cartas pa- ra Meninos B. 8.	80
Officio da Semana Santa doirado 8.	1200	Quintiliano 8. 2 vol.	1280
		Regulamento das Tropas Hollan- dezas com estampas 4.	2000
		Resumo de Castrametação 8.	640
		Reliquario Angelico 12.	360

Rethorica de Gibert 8. a vol.	1600	bastianistas.	150
Orato da Morte 4.	960	Sebastianistas ou Tratado de Paz entre os ditos, e o Critico	
Reino de Babilonia com estampas 4.	1600	Symbolo da Fé por Fr. Luis de Granada 8. a vol.	2200
Remissão das Leis Novissimas 4. a vol.	3200	Selectas truncadas, cada vol.	480
Rioanos da Semana Santa doirados em Latim 8.	1600	Sermão da Restauração pelo Padre Pato 8.	240
Relação Panegyrica f.	1600	Sofonisba, Tragedia	200
Reflexões contra o Correio Braziliense N.º 1.º a 4. cada hum	400	Sermão por Macedo 8.	240
Regulamento Diario 12.	200	Suzana, Tragedia	200
Rethorica de Quintiliano 8. a v.	1600	Singella Camponeza 8.	160
Rethorica de Quintiliano 8. i v.	960	Tratado das Tropas Ligeiras 8.	630
Regra para a educação dos meninos 8.	640	Tratado da Confiança na Mizericordia de Deos 8.	640
Ramallete Espiritual 4.	640	Tratado da Educação física, e moral 8.	800
Reflexões Apologeticas 4.	640	Telenaco 8.	1280
Retrato dos Jesuitas 4.	640	Tactica de Cavallaria com estampas 8.	1600
Regras d' Architectura de Vinholas com estampas	2880	Trigonometria do Padre Campos para Nautica 4.	1600
Relação das Festas de S. Camillo 4.	640	Thezouro Apollino 4.	1600
Repório Chronologico Juridico 4.	1600	Tratados varios do Padre Manoel Bernardes 4.	2560
Regulamento de Cavallaria com estampas 4.	2000	Tratado da Conservação da saúde dos Povos 8.	800
Sentimentos Affectuosos d'alma para com Deos 8.	640	Thezouro de Prudentes ou Methodo de contar 4.	960
Sentenças espirituas 8.	1280	Thezouro Serafico 4.	640
Synagoga desenganada 8.	640	Templo delectab 4.	480
Sentinella contra Francezes B 8.	240	Thezouro da Lingua Italiana 8.	640
Sydney, e Nelson 8.	480	Triunfo da Virtude 8.	200
Sumario d' Indulgências B	120	Triunfo da Virtude 8.	60
Degredo revelado ou Systema dos Pedreiros Livres 8. 3 vol.	1200	Taboada para meninos	400
Sebastianistas pelo Padre José Agostinho de Macedo B 8.	400	Thezouro de Paciencia 8.	640
Sebastianista ou Refutação Analytica 8.	320	Tratado das Paixões por Young 8.	640
Sebastianistas ou Resposta aos Redactores do Correio da Peninsula	160	Vida de Deziderio Estorq B 8.	160
Sebastianista, ou Justa Defeza do Livro Sebastianista	160	Vida de Santo Antonio, ou Sol nascido no Oriente f.	2000
Sebastianista, ou mais Logica Nova Apologia	160	Viagens de Cyro 12.	1280
Sebastianista furioso	120	Viktorina de Terassim, obra muito divertida 8. a vol.	1280
Sebastianista, ou defeza dos Se-		Vida de Santa Margarida de Cortona 8.	480
		Vida de João de Castro 8.	640
		Ullisséa Libertada Broch. 8.	200
		Vida da Justiza B	200
		Virgili Maronis Opera ad Ly-	21-

• sitava 8.	640	Vida do Padre Antonio Visira f.	1600
Verdadeiro methodo de estudar 4. 2 vol.	2000	Vocabulario de Binteau, ou Diccionario da Lingua Portugueza f. 10 vol.	2400
Viagem Sentimental á Provincia do Minho que declara os estragos que fizeram os Francezes naquella Provincia B 4.	200	Visitas ao Santissimo Sacramento 12.	320
Virgilius, uzados F	1600	Ultimas Respostas	

Papeis pertencentes a Noticias, Proclamações, e tudo quanto pertence ás Guerras Tragedias, e Novellas tudo em Brochura.

Bleomberis Novella 8.	200	Ditas Exhortatorias	40
Historia dos Amores de Orino 8.	200	Dita a hum General Francez	40
Aventuras de Oliandro 8.	200	Caracter Militar do Exercito Francez 4.	60
Amor Oriental 8.	160	Canção ao Feliz Natal do Serenissimo Senhor D. Miguel 4.	60
A Singella Camponeza 8.	200	Convite dos Hespanhoes aos Portuguezes 4.	60
Anecdota de nos Irvon 8.	200	Carta de hum amigo da Hespanha a hum Portuguez	60
Amantes desgraçados 8.	200	Conversação do Principe Munit com D. Manoel Godoy	60
Benaqueiros 8.	80	Cartas do outro Mundo escripta por Pitt 4.	80
Aventuras de Fileno, e Flora 8.	200	Compendio da Vida e factos mais notaveis de Napoleão	160
Aventuras de Anerto 8.	160	Constituição da Hespanha 4.	60
Collecção de Memorias dos trabalhos do Papa Pio VII. 8. 2 vol.	320	Cartas de parabem da boa vida a José Bonaparte	60
Contos Moraes 8.	200	Congresso de Baiona 4.	40
Cartas apologeticas para aplicar os Purgantes 4.	240	Cartas da Provincia 4.	40
Damon e Pirrhias ou amizade	200	Descripções dos Espectaculos que a Rua dos Condes fez	60
Bazilio ou o Triunfo do Amor 8.	160	Discursos dictados pelo Patriotismo.	60
Versos de Elmano 8.	240	Idéa historica de Saragoça 8.	160
Bonaparte arguido pela fortuna	80	Idéa de hum Verdadeiro Caraxo 8.	120
A Patria contra o Inimigo 4.	60	Versos dedicados á Nação Portugueza 8.	80
Aos Defensores da Patria 4.	40	Versos de Elmano 8.	160
Relação Circunstanciada do Exercito Francez.	60	Patria contra o Inimigo Comum 4.	80
Sentimentos Patrioticos	60	Defensor da Patria 4.	80
Sonhos de Junot 4.	80		
Aventuras de Aristonau 8.	200		
Arminda e Theoronio 8.	200		
Avizo aos Estudantes da Grammatica Latina 8.	200		
A Mocidade Academica 4.	80		
Conto de Respeiteza gratidão 4.	60		
Cartas escriptas a Pedro Legardé	40		
Ditas gratulatorias	40		

9	
Ernesto e Florencia	240
Patriotismo Militar 8.	120
Paralelo entre a França, e Inglaterra 8.	120
Primeiro Navegante 8.	160
Palemon 8.	160
Provas de huma amizade 8.	160
Passarinho 8.	120
Perservativo das Bexigas por Paiva 8.	200
Proclamação aos Aragonizes 8.	80
Proclamação de Napoleão 8.	80
Plano sobre a educação dos meninos 8.	200
Carta escripta por Pir do outro Mundo 4.	80
Castigo da Protecção Franceza 4.	80
Correio do outro Mundo 4.	160
Carta do General Francez da Pis 4.	80
O Caldeireiro Novella 8.	200
Chinellas de Albinacón 8.	120
Combates de Silveira 4.	60
Discurso aos Francezes	80
Dezertor Francez 8.	200
Dialogo entre as Personagens da França 4.	160
Desgracas de Emilia 8.	240
Dois documentos uteis á historia 4.	80
Dialogo entre Murat e Bonaparte 4.	120
Discurso que dirige hum Hespanhol	80
Descripção das Festas e Luminarias pela Restauração de Portugal 1	20
Discurso por Dionizio Leitão	80
Discurso sobre a Ruina de Portugal	200
Elogio da Plebe Hespanhol	60
Elogio aos Restauradores de Portugal	120
Ermania Tragedia 8.	200
Fiel Antigo 8.	120
Falla dos Sacerdotes, e Religiosos	60
Gozozina á Franceza 8.	60
Historia de hum Povo desgraçado 8.	160
Henrique, e Polidoro 8.	200
Historia de Baram e Pittias	200
Historia de Bazilio 8.	200
Laura e Inecila 8.	240
Evora no seu abatimento 4.	80
Manifestos imparciaes dos acontecimentos de Madrid e Aranjuez 4.	80
Mentor da moda 4.	80
Manifestação politica 4.	80
Manifesto dirigido aos fideis Vassallos	80
Manifesto dirigido da Junta Cathedral	80
Testamento de Bonaparte em que divide o Mundo inteiro ao seu arbitrio	80
Leandro e Hero 8.	200
Memoria com que se examina o estado de Portugal	160
Menandro e Laurentina Novella	200
Noticias frescas 8.	120
Novo Papel do A. B. C.	120
Nova Relação de Notas 4.	80
Noticias Officiaes 4.	80
Noticias das forças da Gram-Bretanha 4.	80
Nôcias do combate dos Portuguezes, e Inglezes contra os Francezes	120
Noticia de Saragoça 4.	80
Noticia dos acontecimentos mais notaveis da Monarchia	160
O melhor livro da Guerra 8.	200
Relação de noticias authenticas 4.	80
Reconvenção de Bonaparte a hum Hespanhol 8.	80
Rogério 8.	200
Grazinação Franceza 4.	80
Historia de hum Povo desgraçado	200
Historia de Bagedemim 8.	80
Historia do Roberto do diabo	80
Historia do Marquez de Mantua	80
Novas Proclamações dos Hespanhoes	80
Ode aos Annos da Rainha N. S.	80
Ode offerecido a S. A. R.	60
Poemas Campestres	60
Ditas da segunda parte	200
Principes da Armeria 8.	80
Projectos de hum Methodo de Gramatica	80

Ver-

10	
Versos de Elmano	160
Ernesto e Florencia 8.	200
Emilia 8.	200
Evora lastimoza 8.	160
Estado presente da Europa 4.	60
Entrada de Napoleão no Inferno	60
Estado actual de Bonaparte	60
Gloria de Portugal 8.	120
Plano de Pit 7 annos antes de morrer, em que annuncion o transporte da Monarchia Portugueza para o Brazil	120
Protecção á Franceza 4. 3 vol.	480
Proclamação de Junot	40
Protecção á Franceza e Portugueza	40
Proclamação dos Povos do Brazil	60
Como se pensa em França	40
Carta escripta por amigos da Bahia para Lisboa	60
Actos de D. Pedro	80
<i>Comedias seguintes</i>	
Successos de Sepulveda	80
Loucuras da moda	80
Industria contra finezas	80
A Vinva Sagaz	80
Gricelda	80
Beata fingida	80
Mulher amoroza	80
Olinta	80
Themistocles	80
Lanrena	80
Assombros da Constancia	80
O melhor par entre os 12.	80
Quem bda Cama fizer nella se deitará	80
Defensores da Patria	80
<i>Extremes seguintes</i>	
O Medico, e o Boticario	40
Os Dois Mentirozos	40
O Doutor Soyina	40
A Corriolla	40
O Miseravel	40
A Mestra Abelha	40
O Trapaceiro	40
O Poeta desvanecido	40
Virou-se o feitiço contra o feitiço	40
O Cazamento per Magica	40
Ecloga Pastoril de Flora, e Silvano	120
Dita de Agrario	120
Dita de Galatá	240
Generos Portuguezes 8.	240
Rezumo dos Successos da Hespanha 4.	80
Retrato politico do Imperador dos Francezes	80
Relação verdadeira de noticias frescas	80
Sentinelas contra Francezes	200
Sermões de Macedo	240
Sermões de São Francisco de Assis	160
Sonetos da Morte de Nelson 8.	120
Sélico obra divertida	120
Selio Caure 8.	200
Tempo presente 8	80
Clorilde e Boc Mond. 8. a. vol.	240
Cancão Real dirigida ao grande Palafox 8.	160
Carta do Bispo de Varbes 8.	200
Companhia de Cagrafia 8.	200
Critica ás modas escuzadas 8.	200
Compendio segundo de Arithmetica	80
Falla de hum bom Portuguez a Seus Patriotas	60
Exame do que alegou o Gabinete das Thuilherias	120
Falla aos Soldados Academicos 4.	40
Fogida de Luciano Bonaparte 4.	40
Factos historicos 4.	40
Fenomeno ou Sermão do pomo Reverendo Botelhas 4.	80
Interesse das Nações em dar Socorro a Hespanha	60
Jogo das Provincias	80
Morte de Murat ou Simium	80
Jocoso serio 4.	80
Memoria dos acontecimentos de Leiria	60
Manifesto de Aranjuez 4.	240
Memoria do acontecimento do Conselho de Hespanha 4.	160
Mentor da moda 4.	80
Ode á Sabida da Familia Real 4.	60

Ora-

		II		
Oração do Senado de Villa Real 4.	60	de Vianna do Alemtejo 4.	80	
Oração panegyrica Proclamatoria	60	Política Infernal, entre Lucifer	80	
Os Tres tempos 4.	40	e Bonaparte 4.	80	
Ode à Restauração de Portugal	40	O que mais importa a Hespanha	40	
Ode aos Portuguezes sacodindo	40	O que se deve a Valença	40	
o Jugo dos Francezes	40	Relação da Sanguinolenta Bata-	40	
Ode a Bernardino Freire de An-	40	lha de Talavera	120	
drade	40	Relações das Viagens de Jnnot	40	
Pinturas Horrivéis da França 4.	80	a Portugal 4.	40	
Proclamação de hum General	40	Reflexões sobre a Conducta	80	
Portuguez aos Hespanhoes	40	do P. R. N. S.	80	
Promessas de Christo a Portugal	40	Requerimento de Mr. Niso Robis-	40	
Política popular	80	cop	40	
Proclamação da Junta de Hesper-	40	Representação ao Intendente La-	40	
nha	40	garde	40	
Pensamentos do Juiz de Fora				

RIO DE JANEIRO NA IMPRESSÃO REGIA. 1817.

Com Licença de S. A. R.

Catalogo dos Livros existentes em poder de Manoel Joaquim da S.^a Porto, Mercador de Livros, da compra que fez á Preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido D.^o Manoel Ignacio da S.^a Alvarenga, rellativo ao que na data de hoje entrega ao S.^r Juiz de Fora desta Cidade.

Psalmi tradoti dall Ebraico par Savario Matthi	8	vol.	[Mattei] *	
Nouveau esomes de la Science de l'home par Barthez	2	"	[Barthez]	
Jeruzalem delivree par Le Brum	2	"	[Tasso]	
Oeuvrès completes de Claudien	2	"	[Claudianus]	
Sinonimes Francaes par l'Abbé Roubeaur	4	"	[Roubaud]	
Opere de Luduvico Ariosti	6	"	[Ariosto]	
Tablettes Chronologiques par Barban de Bringere	2	"	[Lenglet]	
Economie Politique par Stuart - Recherches	5	"	[Steuart]	
Vocabulario Italiano e Latino	2	"	[Vocabulario]	
Les Amours Pastorales & trad. par Amiot	1	"	[Longo]	
Sisteme du Droit Maritime de l'Europe par Azunibe .	2	"	[Azumi]	
Les Amours Malheureux ou le conte de Comminge	1	"	[Arnaud]	
Les Martyres par Chataubrien - bruxure	3	"	[Chateaubriand]	
La Colombiade par M. ^{me} du Bucage	1	"	[Du Boccage]	
Jacobi Tesrii (?) Opuscula	1	"	[Teive]	
La Jeruzalem liberata de Sig. ^r Tasso	2	"	[Tasso]	
La Petie Poeme			[Delille]	
Les Trois Royacimes ... 2	}		[Delille]	
Nature - Poeme			2	2 jogos em bruxure
Posies fugitifs			1	Delille em bruxure
Code du commerce - bruxure	1	"	[Code]	
Code du Bonheur	6	"	[Erlach]	
Code de la Police	2	"	[Du Chesne]	
Recherches sur les Egíptiens et les Chinois	2	"	[Pauw]	
Les Amours Epiques - bruxure	1	"	[Parseval]	
Contes Fables par Segur l'Ainé - bruxure	1	"	[Ségur]	
Voyage em Portugal par link	3	"	[Link]	
Le conte de Valmont	5	"	[Gérard]	
Epitres de Heloise	1	"	[Abélard]	
Lettres d'une Cultivateur Americain à Ecuyer	2	"	[St. John de Crèvecoeur]	
Jadilia Bionis Latim e Grego	1	"	[Bion]	
Siecles de Luiz 14. ^o	3	"	[Voltaire]	
Leçons de Rethorique: par Blair	4	"	[Blair]	
Consulat de Buonaparte	3	"	[Pagès]	

* Os nomes aqui acrescentados, na coluna da direita, remetem para a lista, em ordem alfabética de nomes de autor, no anexo desta edição (p. 235). [N.E.]

Dictionaire d'Histoire naturelle – Bomare	15	"	[Valmont de Bomare]
D.º Geografique de Nogien 3.ª edition	1	"	[Vosgien]
Decadas de Barros e Couto – edição nova	26	(?)	" [Barros, João de]
Fundamente Stelii cultioris – Hienneci	1	"	[Heineccius]
Oeuvres Morales de Rochefoucaut	2	"	[La Rochefoucauld]
Idyles de Barquin	1	"	[Berquin]
L'histoire veritable trad. de Greg	1	"	[Dares Frigio]
Scharron	3	"	[Charron]
Robbé oeuvres badines	2	"	[Robbé de Beauveset]
Romans et Contes par M.º Voltaire	4	"	[Voltaire]
Dictionnaire Françaes et' Anglais – Boyer	2	"	[Boyer]
Theorica das Mares por Sarmento	1	"	[Sarmento]
História Univerçal de Milot	2	"	[Millot]
Terencii Comodio – Juvencios	1	"	[Terentius]
Traité des delits et des peines – Bocaria	1	"	[Beccaria]
Verney Lógica	1	"	[Verney]
Traite des Lois Civiles	1	"	[Pilati di Tassulo]
Quintiliano de Foncêca	2	"	[Quintiliano]
Compendium Anatomicum	1	"	[Heister]
Arte de cozinha	1	"	[Rodrigues]
La Visite Fabuliste Comedie par Dalannay	1	"	[Launay]
Fables Egiptiennes et Greques	2	"	[Pernety]
Voyage de Robertson	1	"	[Robertson]
Borrechii (?) (Borrchi)	1	"	[–]
Tragedies de Sophocles	2	"	[Sófocles]
Obras Criticas de Clercio	3	"	[Leclerc]
Gil Blas – Françaes	4	"	[Lesage]
Tractado Moral	2	"	[Noronha]
Orações de Cicero	3	"	[Cicero]
Rezumo ou Index dos Alvarás – dous jogos	2	"	[Pereira, Joaquim]
Recreação filozophica	9	"	[Almeida]
Poezies de M.ª des Houlières	2	"	[Deshoulières]
Vosseii (?) Rhetorica	1	"	[Vossius]
Arte nova da Lingoa Grega	1	"	[Faria]
Les Ornemens de la Memoire &	1	"	[Alletz]
Dictionaire d'Anedoctes	2	"	[Lacombe]
Religião Poema de Racine	1	"	[Racine]
Rudimens de l'Histoire de Mairon	4	"	[Domairon]
Oeuvres de Frederic de la Pruse	17	"	[Friedrich II]
Novo Atlas	1	"	[Portugal, Mesa]
Histoire de Italie – Fantin Bezozodard (?)	9	"	[Fantin des Odoards]

Lettres Historiques et Politiques sur l'Italie – Brosses .	3	"	[Brosses]
Tradution du Plutarque Anglois	12	"	[Traduction]
D. Quixote en Françaes	4	"	[Cervantes]
Les Paysages, ou essay sur la nature champetre – Poeme	1	"	[Lezay-Marnésia]
Les Bataves Bitobé	1	"	[Bitaubé]
Entretiens d'un jeune Prince	4	"	[Mirabeau]
Les Princes Celebres	4	"	[Alletz]
Memoires justificatifs de la Motte	1	"	[Valois de la Motte]
Cours de moral religieuse – Necker	3	"	[Necker]
Sayon S. Lambert	1	"	[Saint-Lambert]
Traite du stile – Thiebauté (?)	2	"	[Thiebault]
Oeuvres de Marmontel	4	"	[Marmontel]
Melanges de Letterature Alemande	1	"	[Cabanis]
L'Espion Anglais	10	(?)	[Lanjuinais]
Droit civil Françaes – Bernardi	4	"	[Bernardi]
Lettres de quelques juifs	3	"	[Guénéé]
Satires de Boileau	1	"	[Boileau]
Curcus lógicus – manuscripto	1	"	[–]
Instructio Sacri oratoris	1	"	[–]
Anteteatro critico	1	"	[Mañer]
Madureira Ortografia	1	"	[Feijó]
Dictionaire de Police ... Fremenville	1	"	[Frémenville]
D.º Grego – Hederico	2	"	[Hederich]
Veridarium Sacro et profanis eruditionis	1	"	[Mendoza]
Elpino Odes	1	"	[Silva, António]
Letres et pencees de M.P. de Ligne	2	"	[Ligne]
Le Note Romane al Sepolchro de Scipriani	2	"	[Verri]
Oeuvres de Moliere edition sterotype	2	"	[Molière]
Dites Racine	3	"	[Racine]
Teatro Herohino das Mulheres Illustres – Perin	2	"	[São Pedro]
Conceitos predicaveis – Oger	1	"	[–]
Panagiricus historicus Paschales I (?) M.	1	"	[Stockler]
Aventuras de Telemaque	4	"	[Fénelon]
Romanse comique	3	"	[Scarron]
Ecole do monde	3	"	[Lenoble]
Zodiaco soberano – só o 2.º			[Figueiredo]
Historia dos Filosofos – o 1.º			[Leal]
O novo Testamento em Grego – o 1.º			[–]
Logica de Genoense – o 1.º	1	"	[Genovesi]
Herodianos em Grego	3	"	[–]
Histoire de Indes Orientales – Guyon			[Guyon]
Compendio da Historia Ecleziastica de Berti 1.º			[Berti]
Estatutos da Universidade de Coymbra em doze falta o primeiro			[Estatutos]
Histoire compare des Systemes Philosophiques de Gerando .	9	"	[Gérando]

Lettres de Ninon de l'Enclos	2	"	[Lenclos]
Choix de Aneodctes	2	"	[Choix]
Letres de une Peruvienne	2	"	[Graffigny]
Jaques le Fataliste	4	"	[Diderot]
Histoire des Amours des Gaules	6	"	[Bussy]
H Pastor fido	1	"	[Guarini]
Choix de Poesies Allemens – Habert	4	"	[Huber]
Developement de la Theorie des lois crimineles	2	"	[Bexon]
Teatro de Pedro Cornelle	1	"	[Cornelle]
Traite de legislation Benthan	3	"	[Bentham]
Histoire de la ocupation de la Baviera	1	"	[François de Neufchâteau]
L'Eleve de la Nature Beureur (?)	2	"	[Beaurieu]
La Science de la legislation ... Filanguire	7	"	[Filangieri]
Dealogos de Platão em Grego	1	"	[–]
Luciani Coloquios	1	"	[Luciano]
Cour/c/s de Agriculture – Rusuer	10	"	[Rozier]
Compendio Historico do estado da Universid.º de Coimbra..	2	"	[Portugal. Junta]
Precipios de Direito Mercantil – brux	3	"	[Lisboa]
Tractado do Seguros	1	"	[Santarem]
Memoria econ. sobre a franqueza dos vinhos	1	"	[Lisboa]
Observações sobre a propriedade do Brazil	1	"	[Lisboa]
Compendio da Obra da riqueza das Nações	3	"	[Smith]
O Investigador Portuguez 1.º anno	12	"	[Investigador]
Le Cultivateur Anglois ... Young	12	"	[Young]
Cicireone opera omnia	9	"	[Cicero]
Bluteau vocavulario – Serm.º &	13	"	[Bluteau]
Insiclupedia Poetica – brux	15	"	[Gaigne]
Vida do Infante D Luiz	1	"	[Valença]
<i>Livros de Direito</i>			
Barboza	19 e 20	"	[Barbosa, Pedro]
Cordeiro Dubitationes in foro	1	"	[Cordeiro]
Guterrius de Juramento	1	"	[Gutierrez]
Thome Velasco Alegationes super varias materias	1	"	[Vallasco]
Mendes A castro	1	"	[Castro, Manuel]
Martine da Costa tractado da forma dos Libellos	1	"	[Caminha]
Institutio Parochi	1	"	[Abreu]
Gail Praticarum observationem ad processum	1	"	[Gail]
Deocones Ferences Absenectiis Portuence	1	"	[–]
Aboim demonere Judices orphanorum	6	"	[Aboim]
Guerreiro opusculo de Previlégios Familiarum	3	"	[Aboim]
Gaite Opera	1	"	[Gail]
Farinassi Opera	9	"	[Farinacci]
Gama Decionis	1	"	[Gama]

Têmodo Decionis et questiones	4	"	[Fonseca]
Bartholomei Sepolo	1	"	[Cipolla]
Andréu Valencis Partilha Juris Canonis	1	"	[Vaulx]
Roberte Maranto Aurea Praxis	1	"	[Maranta]
Aspicuelta Manuale confessoriorum	1	"	[Azpilcueta]
Cardozo de Iudisibus et advocatis	2	"	[Amaral]
Ferreira de Dicionibus	1	"	[–]
Vallaci In suprema curia Luzitano	2	"	[Vaz]
Deonisu Petur (?) Retoriarum Temporum	2	"	[Petau]
Silvestre Gomes de Moraes de Execucionibus	2	"	[Morais]
Antoni Concilei Alegationes Forences	3	"	[Concioli]
Sanches de Matrimonio	2	"	[Sanchez]
Fran.º Trigueiro Góes, Ecco Juridico	1	"	[Góis, Francisco]
Tractatus lamfrançi Zachio de Salario	1	"	[Zacchia, Lanfranco]
George de Cabido de Dicionibus	1	"	[Cabedo]
Arius Panelus de Reçinden Veride	1	"	[Pinhel]
Francisco Pinheiro de Testamentos	2	"	[Pinheiro]
Arnoldi Vinu Comentarius Academicus et forencis	1	"	[Vinnen]
Benedictus Pereira Prontuarium Juridico	1	"	[Pereira, Bento]
Fran.º de Caldas Pereira e Castro Anatitius Comentarius..	1	"	[Castro, Francisco]
Paulus Zechias de Questionibus so o 4.º			[Zacchia, Paolo]
Fran.º Momteiro (?)	1	"	[Mantica]
Brito de Locationibus	1	"	[Brito]
Lima Comentaria	4	"	[Lima, António]
Benedictus Pegidius Comentaria	4	"	[Pererius]
Matheus Homem Leitão de Jure Luzitano	1	"	[Leitão]
Velasco de Emple	1	"	[–]
Aquita de Roxas	1	"	[Águila y Rojas]
Macedo de Dicionibus	1	"	[Macedo]
Paiva Penna – Orphanologia Pratica	1	"	[Pona]
Traite das Prescrições de Bens de Eglize	1	"	[Dunod de Charnage]
Guerra ad Ordenationem Purtugalis () Regni	1	"	[Legas]
Maños de Escobar de Racionibus administorum	1	"	[Muñoz de Escobar]
Julio Francisco – Alugação Juridica	1	"	[Francisco]
Gratia de Beneficiis	1	"	[Garcia]
Fontaneles de Partis Nupecalibus (?)	2	"	[Fontanella]
D.º de Dicionibus Sacra Regis Senatjs	2	"	[Fontanella]
Gutierrez de Matrimonio	1	"	[Gutierrez]
Barboza Opera Omnia	1	"	[Barbosa, Pedro]
Portugal de Donationibus Regiis	1	"	[Portugal, Domingos]

Mirleno (?) de Pignoribus Eipotasis (?)	1	"	[Merlini]
Mirlenus de Legislationem	1	"	[Merlini]
Molina de Jure 1.º e 4.º	2	"	[Molina]
J. Yames Opera Juridica	1	"	[Yáñez]
Faria Additiones ad Covarroviam	1	"	[Ybanez de Faria]
Stefani Gratiani Desceptaciones ac decisiones	7	"	[Graziani]
M.A. Sabeli Sima Diviniorum (?) Tratatium	6	"	[-]
J.B. Valenzuela Velasques Opuscula Theologia Juridica	3	"	[-]
Blassii Muchaloru Codiciis Justiniani	1	"	[-]
Jacobi Menochii Positionis	8	"	[Menochio]
Manocheris de prosumptionibus	2	"	[Menochio]
D.º de Posseçione	1	"	[Menochio]
D.º de jurisdictione	1	"	[Menochio]
Mascarenhas Tratatío utrique fori	1	"	[-]
Lacius Clarus	1	"	[Florus]
Obra de Cesione	1	"	[Bruni]
Velasques de Jure Emphiteutico	1	"	[Vaz]
Costa de Remediis Serbo idiarus (?)	2	"	[Costa]
Anecletus Jus Canonicum	4	"	[Reiffenstuel]
D.º Theologia Moral	1	"	[Reiffenstuel]
Rodrigues Opera Omnia	1	"	[Rodrigues da Veiga]
Nogueira Questiones Singulares	1	"	[Nogueira]
Altimar de Nulitatibus	4	"	[Altimaro]
(?) de Castillo Opera Omnia	10	"	[Castillo Sotomayor]
Guizzini opera Criminale	1	"	[Guazzini]
Maicard de Provatione	1	"	[Mascardi]
L. Portatio de Sublatastione	4	"	[Postio]
Decretum Gratiani mandatum	3	"	[-]
Vulpino Succis Farinacii	1	"	[Farinacci]
Noguival alegationes Juris	1	"	[Diez Noguero]
Carvalho de Quarta Legitima Falencia (?)	1	"	[Carvalho]
L. Matheus de Ré criminale	1	"	[Matheu y Sanz]
Molina de Justitia et Jure - falta o 1.º	2	"	[Molina]
Salgado de Conditoribus	2	"	[-]
Candero Varié resolutions etriusque Juris	1	"	[Cáncer]
Justiniano de Jurisprudencia	1	"	[-]
Gomezzi ad Legis (Tauri?) Comentarium	2	"	[Gomez]
Ciriaco de Castrovertia forence	4	"	[Negri Ciriaco]
Coleção de Leis so existe o 2.º	1	"	[-]
Depassiaribus ... da scripture private	1	"	[De Passeribus]
Classes de crimes	1	"	[Sousa, Joaquim]
França Pratica Lusytana só o 2.º	1	"	[Castro, Manuel]
Barboza axiomata juris	1	"	[Barbosa, Simão]

Oliveira de Castro - Comp. Pratico em 4.º	1	"	[-]
Caetano Gomes Dizertação Juridica	1	"	[Gomes]
Principio de Direito Mercantil digo Natural	1	"	[Coelho]
Leitão Pratica do Juizo	1	"	[Leitão, António]
Sanches de Mello de Judiciis Debitorum ... 4	1	"	[Sanchez de Melo]
Repertorio das Leis	1	"	[-]
Pascoal J.º de Mello de Jure public - o 1.º	1	"	[Melo Freire]
Fontes proximas da Compilação Filippina	1	"	[Gordo]
Coleção de alguns Decretos e Alvarás	1	"	[-]
Regur (?) Jus Ecclziasticum	1	"	[Espan]
Antonii Comsioli Annotassiones	3	"	[Concioli]
Polyanthea Eucharistica	1	"	[Macabelo]

R.º de Janeiro 28 de Fev.º de 1815

M.º Joaq.º da S.º Porto

Catalogo dos Livros que comprei á Preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido D.º Manoel Ignacio da S.º Alvarenga, com 10 por cento sobre a avaliação que se acha á margem de cada huma das obras tiradas, e conferidas com a original avaliação.

	volumes	
Psalmi tradoti dall Ebraico par Savario Mathei	2	" 4\$800
Nouveau elemens de la Science del'home par Barthez	2	" 2\$000
Jeruzalem delivrée par Le Brun	2	" 3\$000
Ouvres completes de Claudien	2	" 3\$000
Sinonimes Français par l'Abbé Roubeaur	4	" 2\$400
Opera de Luduvico Arioste	6	" 3\$000
Tabettes Chronologiques par Barban de Brugere	2	" 1\$200
Economie Politique par Stuart - Recherches	5	" 4\$000
Vocabulario Italiano e latino	2	" 4\$800
Les Amurs Pastorales & trad. par Amiot	1	" 1\$600
Grammaire des Sciences Philozophiques	1	" -
Sisteme du Droit Maritime del Europe par Azunil	2	" 1\$000
Les Amours Malheureux ou le Conte de Conninge	1	" \$800
Les Martires par Chataubrine - bruxure	3	" \$320
La Colombiade par M.º du Bucage	1	" 1\$200
Jacobi Pervii Opuscula	1	" \$240
La Jeruzalem liberat: de Si.º Tasso	2	" \$480
La Petie Poeme de — 2 jogos em brux. outro não	3	" \$800
Paradis perre trad. par	3	" 1\$200
Eneide Trad. par	2	" \$960
Les Trois Royaumes de la	} de Dellile	" \$800
Nature - Poeme		2
Les Poesies fugitifs	1	" \$800
Code du Comercio - bruxure	1	"

Code du Bonheur	6	"	2\$400
Dicionario Exegetico	1	"	\$200
Code de la Police	2	"	\$400
Recherches sur les Egíptiens et les Chinois	2	"	1\$000
Les Amours Epiques - bruxure	1	"	\$400
Contes Fables par Segur - l'ainé - bruxure	1	"	\$240
Voyage en Purtugal par Link - bruxure	3	"	1\$200
Le Conte de Valmonte	5	"	1\$600
Epitres de Heloize	1	"	\$300
Letres de hune Cultivateur Americain	2	"	1\$200
Idalia Bionis - Latin e Grego	1	"	\$240
Seccli de Luiz 14. ^o	3	"	1\$500
Consulat de Bonaparte	3	"	1\$200
Leçons de Rethorique: par Blair	4	"	2\$000
Histoire des Imperis par Guion	8	"	4\$000
Dictionaire da Histoire naturelle - Bomare	15	"	6\$000
D. ^o Geografique de Noire (?) 3. ^{eme} edition	1	"	1\$300
Decadas de Barros e Couto edição nova	24	"	12\$000
Fundament Stilic Cultioris - Hinçio	1	"	\$160
Oeuvres Morales de Rochefoucaut	2	"	-
Idiles de Barquin	1	"	\$240
L'Histoire Veritable trad. du Greque	1	"	-
Scharron	3	"	-
Robbè Oeuvres Badanis	2	"	\$400
Romançes et Contes par M. ^r Voltaire	4	"	1\$280
Dictionnaire François et Anglois - Borjer	2	"	3\$200
Theorica das Marés por Sarmiento	1	"	\$200
Histoire Universal - Milot	2	"	4\$200
Terancii Candido Juvencios	1	"	\$120
Fablas de lafontaine	1	"	\$640
Trait des delites et des peines - Bocaria	1	"	\$600
Oeuvres Completes de Alexandre Pappé	2	"	4\$800
Verney Logica	1	"	\$240
Trait des Lois Civilis	1	"	\$240
Quintiliano de Fon. ^a	1	"	\$160
Quintiliano Traduzido p. ^r Vila Lobos	2	"	\$120
Compendium Anatomicum	1	"	-
Arte de cozinha	1	"	-
La Visite Fabulista Comedié par Dalannois	1	"	1\$920
Origine des Ars, des Lois et Sciencies	6	"	1\$600
Palmeirim da Inglaterra	3	"	\$640
La Clefs des Sciencés et du beaus Arts	4	"	1\$000
Fables Egíptiennes et Greques	2	"	\$100
Voyage de Robertson	2	"	-
Borrechii &	1	"	-

Tragedies de Suphocles	2	"	1\$000
Obras Criticas de Clerçio	3	"	\$20
Geografia moderna	2	"	-
Tratado moral	2	"	\$320
Oraçoes de Ciciro	3	"	\$600
Rezumo ou Index dos Alvarás - 2 jogos 16. ^o		"	\$300
Gil Blas em Français	4	"	1\$280
Recreação Filozofica	9	"	1\$440
Poezies de M. ^{me} de Houlieries	2	"	\$820
Vosser Retorica	1	"	\$660
Arte nova da lingoa grega	1	"	\$200
Les Ornemens de la Memoire &	1	"	\$400
Contes Moraus	3	"	\$600
Ditionaire de Anedoctes	2	"	\$600
Georgicas de Vergilio traduzidas p. ^r Ozorio	1	"	\$100
Relegiam Poema de Racine	1	"	\$160
Vieira abreviado	2	"	\$200
Oeuvres de Frederic de la Pruse	17	"	10\$000
Dictionaire nouveau	2	"	\$200
Contes a rire	1	"	\$400
Rudimens de l'Histoire - de Mairon	4	"	1\$600
Lavrimon ou l'Homme tel quil est	3	"	1\$200
Novo Atlas	1	"	-
Histoire de Italie: Fantin dezaso Doard'	9	"	5\$400
Letres Historiques et Politiques Sur l'Italie - Brosses ..	3	"	1\$920
Tradution du Plutarque Anglois	12	"	-
Tableau Historique d'Italie	1	"	\$400
D. ^m Quixote en Françaes	4	"	2\$500
Les Paisages, ou essay sur la Nature Champetre	1	"	\$400
Les Bataves Bitobbé	1	"	\$500
Entretimens de une Jeune Prince	4	"	1\$600
Les Princes Celebres	4	"	\$320
Renseignements Sur l'Amerique	1	"	\$320
Memoires justificatifs de la Mote	1	"	4\$200
Oeuvres de Crabilon - Iefelis	7	"	\$720
Curs de Moral Religieuse - Neker	3	"	\$320
Sayon S. Lambert	1	"	2\$800
Le Espion Turc	7	"	1\$000
Trait de stile Theibault	2	"	3\$600
Etudes de la Nature - S. Pierre	6	"	2\$000
Oeuvres de Marmontel	4	"	1\$000
Melanges de literature Alemande	1	"	3\$200
L'Espion Anglois	10	"	1\$280
Droit civil Francais - Bernardi	4	"	2\$880
L'Espectateur ou le Socrate moderne	7	"	-

Histoire Literaria – Voltaire	6	"	2\$880
Melanges de Literature	5	"	2\$880
Lettres de quelques Juiffs	3	"	1\$920
Les Nuites de yung	4	"	\$800
Greccourt – Oeuvres	4	"	\$640
Letres de Ninnon del Enclos	2	"	\$640
Choix de Anedoctes	5	"	1\$000
Letres de une Peruvienne	2	"	\$480
Jaques le Fataliste	4	"	\$320
Histoire des Amoures des Gaules	6	"	1\$920
Il Pastor fido	1	"	\$320
Choix de Poesies Alemens – Habert	4	"	2\$400
Developement de la Theorie de Loix crim ^s	2	"	1\$000
Theatro de Pedro Cornelio	12	"	9\$600
Trait de Legislationne Benthan	3	"	1\$000
Tableau de Paris	12	"	3\$600
Histoire de la Ocupation de la Baviera	1	"	\$320
La Science de la legislatione Felanguire	7	"	3\$500
Le Elève de la Nature Beauriem	2	"	\$600
Histoire de la Revulation Desodoard	9	"	8\$000
Dialogos de Platão – em Grego	1	"	\$240
Lucianii Coloquios	1	"	\$160
Curs de Agriculture ... Rozier	10	"	25\$600
La Novella Maisson Rustique	3	"	5\$760
Compendio Historico da Universid. ^c de Coimbra	3	"	–
Principios do Direito Mercantil – bruxura	3	"	–
Tratado dos Seguros	1	"	–
Memoria e Conom. Sobre a franqueza do V. ^{os}	1	"	–
Observações sobre a prosperid. do Brazil	1	"	2\$400
Compendio da Obra da riqueza das Nações	3	"	1\$000
O Investigador Portugues Prim. ^o anno	12	"	16\$000
Le Cultivateur Anglois ... Yung	18	"	4\$000
Dictionaire de Comerc ... Perchet	5	"	5\$000
Cicirione Opera Omnia	9	"	8\$000
Bluteau vocabularios sermoens &	13	"	1\$280
Vida de D. João de Castro ... fol. ^o	1	"	1\$280
Chronica de El rej D. Manoel Goes	1	"	2\$000
Emciclopedia Poetica – bruxura ... fol. ^o	15	"	\$600
Vida do Infante D. ^m Luiz	1	"	–
Satires de Boileau	1	"	1\$500
Vida do P.e Antonio Vieira .. fol.	1	"	2\$000
Quintiliani & Capo (?) fol.	1	"	–
Cursus Logicus manuscripto	1	"	–
D. ^o Felozofique	1	"	–
Instructi sacri Oratoris	1	"	–

Ante Theatro Critico	1	"	\$100
Madureira Ortografia	1	"	\$320
Elemens del Histoire de Françe	3	"	1\$200
Quintilianni Retoricus	2	"	\$400
Mallebraxnes Recherches de la Verité	4	"	1\$230
Cabanis report Revolutions (Cert. nda) (?)	4	"	2\$400
Principes de Letteratura – Batieis	6	"	2\$400
Dictionaire de Police Frionenville	1	"	\$800
D. ^o Purtugues Frances Latino – Só –	1	"	2\$000
D. ^o Grego Hederico	2	"	2\$400
La Henreade Poeme	1	"	\$160
Veridarium Sacro et Profano eruditiones	1	"	\$100
Elpino Odes	1	"	\$320
D. ^o Sonetos	1	"	\$200
Letres et Pensées de M.P. de Segni (Ligne?)	2	"	\$800
Lenotte Romana al Sepolchro de Sipioni	2	"	\$400
Gramatica Franceza de Lima	1	"	\$240
Theatro de Voltaire	12	"	3\$840
Oeuvres de Moliere – coletion eterotype	8	"	2\$400
Dtes Raçine	3	"	\$900
Teatro Herohino das Mulheres Illustres Perin	2	"	\$600
Conseitos predicaveis ... Hoger	1	"	\$160
Moral Araujo	1	"	–
Panegiricus historicos Paschales D. M.	1	"	–
Aventuras de Telemaque	4	"	600
Romançe comique	3	"	\$720
Ecole du monde	3	"	\$600
Zodiaco soberano ... só o 2. ^o	1	"	–
Historia do Filozofos ... o 1. ^o	1	"	–
O novo Testamento em Grego	1	"	–
Logica de Genouençe	1	"	320
Herodiannos em Grego	1	"	200
Esprite des Tragedies só o 2. ^o	1	"	–
Histoire de Cavelande 1. ^o 2. ^o 3. ^o 7. ^o som. ^c	4	"	\$640
Elemens de matematicques 1. ^o	1	"	–
D. ^o de Calculo ... 2. ^o	1	"	–
Cours de Histoire naturelle 1. ^o	1	"	–
Histoire de Indes Orientales – Guyon 3. ^o	1	"	\$160
Patasa (?) Enciclopedia ... 2. ^o	1	"	–
Compendio da Historia Ecclziastica Berti 1. ^o	1	"	–
Jornal Enciclopedico alguns N. ^{os}	3	"	2\$560
Estatutos da Univerçidade de Coimbra falta 1	1	"	1\$760
Montesquieu em 12 falta o 1. ^o	1	"	1\$000
Biblioteque de Romançes Gregos em 12 falta 5. ^o	1	"	1\$000
Fontaneles em 12 falta o 1. ^o	1	"	–

Nouveles du Bocaçe	7	"	\$700
Histoire Compare de Systemes Filozofiques Gerando .	3	"	2\$400
Barboza	19 e 20	"	3\$800
Sistema ou Collecção dos Regim. ^{tos} Reais falta o 3. ^o	6	"	\$200
Cordeiro Dubitiones in foro	1	"	\$200
Gutenrus de Juramento	1	"	\$200
Thome Velascus alegationes super varias materias	1	"	\$200
Mendes a Castro	1	"	\$200
Martins da Costa tratado da forma dos libellos	1	"	\$200
Institutis Parrochi	1	"	\$200
Gaill Praticarum observationem ad Processum	1	"	\$200
Decciones Forenses ab Sancta Portuence	1	"	\$200
Aboin demonere Judicis Orphanorem	6	"	\$200
Guerreiro Opusculum de Privilegius Familiarum	3	"	\$600
Gaite opera	1	"	\$200
Farinassi ()	9	"	1\$800
Gama Decionis	1	"	\$200
Themudo Deciones et questiones	4	"	\$800
Bartholomei Cipollo	1	"	\$200
Andreu Valhancis partilha Juris Canonices	1	"	\$200
Roberti Maranto Aurea Praxis	1	"	\$200
Aspicuelta Manuale confessoriorum	1	"	\$200
Cardozo de Iudisibus et advocates	2	"	\$400
Ferreira de Dicionibus	1	"	\$200
Valaci In Suprema Curia Luzitana	1	"	\$200
Dionisu Peteru Retionirarum temporem	2	"	\$400
Pegas	25	"	5\$000
Silvestre Gomes de Moráes de Execucionibus	2	"	\$300
Antoni Consilei Alegationes Forençes	3	"	\$300
Sanches de Matrimonio	2	"	\$400
Manoel Lopes Ferreira Pratica criminal	1	"	\$200
Francisco Frigueiro Goes - Ecco Juridico	1	"	\$200
Tratatus Lanforenci Zachio de Salario	1	"	\$200
Georges de Cabido de Decionibus	1	"	\$200
Arius Pinclus de Recinden Verid	1	"	\$400
Francisco Pinheiro de Testamentes	2	"	\$200
Arnoldi Verus Comentarius Academicus efforenses	1	"	\$200
Benedictus Pereira Prontuarum Juridicum	1	"	\$200
Fran. ^o de Caldas Per. ^a e Castro Anatiteus (?) comentarius .	1	"	\$200
Paulus Zachias de Questionibus - só o 4. ^o	1	"	\$400
Francisco Mantica (?) (Monteiro?)	2	"	\$600
Pufendorf de Jure Nature	3	"	\$200
Brito de Locationibus	1	"	\$200
Constituições do Arcebispado da Bahia	1	"	\$800
Lima Comentaria	4	"	

Benedictus Pegidius Comentarua	4	"	\$800
Matheus Homem Leitão de Jure Luzitano	1	"	\$200
Castro - Pratica Luzitana	2	"	\$400
Velasco de Emple	1	"	\$200
Aquita et Roxas	1	"	\$200
Macedo de Recesionibus (?)	1	"	\$200
Paiva de Pena Orfanologia Pratica	1	"	\$200
Trait des Prescripçoens del' Alienation de bens de glise	1	"	\$200
Guerra ad ordinationes Portugali & Regnis (?)	1	"	\$200
Antonio Bacor Biblioteca Juris Canonico Civiles	4	"	\$800
Muñoz de Escobar de Racimilus (?) administratorum .	1	"	\$200
Amaldus de Amaldis de Comentaris Amercaturix	1	"	\$200
Julio Francisco Alegação Juridica	1	"	\$200
Gratia de Beneficiis	1	"	\$200
Lancelote de Atentatis	1	"	\$200
Fontaneles de Partis Nupcialibus	2	"	\$400
Fontaneles Dicissiones sacre Regis Sanctus	2	"	\$400
Silva Comentarua ad Ordenationes Regni Portugalis ..	4	"	\$800
Gutierrez de Matrimonio	1	"	\$200
Barboza opera omnia	4	"	\$800
Portugal de Donationibus Regis	1	"	\$200
De Mercatura et Assecuratione	1	"	\$200
Mirlenus de Pignoribus et Hypotecas	1	"	\$200
Mirnelus de legitima	1	"	\$200
Molina de Jure ... 1. ^o e 4. ^o	2	"	\$400
J. Yañes opera Juridica	1	"	\$200
Faria Additiones ad Covarrovia	1	"	\$200
Stefani Gratiani Desceptaciones ac dicisiones	7	"	1\$400
M.A. Sabeli Suma Diviniorum (?) Tratatum	6	"	\$600
J.B. Valenzuela Velasques opuscula Theologica Juridica .	3	"	\$200
Blassii Mochalora opera Juridica	1	"	\$200
Blossii Codices Justiniani	1	"	\$200
Profetrionis Codices Justiniani	8	"	1\$600
Jacobi Menochii Consiliones	1	"	\$400
Menochius de Presumptionibus	2	"	\$200
D. ^o de Pocesione	1	"	\$200
D. ^o de Jurisdicione	1	"	\$200
Mascarenhas Tratatio Vtrique fori	1	"	\$400
Biblioteca Juris Utricuque manuscripto	2	"	\$400
Thesaurus Juris	2	"	\$200
Lucius Clarus	1	"	\$200
Obra de Cessione	1	"	\$200
Velasco de Jure Emphiteutico	1	"	\$400
Costa de Remediis Sub...(?)	2	"	\$800
Anacletus Jus Canonicum	4	"	\$200
D. ^o Theologia Moralis	1	"	

Repertorio das Ordenações	2	"	\$400
Ordenações 1.o e 4.o	2	"	\$400
Rodrigues opera omnia	1	"	\$200
Nogueira Questiones singulares	1	"	\$200
Altimar de Nulitatibus	4	"	\$800
Guizzini opera criminalia	1	"	\$200
Mascard de Provatione	2	"	\$400
Cuvarruvias	2	"	\$400
Joanis de Castelo opera omnia	10	"	2\$000
L. Portatis de Subhastatione	4	"	\$800
Decretum Gratiacum emendatum	3	"	\$600
Vulpinis ucces Frinacii	1	"	\$200
Noguival allegationis Juris	1	"	\$200
Carvalho de Quarta Legitima Falentia (?)	1	"	\$200
L. Matheus de Ré criminale	1	"	\$200
Molina de Justitia et Jure - falta o 1.º	2	"	\$400
Salgado de Regia Protectione	1	"	\$200
D.º de Suplicationi	1	"	\$200
D.º de Conditoribus	2	"	\$400
Canderio Varis resolutiones etriusque Juris	1	"	\$200
Justinianno de Jurisprudencia	1	"	\$200
Gomezzi ad Legis Tauri (?) commentarium	2	"	\$400
Cyriacu de Controvertia forense	4	"	\$800
Collecção das Leis, só existe o 2.º	1	"	\$200
Depaseribus (?) de scriptura privata	1	"	\$200
Classes dos Crimes	1	"	\$200
França Pratica Lusitana só o 2.º	1	"	\$200
Barboza axiomata Juris 2 jogos	1	"	\$200
Oliveira de Castro Compendio pratico ... 4	1	"	\$200
Caetano Gomes Desertaçoens Juridicas ... 4	1	"	\$200
Principios de Direito Natural. Felipe Joze Nog.ª ... 4	1	"	\$200
Leitão Pratica de Juizo ... 4	1	"	\$200
Sanches de Mello de Indiciis Debitorum ... 4	1	"	\$200
Repertorio das Leis ... 4	1	"	\$200
Pascoal Joze de Melo de Jure publico ... o 1.º	1	"	\$200
Fontes proximas da compilação Filipina ... 4	1	"	\$200
Collecção de alguns Decretos e Alvaras de S.A.R.	1	"	\$200
Riegor (?) Jus ecclesiasticum	1	"	\$600
Antonii Consioli Annotationes	3	"	\$200
Polyanthea Eucharistica	1	"	1\$280
Elegias de Prosera (?)	2	"	10\$000
Lycee par La Harpe	16	"	4\$000
Nouveaux amusement de l'esprit	15	"	

R.º de Jan.º 28 de Fev.º de 1815

M.º Joaq.º da S.ª Porto

ESTATUTOS

DA

REAL

BIBLIOTHECA.

MANDADOS ORDENAR POR SUA Magestade



RIO DE JANEIRO.

NA REGIA TYPOGRAPHIA

1821.

ESTATUTOS

DA

REAL

BIBLIOTHECA.

§. I.

A Real Bibliotheca, Alfaia preciosa da Coroa de Portugal, que tantos disvellos tem merecido, e de que tantos beneficios, e honra pode resultar ao Estado (e já se tem experimentado) estará sempre debaixo das Ordens, e direcção do Mordomo Mór, ou Ministro Secretario d'Estado dos Negocios do Reino que servir de Mordomo Mór; e todas as dependencias, e negocios relativos á dita Real Bibliotheca correrão privativamente, e com inteira independencia d'outro qualquer Ministro; e por isso elle ouvirá as propostas dos encarregados, e lhes dara as resoluções que julgar mais adequadas.

§. II.

Todos os Empregados na Real Bibliotheca como Creados de SUA MAGESTADE, gozarão dos mesmos Direitos, Privilegios, Foros, e Preeminencias que gozão os de mais

Creados da Caza Real, que estão em actual Serviço de SUA MAGESTADE, e percebem Ordenado.*

§. III.

Havrá em a Real Bibliotheca hum Prefeito, hum Ajudante, dois Escreventes, e os Serventes que forem precizos.

§. IV.

Ao Prefeito toca attender, e prover no bom governo da Real Bibliotheca dando conta ao Mordomo Mór, ou ao Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, de tudo que se deve fazer na Real Bibliotheca, representando-lhe por escripto, ou em audiencia particular tudo quanto for necessario, e conveniente para a conservação, augmento, e esplendor da mesma Real Bibliotheca, e a elle serão dirigidas todas as Ordens pertencentes á mesma Real Bibliotheca, e elle consultará, e propondrá os individuos de que a mesma Real Bibliotheca precizar, e estes lhe obedecerão em tudo que pertencer á mesma Real Bibliotheca.

§. V.

Ao Prefeito tambem toca assistir na Real Bibliotheca todo o tempo, que for necessario para que esta se mantenha em o devido estado, zelando muito que os Empregados assistão, e cumprão exactamente suas respectivas obrigações, dando conta ao Director do que julgarem precizo para o ditto effeito, assim como tambem para corri-

* Decreto de S. A. R. de 1802.

gir as desordens, que succederem em a Real Bibliotheca, e não puder remediar, e emendar por si mesmo, e sendo preciso o auzentar-se por algum tempo consideravel, o fará saber ao Companheiro ou Ajudante para nelle não descançar, e haver falta.

§. VI.

Ao Prefeito tambem compete correr com as compras dos livros impressos, manuscriptos, e mais coizas proprias de huma Bibliotheca. Quando porém se offerecer alguma compra cousideravel de alguma Livraria particular, collecção, ou obra consideravel, pedirá resolução do Ministro Director.

§. VII.

Quando se comprarem ou receberem alguns livros, ou alguma coiza das que ficão ditas, cuidará que immediatamente se colloquem em os lugares correspondentes, segundo a Ordem, e Classe que lhes tocar, e logo tambem o fará registrar no livro deputado para registrar tudo que se recebe na Real Bibliotheca.

§. VIII.

Assignará a cada hum dos Empregados na Real Bibliotheca o que cada hum deve fazer, e assim tambem dispensa-los do Serviço por alguns dias quando mui justos motivos os obrigarem a pedir semelhante licença; mas se fôr preciso mais de hum mez dará conta ao Ministro Director, que dará a que bem lhe parecer.

§. IX.

Nomeará Livreiro Encadernador para trabalhar na Real Bibliotheca, e fazer o que a mesma precizar do seu Officio.

§. X.

Sendo a principal obrigação do Prefeito e mais Empregados em a Real Bibliotheca a sua conservação, e que por nenhum accidente de fogo se perca ou arrisque, não consentirá que na immediação da Real Bibliotheca se ponha Officina que se arrisque a cauzar incendio.

§. XI.

O Prefeito cuidará em que a Real Bibliotheca esteja com toda a limpeza, e arranjo possivel procurando corresponder com attenção, civilidade, e cortezania aos que tem faculdade, e procurarem a Real Bibliotheca para se instruirem facilitando-lhes os livros que pedirem, e se lhe podem confiar conforme as Leys tanto Civis como Ecclesiasticas sobre a leitura dos livros; e se algum dos que concorrerem á Real Bibliotheca faltar ao respeito devido a tal Caza dará conta ao Ministro Director sobre este ponto. Cuidará tambem o mais que lhe fôr possivel em evitar toda a desordem, e rumor, e assim tambem zelará que se não escreva sobre os livros, e que estes se não hancem, maltratem, ou extraviem procurando tambem que na Caza se guarde silencio, e se não perturbe a attenção dos que estudão. Como com o andar dos tempos se vio ser preciso haver na Real Bibliotheca huma guarda militar como a havia em Lisboa; ao Prefeito pertence dar-lhe as Or-

dens que ella deve observar, e avizar o Commandante do Corpo a que ella pertencer das faltas que ella fizer; não dando ao Commandante da Patrulha a gratificação estabelecida, se não no acto de ser rendido, se tiver cumprido com a sua obrigação.

§. XII.

Ao Ajudante toca ajudar o Prefeito naquillo de que o incumbir, e fazer as suas vezes em a sua auzencia; e todos os Empregados lhe obedecerão no que lhe corresponder ao serviço da Bibliotheca conforme este Regimento.

§. XIII.

Os Escreventes cumprirão o que lhe pertencer escrever conforme a ordem do Prefeito. Terão cuidado em promptamente dar, e tornar a pôr no seu lugar os livros; e terão summa vigilancia em que se não maltratem os livros que derem, e de os recolher logo que os deixão, e pertendem sahir os que os tem procurado. Quando se offerecer algum trabalho extraordinario, ou houver alguma obra muito comprida para escrever ou copiar e o Prefeito julgar necessario haver mais Escreventes por não bastarem os que ha, o representará ao Ministro Director, e havendo a sua resolução se admitirão outros de fora para aquelle assumpto particular, e se lhe pagará o que razão for.

§. XIV.

Os Serventes obedecerão ao Prefeito, assim como todos os mais no que lhe mandar conforme este Regimento, segundo a ordem, e methodo que nelle se prescreve.

Será sua obrigação abrir, e fechar as portas, e janellas da Bibliotheca de manhã e á noite, ás horas assignadas. Tambem terão todo o cuidado em ter a Bibliotheca limpa, e aceada, varrendo-se toda pelo menos todos os Sabbados, e limpando-se os livros pela ordem que o Prefeito, e Ajudante lhes assignar.

§. XV.

Para uso, e governo da Bibliotheca, haverá hum Indice Geral Alfabetico de todos os livros impressos que ha na Bibliotheca. Haverá outro em que os mesmos livros se distribuão em classes ou materias de que tratão. Haverá tambem outro dos livros prohibidos que ha na Bibliotheca; e haverá outro Indice dos livros, e papeis manuscritos composto com mais expressão, e individualidade que dos impressos. Os livros que a Bibliotheca tiver dobrados tambem estarão em huma relação separada, para della se fazer uzo quando se offerecer occasião de alguma premuta, ou alborque.

§. XVI.

Haverá hum livro aonde se assentem com especificação conveniente todos os impressos, e manuscriptos, e mais curiosidades proprias de huma Bibliotheca que se forem comprando ou recebendo na Bibliotheca; assignando-se a data do dia da sua recepção.

§. XVII.

Haverá outro em que se assentem, e notem individualmente as vendas, permutas, ou outras quaesquer sabidas de livros duplicados.

§. XVIII.

Haverá outro em que se lance a conta das Encadernações dos livros; fazendo-se memoria de todos os que se mandão encadernar fora, expressando-se o importe de cada hum.

§. XIX.

Haverá outro em que se rezistem á letra segundo suas datas todas as Ordens, Avizos, Cartas, Papeis, Representações, Resoluções, e tudo o mais que disser respeito á Real Bibliotheca.

§. XX.

Em todos os mencionados livros se porão titulos ou rotulos correspondentes ás materias que contem, e todas as suas folhas serão rubricadas pelo Prefeito, com declaração do numero das folhas, e do capitulo deste Regimento a que pertence.

§. XXI.

Haverá hum Armario em que se guardem todos os Livros de contas, razão, e rezisto, ordens, cartas, Memorias, Inventarios, e mais papeis, e instrumentos pertencentes á Real Bibliotheca, e o Prefeito, e Ajudante terão chave deste Armario; e nelle haverá hum inventario do que nelle existe.

§. XXII.

Todos os Empregados assistirão em a Real Bibliotheca todos os dias de manhã, e de tarde, excepto os Dias Santos, e de Gala na Corte, e assim tambem todas as ve-

zes, que seja preciso nos mesmos dias exceptuados, se alguma necessidade o exigir para o que serão avizados. Todos serão muito pontuaes na assistencia, e se algum o deixar de ser, e depois de admoestado pelo Perfeito continuar a ser remisso, se dará parte ao Ministro Director, que o mandará suspender no serviço, e ordenado pelo tempo que lhe parecer.

§. XXIII.

Todos os dias não feriados se abrirá a Bibliotheca ás nove horas da manhã; e permanecerá aberta até a huma de pois do meio dia; e de tarde se tornará a abrir ás quatro e meia, e se fechará antes de anoitecer; porque em nenhum caso se permitirá luz artificial para a gente de fora estudar ou consultar; e se o Prefeito convier em que se não abra aos Sabados de tarde attendendo ao muito trabalho que nesse dia deve haver na limpeza da Casa, a que todos os Serventes devem assistir sem dispença alguma, salvo se elles concordarem entre si, mas sempre de tal sorte que a Bibliotheca não deixe de ser varrida como fica disposto no §. XIV.

§. XXIV.

Todos os Empregados em a Bibliotheca assistirão pontualmente todos os dias em as quatro horas da manhã, e á tarde das quatro horas por diante ate anoitecer, avizos hum pouco antes a gente de fora para que se retire, para que com mais desembaraço recolhão aos seus lugares os livros que servirão, e fechem as janellas.

§. XXV.

Todos os Empregados evitarão quanto lhe for possível vezitas que os distrahão da obrigação de que estão responsáveis á Bibliotheca, e se algumas forem indispensaveis cuidarão em as tomar, aonde não sirvão de distracção a quem estuda, e avizarão algum companheiro que faça as suas vezes, se estavão em occupação que exija tal prevenção.

§. XXVI.

Não se abrirá a Bibliotheca fora das horas em que se costuma abrir para o estudo; mas quando succeder que alguma pessoa de consideração dezeje, e peça que quer ver a Bibliotheca mesmo em dia feriado, o Perfeito o não negará.

§. XXVII.

Sempre que para o serviço das Pessoas Reaes se fôr buscar á Bibliotheca alguma obra se entregará logo fazendo-se assento da Pessoa Real para que foi, e de quem a levou.

§. XXVIII.

Se alguma vez succeder que o Ministro Director mande emprestar algum livro impresso ou manuscripto, ou outra qualquer coiza da Real Bibliotheca, o entregarão logo procurando haver recibo de que se fará assento, advertindo o Prefeito que só por ordem escripta do Ministro Director, poderá emprestar livros; e o que neste se manda será impreterivelmente observado.

§. XXIX.

Nenhum Empregado poderá tirar, ou extrahir, nem consentir que se tire ou extraia livro algum impresso, ou manuscripto, nem coiza alguma pertencente á Bibliotheca; e todos terão summo cuidado, e indispensavel obrigação de dar conta logo immediatamente ao Prefeito de qualquer noticia ou especie que entendão sobre isto, para que tome logo logo a providencia conveniente, ou informe o Ministro Director segundo as circunstancias.

§. XXX.

Todas as pessoas que tiverem necessidade de copiar livro impresso ou manuscripto da Bibliotheca, precisamente o farão somente dentro da Bibliotheca, e ás horas costumadas do estudo; e se encarregará a algum dos Empregados o estar presente, e ver copiar ou concordar os Capitulos, Numeros, ou Parrafos que copiarem; zelando que se não vicie addicione ou corrija o Original, ou Exemplar da Bibliotheca cuidando em recolhelo logo que se acabarem as horas de estudo para continuar em as seguintes até que acabado o reconhecimento ou copia se restitua ao seu lugar.

§. XXXI.

Nenhuma Pessoa a quem o Ministro Director mandar dar licença d'uzar de algum Codice ou Manuscripto d'estimação poderá tirar copia d'elle, nem imprimilo, sem expressa, e formal licença do dito Ministro Director para isso, com previa informação do Prefeito na qual se fação presentes os motivos pelos quaes se deve permittir ou impedir.

§. XXXII.

Haverá em a Bibliotheca hum sello proprio com que se autorize tudo o que se offerecer, e escrever nella: este sello estará guardado pelo Prefeito, e servirá para marcar no principio ou rosto os livros pertencentes á Bibliotheca:

ANEXO DESTA EDIÇÃO

Tentativa de identificação dos títulos constantes da lista de livros da biblioteca de Manuel Inácio da Silva Alvarenga elaborada pelo livreiro Manuel Joaquim da Silva Porto

As sugestões aqui feitas têm a finalidade de facilitar a identificação das obras relacionadas no catálogo de livros de Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Não se pretende que as edições aqui citadas, na eventualidade de haver coincidência do título sugerido com o título que efetivamente fazia parte do acervo de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, sejam as mesmas. Esta lista foi resultado de buscas realizadas nos catálogos em linha de acesso público, disponíveis na internet, das seguintes bibliotecas: Biblioteca Nacional (Lisboa), Bibliothèque nationale de France (Paris), British Library (Londres), Library of Congress (Washington), e dos catálogos coletivos de livros da França, Itália e Reino Unido.

Nenhuma das obras aqui relacionadas foi vista e analisada, de modo que o compilador desta lista não pode oferecer garantia quanto à fidedignidade dos dados bibliográficos. A lista está em ordem alfabética de sobrenomes de autores. No final da referência, entre colchetes, encontra-se a forma como os títulos das obras supostamente equivalentes foram anotados na lista elaborada em 1815 pelo livreiro Manuel Joaquim da Silva Porto e como dali foram transcritos na primeira edição deste livro.

Para aferir a qualidade, pelos padrões da época, de algumas das obras de direito da biblioteca de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, recomendamos a consulta ao livro *Demetrio moderno ou o bibliographo juridico portuguez* (Lisboa: Officina de Lino da Silva Godinho, 1781. 216 p.), de Antônio Barnabé de Elescano Barreto e Aragão. Para uma avaliação mais atual ver, de José Gomes B. Câmara, *Subsídios para a história do direito pátrio* (2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1973, t. 1, p. 225-272).

Fica faltando cotejar esta lista com o catálogo em fichas da Biblioteca Nacional, certamente mais confiável do que o catálogo em linha na internet, que é hoje o único instrumento disponível para o público em geral. Esse cotejo será importante para sanar dúvidas e também para constatar quais desses títulos a Biblioteca Nacional logrou preservar até nossos dias. (Antonio A. Briquet de Lemos.)

- ABÉLARD, Pierre, 1079–1142. *Lettres et épîtres amoureuses d'Héloïse et d'Abeilard*. Nouv. éd. Paris: Cailleau, 1781. Provável, mas não única possibilidade. Há de Alexander Pope (1688–1744), *Épîtres d'Abelard*. Londres: 1751. [Épîtres de Heloise. 1 v.]
- ABOIM, Diogo Guerreiro Camacho, 1661–1709. *De munere judicis orphanorum opus in quinque tractatus divisum*. Ulyssipone: Officina Bernardi Antonii de Oliveira, 1759. v. 1 (813 p.), v. 2 (983 p.) v. 3 (2 v. em 1), v. 4 (2 v. em 1) [Aboin demonere Judices orphanorum. 6 v.]
- ABOIM, Diogo Guerreiro Camacho de, 1661–1709. *Opusculum de privilegijs familiarum*. Editio secunda. Ulyssipone: Typographia Dominici Gonçalves, 1747. 408 p. [Guerreiro opusculo de Privilegios Familiarum. 3 v.]
- ABREU, Sebastian de. *Institutio parochi, seu speculum parochorum*. Venetiis: Paulum Balleonium, 1708. 1001 p. [Institutio Parochi. 1 v.]
- ÁGUILA Y ROJAS, Fernando Alfonso del, fl. 168–. *Additae quaestiones de incompatibilitate regnorum & majoratumum*. Ulyssipone: Michaellem Deslandes, 1688. 692 p. [Aquita de Roxas. 1 v.]
- ALEMBERT, Jean Le Rond d', 1717–1783. *Mélanges de littérature, d'histoire, et de philosophie*. Nouv. éd. Amsterdam, Zacharie Chatelain, 1762–1767. 5 v. [Melanges de Literature. 5 v.]
- ALLEZ, Pons Augustin, 1703–1785. *Les ornemens de la mémoire, ou les traits brillans des poëtes françois les plus célèbres*. Paris: Vve. Didot, 1752. 450 p. [Les Ornemens de la Memoire Etc. 1 v.]
- ALLEZ, Pons Augustin, 1703–1785. *Les princes célèbres qui ont regné dans le monde*. Paris: Delalain, 1769. 4 v. [Les Princes Celebres. 4 v.]
- ALMEIDA, Teodoro de, 1722–1804. *Recreação filozofica, ou dialogo sobre a filozofia natural*. 3. imp. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1758–1785. 7 v. [Recreação filozophica. 9 v.]
- ALTIMARO, Biagio, 1630–1713. *Tractatus de nullitatibus contractuum*. Colonia Agrippinae: 1720. [Altmar de Nullitatibus. 4 v.]
- AMARAL, António Cardoso do. *Liber utilissimus judicibus et advocatis*. Conimbricæ: Viduam Antonij Simoens, 1729. 2 v. [Cardozo de Iudisibus et advocatis. 2 v.]
- ANSALDI, Ansaldo, 1651–1719. *Ansaldi de Ansaldis [...] Discursus legales, de commercio, et mercatura*. Coloniae Allobrogum: Fratres de Tournes, 1751. 458 p. [Amaldus de Amaldis de Comentariss Amercurix. 1 v.]
- ARIOSTO, Ludovico, 1474–1533. *Opere di Ludovico Ariosto in versi, e in prosa*. Ed. nov. Bassano: Giuseppe Remondini, e figli. 1798. 6 v. [Opere de Luduvico Ariosti. 6 v.]
- ARNAUD, François-Thomas-Marie de Baculard d', 1718–1805. *Les amants malheureux, ou le conte de Comminges*. 4e éd. La Haye: Pierre Gosse junior, 1769. 176 p. [Les Amours Malheureux ou le conte de Comminge. 1 v.]
- ARNAUD, François-Thomas-Marie de Baculard d', 1718–1805. *Lorimon, ou l'Homme tel qu'il est*. Paris: Patris et Gilbert [s.d.] 3 v. [Lavrimon ou l'Homme del quil est. 3 v.]
- AZPILCUETA, Martín de, 1492?–1586. *Enchiridion sive manuale confessoriorum et poenitentium*. Antuerpiae: Officina Christophori Plantini, 1575. 827 p. [Aspicuelta Manuale confessoriorum. 1 v.]
- AZUNI, Domenico Alberto, 1749–1827. *Système universel de principes du droit maritime de l'Europe*. Paris: Impr. de Digeon, 1797. 2 v. [Sisteme du Droit Maritime de l'Europe par Azunibe. 2 v.]
- BARBOSA, Pedro, m. 1606. *Petri Barboasae opera omnia*. Coloniae Allbrogum, 1737. 6 v. [Barboza. 19 e 20. 2 v.]
- BARBOSA, Simão Vaz, 1591–1681. *Axiomata, et loca communia juris*. Conimbricæ: Josephus Ferreyra, 1686. 231 p. [Barboza axiomata Juris 2 jogos. 1 v.]
- BARROS, André de, 1675–1754. *Vida do apostolico padre Antonio Vieira*. Lisboa: Officina Sylviana, 1746. 686 p. [Vida do P^e Antonio Vieira fol.]
- BARROS, João de, 1496–1570; COUTO, Diogo do, 1542–1616. *Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Nova ed. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1777–1788. 24 v. [Decadas de Barros e Couto edição nova. 2 v.]

- BARTHEZ, Paul-Joseph. *Nouveaux éléments de la science de l'homme*. Montpellier: J. Martel aîné, 1778. 2 v. [Nouveaux elemens de la Sciençe del'home par Barthez. 2.v.]
- BASTIEN, Jean-François. *La nouvelle maison rustique, ou Économie rurale pratique et générale de tous les biens de campagne*. Nouv. éd. Paris: Deterville, 1798. 3 v. [La Novella Maison Rustique. 3 v.]
- BATTEUX, Charles, 1713–1780. *Principes de la littérature*. Nouv. éd. Paris: Desaint et Saillant, 1764. 6 v. [Principes de Letteratura – Bate. 6 v.]
- BEAURIEU, Gaspard Guillard de, 1728–1795. *L'élève de la nature*. Amsterdam: Panckoucke, 1764. 2 v. em 1. Obra também atribuída a Jean-Jacques Rousseau. [L'Eleve de la Nature Beureur (?). 2 v.]
- BECCARIA, Cesare Bonesana, marchese di, 1738–1794. *Traité des délits et des peines*. Trad. de l'italien par André Morellet. Nouv. éd. Paris: Impr. du Journal d'économie publique, de morale et de politique, 1797. 232 p. [Traité des delits et des peines. Bocaria]
- BEGNUDELLI BASSI, Francesco Antonio. *Bibliotheca juris canonico-civilis practica*. Coloniae Allobrogum: De Tournes, 1747. 4 v. [Antonio Bacor Bibliotheca Juris Canonico Civiles. 4 v.]
- BENTHAM, Jeremy, 1748–1832. *Traité de législation civile et pénale*. Paris: Bossange, 1802. 3 v. [Traite de legislation Benthan. 3 v.]
- BERNARDI, Joseph Elzéar Dominique, 1751–1824. *Cours de droit civil français*. Paris: Garnery, 1803. 4 v. [Droit civil Francaes. Bernardi. 4 v.]
- BERQUIN, Arnaud, 1747–1791. *Idylles*. Paris: Impr. de Quillau, 2 t. em 1 v. [Idyles de Barquin.]
- BERTI, João Lourenço [Giovanni Lorenzo Berti, 1696–1766] *Compendio da historia ecclesiastica*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1805–1807. 5 v. [Compendio da Historia Ecclasiastica de Berti 1.]
- BEXON, Scipion Jérôme, 1753–1825. *Développement de la théorie des lois criminelles*. Paris: Garnery, 1802. 2 v. [Developement de la Theorie de lois crimineles. 2. v.]
- BIBLIOTHÈQUE des romans grecs, traduits en français. Paris: Imp. de Guillaume, 1797. 12 v. [Biblioteque de Romançes Gregos em 12 falta 5.°]
- BÍON; MOSCO, séc. III a.C. *Bionis et Moschi Idyllia et quæ præterea exstant, græce et latine, cum notis variorum selectis*. Lipsiæ: J.A. Barthii, 1793. 141 p. [Jadilia Bionis Latim e Grego. 1 v.]
- BITAUBÉ, Paul Jérémie, 1732–1808. *Les bataves*. Paris: J.B. Garnery, 1797. 369 p. [Les Bataves Bitobé. 1 v.]
- BLAIR, Hugh, 1718–1800. *Leçons de rhétorique et de belles-lettres*. Trad. de l'anglais par M. Cantwell. Paris: Gide, 1797. 4 v. [Leçons de Rethorique: par Blair. 4 v.]
- BLUTEAU, Rafael, 1638–1734. *Vocabulario portuguez, e latino*. Coimbra: Lisboa: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712–1728. 10 v. [Bluteau vocabulario. Ser^m Etc. 13 v.]
- BLUTEAU, Rafael, 1638–1734. *Supplemento ao Vocabulario portuguez, e latino*. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727–1728. 2 v.
- BLUTEAU, Rafael, 1638–1734. *Sermoens panegyricos, e doutrinaes*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1732–1733. 2 v.
- BOCCACCIO, Giovanni, 1313–1375. *Nouvelles de Jean Boccace*. Paris: A. Egron, 1803. 8. v. Trad. de Girolamo Tiraboschi, 1731–1794. [Nouveles du Bogaçe. 7 v.]
- BOILEAU-DESPRÉAUX, Nicolas, 1636–1711. *Satyres et oeuvres diverses*. Nouv. éd. Amsterdam: Aux dépens de la Compagnie, 1773. 406 p. [Satires de Boileau. 1 v.]
- BOYER, Abel, 1667–1729. *Le dictionnaire royal françois-anglois et anglo-françois*. Londres: C. Bathurst, 1783. 2 v. [Dictionaire François et Anglois. Borjer. 2 v.]
- BRITO, Diogo de, fl. 1555–1635. *Tomus primus, in quo continentur commentaria copiosissima in rubricam et titulum de locato et conducto*. Ulyssipone: Pedro Craesbeck, 1629. Outra edição: 1742. [Brito de Locationibus. 1 v.]
- BROSSES, Charles de, 1709–1777. *Lettres historiques et critiques sur l'Italie*. Paris: Ponthieu, 1799. 3 v. [Letres Historiques et Politiques Sur l'Italie Broses. 3 v.]
- BRUNI, Matteo, m. 1575. *Tractatus Matthæi Bruni Ariminen. de cessione bonorum in LXVII quaes-*

- tiones divinus, nunc primum in lucem aeditu.* Venetiis: Aurelium Pintinum, 1561. 178 p. [Obra de Cesione. 1 v.]
- BUSSY, Roger de Rabutin, *comte de*, 1618–1693. *Histoire amoureuse des Gaules*. Londres: 1789. 6 v. [Histoire des Amours des Gaules. 6 v.]
- CABANIS, Pierre-Jean Georges, 1757–1808. *Coup d'oeil sur les révolutions et sur la réforme de la médecine*. Paris: Impr. de Crapelet, chez Crapart, Caille et Ravier, 1804. 438 p.
- CABANIS, Pierre-Jean Georges, 1757–1808 (org.) *Mélanges de littérature allemande*. Paris: J.S. Smits, 1797. 419 p. [Melanges de Letterature Alemande. 1 v.]
- CABANIS, Pierre-Jean Georges, 1757–1808. *Rapports du physique et du moral de l'homme*. 2e éd. Paris: Crapelet, Caille et Ravier, 1805. 2 v. [Cabanis repor Revolutions (Cert. nda) (?). 4]
- CABEDO, Jorge de, fl. séc. xvi. *Practicarum observationum sive decisionum supremi senatus Regni Lvsitaniae*. Antverpiae: Ioannem Meursium, 1635. [George de Cabido de Dicionibus. 1 v.]
- CAMINHA, Gregório Martins, fl. séc. xvi. *Tratado da forma dos libellos, das allegações judiciais, do processo do juizo secular, e ecclesiastico, e dos contratos, com suas glosas, do licenciado Gregorio Martins Caminha. Reformado [...] pelo doutor Joãõ Martins da Costa*. Coimbra: Officina dos Irmãos e Sobrinho Ginioux, 1764. 216 p. [Martine da Costa tractado da forma dos Libellos. 1 v.]
- CÂNCER, Jaime, 1520–1592. *Variae resolutiones iuris caesarei et pontificii*. Auctore Jacobo Cancerio. Lugduni: Ioannis Pillehotte, 1618. 589 p. [Canderio Varié resolutionis etriusque Juris. 1 v.]
- CARVALHO, João de, 15...–1630. *Novus, et methodicus tractatus, de una, et altera quarta, legitima, falcidia, et trebellianica, earum-q imputatione*. Conimbricæ: Nicolai Carvalho, 1621. 460 p. [Carvalho de Quarta Legitima Falentia. 1 v.]
- CASILLLO SOTOMAYOR, Juan del, 1563–1640. *Opera omnia, sive quotidianarum controversiarum iuris tomi octo*. Coloniae Allobrogum: 1753. 10 v. [De Castillo (?) Opera Omnia. 10 v.]
- CASTRO, Francisco de Caldas Pereira e, 1543–1597. *Analyticus comentarius sive ad typum instrumenti emptionis, & venditionis tractatus*. Conimbricæ: Nicolai Carvalho, 1616. [Franco de Caldas Pereira e Castro Anatitius Comentarius. 1 v.]
- CASTRO, Manuel Mendes de, ca. 1560–ca. 1630. *Practica lusitana, aduocatis, iudicibus, utroque foro quotidie versantibus [...] Auctore Emanuele Mendes a Castro*. Olysiopone: Georgium Rodericum, 1619. 436 p. Outra ed.: Conimbricæ: Tip. Antonii Simoes Ferreira, 1739. 2 t. em 1 v. [França Pratica Lusitana só o 2.º 1 v. Castro – Pratica Luzitana. 2 v. Mendes A castro. 1 v. Mendes a Castro. 1 v.] — José de Alencar, em *Alfarrábios*, cita uma obra jurídica *Mendes a Castro*, que não encontramos nos catálogos consultados, nem nos *Anais do Rio de Janeiro*, de Baltasar da Silva Lisboa, em que se baseou Alencar para escrever sua crônica do Rio de Janeiro colonial.
- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de, 1547–1616. *Histoire de l'admirable Don Quichotte de la Manche*. Nouv. éd. La Haye, & se vend chez Bassompierre, père, libr. à Liège, 1773. 4 v. [D. Quixote en Françes. 4 v.]
- CHARRON, Pierre, 1541–1603. *De la sagesse, trois livres*. Leide: Jean Elsevier, 1656. [Scharron. 3 v.]
- CHATEAUBRIAND, François-René, *viscomte de*, 1768–1848. *Les martyrs, ou le triomphe de la religion chrétienne*. 3e éd. Paris: Le Normant, 1810. 3 v. [Les Martyres par Chataubrien. 3 v.]
- CHOIX d'anecdotes, anciennes et modernes. 3e éd. 1803–1804. 5 v. [Choix de Anecdotes. 2 v.]
- CÍCERO, 106–43 a.C. *Orações principaes*. 2. ed. Trad. e notas pelo Pe. António Joaquim. Lisboa: Officina de João Rodrigues Neves, 1807–1808. 3 v. [Orações de Cícero. 3 v.]
- CÍCERO, 106–43 a.C. *M. Tullii Ciceronis opera omnia*. Encontramos registros de edições feitas em Paris (1565–1566), Hamburgo (1618–1619) e Leipzig (s.d.), mas nenhuma com 9 volumes. [Cicireone opera omnia. 9 v.]
- CIPOLLA, Bartolomeo, m. ca. 1477. *D. Bartholomaei Caepollae [...] omnia quae quidem nunc extant opera [...] Lugduni: Philippi Tinghi Florentini, 1577. 836 p.* [Bartholomei Cipollo. 1 v.]
- CLAUDIUS, Claudius, ca. 370–ca. 406. *Oeuvres completes de Claudien, traduites en françois pour la première fois [...] [par Souquet de La Tour] Paris: A.-J. Dugour et Durand, 1797. 2 v.* [Oeuvres completes de Claudien. 2 v.]

- COCHET, Jean, 1698–1771. *La clef des sciences & des beaux arts; ou, la logique*. Nouv. éd. Paris: J.-T. Herissant, 1757. 253 p. [La Clefs des Sciences et du beaux Arts. 4 v.]
- CODE du commerce, servant de supplément au procès-verbal des séances du corps législatif. Paris: Hacquart, 1807. 3 v. em 1. [Code du commerce. 1 v.]
- COELHO, Filipe José Nogueira, fl. 1773. *Principios de direito divino, natural, publico universal, e das gentes, adoptados pelas ordenações do reino de Portugal*. Lisboa: Officina de Francisco Borges de Souza, 1773. Pag. var. [Principio de Direito Natural, Felipe Joze Noga. 4. 1 v.]
- CONCIOLI, Antonio, fl. séc. xvii. *Antonii Concioli [...] allegationes forenses, civiles et criminales. Maceratae: Typographia haeredum Augustini Grisei & Iosephi Piccini, 1665. 2 v.* [Antoni Concilei Alegationes Forences. 3 v.]
- CONCIOLI, Antonio, fl. séc. xvii. *Antonii Concioli [...] annotationes quamplurimae in statutis civitatis Eugubii ad singulas fere rubricas collatis cum iure canonico ac civili*. Venetiis: Nicolaum Pezzana, 1749. 320 p. [Antonium Comsioli Annotassiones. 3 v.]
- CONTES à rire. Nouv. éd. Lille: C.F.J. Lehoucq, 1784. 3 v. em 1. [Contes a rire. 1 v.]
- COOPER, Thomas, 1759–1839. *Renseignements sur l'Amérique*. Trad. de l'anglois. Hambourg?: P.F. Fauche, 1795. 218 p. [Renseignements Sur l'Amérique. 1 v.]
- CORDEIRO, João Rodrigues, m. 1731. *Dubitationes in foro frequentes, more juridico disputatas*. Conimbricæ: Typographia Regali Collegio Artium Societatis Jesu, 1713. [Cordeiro Dubitationes in foro. 1 v.]
- CORNEILLE, Pierre, 1606–1684. *Théâtre de P. Corneille avec les commentaires de Voltaire*. Paris: Bossange, Masson et Besson de l'Imprimerie de Lesguilliez Frères, 1797. 12 v. [Teatro de Pedro Corneille. 12 v.]
- COSTA, Giovanni Battista, séc. xvi–xvii. *Tractatus de remedijs subsidiarijs Io. Baptistae Costae [...] in quo methodicè explicantur multiplices materiae, tam canonicae, quam ciuiles, criminales [...] Papiae: Typographia Io. Baptistae Rubei, 1629. 365 p.* Edições em dois volumes: 1630 e 1671. [Costa de Remedijs Serboidiarus (?) 2 v.]
- COVARRUBIAS Y LEYVA, Diego de, 1512–1577. *Opera omnia cum auctoris tractatu in tit. de frigidis & maleficiatis, septem quaestionibus distincto, quibus an matrimonium cum hoc impedimento constare possit, accurate explicatu*. Antuerpiae: Ioannem Meursium, 1638. 2 v. [Covarrubias. 2 v.]
- CRÉBILLON, Claude Prosper Jolyot de (fils), 1674–1762. *Oeuvres de Crébillon*. Nouv. éd. Londres: 1785. 3 v. [Oeuvres de Crabilon – lefelis. 7 v.]
- DARES FRIGIO. *L'histoire véritable de la guerre des grecs et des troyens [...] Escrite premièrement en grec par Darès de Phrygie [...] Caen: B. Macé, 1572. 97 p.* [L'histoire Veritable trad. du Greque. 1 v.]
- DE PASSERIBUS, Nicola. *Tractatus duo, quorum primus de scriptura privata in libros sex*. Neapoli: Stephani Abbatis, 1728. 414 p. [Depassiaribus... da scripture private. 1 v.]
- DESHOULIÈRES, Antoinette Du Ligier de La Garde, *madame*, 1638–1694. *Oeuvres de madame des Houlières, nouv. éd. dédiée au sexe amateur de la poésie agréable*. Paris: Desray, 1798. 2 v. [Poezies de Mme des Houlières. 2 v.]
- DELILLE, Jacques, 1738–1813. *La pitié*. Paris: Giguët et Michaud, 1803. 206 p. [La Petie Poeme de Delille]
- DELILLE, Jacques, 1738–1813. *Poésies fugitives*. Paris: Giguët et Michaud, 1802. 266 p. [Les Poesies fugitifs de Delille. 1 v.]
- DELILLE, Jacques, 1738–1813. *Les trois règnes de la nature*. Paris: H. Nicolle, 1808. 2 v. [Nature – Poeme de Delille. 2 v.]
- DICCIONARIO exegetico que declara a genuina e propria significação dos vocabulos da lingua portuguesa. Lisboa: Officina Patr. de Francisco de Luiz Ameno, 1781. [Dicionario Exegetico 1]
- DIDEROT, Denis, 1713–1784. *Jacques le fataliste et son maître*. Nouv. éd. Paris: Bertin, 1797. 4 v. [Jaques le Fataliste. 4 v.]
- DIEZ NOGUEROL, Pedro, m. 1640. *Allegationum iuris: in quibus quamplures quaestiones summe necessariae, in Supremae Hispaniarum Curiae tribunalibus disceptatae*. Venetiis: Paulum Balleonium, 1664. 409 p. [Noguerol allegationes Juris. 1 v.]

- DOMAIRON, Louis, 1745–1807. *Les rudimens de l'histoire, ou idée générale et précise des peuples les plus célèbres, tant anciens que modernes*. Paris: Deterville, 1801. 4 v. [Rudimens de l'histoire de Mairon. 4 v.]
- DU BOCCAGE, Anne-Marie Lepage Fiquet, madame, 1710–1802. *La colombiade*. Paris: Desaint & Saillant, 1756. 184 p. [La Colombiade par Mme du Bucage. 1 v.]
- DU CHESNE. *Code de la police, ou analyse des réglemens de police*. 4e éd. Paris: Prault père, 1768. 2 v. [Code de la Police. 1 v.]
- DUNOD DE CHARNAGE, François Ignace, 1679–1752. *Traité des prescriptions, de l'aliénation des biens d'église, et des dixmes*. 4e éd. Paris: Briasson, 1786. 440 p. [Traite das Prescripções de Bens de Eglize. 1 v.]
- ERLACH, Rodolphe-Louis d'. *Code du bonheur; renfermant des maximes et des règles relatives aux devoirs de l'homme, envers lui-même, envers ses semblables, et envers Dieu*. Paris: Hôtel Landier; Genève: François Dufart, 1788. 6 v. [Code du Bonheur. 6 v.]
- ESPEN, Zeger Bernard van, 1646–1728. *D. Zegeri Bernardi Van-Espen [...] Jus ecclesiasticum in epitomen redactum*. Bassani; prostant Venetiis: Remondini, 1784. 2 v. [Regur (?) Jus Ecclésiasticum. 1 v.]
- ESTATUTOS da Universidade de Coimbra compilados debaixo da immediata e suprema inspecção de El Rei D. José I. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773. 3 v. [Estatutos da Univerçidade de Coimbra falta 1-3. 2 v.]
- FANTIN DES ODOARDS, Antoine Etienne Nicolas. *Histoire d'Italie*. Paris: Perlet, 1803. 9 v. [Histoire de Italie: Fantin dezaso Doard'. 9 v.]
- FANTIN DES ODOARDS, Antoine Etienne Nicolas. *Histoire philosophique de la révolution de France*. 4e éd. Paris: 1801. 9 v. [Histoire de la Revulation Desodoard 9]
- FARIA, Custódio de, 1761–1828. *Arte nova da lingua grega*. Coimbra: Real Typ. da Universidade, 1790. 1 v. [Arte nova da Lingua Grega. 1 v.]
- FARINACCI, Prospero, 1554–1618. *Opera omnia [...] in tomos novem divisa [...]*. Francofurti: J.A. Endterum, [s.d.], 10 v. [Farinassi Opera. 9 v.]
- FARINACCI, Prospero, 1554–1618. *Succus operis criminalis Prosp. Farinacii [...] a Jo. Baptista Vulpinio [...] expressus [...] indice locupletissimo*. Patavii: Typ. Seminarii, apud J. Manfre, 1700. 304 p. [Vulpino Succis Farinacii. 1 v.]
- FEIJÓ, João de Morais Madureira, 1688–1741. *Ortografia ou arte de escrever e pronunciar [...] a lingua portuguesa*. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1786. 495 p. [Madureira Ortografia. 1 v.]
- FÉNELON, François de Salignac de La Mothe, 1651–1715. *Aventuras de Telemaco, filho de Ulysses*. Lisboa: Typ. Rollandiana. 453 p. [Aventuras de Telemaque. 4 v.]
- FERREIRA, Manuel Lopes, séc. XVIII. *Prática criminal expendida na forma da praxe observada neste nosso reyno de Portugal, e illustrada com muitas ordenações, leys extravagantes, regimentos e doutores e em quatro tomos distribuida*. Porto: Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767. [Manoel Lopes Ferreira Pratica criminal. 1 v.]
- FIGUEIREDO, Jorge de Santa Rosa de Viterbo Almeida. *Zodiaco soberano, que [...] contiene discursos tropologicos, encomiasticos, e exegeticos*. Salamanca: Sebastian de Estrada; José Villargordo y Alcaraz, 1726–1734. 2 v. [Zodiaco Soberano só o 2.º v. 1 v.]
- FILANGIERI, Gaetano, 1752–1788. *La scienza della legislazione del cavalier*. Milano: Giuseppe Galeanzi Regio Stampatore, 1784. [La Science de la legislation. Filanguire. 7 v.]
- FLORUS, Lucius Annaeus. *Histoire romaine de Lucius Annaeus Florus*. Tolose: Arnaud Colomiez, 1653. 388 p. [Lacius Clarus. 1 v.]
- FONSECA, Manuel Temudo da, m. 1652. *Decisiones, et quaestiones Senatus Archiepiscopalis Metropol. Ulyssipon. Regni Portugalliae*. Ulyssipone Occidentali: Michaelis Rodrigues, 1734–1735. 4 v. [Têmodo Decionis et questiones. 4 v.]
- FONTANELLA, Juan Pedro, 1576–1680. *De pactis nuptialibus sive capitulis matrimonialibus tractatus*. Allobrogum: J. Crispinus, 1641. 2 t. em 1 v. [Fontaneles de Partis Nupecalibus (?) 2 v.]

- FONTANELLA, Juan Pedro, 1576–1680. *Decisiones sacri regii senatus cathaloniae*. Genevae: Leonardi Chovet, 1689–1690. 2 v. [Fontaneles Diccissiones sacre Regis Sanctus. 2 v.]
- FRANCISCO, Júlio. *Allegação juridica a favor da Congregação do Oratorio da cidade de Lisboa Occidental*. Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa, 1730. 204 p. [Julio Francisco – Alugação Juridica. 1 v.]
- FRANÇOIS DE NEUFCHÂTEAU, Nicolas-Louis, 1750–1828. *Histoire de l'occupation de la Bavière par les autrichiens en 1778 et 1779*. Paris: Impr. Impériale, 1806. 307 p. [Histoire de la occupation de la Bavière. 1 v.]
- FREIRE, Pascoal José de Melo, 1738–1798. *Institutionum juris civilis lusitani cum publici tum privati*. Olisipone: 1789–1791. 3 v. [Pascoal Jº de Mello de Jure public – 1.º]
- FREIRE DE ANDRADE, Jacinto, 1597–1657. *Vida de D. João de Castro, quarto visor-rei da Índia*. Paris: Didot, 1759. 483 p. [Vida de Dº João de Castro. 1 v.]
- FRÉMINVILLE, Edme de La Poix de. *Dictionnaire ou traité de la police générale des villes, bourgs, paroisses et seigneuries de la campagne*. Nouv. éd. Paris: chez les associés au privilège des ouvrages de l'auteur, 1771. 783 p. [Dictionnaire de Police ... Freminville. 1 v.]
- FRIEDRICH II DER GROSSE, Rei da Prússia, 1712–1786. *Oeuvres complètes de Frédéric II, roi de Prusse*. [S.l.: s.n.], 1790. 17 v. [Oeuvres de Frederic de la Pruse. 17 v.]
- GAIGNE, Alexandre-Toussaint de. *Encyclopédie poétique*. Paris: Montard, 1778–1781. 15 v. [Insiclupedia Poetica. 15 v.]
- GAIL, Andreas, 1526–1587. *Novum opus consiliorum ab Andrea Gailio aliisque non minoris auctoritatis jurisconsultis simul ac universitatibus celebrioribus conceptionum, quaestiones canonicas, civiles, matrimoniales, feudales*. Francofurti: J.S. Heyll, 1662. 1 v. [Gaite Opera. 1 v.]
- GAIL, Andreas, 1526–1587. *Practicarum observationum, tam ad processum judiciorum*. Amstelodami: J. Stammius, 1663. 272 p. [Gael Practicarum observationem ad processum. 1 v.]
- GAMA, António da, 1520–1595. *Decisiones supremi senatus lusitaniae*. Barcinone: Lelij Marini, 1597. 371 p. [Gama Decionis. 1 v.]
- GARCIA, Nicolau, m. 1645. *Tractatus de beneficiis amplissimus, et doctissimus*. Coloniae Allobrogum: 1618. 2 v. [Gratia de Beneficiis. 1 v.]
- GENOVESI, Antonio. *Instituições logicas escritas para uzo da mocidade por seu auctor Antonio Genuense*. Lisboa: Off. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1787. [Logica de Genoense – o 1.º]
- GÉRANDO, Joseph-Marie de, baron, 1772–1842. *Histoire comparée des systèmes de philosophie, relativement aux principes des connaissances humaines*. Paris: Henrichs, 1804. 3 v. [Histoire compare des Systemes Philosophiques de Gerando. 9 v.]
- GÉRARD, Philippe-Louis. *Le comte de Valmont, ou les égarements de la raison*. Nouv. éd. Paris: Moutard, 1775. 5 v. [Le conte de Valmont. 5 v.]
- GOGUET, Antoine-Yves, 1716–1758. *De l'origine des lois, des arts, et des sciences; et de leurs progrès chez les anciens peuples*. La Haye: Pierre Gosse Junior, 1758. 3 v. [Origine des Ars, des Leois et Sciencis. 6 v.]
- GÓIS, Damião de. *Chronica do serenissimo senhor rei d. Manoel*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749. 609 p. [Chronica de El rej Dº Manoel Goes. 1 v.]
- GÓIS, Francisco Trigueiros, m. 1732. *Ecco juridico contra as vozes das reflexoens*. Lisboa: Officina da Musica, 1731. [Francisco Frigueiro Goes – Ecco Jurídico. 1 v.]
- GOMES, Alexandre Caetano, n. 1705?. *Dissertações juridicas sobre a intelligencia de algumas ordens do reyno*. Lisboa: Officina de Bernardo Antonio de Oliveira, 1755. 208 p. [Caetano Gomes Desertaçoens Juridicas. 4. 1 v.]
- GOMEZ, Antonio, séc. xvi. *Comentarii luculentissimi in leges taurinas, nunc postrema manu aucti [et] recogniti*. Salmanticae: Dominicia Portonarijs, 1574. 323 p. [Gomezzi ad Legis (Tauri?) Comentarium. 2 v.]
- GORDO, Joaquim Ferreira, 1758–1838. *Fontes próximas da compilação filipina ou indice das ordenações, e extravagantes, de que proxivamente se derivou o código filipino*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1792. 120 p. [Fontes proximas da compilação Filipina. 4. 1 v.]

- GRAFFIGNY, Françoise D'Issembourg D'Apponcourt de, 1695–1758. *Lettres d'une péruvienne*. Paris: Duchesne, 1760. 2 v. [Lettres de une Peruvienne. 2 v.]
- GRAZIANI, Stefano, fl. 1615. *Disceptationum forensium indiciorum; nec non decisionum provinciae Marchiae*. Venetiis: Guerlious, 1650. 6 v. [Stefani Gratiani Desceptaciones ac decisiones. 7 v.]
- GRÉCOURT, Jean-Baptiste-Joseph Villart de, 1683–1743. *Oeuvres complètes de Grécourt*. Nouv. éd. Paris: Impr. de Chaigneau, 1796. 4 v. [Grécourt – Oeuvres. 4 v.]
- GUARINI, Giovanni Battista, 1538–1612. *Il pastor fido, tragicomedia pastorale*. Venezia: L. Pavini, 1769. 296 p. [H Pastor fido. 1 v.]
- GUZZINI, Sebastiano. *Opera criminalia*. Francofurti: T. Fritsch, 1716. 3 v. em 1. (750 p.) [Guizzini opera Criminale. 1 v.]
- GUÉNÉE, Antoine, 1717–1803. *Lettres de quelques juifs portugais, allemands et polonais à M. de Voltaire*. Paris: Moutard, 1776. 3 v. [Lettres de quelques juifs. 3 v.]
- GUTIERREZ, Juan, m. 1618. *Quaestiones tam ad sponsalia de futuro, quam matrimonia, eorumque impedimenta pertinentes*. Venetiis: Juntas, 1618. 350 p. [Gutuerres de Matrimonio. 1 v.]
- GUTIERREZ, Juan, m. 1618. *Tractatus de juramento confirmatorio et aliis in jure variis resolutionibus*. Salmanticae: 1586. [Guterrius de Juramento. 1 v.]
- GUYON, Claude Marie, 1699–1771. *Histoire des empires et des republicques, depuis le deluge iusqu'à Jesus-Christ*. Paris: Hippolyte Louis Guerin, 1736–1741. 12 v. [Histoire des Imperis par Guion. 8 v.]
- GUYON, Claude Marie, 1699–1771. *Histoire des Indes Orientales, anciennes et modernes*. Paris: Jean Desaint & Charles Saillant, 1744. [Histoire de Indes Orientales – Guyon. 3.]
- HEDERICH, Benjamin, 1675–1748. *Graecum lexicon manuale*. Londini: H. Woodfall, 1766. 876 p. [D.º Grego – Hederico. 2 v.]
- HEINECCIUS, Johann Gottlieb, 1681–1741. *Fundamenta stili cultioris in usum auditorii adornavit, et syllogen exemplorum adiecit*. Venetiis: Typographia Balleomana, 1743. 432 p. [Fundament Stilic Cultioris – Hinçio. 1 v.]
- HEISTER, Lorenz, 1683–1758. *Compendium anatomicum*. Edinburgi: Drummond, 1777. 288 p. Mera suposição, pois há outras obras com título igual. [Compendium Anatomicum. 1 v.]
- HERODIANO, Aélío, séc II. *Historion bibliae*. Edinburgi: in aedibus T. Ruddimanni, sumptibus J. Patoni, 1724. 313 p. [Herodiano em Grego. 1 v. Herodiannos em Grego. 1 v.]
- HUBER, Michel, 1727–1804. *Choix de poésies allemandes*. Paris: Humblot, 1766. 4 v. [Choix de Poesies Allemens – Habert. 4 v.]
- O INVESTIGADOR português em Inglaterra ou jornal literario politico [Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, José Liberato Freire de Carvalho] V. 1, n. 1, jul. 1811– v. 23, fev. 1819. Londres: H. Bryer, 1811–1819. [O Investigador Portugues 1.º anno. 12 v.]
- JORNAL enciclopédico dedicado á Rainha N. Senhora e destinado para instrução geral com noticia dos novos descobrimentos em todas as Sciencias e Artes / Felix Antonio Castrioto. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1779–1793. Ou: *Jornal enciclopédico ou diario universal das sciencias e artes* / Antonio Manoel Polycarpo da Silva. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. [Jornal Enciclopédico alguns N.ºs]
- LACOMBE, Jacques, 1724–1811. *Dictionnaire d'anecdotes, de traits singuliers et caractéristiques, historiettes, bons mots, naïvetés, saillies, réparties ingénieuses*. Nouv. éd. Paris: La Combe, 1787. 2 v. [Dictionnaire d' Anecdotes. 2 v.]
- LA FONTAINE, Jean de, 1621–1695. *Fables*. Paris: 1782. 2 v. em 1. [Fables de lafontaine. 1 v.]
- LA HARPE, Jean-François de, 1739–1803. *Lycée ou cours de littérature ancienne et moderne*. Paris: H. Agasse, 1799–1805. 16 t. em 19 v. [Lycee par La Harpe. 16 v.]
- LA ROCHE DU MAINE, Jean Pierre Louis de, marquis de Luchet. *Histoire littéraire de monsieur de Voltaire*. Cassel: 1780. 6 v. [Histoire Leteraria – Voltaire. 6 v.]
- LA ROCHEFOUCAULD, François, duc de, 1613–1680. *Oeuvres morales*. 3e éd. Avignon: Vve Seguin, 1801. 2 v. [Oeuvres Morales de Rochefoucault. 2 v.]

- LANCELOTTI, Roberto, m. 1585? *Tractatus de attentatis et innovatis lite appellatione pendente*. Venetiis: Iacobum Antonium Somaschum, 1612. 1 v. [Lancelote de Atentatis. 1 v.]
- LANJUNAIS, Joseph. *L'espion anglais ou Correspondance secreete entre Milord all'eye et Milord all'car*. Nouv. éd. Londres: Adamson, 1779–1785. 10 v. [L'Espion Anglais. 10 v.(?)]
- LAUNAY, De [ou Delaunay] *La vérité fabuliste. Comédie avec un recueil de fables*. Rouen: Impr. de Jore père et fils, 1733. 150 p. [La Visiste Fabulista Comedié par Delannois. 1 v.]
- LEAL, Francisco Luís, m. 1818. *Historia dos filosofos antigos, e modernos*. Lisboa: Officina Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1788–1792. 2 v. [Historia dos Filosofos – o 1.º]
- LECLERC, Jean, 1657–1736. *Joannis Clerici Ars critica, in qua ad studia linguarum latinae, graecae, et hebraicae*. Ed. sexta. Lugduni Batavorum: Sam. et Joh. Luchtmans, 1778. 3 v. [Obras Criticas de Clercio. 3 v.]
- LEGAS, Manuel Alvarez. *Commentaria ad ordinationes regni Portugalliae*. Ulyssipone: ex. Typ. Joannis a Costa, 1669. 1 v. [Guerra ad Ordenationem Purtugalis () Regni. 1 v.]
- LEITÃO, António Lopes, 1611–1662. *Liber utilissimus iudicibus, et advocatis ad proxim de iudicio finium regundorum*. Conimbricae: Typ. Ludovici Secco Ferreyra, 1747. 299 p. [Leitão Practica do Juizo. 1 v.]
- LEITÃO, Mateus Homem. *De ivre lvsitano*. Conimbricae: Typ. in Regio Artium Collegio Societates Jesu, 1745. 1 v. [Matheus Homem Leitão de Jure Luzitano. 1 v.]
- LENCLOS, Anne, chamada Ninon de, 1620–1705. *Lettres de Ninon de Lenclos au marquis de Sévigné, avec sa vie*. Londres: Cazin, 1782. 2 v. [Lettres de Ninon de l'Enclos. 2 v.]
- LENGLET DU FRESNOY, Nicolas (pseud.?) *Tablettes chronologiques de l'histoire universelle jusqu'à l'an 1775*. Nouv. éd. corr. et augm. par J.-L. Barbeau de La Bruyère. Paris: Les Frères De Bure, 1778 2 v. [Tablettes Chronologiques par Barban de Brugere. 2 v.]
- LENOBLE, Eustache, baron de Saint-Georges et de Tenniferie. *L'école du monde, ou Instruction d'un père à un fils*. Amsterdam, Zacharie Chatela, 1750. [Ecole do monde. 3 v.]
- LESAGE, Alain René, 1668–1747. *Gil Blas corrigé: ou Histoire de Gil Blas de Santillane*. Londres: Lackington, Allen & Comp., 1798. 4 v. [Gil blas em Français. 4 v.]
- LEZAY-MARNÉSIA, C.-F.-A. *Les paysages, ou essai sur la nature champêtre, poème*. Nouv. éd. Paris: Louis, 1800. [Les Paysages, ou essay sur la nature champetre – Poeme. 1 v.]
- LIGNE, Charles-Joseph, prince de, 1735–1814. *Lettres et pensées du maréchal prince de Ligne*. 4e éd. Paris: 1809. [Letres et pensees de M. P. De Ligne. 2 v.]
- LIMA, António Teles Leitão de. *Commentaria ad articulos gabellarum ac regimen incapitationum regni Portugalliae*. Lisbonae: Ex Praelo Michalis Rodrigues, 1759. [Lima Comentararia. 4 v.]
- LIMA, Luís Caetano de. *Grammatica franceza, ou Arte para aprender o francez por meyo da lingua portugueza*. Lisboa: J. da Costa Coimbra, 1756. 2 t. em 1 v. [Gramatica Franceza de Lima. 1 v.]
- LINK, Heinrich Friedrich. *Voyage en Portugal fait depuis 1797 jusqu'en 1799*. Paris: Dentu, 1808. 3 v. [Voyage en Portugal par link. 3 v.]
- LISBOA, José da Silva, visconde de Cairu, 1756–1835. *Memoria economica sobre a franqueza do commercio dos vinhos do Porto*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1812. 56 p. [Memoria econ sobre a franqueza dos vinhos. 1 v.]
- LISBOA, José da Silva, visconde de Cairu, 1756–1835. *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberaes principios da nova legislação do Brazil*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1810. 95 p. [Observações sobre a propriedade do Brazil. 1 v.]
- LISBOA, José da Silva, visconde de Cairu, 1756–1835. *Principios de direito mercantil*. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801. 7 v. [Principios de Direito Mercantil. 3 v.]
- LONGO, séc. III ou IV. *Les amours pastorales de Daphnis et de Chloé*. Trad. du grec par Amyot. Paris: Impr. de P. Didot, l'aîné, 1800. 1 v. [Les Amurs Pastorales Etc trad. par Amyot. 1 v.]
- LUCIANO, de Samósata 120?–180? *Luciani Samosatei dialogorum pars prima*. Venetiis: Officina Lucae Antonii Juntae, 1535. 603 p. [Lucianii Coloquios. 1 v.]
- MACABELO, António do Espírito Santo. *Polyanthea eucharistica*. Ulyssipone Occidentali: Typis Dominici Gonçalves, 1733. [Polyanthea Eucharistica. 1 v.]

- MACEDO, António de Sousa de. *Decisiones supremi senatus justitiae Lusitaniae et supremi consilii fisci, ac patrimonii regis*. Ulissipone: 1660. [Macedo de Dicionibus. 1 v.]
- MALEBRANCHE, Nicolas, 1638–1715. *Recherche de la verité*. Paris: Michel David, 1712. 4 v. [Mallebrancher Recherches de la Verité. 4 v.]
- MAÑER, Salvador Joseph, m. 1751. *Anti-theatro critico, sobre el primero y segundo tomo del Theatro critico universal*. Madrid: Juan de Mooya, 1729. [Anteatro critico. 1 v.]
- MANTICA, Francesco Maria, cardeal, 1534–1614. *De conjecturis ultimarum voluntatum tractatus* (Lugduni: Petrum Landry, 1592) ou outra de suas obras. [Francisco Mantica (?) (Monteiro?) 2 v.]
- MARANA, Giovanni Paolo, 1642–1693. *L'espion turc dans les cours des princes chrétiens*. 15e éd. Londres: aux depens de la Compagnie, 1742. 7 v. [Le Espion Turc. 7 v.]
- MARANTA, Roberto, m. ca. 1530. *Aurea praxis*. Lugduni: Petri Landry, 1592. 1 v. [Roberte Maranto Aurea Praxis Canonices. 1 v.]
- MARMONTEL, Jean François, 1723–1799. *Contes moraux*. Nouv. éd. Paris: J. Merlin, 1778. 3 v. [Contes Moraux. 3 v.]
- MARMONTEL, Jean François, 1723–1799. *Oeuvres complètes*. Paris: Née de la Rochelle, 1787. 6 v. [Oeuvres de Marmontel. 4 v.]
- MARTIN, Benjamin, 1704–1782. *Grammaire des sciences philosophiques*. Trad. de Philippe-Florent de Puisieux. Paris: Briasson, 1764. 386 p. [Grammaire des Sciences Philozophiques. 1 v.]
- MASCARDI, Giuseppe, m. 1586. *De probationibus Iosephi Mascardi Iurisc*. Francofurti ad Moenum: Sigis. Feyerabendij., 1585–1588. 3 v. [Maicard de Provatione. 1 v.]
- MATHEU Y SANZ, Lorenzo, 1618–1680. *Tractatus de re criminali*. Lugduni: Claudii Bourgeat, 1676. 576 p. [L. Matheus de Re criminali. 1 v.]
- MATTEI, Saverio, 1742–1795. *I salmi tradotti dall'ebraico, ed adattati al gusto della poesia italiana*. Ed. ottava. Padova: Stamperia del Seminario, 1780. 8 v. [Psalmi tradoti dell'Ebraico par Saverio Matthi. 8 v.]
- MELO FREIRE, Pascoal José de, 1738–1798. *Institutionum juris civilis lusitani cum publici, tum privati* [...] Olisipone: Typ. Regalis Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1794. 4 v. Lib. 1: De jure publico. [Pascoal J.º de Mello de Jure public – o 1.º 1 v.]
- MENDOZA, Francisco de, 1572–1626. *Viridarium sacra, ac profana eruditionis*. Lugduni: Iacobi Cardon, 1632. 350 p. [Verediarium Sacro et Profano eruditiones. 1]
- MENOCHIO, Giacomo, 1532–1607. *De adipiscenda et retinenda possessione*. Colonia Agrippinae: Gualtherum Fabricium et Joannem Gymnicum, 1572. 8 v. [Jacobi Menochii Consilionis. 8 v.]
- MENOCHIO, Giacomo, 1532–1607. *De iurisdictione, imperio et potestate ecclesiastica ac seculari*. Lugduni: J.A. Cramer et P. Perachon, 1695. 332 p. [D.º de iurisdictione. 1 v.]
- MENOCHIO, Giacomo, 1532–1607. *De praesumptionibus, coniecturis, signis, et indicijs, commentaria*. Venetiis: Hieronymi Scoti, 1597. 2 v. [Manocheris de presumptionibus. 2 v.]
- MENOCHIO, Giacomo, 1532–1607. *Im omnes praecipuas recuperande possessionis constitutiones commentaria*. Brixia: Io. Baptistam Bozolam, 1566. 185 p. [D.º de Poesione. 1 v.]
- MERCIER, Louis Sébastien, 1740–1814. *Tableau de Paris*. Amsterdam: 1783–1788. 12 t. em 1 v. [Tableau de Paris. 12 v.]
- MERLINI, Mercuriale, 1597–1657. *De pignoribus, et hypothecis tractatus absolutissimus*. Venetiis: Nicolaum Pezzana, 1672. 576 p. [Mirleno (?) de Pignoribus Eipotasis (?) 1 v.]
- MERLINI, Mercuriale, 1597–1657. *De legitima tractatus absolutissimus*. Genevae: Ioannis Antonii et Samuelis de Toumes, 1665. 584 p. [Mirlenus de legitima. 1 v.]
- MICALORI, Biagio, séc. XVII. *Opera juridica*. Venetiis: N. Pezzana, 1709. 3 v. [Blassii Mochalora opera Juridica. 1 v.]
- MILLOT, Claude François Xavier, 1726–1785. *Elemens d'histoire de France, depuis Clovis jusqu'à Louis 15*. Nouv. éd. Paris: P.E.G. Durand, neveu, 1770–1778. 3 v. [Elemens del Histoire de France. 3 v.]

- MILLOT, Claude François Xavier, 1726–1785. *Historia universal pelo abade Millot trad. por J.J.B.* 2. ed. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1801–1824. 10 v. [Histoire Universal – Milot. 9 v.]
- MILTON, John, 1608–1674. *Le paradis*. Trad. par Jacques Delille. Paris: Giguet et Michaud, 1805. 3 v. [Paradis perre trad. par de Delille]
- MIRABEAU, Victor Riqueti, marquis de, 1715–1789. *Entretiens d'un jeune prince avec son gouverneur*. Paris: Moutard, 1785. 4 v. [Entretiens d'un jeune Prince. 4 v.]
- MOLIÈRE, Jean-Baptiste Poquelin chamado, 1622–1673. *Oeuvres*. Paris: stéréotype d'Herhan; impr. des frères Mame, 1807. 6 v. [Oeuvres de Moliere edition eterotype. 2 v.]
- MOLINA, Luis de, 1535–1600. *De iustitia et iure tractatus*. Venetiis: Sessas, 1621. [Molina de Justitia et Jure falta o 1.º. 2 v.]
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de, 1689–1755. *Oeuvres complètes*. Paris: 1795. 12 v. [Montesquieu em doze falta o 1.º.]
- MORAIS, Francisco de, ca. 1500–1572. *Cronica de Palmeirim de Inglaterra*; primeira e segunda parte. Lisboa: S.T. Ferreira, 1786? 3 v. [Palmeirim da Inglaterra. 3 v.]
- MORAIS, Silvestre Gomes de, 1644–1723. *Tractatus de executionibus instrumentorum & sententiarum*. Conimbricæ: Ludovicum Seco Ferreyra, 1729–1742. 3 v. [Silvestre Gomes de Moraes de Execucionibus]
- MUÑOZ DE ESCOBAR, Francisco, fl. 1618. *De ratiociniis administratorum, et computationibve variis aliis, tractatus prægnantissimus*. Venetiis: Turrincos, 1660. 423, 172 p. [Maños de Escobar de Racionibus administorum. 1 v.]
- NECKER, Jacques, 1732–1804. *Cours de morale religieuse*. Paris: Genets, 1800. 3 v. [Cours de moral religieuse – Necker. 3 v.]
- NEGRI CIRIACO, Francesco, m. 1637. *Controuersiarum forensium*. Venetiis: Brogiollum, 1664. 4 v. [Cyriacu de Controvertia forense. 4 v.]
- NOGUEIRA, Luís, 1620–1696. *Quæstiones singulares, experimentales, & practicae per quatuor disputationes distributæ*. Venetiis: Paulum Balleonium, 1702. 386 p. [Nogueira Questiones Singulares. 1 v.]
- NORONHA, Sancho de, m. 1569. *Tractado moral de lououres & perigos dalgu[n]s estados seculares & das obrigações que neles ha com exortacam em cada estado de que se trata*. Coymbra: Francisco Correia, 1549. 2 v. [Tractado Moral. 2 v.]
- PAGÈS, François-Xavier. *Histoire du consulat de Bonaparte, contenant tous les évènements politiques et militaires de l'an VIII jusqu'en l'an XI*. Paris: Testu, 1803. 3 v. Como há muitos títulos iguais ou parecidos, esta é apenas uma hipótese. [Consulat de Buonaparte. 3 v.]
- PARSEVAL-GRANDMAISON, François-Auguste, 1739–1834. *Les amours épiques, poème en six chants*. Paris: Impr. de P. Didot l'aîné, 1804. 245 p. [Les Amours Epiques. 1 v.]
- PATUSA, Joannes, fl. 1740. *Encyclopedia philologica et locuples omnis generis graecorum auctorum delectus*. Venetiis: Franciscus Pitteri, 1741. 2 v. [Patusa (?) Enciclopedia – 2.º 1 v.]
- PAUW, Cornelius de, 1739–1799. *Recherches philosophiques sur les égyptiens et les chinois*. Berlin: G.J. Decker, 1773. 2 v. [Recherches sur les Egyptiens et les Chinois. 2 v.]
- PEGAS, Manuel Álvares, 1635?–1696. A informação lacônica do manuscrito permite apenas supor que se trate de 25 volumes de obras deste autor. Somente seus *Commentaria ad ordinationes regni Portugaliae* (1669–1703) ocupavam 14 volumes. [Pegas]
- PEREIRA, Benito, 1535ca–1610. *R. P. Benedicti Pererii Valentini e Societate Iesu, Commentariorum et disputationum in Genesim, tomi quatuor*. Moguntiae: Antonii Hierati; Ioannes Albinus, 1612 [Benedictus Pegidius comentaria. 4 v.]
- PEREIRA, Bento, 1606–1681. *Promptuarium juridicum quod scilicet in promptu exhibebit rite*. Eborac: Typographia Academiae, 1690. 587 p. [Benedictus Pereira Prontuarium Juridico. 1 v.]
- PEREIRA, Jerônimo da Silva, fl. 1749. *Repertorio das ordenações e leyes do reyno de Portugal, novamente correcto*. Lisboa: Mosteiro de S. Vicente de Fóra, Camara real de Sua Magestade, 1749–1754. 2 v. [Repertorio das Ordenaçoes. 2 v.]
- PEREIRA, Joaquim da Silva. *Resumo; ou Index dos alvarás, cartas, decretos, foraes, leys, privilegios*.

- provisões e regimentos*. Coimbra: Real Impressão da Universidade, 1786. 176 p. [Resumo ou Index dos Alvarás – dous jogos. 2 v.]
- PEREZ, Antonio, 1583-1673. *Praelectiones in duodecim libros Codicis Justiniani*. Antverpiae: Joannem Baptistam Verdussen, 1720. 2 v. [Profetionis Codices Justiniani. 1 v.]
- PERNETY, Antoine-Joseph, 1716-1801. *Les fables égyptiennes et grecques dévoilées & réduites au même principe*. Paris: Bauche, 1758. 2 v. [Fables Egíptiennes et Grecques. 2 v.]
- PETAU, Denis, 1583-1652. *Rationarium temporum*. Parisiis: Sebastianum Cramoisy, 1663. 2 partes em 1 v. [Dionisu Peteru Retionirarum tempore. 2 v.]
- PHILIPPE DE PRÉTOT, Etienne André, 1708-1787. *Nouveaux amusemens du coeur et de l'esprit*. Amsterdam: Chastelain, 1737-1745. 15 v. [Nouveaux amusement de l'esprit. 15 v.]
- PILATI DI TASSULO, Carlo Antonio, 1733-1802. *Traité des lois civiles*. La Haye: Gosse, 1774. [Traité des Lois Civilis. 1 v.]
- PINHEIRO, Francisco, 1596-1661. *Tractatus de testamentis*. Conimbrice: Josephum Ferreira, 1681. 2 v. [Francisco Pinheiro de Testamentos. 2 v.]
- PINHEL, Aires, séc. XVI. *De rescindenda venditione elaboratiss. & absolutissimi commentarij*. Coloniae Agrippinae: Theodorum Baumium, sub signo Arboris, 1573. 568 p. [Arius Panelus de Reçinden Veride. 1 v.]
- PONA, António de Paiva e, n. 1665. *Orphanologia practica*. Lisboa: Joseph Lopes Ferreyra, 1713. [Paiva Penna – Orphanologia Practica. 1 v.]
- POPE, Alexander, 1688-1744. *Oeuvres complètes*. Nouv. éd. Paris: 1796. 8 v. [Oeuvres Complètes de Alexandre Pappé. 2 v.]
- PORTUGAL, Domingos Antunes, m. 1677. *Tractatus de donationibus iurium et bonorum regiae coronae*. Ulyssipone: Typographia Ioannis A. Costa, 1673. Outra ed.: Lugduni: Anisson, et Posuel, 1726. 2 v. [Portugal de Donationibus Regis. 1 v.]
- PORTUGAL. Junta da Providência Literária. *Compendio historico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuitas*. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1771. 2 v. [Compendio Historico do estádio da Universid^{de} de Coimbra. 2 v.]
- PORTUGAL. Mesa Censória. *Novo atlas para uso da mocidade portuguesa, ou principios claros para se aprender facilmente, e em muito pouco tempo a geografia*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1782. 294 p. [Novo Atlas. 1 v.]
- POSTIO, Ludovico, fl. 1644. *De subhastatione tractatus singularis*. Genevae: Ioannis Antonii et Samuelis De Tournes, 1670-1671. 2 v. [L. Portatio de Subhastatione. 4 v.]
- PREVOST, Antoine-François (chamado Prévost d'Exiles, abbé), 1697-1763. *Histoire de Cleveland, le philosophe anglais ou histoire de Mr Cleveland, fils naturel de Cromwel, écrite par lui-même et traduit de l'anglais par l'auteur des mémoires d'un homme de qualité*. Utrecht: Etne Neaulme, 1732. 7 v. [Histoire de Cavelande 1.º, 2.º, 3.º, 7.º som.º 4 v.]
- PROPÉRCIO, Sextus Aurelius Propertius, ca. 47-16 ac. *Élégies de Properce*. Nouv. éd. Paris: 1802. 2 v. [Elegias de Prosera (?). 2 v.]
- PUFENDORF, Samuel, 1632-1694. *De jure naturae et gentium*. Amsteloomi: Joannem Pauli, 1698. [Pufendorf de Jure Nature. 3 v.]
- QUINTILIANO, ca. 40-ca. 96. *Institutionum rhetoricarum libri tres ex M. Fab. Quintiliano [...] editi a Petro Josepho a Fonseca*. Olisipone: Typ. Regia, 1793. 366 p. [Quintiliano de Fon.º 2 v.]
- RACINE, Jean-Baptiste, 1639-1699. *Oeuvres*. Paris: M.E. David, 1760. 3 v. [Oeuvres de Racine. 3 v.]
- RACINE, Louis, 1639-1699. *A religião*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1791. 286 p. [Relegiam Poema de Racine. 1 v.]
- REGO, José António da Silva, fl. 1774. *Geografia moderna precedida de hum pequeno tratado da esfera, e globo terrestre*. Lisboa: Impr. de J.F.M. de Campos, 1793-1816. 10 v. [Geografia moderna. 2 v.]
- REIFFENSTUEL, Anacleto. *Jus canonicum universum juxta titulos decretalium*. Venetiis: Joannis Antonii Pezzana, 1778. [Anacleto Jus Canonicum. 4 v.]
- REIFFENSTUEL, Anacleto. *Theologia moralis: brevi, claraque methodo comprehensa atque juxta sacros canones*. Moguntiat: HaeredunSchönwetter, 1748. [D.º Theologia Moral. 1 v.]

- REYGER, Arnold von, 1559-1615. *Thesaurus juris locupletissimus*. 3.ed. Francofurti; Lipsiae: Esaia Felgibell, 1667. 2 v. [Thesaurus Juris. 2 v.]
- ROBBÉ DE BEAUVESET, Pierre Honoré, 1714-1792. *Oeuvres badines*. Bruxelles: J.-J. Gay, 1883. 324 p. [Robbé oeuvres badines. 2 v.]
- ROBERTSON. *Voyage de Robertson, aux terres australes*. Amsterdam: 1767. 280 p. Segundo a Library of Congress, Robertson é pseudônimo e não se trata de uma tradução. Obra às vezes atribuída a Louis Sebastian Mercier.
- RODRIGUES, Domingos, 1637-1719. *Arte de cozinha dividida em tres partes*. Lisboa: Officina de João Antonio Reis, 1794. 295 p. [Arte de Cozinha. 1 v.]
- RODRIGUES DA VEIGA, Tomas. *Opera omnia*. Lugduni: Ioannem Lertout, 1586. 500 p. [Rodrigues Opera Omnia. 1 v.]
- ROLAND, D. *Esprit des tragédies et des tragi-comédies qui ont paru depuis 1630 jusqu'en 1761, par forme de dictionnaire*. Paris: Brocas et Humblot, 1762. 3 v. [Esprit des Tragedies – só o 2.º. 1 v.]
- ROUBAUD, Pierre-Joseph-André. *Synonymes français*, par l'abbé Roubaud. Nouv. éd. Paris: Bossange, Barbou, frères, 1796. 4 v. [Sinonimes Francaes par l'Abbé Roubeaur. 4 v.]
- ROZIER, François, 1734-1793. *Cours complet d'agriculture théorique, pratique, économique et de médecine rurale et vétérinaire*. Paris: Hôtel Serpente, 1781-1800. 10 v. [Cour/c/s de Agriculture – Rusuer. 10 v.]
- SÁ, Joaquim José da Costa e, 1740-1803. *Diccionario portuguez-francez e latino*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1794. 556 p. [D.º Portugues Frances Latino. Só 1 v.]
- ST. JOHN DE CRÈVECOEUR, J. Hector, 1735-1813. *Lettres d'un cultivateur américain, écrites à W. S., ecuyer*. Paris: Cuchet, 1784. 2 v. [Lettres d'une Cultivateur Americain à Ecuyer. 2 v.]
- SAINT-LAMBERT, Jean François, *marquis de*, 1716-1803. *Les saisons: poème*. Nouv. éd. Londres: 1782. 187 p. Provavelmente impresso em Paris. [Sayon S. Lambert. 1 v.]
- SAINT-PIERRE, Bernardin de, 1737-1814. *Études de la nature*. Nouv. éd. Bâle: Tourneizen, 1797. 5 v. [Études de la Nature S. Pierre. 6 v.]
- SALGADO DE SOMOZA, Francisco, m. 1664. *Tractatus de regia protectione vi oppressorum appellantium a causis & iudicibus ecclesiasticis*. Editio tertia. Lvgdvni, Lavrentii Anisson, 1654. 670 p. [Salgado de Regia Protectione. 1 v.]
- SALGADO DE SOMOZA, Francisco, m. 1664. *Tractatus de supplicatione ad sanctissimum a literis et bullis apostolicis*. Lugduni: Fratrum de Tournes, 1758. 473 p. [D.º de Suplicationi. 1 v.]
- SANCHEZ, Tomas, 1550-1610. *De sancto matrimonii sacramento disputationum*. Lugduni: Societatis Typographorum, 1625. 3 v. [Sanches de Matrimonio. 2 v.]
- SANCHEZ DE MELO, Luis. *Novus tractatus de indivisi debitorum a creditoribus suis*. Venetiis: Turrinum, 1649. 155 p. [Sanches de Mello de Judiciis Debitorum. 4. 1 v.]
- SANTAREM, Pedro de. *Tractatus de assecurationibus et sponsionibus mercatorum*. Coloniae Agrippinae: Viduam I. Gymnici, sub Monocerote, 1599. [Tractado do Seguros. 1 v.]
- SÃO PEDRO, João de, 1692. *Theatro heroico, abecedario historico e catalogo das mulheres illustres em armas, letras, açcoens heroicas e artes liberaes [...]* Damião de Froes Perym. Lisboa Occidental: Officina da Musica de Theotónio Antunes Lima, 1736-1740. 2 v. [Teatro Heroico das Mulheres Illustres – Perin. 2 v.]
- SARMENTO, Jacob de Castro, 1691-1762. *Theorica verdadeira das marés, conforme a philosophia do incomparavel cavalheiro Isaac Newton*. Londres: 1737. 136 p. [Theorica das Marés por Sarmento. 1 v.]
- SCARRON, Paul, 1610-1660. *Le roman comique*. Londres [Paris?]: [s.n.] [H.M. Cazin?] 1785. 3 v. [Romanse comique. 3 v.]
- SÉGUR, Louis-Philippe, conde de, 1753-1830. *Contes, fables, chansons et vers*. Paris: F. Buisson. 1801. 258 p. [Contes Fables par Segur l'Ainé. 1 v.]
- SILVA, António Diniz da Cruz e, 1731-1799 (Elpino Nonacriense). *Odes pindáricas*. Coimbra: Impr. da Universidade, 1801. 258 p. [Elpino Odes. 1 v.]
- SILVA, Manuel Gonçalves da. *Commentaria ad ordinationes regni Portugaliae*. Ulyssipone: Typ.

- Regalibus Sylvianis, 1741-. [Silva Comentaria ad Ordenationes Regni Portugalis. 4.]
- SMITH, Adam, 1723–1790. *Compendio da obra da riqueza das nações*. Trad. do original inglês por Bento da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: Impr. Regia, 1811. 203 p. [O Compendio da Obra da riqueza das Nações. 3 v.]
- SÓFOCLES. *Tragédies de Sophocle*. Trad. par M. Dupuis. Paris: C.J.B. Bauche, 1761. 2 v. [Tragedies de Sophocles. 2 v.]
- SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, 174.–1818? *Classes dos crimes por ordem sistemática com as penas correspondentes*. Lisboa: Regia Officina, 1803. [Classes dos Crimes. 1 v.]
- SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e, fl. 1778. *Systema, ou collecção dos regimentos reaes*. Lisboa: Officina de Francisco Borges de Soisa, 1783–1791. 6 v. [Sistema ou Collecção dos Regim.^{tas} Reaes falta o 3.º 6 v.]
- LE SPECTATEUR ou Le Socrate moderne où l'on voit un portrait naïf des moeurs de ce siècle. Amsterdam et Leipzig: Arkstée & Merkus, 1746–1750. 7 v. [L'Especc/ctateur ou le Socrate moderne. 7 v.]
- STEUART, James, 1712–1780. *Recherche des principes de l'économie politique, ou Essai sur la science de la police intérieure des nations libres*. Paris: Impr. de Didot aîné, 1789–1790. 5 v. [Economie Politique par Stuart – Recherches. 5 v.]
- STOCKLER, Francisco de Borja Garção. *Panegyricus historicus, sempiternae memoriae Paschalis Josephi de Mello Freire dos Reis*. Olisipone: Typographia Regia, 1802. 35 p. [Panagircus historicus Paschales I (?) M. 1 v.]
- STRACCA, Benvenuto, 1509–1578. *Tractatus de mercatura, seu Mercatore [...] Huc accessit, propter omoiothesin, Petri Santernae Lusitani, Tractatus de sponsionibus & assecurationibus mercatorum*. Lugduni: Sebastianum de Honoratis, 1558. 635 p. [De Mercatura et Assecuratione. 1 v.]
- TASSO, Torquato, 1554–1595. *Gerusalemme liberata*. Venezia: A. Zatta, 1787. 2 v. [La Jeruzalem liberata de Sigr Tasso. 2 v.]
- TASSO, Torquato, 1554–1595. *Jérusalem délivrée, poème traduit de l'italien [par Lebrun]*. Paris: Bossange, 1814. 2 v. [Jeruzalem delivree par Le Brum. 2 v.]
- TEIVE, Diogo de, ca. 1513–1565. *Jacobii Tevii [...] Opuscula, quibus accessit commentarius de rebus ad dium gestis. Denuò in lucem edi curavii Joseph. Caietanus Mesquitae*. Parisiis: Franc. Ambr. Didot, 1762. 324, 148 p. [Jacobi Pervii Opuscula. 1 v.]
- TERENTIUS, Publius, Afer. *P. Terentii Comoediae expurgatae, cum interpretatione ac notis [de J. Jouvency]*. Ed. tertia. Rothomagi: 1703. 314 p. [Terancii Candido Juvencios. 1 v.]
- THIÉBAULT, Dieudonné, 1733–1807. *Traité du style*. Nouv. éd. Paris: Lavillette, 1801. [Traite du stile – Thiebauté (?) 2 v.]
- TRADUCTION du Plutarque anglois, contenant la vie des hommes les plus illustres de l'Angleterre et de l'Irlande. Paris: Couturier 1785–1786. 12 v. [Traduction du Plutarque anglois. 12 v.]
- VALLASCO, Thomae, ca. 1553–1612. *Allegationes super varias materias*. 1612. 434 p. [Thome Velascus Alegationes super varias materias. 1 v.]
- VALENÇA, José Miguel João de Portugal, *marquês de*, 1706–1775. *Vida do infante d Luiz*. Lisboa Occidental: Off. de A. I. de Fonseca, 1735. 196 p. [Vida do Infante D.^{mo} Luiz. 1 v.]
- VALMONT DE BOMARE, Jacques Christophe, 1731–1807. *Dictionnaire raisonné universel d'histoire naturelle*. 4e éd. Lyon: Bruyset Frères, 1791. 15 v. [Dictionnaire d'Histoire naturelle – Bomare. 15 v.]
- VALOIS DE LA MOTTE, Jeanne de Saint-Rémy de, *condessa de*, 1756–1791. *Mémoires justificatifs de la comtesse de Valois de La Motte*. Londres: 1789. 232 p. [Memoires justificatifs d la Motte. 1 v.]
- VAULX, André del, 1569–1636. *Andreae Vallensis [...] Paratitla juris canonici*. Venetiis: Laurentium Basilium, 1732. 556 p. [Andréu Valencis Partilha Juris Canonices. 1 v.]
- VAZ, Álvaro, 1526–1593. *Alvari Valasci [...] Tractatus de iure emphyteutico, unam, & quinquaginta complectens præcipuas quæstiones*. Cremonae: Baptistam Pellizarium, 1591. 270 p. [Velasques de Jure Emphiteutico. 1 v.]

- VAZ, Álvaro, 1526–1593. *D. Alvari Valasci in suprema curia Lusitaniae regii senatoris et nuper in Academia Conimbricensi*. Ant[werp?]: [1620]: 2 v. em 1. [Vallaci In suprema curia Luzitano. 2 v.]
- VERNEY, Luiz Antonio, 1713–1792. *De re logica*. Ed. tertia. Olisipone: 1762. [Verney Lógica. 1 v.]
- VERRI, Alessandro, 1741–1816. *Le notti romane al sepolcro de Scipione*. Milano: Agnello Nobile, 1804. 2 v. [Le Note Romane al Sepolchro de Scipriani. 2 v.]
- VIDE, Sebastião Monteiro da, 1642–1722. *Constituições primeyras do arcebisnado da Bahia*. Lisboa: Off. de Miguel Rodrigues, 1765. 618 p. [Constituições do Arcebisnado da Bahia. 1 v.]
- VIEIRA, António, 1608–1697. *Vieira abreviado em cem discursos moraes e politicos, dividido em diversos tomos*. [Organizado por Anselmo Caetano Munhoz de Abreu Gusmão e Castelo Branco] Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1746. 2 v. [Vieira abreviado. 2 v.]
- VINNEN, Arnold, 1588–1657. *Arnoldi Vinnii I. C. In quatuor libros institutionu imperialium commentarius academicus et forensis*. Ed. tertia. Amestelaedami: Ludovicum & Dandielem Elzevirios, 1659. 888 p. [Arnoldi Venu Comentaricus Academicus et forenses. 1 v.]
- VIRGÍLIO, 70–19 a.C. *L'Énéide* traduite par Jacques Delille. Paris: 1804. 2 v. [Éneide Orad. 2 v.]
- VIRGÍLIO, 70–19 a.C. *Tradução livre ou imitação das Georgicas de Virgilio, em verso solto, e outras mais composições poeticas trad. por Antonio José Ozorio de Pina Leitão*. Lisboa: Typ. Nunesiana, 1794. 1 v. [Georgicas de Vergilio traduzidas pr Ozorio. 1 v.]
- VOCABOLARIO italiano e latino, diuiso in due tomi. 2.ed. Venezia: Tommaso Bettinelli, 1742. 2 v. [Vocabulario Italiano e Latino. 2 v.]
- VOLTAIRE, François Marie Arouet de, 1694–1778. *Dictionnaire philosophique, portatif*. Nouv. éd. Londres, [Nancy]: 1765. 336 p. [D.º Felozofique. 1 v.]
- VOLTAIRE, François Marie Arouet de, 1694–1778. *La Henriade*. Nouv. éd. Londres: Molini, Hookham et Carpenter, M. Stace, 1795. 216 p. [La Henreade Poeme. 1 v.]
- VOLTAIRE, François Marie Arouet de, 1694–1778. *Romans et contes*. Londres [i.e. Paris]: 1781. [Romans et Contes par Mr Voltaire. 4 v.]
- VOLTAIRE, François Marie Arouet de, 1694–1778. *Siècles de Louis XIV et de Louis XV*. Ed. stéréotype d'après le procédé de Firmin Didot. Paris: Impr. [...] de P. Didot l'aîné et de F. Didot, 1803. 5 v. [Seccli de Luis 14.º 3 v.]
- VOLTAIRE, François Marie Arouet de, 1694–1778. *Théâtre*. Paris: P. Didot l'aîné, 1801. 12 v. [Theatro de Voltaire. 12 v.]
- VOSGIEN, pseud. de Jean Baptiste Ladvoat (1709–1765). *Dictionnaire géographique, ou description des empires, royaumes, républiques [...] traduit de l'anglois*. Lyon: A. Leroy, 1806. 843 p. Trad. de dicionário de Laurence Echarde (1671–1730). [D.º Geografique de Noire (?) 3^{ma} edition. 1 v.]
- VOSSIUS, Gerardus Joannes, 1577–1649. *Jo. Vossii Elementa rhetorica*. Londini: G. Innys, & R. Manby, 1739. 48 p. [Vosseii (?) Rhetorica – 1 v.]
- YÁÑEZ PARLADORIO, Juan. *Opera juridica*. Nova ed. Coloniae Allobrorum: Fratrum de Tournes, 1761. 424 p. [J. Yames Opera Juridica. 1 v.]
- YBANEZ DE FARIA, Diego, fl. 1660. *Additiones observationes et nota ad libros variarum resolutionum D. Didaci Covarruvias a Leiva*. Coloniae Allobrogum: 1728. 3 v. [Faria Additiones ad Covarroviám. 1 v.]
- YOUNG, Arthur, 1741–1820. *Le cultivateur anglois ou Oeuvres choisies d'agriculture et d'économie rurale et politique*. Paris: Maradan, 1800. 18 v. [Le Cultivateur Anglois. Young. 12 v.]
- YOUNG, Edward, 1683–1756. *Les nuits*. 4e éd. Paris: 1775. [Les Nuits de yung. 4 v.]
- ZACCHIA, Lanfranco, séc. XVII. *De salario, seu operariorum mercede tractatus in tres partes distinctus*. Ulyssipone: Typographia D. Gonsalves, 1748. 488, 368 p. [Tratatua lamfrançi Zachio de Salario. 1 v.]
- ZACCHIA, Paolo, 1584–1659. *Quaestionum medico-legalium*. Lugduni: Anisson, & Posuel, 1726. [Paulis Zechias de Questionibus so o 4.º]

Índice onomástico

- Abad, Francisco Martínez 74
Abranches, João Antônio Garcia de 61, 181
Abrantes, Andoche Junot, *duque de* 87, 90
Abreu, Capistrano de 69, 184
Adet, Pierre Auguste 170
Adour, João Pedro 106
Afonso Henriques, Rei de Portugal 147
Afonso Luís *ver* Piloto, Afonso Luís
Agostinho, Francisco *ver* Gomes, Francisco Agostinho
Agostinho, santo 26
Aguar, Fernando José de Portugal e Castro, *conde e marquês de* 104, 131, 134, 172
Aguilar, Rodrigues Tenório de 29
Airão, Jerônimo Roiz 46
Aires, Matias 166
Albuquerque, Alexandre José Curado de Figueiredo e 118, 119
Albuquerque, Francisco de Paula Cavalcanti de 180
Albuquerque, Luís Prates de Almeida 124
Albuquerque, Salvador Pires de Carvalho 167
Aleijadinho *ver* Lisboa, Antônio Francisco
Alembert, Jean le Rond d' 20, 21, 34, 62, 65, 167, 170, 182
Almedia, Pedro de 10
Almeida, Antônio Joaquim de 3, 32
Almeida, Batista Caetano de 32
Almeida, Cipriano Barata de 33, 34, 136
Almeida, Eduardo de Castro e 186
Almeida, Francisco José de Lacerda e 160
Almeida, Nicolau Tolentino de 163
Almeida, Teodoro de 26, 42
Alpoim, José Fernandes Pinto 74, 102
Alvarenga, Manuel Inácio da Silva 36, 37-39, 50, 54, 93, 97, 183
Álvares, João Antônio 176
Álvares, Manuel 47
Amaral, Brás do 89
Amaral, Breno Ferraz do 23, 186
Anacreonte 62
Anchieta, José de 5, 77, 165
Andrada, Antônio Carlos Ribeiro de 180
Andrada e Silva, José Bonifácio *ver* Silva, José Bonifácio de Andrada e
- Andrade, Aires de 134, 186
Andrade, Alonso de 12
Andrade, Antônio Alberto Banha de 55, 186
Andrade, Gilberto Osório de 41, 186
Andrade, Gomes Freire de 30, 70, 74, 76, 100, 102
Andrade, Jacinto Freire de 53, 69
Andrade Filho, João Evangelista de 3
Andrea, Francisco José de Sousa Soares de 106
Antas, Antônio do Carmo Pinto de Figueiredo Mendes 104, 105, 147
Antonil, André João 84
Antônio, santo 26
Aragão, Francisco Muniz Barreto de 136
Araújo, José de Sousa Azevedo Pizarro e 113
Araújo, Manuel Correia de 180
Arcos, *conde dos* 140, 141, 143, 148, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 165, 167, 168, 184
Areópole, bispo de *ver* Borges, João da Madre de Deus Seixas da Fonseca
Aristóteles 19, 164
Arnaud, François Thomas Marie de Baculard d' 134
Arnauld, Antoine 20
Arrábida, Antônio de 111
Assunção, Antônio José de 168
Atwood, George 160
Aval, d' *ver* Cousin d' Avallon, Charles-Yves Cousin *chamado*
Azevedo, Antônio de Araújo de *ver* Barca, *conde da*
Azevedo, José Pinto de 24
Azevedo, José Pedro de Sousa 134
Azevedo, Moreira de 75
Azyr, Vicq d' *ver* Vicq-d' Azyr, Félix
- Bacon, Francis 19
Baependi, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, *marquês de* 80, 83, 166, 169
Barata, Cipriano *ver* Almeida, Cipriano Barata de
Barata, Manuel de Melo Cardoso 180, 186
Barbaroux, Alexandre 56
Barbeirac, Charles 60

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Barbosa, Domingos Caldas 147
Barbosa, Januário da Cunha 130, 147
Barbosa, José Avelino 155, 168
Barbosa, Manuel José 178, 182
Barbut, Jacques 84
Barca, Antônio de Araújo de Azevedo, *conde da* 80, 91, 94
Barleus, Gaspar 166
Barrère, Pierre 46
Barreto, Célia de Barros 186
Barreto, Domingos Álvares Branco Muniz 119, 123
Barreto, Luís Carlos Muniz 164
Barreto, Luís do Rego 173, 174
Barreto, Manuel Álvares da Costa 132
Barrois, Théophile 53
Barros, João de 26, 42, 162
Barros, João Borges de 166
Barros, Lucas Antônio Monteiro de 18, 22
Barros, Miguel Antônio de 134
Barrow, John 162
Barthélemy, Jean-Jacques, *abbé* 62
Barthez, Paul-Joseph 39
Bartolozzi, Francesco 107
Bastide, Jean-François 169
Bastos, Francisco Xavier de Santa Rita 146
Bastos, José Timóteo da Silva 55, 65, 66, 67, 186
Batista, João Gomes 100, 101, 102, 129
Baumé, Antoine 19
Bayle, Pierre 33
Beatinho *ver* Jesus Maria, José de
Beauchamp, Alphonse de 126, 133, 166
Beccaria, Cesare 38, 42, 52, 62
Béchamel, François-Jean 40
Bell, Charles 161
Belo, Oliveira 110, 111, 115, 186
Benevides, I.A.F. 139
Bentham, Jeremy 38, 42, 62
Bento da Trindade 130
Beresford, William Carr 121
Berford, Sebastião Gomes da Silva 104, 125
Bernardes, Manuel 19, 48
Bernoulli, Jakob 19
Berquin, Arnaud 38
Bessa, José de Oliveira 28
Betencourt, José de Sá 166
Betendorf, João Filipe 84, 166
Biancardi, Teodoro José 52
Bichat, Xavier 122, 132, 151, 161
Bicudo, Floriano Teixeira 107
- Bielfeld, Jakob Friedrich 62, 165
Bitaubé, Paul 38
Blaeu, Willem Janszoon 162
Blake, Augusto Vitorino Alves Sacramento 75, 148, 181, 186
Bluteau, Rafael 17, 42, 162
Bocage, Manuel Maria Barbosa du 130, 134, 141, 164, 166
Bocage, *madame* du *ver* Du Bocage, Anne-Marie Lepage Fiquet, *madame*
Bodoni, Giambattista 131
Boerhaave, Herman 24, 43
Boileau, Nicolas 19, 37, 38
Bomare, Valmont de *ver* Valmont de Bomare, Jacques Christophe
Bomtempo, José Maria 122
Bonaparte, Napoleão *ver* Napoleão I, Imperador da França
Borges, João da Madre de Deus Seixas da Fonseca, bispo de Areópole 16
Borgmeister, Tomás 88, 186
Boscovich, Ruggero Giuseppe 10, 14, 19
Bosse, Abraham 85, 102
Bossuet, Jacques Bénigne 19, 164
Botelho, Eufrásio de Arruda 40
Bougainville, Louis-Antoine de 36, 126, 162
Bourdaloue, Louis 19
Bourdon, Léon 56, 169, 180, 186
Boxer, C.R. 30, 187
Boyer, Abel 39
Braga, Teófilo 56
Brandão, Ambrósio Fernandes 5, 6, 189
Brandenburger, Clemente 73, 75
Brémond, François de 161
Briche, Jean de 148
Brissot de Warville, Jacques-Pierre 67
Brito, Antônio Máximo de 46
Brito, Bernardo de 162
Brito, João Rodrigues de 135, 139, 141
Brito, Paula 50, 178
Brum, José Zefirino de Meneses 187
Budé, Guillaume 11
Buffon, Georges-Louis Leclerc, *comte de* 31, 34, 62, 167, 170
Bulcão, Joaquim Inácio de Siqueira 136
Burns, E. Bradford 22, 32, 41, 187
Busenbaum, Hermann 11
Bussy-Rabutin *ver* Roger de Rabutin, *comte de* Bussy
Butler, Samuel, 163
Bynkershoek, Cornelius 60

- Byron, George Gordon Byron, *baron* 22
- Cabanis, P.J.G. 62, 132, 151
- Cabral, Alfredo do Vale 56, 75, 99, 105, 107, 115, 116, 132, 133, 150, 187
- Cabugá, Antônio Gonçalves da Cruz 35
- Cairu, José da Silva Lisboa, *visconde de* 22, 23, 42, 111, 115, 119, 123, 131, 135, 144, 149, 165
- Calderón de la Barca, Pedro 31
- Calixto, Benedito 23, 187
- Calmon, Pedro 139, 143, 150, 168, 187
- Câmara, Ferreira da 136
- Câmara, Manuel de Arruda 35, 80, 124, 171
- Camargo, Ana Maria de Almeida 116
- Caminha, Antônio Lourenço 163
- Camões, Luís Vaz de 5, 12, 19, 31, 47
- Cândido, Antônio 87, 171, 179, 187
- Caneca, Joaquim do Amor Divino, frei 174
- Cardim, Fernão 5, 13, 187
- Cardoso, José Francisco 134, 141, 166, 168
- Cardoso, Pedro Antônio 126
- Cardozo, Manoel 22, 187
- Carmo, Antônio do *ver* Antas, Antônio do Carmo Pinto de Figueiredo Mendes
- Carnot, Lazare Nicolas Marguerite 62, 160, 170
- Carvalho, Alfredo de 68, 69, 77, 172, 174, 175, 179, 180, 187
- Carvalho, João Antônio Rodrigues de 111
- Carvalho, José Pereira de 123
- Carvalho, José Teixeira de 149
- Casado, Romão Elói de Almeida 84, 103, 104, 107
- Casal, Manuel Aires do 112, 113
- Castanho, Ricardo Fernandes 172
- Castelnuovo, João Batista Morelli de 76
- Castelo, José Aderaldo 6, 187
- Castelo Branco, Alexandre Gomes Ferrão 34, 155, 167
- Castelo Branco, Antônio Gomes Ferrão 167
- Castelo Branco, Pedro Gomes Ferrão 34, 141, 145, 152-157, 167, 168
- Castilho, José Feliciano de 133
- Castro, José Bernardo de 111
- Castro, José Soares de 146, 151
- Castro, Maria Madalena Leite de Sousa Oliveira e 103
- Castro, Miguel de Almeida e 173
- Castro, Renato Berbert de 55, 144, 149, 150, 151, 187
- Catulo 62
- Cavalcanti, Luís de Paula 180
- Cavalcanti, Manuel Clemente do Rego 174
- Cervantes Saavedra, Miguel de 12, 29, 30
- Chagas, Antônio 17
- Chateaubriand, François-René, *vicomte de* 38, 129, 148
- Chaves, José Francisco 76, 102
- Chernoviz, Pedro Luís Napoleão 123
- Cícero 42, 67
- Claudino 42
- Clavius, Christopher 10, 12
- Cocceius, Johannes 60
- Cochrane, lord *ver* Dundonald, Thomas
- Cochrane, *earl of*
- Coelho, Duarte de Albuquerque 165
- Coelho, Jorge de Albuquerque 5
- Coimbra, Antônio José 145
- Colnett, James 162
- Conceição, Apolinário da 69
- Condillac, Étienne Bonnot de 20, 62, 167
- Condorcet, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat 62, 167
- Cook, James 19
- Cor, O. 76
- Corneille, Pierre 19, 38
- Cornélio 47
- Corte Real, Francisco José Nunes 49, 55, 177
- Cortezze, Vicente 50
- Costa, Afonso da 124
- Costa, Antônio da 8
- Costa, Antônio Vieira da 11, 137
- Costa, Cláudio Manuel da 23, 31, 37, 40, 41
- Costa, F.A. Pereira da 8, 13, 16, 22, 25, 27, 42, 89, 106, 172, 179, 180, 187
- Costa, Hipólito José da 52, 63, 64, 80, 81, 109, 110, 115, 129, 138, 139, 166, 168, 188
- Costa, Joaquim Antônio Xavier Anes da 82
- Costa, Manuel Rodrigues da 80
- Costa, Resende 32, 54
- Cousin d'Avallon, Charles-Yves Cousin *chamado* 157
- Coutinho, Domingos Antônio de Sousa 138
- Coutinho, Francisco de Lemos Pereira 24
- Coutinho, Gastão Fausto da Câmara 127, 134
- Coutinho, João Pereira Ramos de Azeredo 24
- Coutinho, José Caetano da Silva 111
- Coutinho, José Joaquim da Cunha de Azeredo 15, 22, 26, 27, 125, 166, 171, 179
- Coutinho, Rodrigo de Sousa 80, 81, 85, 86, 88, 108, 109, 110, 111, 121, 138

- Couto, Diogo do 30, 42, 162
- Couto, Domingos de Loreto 107, 188
- Couto, José Vieira 31, 124
- Crébillon, Prosper Jolyot de 37
- Crèvecoeur, J. Hector *ver* St. John de Crèvecoeur, J. Hector
- Cullen, William 161
- Cunha, Antônio Luís Pereira da *ver* Inhabupe, Antônio Luís Pereira da Cunha, *marquês de*
- Cunha, Domingos Simões da 176
- Cunha, João Cosme, cardeal da 28
- Cunha, José Vasques da 167
- Cunha, Luís Antônio Rosado da 70
- Cunha, Lygia da Fonseca Fernandes da 3, 42, 79, 98, 188
- Cunha, Maria Rita Vasques da 167
- Cunha, Ricardo Barbosa da 31
- Curvo Semedo, João *ver* Semedo, João Curvo
- Dalbin, P.C. 54
- d'Alembert *ver* Alembert, Jean le Rond d'
- Dâmaso, Joaquim 93, 95, 98, 112
- Dandeleux, Claude 105
- Daniel, Gabriel 12
- Daniel, João 125
- De Felice *ver* Felice, Fortuné Barthélemy de Delille, Jacques 38, 84, 129, 164
- Denis, Ferdinand 51, 158, 168, 169, 188
- Denman, Thomas 122, 132
- Descartes, René 10, 23, 160, 164
- Deshoulières, Antoinette Du Ligier de La Garde, *madame* 38
- Dias, Antônio Gonçalves 25-26, 27, 188
- Dias, Maria Odila da Silva 21, 188
- Diderot, Denis 21, 32, 34, 36, 38, 62, 65, 162, 167, 182
- Didot, Firmin 38, 81, 131, 181
- Diniz, Silvio Gabriel 30, 40, 46, 55, 188
- Domat, Jean 164
- Dourado, Mecenas 139, 188
- Drummond, Inácio Correia 134
- Du Boccage, Anne-Marie Lepage Fiquet, *madame* 38
- Duhamel du Monceau, Henri-Louis 21
- Dumas, Alexandre 175
- Duncan, Andrew 161
- Dundonald, Thomas Cochrane, *earl of* 167
- Durão, José de Santa Rita 28, 164, 166
- Edwards, S. F. 22, 97, 189
- Ellis, Myriam 23, 63, 67, 188
- Elói, Romão *ver* Casado, Romão Elói de Almeida
- Elpino Nonacriense *ver* Silva, Antônio Diniz da Cruz e
- Erasmus de Roterdã 11
- Escoto Erígena 19
- Euler, Leonhard 121
- Falkner, John 136
- Faria, Francisco de 70, 73
- Faria, Manuel Severim de 69, 162
- Farinha, Sousa 147
- Febvre, Lucien vii, 2
- Feijó, João da Silva 124
- Feijoo, Benito Jerónimo 20, 48, 163
- Felice, Fortuné Barthélemy de 21
- Fénelon, François de Salignac de La Mothe 31, 33, 38
- Ferber, Johann Jacob 160
- Fernandes, Pedro 29
- Ferrão, Antônio 65, 188
- Ferreira, Alexandre Rodrigues 80
- Ferreira, Carlos Alberto 98, 189
- Ferreira, Gervásio Pires 174
- Ferreira, José Vicente 179
- Ferreira, Luís Gomes 47
- Ferreira, Silvestre Pinheiro 112, 126, 164
- Ferreira, Simão Tadeu 81, 112
- Figueira, Luís 77
- Filangieri, Gaetano 19, 38, 42, 62, 164
- Fleury, Claude 164
- Fonseca, A.J.V. Borges da 25
- Fonseca, Antônio Isidoro da 69-74, 76-78, 93
- Fonseca, Bernardo da Silveira Pinto da 176
- Fonseca, Edson Nery da 168
- Fonseca, Filipe Mena Calado da 174
- Fonseca, Manuel da 11
- Fonseca, Mariano José Pereira da *ver* Maricá, *marquês de*
- Fontenelle, Bernard le Bouyer de 38
- Fortes, Inácio Felizardo 126, 133
- Fortes, Manuel de Azevedo 160
- Fourcroy, Antoine-François de 19, 132, 160
- Franco, Antônio 11
- Franco, Francisco de Melo 97
- Franco, Francisco Soares 52
- Francoeur, Louis Benjamin 132
- Frederico II, Rei da Prússia 38
- Freire, Antônio Machado 11
- Freire, Francisco de Brito 166

- Freire, José Fernandes de Sá 141
 Freitas, Manuel José de 133
 Freitas, Tomás de Aquino Belo e 20, 62, 134, 166
 Fréminville, Edme de la Poix de 39
 Frias, José Maria Correia de 178, 181, 189
 Frieiro, Eduardo 20, 32, 41, 189
 Fróis, Joaquim Bernardo 172
 Fulton, Robert 83
 Furlong Cardiff, Guillermo 67, 189
 Furtado, Alcibiades 107, 189
 Fust, Johann 91
- Galhardo, Antônio Rodrigues 81
 Galvão, Fernando Guedes 40
 Galvão, José Batista 53, 98
 Galvão, Benjamin Franklin Ramiz 97, 98, 189
 Galveias, João de Almeida de Melo e Castro, *conde das* 143
 Gama, José Basílio da 130
 Gama, Manuel Jacinto Nogueira da 80, 83, 166, 169
 Gândavo, Pero de Magalhães de 93
 Garção, Correia 130
 Garcia, Rodolfo 88
 Genovesi, Antonio 19, 33, 147, 164
 Genuense *ver* Genovesi, Antonio
 Gibbon, Edward 62, 162, 170
 Goethe, Johann Wolfgang von 52, 62, 129
 Goiana, José Picanço Correia, *barão de* 122, 146
 Gomes, Francisco Agostinho 22, 34, 37, 54, 64, 136, 155, 156, 157, 159, 167, 168
 Gomes, Luís de Santa Ana 122
 Gomes, Manuel Francisco 11
 Gomide, Antônio Gonçalves 31
 Gonçalves, Francisco Manuel 168
 Gonçalves, João Batista 49, 55
 Gonzaga, Tomás Antônio 31, 130
 Gonzaga, Tomé Joaquim 37, 62
 Gordon, William 163
 Graffigny, Françoise D'Issembourg
 D'Apponcourt de 33, 38, 129, 157
 Granada, Luis de 5
 Grenfell, John Pascoe 176
 Grillet, Jean 40
 Grotius, Hugo van Groot *chamado* 19, 60, 165
 Guarini, Battista 37, 62
 Guerra, Francisco 122, 133, 189
 Guerreiro, Bartolomeu 11
 Guimarães, Manuel de Abreu 32, 44
 Guimarães, Manuel Ferreira de Araújo 104, 121, 127, 130, 132, 134, 148
 Guimarães, Manuel Peixoto 31
 Gusmão, Alexandre de 101
- Halloway, Thomas 107
 Haüy, René Just 121, 160
 Hederich, Benjamin 39
 Helvétius, Claude-Adrian 62
 Henrique, *cardenal* 58
 Henrique de Borgonha, *conde* 47
 Heredia 55
 Herrenschwand, J. Frédéric de 124
 Hobbes, Thomas 62
 Holanda, Sérgio Buarque de 3, 179
 Homero 55
 Horácio 47, 147
 Horch, Rosemarie Erika 98, 189
 Hume, David 62, 162, 170
- Inhambuque, Antônio Luís Pereira da Cunha, *marquês de* 86, 141
 Iria, Alberto 3
- Jaboatão, Antônio de Santa Maria 25, 101
 Janszoon, Pieter 69
 Jesus, Rafael de 166
 Jesus Maria, José de 41
 João da Cruz, *são* 12
 João VI, Rei de Portugal 58, 94, 147, 155, 156, 166
 Job, Eduardo 147
 Joli, Guy 158
 José I, Rei de Portugal 91
 Junot, Andoche *ver* Abrantes, *duque de* Justiniano 19
- Keith, Henry H. 22, 97, 189
 Kircher, Athanasius 10
 Kirwan, Richard 160
 Koster, Henry 35, 64
- Lacaille, Nicolas Louis de 19, 132, 160
 La Condamine, Charles-Marie de 19
 La Fayette, *madame* 62
 La Fontaine, Jean de 62
 La Harpe, Jean François de 19
 La Métherie, Jean Claude de 170
 La Pérouse, Jean-François de Galoup, *comte de* 162
 La Rochefoucauld, François de 37, 38

- Labat, Jean-Baptiste 30, 40
 Lacroix, Sylvestre 129, 132
 Ladvoat, Jean-Baptiste 19, 162
 Laemmert 130, 178
 Lafões, João Carlos de Bragança Sousa e Ligne, *duque de* 63
 Lalande, Joseph-Jérôme Lefrançois de 19, 21, 160
 Lamego, Alberto 143, 144, 150, 189
 Langallerie, Philippe de Gentils de Lajonchapt, *marquis de* 158
 Laplace, Pierre Simon 160
 Lavoisier, Antoine-Laurent de 34, 36, 160, 170
 Lavradio, Luís de Almeida Portugal e Mascarenhas, *marquês do* 10, 46
 Lazier, Luís José 176
 Leal, Francisco Correia 39, 43, 44
 Leal, José Francisco 39, 44, 189
 Leão, Filho, Joaquim de Sousa 170, 189
 Lebrun, Charles-François 38
 Legendre, Adrien-Marie 104, 121
 Legouvé, Gabriel-Marie 129
 Leitão, Antônio José de Lima 134, 147, 151
 Leitão, Antônio José Osório de Pina 105, 147
 Leitão, João de Sousa Pacheco 121, 132
 Leitão, Paulino Joaquim 134
 Leite, Antônio Bressane 134
 Leite, Serafim 4, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 68, 77, 189
 Lemos, Alexandre José Vieira de 137
 Lenclos, Anne *chamada* Ninon de 38
 Leonard, Irving A. 67, 189
 Leopoldina, Imperatriz do Brasil 105, 127
 Lesage, Alain-René 19, 32, 38, 62, 129
 Lessa, Clado Ribeiro 40, 190
 Leuzinger, G. 130, 178
 Libes, Antoine 160
 Lima, João Crispim Alves de 181
 Lima, Manuel de Oliveira 183, 184, 185, 190
 Lindley, Thomas 34, 41, 190
 Linné, Carl von 31, 161
 Lino, J. 151
 Lippe, Friedrich Wilhelm Ernst von Schaumburg-Lippe, *Graf zur* 121, 132
 Lipsius, Justus 14
 Lisanti, Luís 99, 190
 Lisboa, Antônio Francisco *chamado* Aleijadinho 100
 Lisboa, Antônio da Silva 135
 Lisboa, Baltasar da Silva 16, 22, 135
 Lisboa, Bento da Silva 39, 123, 165
- Lisboa, José da Silva *ver* Cairu, José da Silva Lisboa, *visconde de*
 Locke, John 20, 62, 63
 Lopes, Antônio 181, 190
 Lopes, Elias Antônio 97
 Lourenço, Pedro Ribeiro 30
 Luccock, John 51, 56, 190
 Luciano 42
- Mably, Gabriel de 20, 36, 50, 62, 165, 167
 Macartney, George 45
 Macedo, Antônio de Sousa de 1
 Macedo, Duarte Ribeiro de 69
 Macedo, Inácio José de 143, 144, 145, 147, 151, 155, 168
 Macedo, João Rodrigues de 31
 Macedo, José Agostinho 174
 Machado, Alcântara 29, 40, 190
 Machado, Cirilo Volkmar 106, 107, 190
 Machado, Diogo Barbosa 12, 69, 91, 92, 93, 97, 98
 Machado, João 141
 Macpherson, James 22, 163
 Macquer, Philippe 182
 Madre de Deus, Gaspar da 16, 28, 166
 Madureira, João Francisco *ver* Pará, João Francisco Madureira
 Magalhães, Rodrigo da Fonseca 173
 Malebranche, Nicolas 164
 Malheiro, Antônio do Desterro 70, 73
 Malheiros, Pedro Machado de Miranda 133
 Malthus, Thomas Robert 165
 Mamiani della Rovere, Lodovico 166
 Manchester, Alan K. 97, 190
 Manga, Julián 56
 Mangin, Paulo Aureliano 100
 Manique, Pina *ver* Pina Manique, Diogo Inácio da
 Maria I, Rainha de Portugal 59, 61, 63, 91
 Maricá, Mariano José Pereira da Fonseca, *marquês de* 36, 37, 42, 111, 190
 Mariz, Pedro de 162
 Marmontel, Jean-François 38, 42, 54, 62
 Marot, Clément 62
 Marques, César Augusto 181, 190
 Marques, Domingos José 31
 Marques, José Joaquim 104
 Marques, Manuel Eufrázio de Azevedo 23, 67, 190
 Marques, Maria Adelaide Salvador 61, 65, 67
 Marques, Simão 11, 17

- Marrocos, Luis Joaquim dos Santos 56, 98, 112, 116, 156, 157, 159, 191
 Martin, Paulo 51, 52, 54, 56, 129, 150, 151
 Martins, Domingos José 139, 180
 Martins, Joaquim Dias 191
 Martins, Oliveira 183, 184, 185, 191
 Martins, Wilson 69, 77, 191
 Martius, Carl Friedrich von 31, 194
 Massard, [Jean?] 101
 Massillon, Jean-Baptiste 19, 164
 Matos, Belarmino de 178
 Matos, Francisco Vieira de 100
 Matos, Gregório de 32
 Matos, Lúcio José de 156, 168, 169
 Matos, Katia M. de Queirós 41, 191
 Maumoir, J.P. 151
 Mawe, John 40, 52, 191
 Mazarem, Joaquim da Rocha 132, 151
 Melo, Antônio Joaquim de 172, 180, 191
 Melo, Ataíde de 103
 Melo, Daniel Garção de 176, 181
 Melo, João Ladislau de Figueiredo 136
 Melo, José de Carvalho e 111
 Melo, José Rodrigues de 147, 166
 Melo, Manuel de Albuquerque e 11
 Melo, Manuel Jacinto de Sampaio e 86, 136, 148
 Melo, Manuel José de 156, 168
 Melo Neto, José Antônio Gonçalves de
 Mendes, Luís Antônio de Oliveira 136, 137, 139, 166
 Mendonça, Antônio Manuel de Melo Castro e 85
 Mendonça, Francisco de 10
 Mendonça, João Antônio Salter de 11, 12, 14
 Mendonça, José Luís de 180
 Mendonça, Marcos Carneiro de 191
 Meneses, Ivo Porto de 106, 191
 Meneses, Joaquim Mariano de 107, 191
 Meneses, José Joaquim Viegas de 80, 85, 102, 103, 107, 178
 Metastasio, Pietro 20, 37, 126
 Mickle, William Julius 163
 Miguelinho, padre *ver* Castro, Miguel de Almeida e Castro
 Milburn, William 124
 Millin, Aubin-Louis 161
 Milton, John 19, 37, 163
 Miranda, monsenhor *ver* Malheiros, Pedro Machado de Miranda 133
 Miranda, Francisco Sá de 163
 Moira, Eduardo José de 97
 Molière, Jean-Baptiste Poquelin, *chamado* 19, 38
 Mollet, Jean 160
 Monge, Gaspar 132
 Mongez, Jean-André 170
 Montaigne, Michel de 62, 162
 Monte-Mor, Janice 98, 191
 Montemor, Jorge de 5
 Montenegro, Caetano Pinto de Miranda 172
 Montenegro, João R.P. de Melo 35, 172, 173, 180
 Montesquieu, Charles-Louis de Secondat, *baron de La Brède et de* 20, 31, 40, 62, 63, 167, 184
 Moraes, Rubens Borba de 42, 77, 89, 98, 107, 116, 139, 179, 185, 191
 Morais, Alexandre José de Melo 88, 111, 114, 115, 191
 Morais, Francisco 6, 192
 Morais, José Francisco Cardoso de 147
 Morão, Simão Pinheiro 41
 More, Thomas 11, 63
 Moreri, Louis 33, 162
 Moura, Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de 14
 Mozart, Wolfgang Amadeus 127
 Muller, Daniel Pedro 25, 192
 Muniz, Nuno A.P. Pato 82, 134
 Napoleão I, Imperador da França 90
 Nascimento, Francisco Manuel do 62
 Nassau, Maurício de 68
 Necker, Jacques 165
 Negreiros, Antônio Tomás de 148
 Neves, Antônio Pinto da Fonseca 52
 Newton, Isaac 10, 12, 43
 Nicole, Pierre 20, 23
 Niemeyer, Conrado Jacob 106, 174
 Nobre, Francisco Inácio de Siqueira 137, 143
 Nóbrega, Manuel da 7, 8, 13
 Nonnotte, Claude-Adrien 20
 Nunes, Antônio Duarte 45
 Oliveira, Antônio Rodrigues Veloso de 125
 Oliveira, Manuel Botelho de 32
 Oliveira, Manuel Dias de 102, 107
 Oliveira, Tarquínio J.B. de 134, 192
 Oliveira Neto, Luís Camilo de 106, 192
 O'Neil, Thomas 41, 192
 Orta, Garcia da 91

- Ortelius, Abraham 162
 Ossian *ver* Macpherson, James
 Otóni, José Elói 130, 147, 148, 164, 166
 Ovidio 62, 129
 Pacheco, Félix 69, 73, 75, 76, 77, 192
 Paine, Thomas 34, 62
 Paiva, Manuel Joaquim Borges de 134
 Paiva, Manuel Joaquim Henriques de 146, 151, 160
 Pallière, Arnaud Julien 105
 Palladio, Andrea 160
 Pan, Jacques Mallet du 161
 Panckoucke, Charles-Joseph 21, 167
 Pantoja, Hermógenes Francisco d'Aguilar 33
 Pará, João Francisco Madureira 42, 175, 176, 180, 181, 192
 Parente, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel 176, 181
 Paula, Francisco de 31
 Pedro I, Imperador do Brasil 113, 127, 134
 Peixoto, Domingo Ribeiro dos Guimarães 122
 Peixoto, Inácio José de Alvarenga 31
 Pereira, Bartolomeu Simões 7
 Pereira, Isidoro Rodrigues 177
 Pereira, João Manso 36, 80, 166
 Pereira, José Saturnino da Costa 128, 129
 Pereira, Mateus de Abreu 18
 Pereira, Nuno Marques 14, 30
 Perereca, padre *ver* Santos, Luís Gonçalves dos
 Pérez del Pulgar, Hernán 29
 Pessoa, João Ribeiro *ver* Montenegro, João R.P. de Melo
 Piattoli, Scipioni 122
 Picanço, José Correia *ver* Goiana, José Picanço Correia, *barão de*
 Piloto, Afonso Luís 6
 Pimenta, Miguel Dias 41
 Pina, Mateus da Encarnação 16
 Pina Manique, Diogo Inácio da 37, 39, 63, 102, 167
 Pinches, James 172, 173, 174
 Pinel, Philippe 62, 161
 Pinheiro, Francisco 97
 Pinheiro, José Feliciano Fernandes *ver* São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, *visconde de*
 Pinto, Antônio Joaquim de Gouveia 148
 Pinto, Antônio José de Sousa 122, 123
 Pinto, Luís Maria da Silva 179
 Pita, Sebastião da Rocha 28, 32, 126, 183, 184, 185
 Pizarro, José de Sousa *ver* Araújo, José de Sousa Azevedo Pizarro e
 Plantin, Christophe 48, 151
 Platão 11, 42
 Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, *marquês de* 24, 58, 59, 61, 63, 79, 101
 Pontes, Antônio Pires da Silva 180
 Pope, Alexander 62, 104, 129, 131
 Porfírio, Manuel José 143
 Portela, Matias Rodrigues 77
 Porto, Manuel Joaquim da Silva 51, 113, 114, 134, 142
 Portugal, Antônio Dias Ferreira 176
 Portugal, Fernando José de 64
 Portugal, José Fernandes 106
 Portugal, Marcos 127
 Prado, Lourenço de Almeida 30, 40
 Prado, Paulo 184
 Prévost, Antoine François 29, 33
 Prior, James 192
 Proença, Martinho de Mendonça de Pina e 30
 Pufendorf, Samuel von 19, 60, 164
 Quesnay, François 124
 Quevedo, Francisco de 29, 31
 Quintas, Amaro 192
 Rabelais, François 163
 Racine, Jean 19, 38, 116, 129, 147, 164
 Raczynski, Atanazy C. 106, 107, 192
 Raiol, Domingos Antônio 180, 192
 Ramsay, David 163
 Raynal, Guillaume-Thomas, *abbé* 21, 36, 62, 67, 167
 Rebelo, José Silvestre 124
 Rego, Luís do 106
 Reich, Gottfried Christian 146
 Reis, João Gualberto Ferreira dos Santos 147
 Reis, José Antônio dos 18, 23, 104
 Resende, José Luís de Castro, *conde de* 36, 42, 50
 Ressurreição, Francisco Manuel da 18, 23, 63
 Révah, Israël S. 65, 192
 Reynard, Robert 192
 Ribeiro, Bernardim 163
 Ribeiro, João 35

- Ribeiro, José Silvestre 89
 Ribot, Théodule 2
 Richerand, Anselme Balthazar 122, 132, 161
 Rio Seco, Joaquim José de Azevedo, *visconde do* 90
 Rivara, João Caetano 104, 107
 Rizzini, Carlos 41, 55, 56, 65, 67, 88, 103, 107, 116, 134, 179, 180, 193
 Robertson, William 34, 62, 162, 170
 Rodovalho, Santa Úrsula 130
 Rodrigues, Antônio Fernandes 101
 Roger de Rabutin, *comte de Bussy* 38
 Rollin, Charles 30, 40
 Rosa, João Ferreira da 34, 41
 Rossini, Gioacchino 127
 Rousseau, Jean-Jacques 20, 31, 32, 36, 62, 64, 83, 129, 167, 184
 Röwer, Basílio 27, 193
 Rozier, François 39, 167, 170
 Rui, Afonso 139, 193
- Sá, Antônio de 17
 Sá, Inácio Leão de 77
 Sá, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e 31, 40
 Sacy, Isaac Lemaistre de 20
 Saint-Hilaire, Auguste 22, 31, 40, 41, 88, 193
 Saint-Hilaire, Étienne Geoffroy 87
 Saint-Pierre, Bernardin de 129
 Salvador, Vicente do 5
 Sampaio, Francisco de 130
 Sanches, Ribeiro 164
 Santa Ângela, José de 17
 Santa Ana, José Joaquim de 120
 Santa Gertrudes Magna, Francisco de Paula de 134
 Santos, Delfino 33
 Santos, Inácio Francisco dos 174
 Santos, Joaquim Felício dos 31, 41, 193
 Santos, Luís Gonçalves dos 94, 98, 114, 193
 Santos, Manuel Ribeiro dos 31, 46, 47, 48
 São Carlos, Francisco de 130
 São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, *visconde de* 18, 75, 80, 88, 113, 166
 São Luís, Francisco de 53
 Saraiva, Antônio Ribeiro 175
 Saturnino, Francisco Luís 126
 Savary des Bruslons, Jacques 36, 162
 Scarron, Paul 38
 Schoeffer, Peter 91
 Schrevelius, Cornelius 55
- Schwartz, Stuart B. 168, 193
 Seixas, Romualdo Antônio de 130, 147
 Semedo, João Curvo 12, 161
 Sequeira, Ângelo de 17
 Serra, Joaquim 181, 193
 Serrão, Joel 41, 193
 Serva, Manuel Antônio da Silva 33, 49, 106, 117, 123, 132, 136, 140-151, 155, 158, 159, 172, 183
 Silva, Antônio Carlos de Andrada e 52, 80, 83, 172, 173
 Silva, Antônio de Moraes 162, 167
 Silva, Antonio Diniz da Cruz e 38, 52, 163
 Silva, Antônio José da, *chamado o Judeu* 35, 69, 70, 163
 Silva, Francisco Antônio da 177
 Silva, Francisco Manuel da 118
 Silva, Inácio Acióli de Cerqueira e 89, 139, 158, 168, 169, 193
 Silva, Inocêncio Francisco da 27, 88, 180, 194, 180
 Silva, Jacinto José da 36
 Silva, Joaquim Carneiro da 101
 Silva, João Mendes da 35
 Silva, João Pereira da 177
 Silva, João Procópio Correia da 81
 Silva, José Batista da 176
 Silva, José Bonifácio de Andrada e 80, 97
 Silva, José Carneiro da 124
 Silva, José Correia da 31
 Silva, José da Costa e 93, 97
 Silva, José de Seabra da 61, 62, 66
 Silva, José Ferreira da 80
 Silva, Luís Vieira da 20, 22, 32, 37, 54
 Silva, Manuel Jorge da 51
 Silva, Manuel Vieira da 119
 Silva, Maria Beatriz Nizza da 55, 96, 97, 98, 99, 139, 170, 193
 Silva, Martim Francisco de Andrada e 80, 83, 160
 Silva, Pirajá da 2
 Silva, Tomás Antônio dos Santos e 164
 Sinibaldi, Brás 104, 105
 Smith, Adam 22, 34, 39, 62, 111, 123, 124, 135, 165
 Soares, Antônio Marques da Costa 64, 177
 Soares, Domingos José 168
 Sodré, Nelson Werneck 51, 56, 194
 Sófocles 42
 Sout, Nicolas Jean de Dieu 14
 Sousa, Antônio Caetano de 69, 162

- Sousa, Bernardo Avelino Ferreira e 134
 Sousa, Diogo de 85
 Sousa, Francisco de 162
 Sousa, Gabriel Soares de 5, 6, 194
 Sousa, João Henriques de 101
 Sousa, João José de 104, 105, 147
 Sousa, José Leandro da Silva e 177
 Sousa, José Vitorino dos Santos e 113
 Sousa, Luís Antônio Silva e 134
 Sousa, Luís de Vasconcelos e 80, 87
 Sousa, Otávio Tarquínio de 56, 194
 Southey, Robert 35, 133, 165, 166, 194
 Souto, Paulo dos Santos Ferreira 103, 104, 125
 Souto Maior, Manuel da Cunha 90
 Sousa, Manuel de Faria e 47
 Spix, Johann Baptist von 194
 St. John de Crèvecoeur, J. Hector 39
 Staunton, George Thomas 54, 162, 194
 Sterne, Laurence 62, 163
 Steuart, James 39
 Swift, Jonathan 62
- Taques, Pedro 28, 40
 Tasso, Torquato 19, 37, 38
 Taunay, Afonso d'Escagnole 40, 75, 76, 194
 Tavares, Francisco Muniz 35, 42, 194
 Tavares, Soares 54
 Teixeira, Bento 5, 6, 194
 Teles, Vicente Coelho de Seabra da Silva 36, 80, 122, 166
 Teofrasto 37
 Terenciano Mauro 13
 Terêncio 42
 Teresa de Ávila, santa 12
 Thomasio, Christian 60
 Thorius, Raphael 84
 Tinoco, Luís Antônio 36
 Tissot, Samuel Auguste André David 161
 Tollenare, L.F. de 23, 64, 67, 157, 158, 161, 163, 169, 172, 179, 180, 194
 Tomás de Aquino, santo 19, 164
 Torre Revello, José 67, 194
 Torres, Pedro da Silva 11
 Transtagano, Antônio Vieira 162
 Trindade, Bento da *ver* Bento da Trindade
- Ulloa, Antonio de 162
 Vaillant, Auguste Nicolas 162
 Vaissète, Joseph 19
 Valadares, Lourenço da Expectação 16
- Valmont de Bomare, Jacques Christophe 39, 162, 169
 Vandelli, Domenico 133, 162
 Varnhagen, Francisco Adolfo de 74, 75, 76, 194
 Vasconcelos, Diogo Ferreira Ribeiro de 103
 Vasconcelos, Jorge Ferreira de 163
 Vasconcelos, José Teixeira da Fonseca e 31
 Vasconcelos, Paulino Cabral de 163
 Vasconcelos, Simão de 11, 166
 Vattel, Emerich de 19, 37
 Vaugondy, Didier Robert de 19
 Veiga, Evaristo da 51
 Veiga, Francisco Luís Saturnino 51
 Veiga, J.P. Xavier da 182
 Veiga, Manuel Francisco da Silva e 10
 Veloso, José Mariano da Conceição 15, 80-83, 85-89, 93, 102, 124, 136, 148-149, 166, 194
 Verney, Luís Antônio 42, 49, 135
 Viana, Hélio 116, 194
 Viana, Manuel Nunes 30
 Viana, Paulo Fernandes 39, 51, 97
 Vicq-d'Azyr, Félix 21, 122
 Vide, Sebastião Monteiro da 17, 47
 Viegas, Gregório José 93
 Vieira Lusitano *ver* Matos, Francisco Vieira de
 Vieira Transtagano, Antônio *ver* Transtagano, Antônio Vieira
 Vieira, Antônio 7, 8, 12, 17, 19, 48, 164
 Vilares, Luís Rodrigues 18, 23
 Vilhena, Luís dos Santos 13, 194
 Villegas, Alonso de 29
 Villegas, Esteban Manoel de 29
 Virgílio 47, 129, 134, 151, 164
 Viterbo, F.M. de Sousa 162
 Vitriarius, Johannes Jacobus 60
 Viveiros, Jerônimo de 67, 89, 194
 Vives, Juan Luis 11
 Voltaire, François Marie Arouet de 20, 21, 33, 36, 38, 40, 42, 62, 67, 87, 129, 167, 184
 Vosgien *ver* Ladvoat, Jean-Baptiste
- Weikard, Belchior Adão 151
 Wolffius, Nicolaus 60
- Xavier, Francisco Júlio 132
 Young, Arthur 20, 39

ISBN 85-85637-29-3



9 788585 637293